

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**Morrer na estrada: “banditismo” e outros  
perigos no mundo romano**

Diogo Mendes Alves

Tese orientada pelo Prof. Doutor Amílcar Manuel Ribeiro Guerra,  
especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em  
Arqueologia

2020



## Resumo

A presente dissertação visa explorar os perigos da viagem por terra no mundo romano, desde o século II a.C. ao século III d.C., embora devido à natureza complexa da temática em causa, não seja imposto um rigor cronológico absoluto. A realidade do banditismo e as suas diversas vertentes são abordadas com especial atenção. Inicialmente são contextualizadas as componentes da viagem, como os meios de transporte e o alojamento, quem viajava e porque o fazia, e outras questões relacionadas com as estações viárias. Segue-se uma análise do *latro* romano em função dos perigos da viagem, partindo pelas dificuldades na definição do mesmo e percorrendo temáticas como as populações indígenas, os pastores-bandidos e escravos, rivais políticos e a ficção da época. Descreve-se depois o modo como a ubiquidade do banditismo se manifestava nas diversas fontes romanas, outros incómodos e perigos além deste fenómeno e as precauções tomadas pelos viajantes contra o mesmo. A análise dos relatos de vítimas presentes na literatura, nos papiros e nas inscrições funerárias representa também uma componente importante deste estudo. A última temática abordada incide sobre os recursos que o Estado Romano dedicava ao combate do banditismo e à segurança das estradas, desde o nível imperial aos cargos locais, e ainda o papel do habitante comum nesta tarefa e os castigos que eram reservados ao bandido. Finalmente é realizada uma análise crítica e apresentadas as principais conclusões do trabalho.

## Abstract

The following dissertation aims to understand the dangers associated with travelling by land in the roman world, encompassing the second century BC to the third century AD, although due to the complex nature of the discussion at hand, a strict chronology is not enforced. Banditry and its many facets are carefully analysed. Initially, the components of land travel are contextualized, such as the means of transportation and lodging, who travelled and why, along with other issues related to road stations. This is followed by an analysis of the roman *latro* in regard to the dangers it posed to travel, starting foremost with the difficulties in defining it and covering other topics such as the indigenous populations, bandit shepherds and slaves, political rivals and fiction dating to the roman period. Thereafter, the ways in which the ubiquity of banditry manifested itself in the sources are described, as well as other inconveniences and dangers besides this phenomenon and the precautions that travellers took against it. The study of the accounts

of victims present in literature, papyrus and funeral inscriptions also represents an important component of this work. The last subject matter addressed falls upon the resources that the Roman State devoted to the repression of banditry and to road safety, ranging from the imperial scale to the local offices, as well as the role of the common inhabitant in this task and the punishments reserved for the bandit. Finally, the work undergoes a critical analysis and the main conclusions are presented.

## Abreviaturas

Formatação, quando aplicável, de Hornblower, S. e Spawforth, A. (2012) - *Oxford Classical Dictionary*, 4ª edição, Oxford University Press.

### Inscrições

**AE** - *L'Année Épigraphique*, publicado inicialmente em *Revue Archéologique* e separadamente (1888–)

**AlpPoeninae** - Wibl , F. (2008) - Les tablettes votives. Vesan, E.M. (ed.) - *Alpis Poenina, Grand Saint-Bernard: une voie à travers l'Europe. Séminaire de Clôture, 11/12 Avril 2008, Fort de Bard (Vallée d'Aoste)*, pp. 93-107

**CCSL** - *Corpus Christianorum, series Latina* (1953–)

**CIL** - *Corpus Inscriptionum Latinarum* (1863–)

**CILA** - *Corpus de Inscripciones Latinas de Andaluc a* (1989–)

**CLE** - *Carmina Latina Epigraphica*, Bücheler, F. e Lommatzsch, E. (eds.) (1895–1926)

**HEp** - *Hispania Epigraphica* (1989–)

**HEpOl** - *Hispania Epigraphica Online*

**IDR** - *Inscripti le Daciei Romane = Inscriptiones Daciae Romanae*, Russo, I.I. et al. (eds.) (1975–)

**IG** - *Inscriptiones Graecae* (1903–)

**IGBulg.** - *Inscriptiones Graecae in Bulgaria repertae*, Mihailov G. (ed.) (1958–97)

**IGRom.** - *Inscriptiones Graecae ad res Romanas pertinentes*, Cagnat, R. (ed.), 3 vols. (1906–27)

**ILAlg.** - *Inscriptions latines de l'Algérie*, Gsell, S. e Pflaum, H.-G. (eds.) (1922–2003)

**ILS** - *Inscriptiones Latinae Selectae*, Dessau, H. (ed.) (1892–1916)

**MAMA** - *Monumenta Asiae Minoris Antiquae* (1928–)

**OGI** - *Orientis Graeci Inscriptiones Selectae*, Dittenberger, W. (ed.), 2 vols. (1903–5)

**RIU** - *Die römischen Inschriften Ungarns* (1972–)

**SEG** - *Supplementum epigraphicum Graecum*

### Papiros

**BGU** - *Berliner Griechische Urkunden ( gyptische Urkunden aus den Kgl. Museen zu Berlin)*

**PAntinoop.** - *Antinoopolis Papyri* (1950–67)

**PFay.** - *Fayum Papyri*

**PFouad** - *Les Papyrus Fouad I*, Jouguet, P. et al. (1939)

**PGen.** - *Les Papyrus de Genève* (1896–1990)

**PLille** - *Papyrus grecs* (Institut papyrologique de l'Université de Lille, 1907–1928)

**PLond. Lit.** - *Catalogue of the Literary Papyri in the British Museum*, Milne, H. (ed.) (1927)

**PMich.** - *Michigan Papyri* (1931–)

**POsl.** - *Papyri Osloenses* (1925–36)

**POxy.** - *Oxyrhynchus Papyri* (1898–)

**PRyl.** - *Catalogue of the Greek Papyri in the John Rylands Library at Manchester* (1911–1952)

**PStras.** - *Griechische Papyrus der Kaiserlichen Universitäts - und Landesbibliothek zu Strassburg* (1912–)

**SB** - *Sammelbuch griechischen Urkunden aus Ägypten*, Preisigke, F. et al. (eds.) (1915–)

#### Outras

**Dar.-Sag.** - *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines d'après les textes et les monuments*, Daremberg, C. e Saglio, E. (eds.) (1877–1919)

**Ruggiero, Diz. Epigr.** - *Dizionario epigrafico di antichità romana*, Ruggiero, E. de (ed.) (1886–)

**LSJ** - *Greek-English Lexicon*, Liddell, H.G. e Scott, R. (eds.) (1940)

**Migne, PG** - *Patrologiae Cursus, series Graeca*, Migne

**RE** - *Real-Encyclopädie d. klassischen Altertumswissenschaft*, Pauly, A.; Wissowa, G. e Kroll, W. (eds.) (1893–)

**TLL** - *Thesaurus Linguae Latinae* (1900–)

# Índice

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2. METODOLOGIA E ENQUADRAMENTO GERAL.....</b>	<b>4</b>
2.1. METODOLOGIA.....	4
2.2. BREVE HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO.....	10
2.3. A VIAGEM NO MUNDO ROMANO.....	16
2.3.1. <i>Os meios de transporte e o alojamento</i> .....	17
2.3.2. <i>Os motivos para a realização de uma viagem e quem viajava</i> .....	21
2.3.3. <i>A questão da vehiculatio ou cursus publicus e das estações viárias</i> .....	24
<b>3. O LATRO (BANDIDO) EM FUNÇÃO DOS PERIGOS DA VIAGEM .....</b>	<b>28</b>
3.1. O CONCEITO DE LATRO E DA SUA PROFISSÃO.....	28
3.1.1. <i>A definição do bandido neste estudo</i> .....	28
3.1.2. <i>A definição romana do latro e de latrocinium na legislação</i> .....	30
3.1.3. <i>Questões de etimologia</i> .....	33
3.1.4. <i>As motivações de um bandido e as fontes e estrutura do banditismo</i> .....	34
3.2. POPULAÇÕES INDÍGENAS E REBELDES COMO LATRONES.....	40
3.2.1. <i>O caso da Península Ibérica</i> .....	41
3.2.2. <i>O caso da Ásia Menor, a Isáuria e a Cilícia</i> .....	47
3.3. PASTORES E ESCRAVOS COMO LATRONES .....	50
3.4. RIVAIS POLÍTICOS COMO LATRONES.....	54
3.4.1. <i>Os leistai da Judeia</i> .....	55
3.4.2. <i>O assassinato de rivais políticos dissimulado de morte por bandidos</i> .....	58
3.5. OS LATRONES NA FICÇÃO .....	59
<b>4. MORRER NA ESTRADA: OS PERIGOS DA VIAGEM POR TERRA NO MUNDO ROMANO .....</b>	<b>66</b>
4.1. A UBIQUIDADE E AMEAÇA DO BANDITISMO NA VIAGEM .....	66
4.1.1. <i>Na legislação</i> .....	68
4.1.2. <i>Nas fontes e nos relatos</i> .....	70
4.2. ALÉM DO BANDITISMO: OUTROS PERIGOS E INCONVENIÊNCIAS.....	75
4.3. AS PRECAUÇÕES INDIVIDUAIS PRÁTICAS E RELIGIOSAS .....	77
4.4. AS VÍTIMAS NA LITERATURA DA ÉPOCA.....	81
4.5. AS VÍTIMAS NO CONJUNTO EPIGRÁFICO .....	88
4.5.1. <i>As inscrições validadas</i> .....	89
4.5.2. <i>As inscrições em dúvida e as excluídas</i> .....	99
4.5.3. <i>Considerações sobre a informação epigráfica</i> .....	103

<b>5. O REFLEXO DO BANDITISMO NO ESTADO ROMANO .....</b>	<b>109</b>
5.1. O COMBATE AO BANDITISMO: DOS IMPERADORES AOS CIDADÃOS .....	109
5.1.1. <i>Os imperadores e governadores provinciais</i> .....	109
5.1.2. <i>Outros cargos: entre o exército e a ‘polícia’</i> .....	115
5.1.3. <i>Os cidadãos (o povo)</i> .....	124
5.1.4. <i>Os castigos</i> .....	126
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>129</b>
<b>7. TRADUÇÕES .....</b>	<b>135</b>
<b>8. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>138</b>
<b>9. ANEXOS .....</b>	<b>149</b>



# 1. Introdução

A viagem constitui um elemento nuclear e inseparável da história do ser humano, desde os inícios pré-históricos até aos dias de hoje. A dispersão do homem pelo mundo, a difusão e troca de objectos materiais, culturas, ideias e mentalidades, o próprio dia-a-dia vivido nas diferentes comunidades, tudo envolvia uma determinada viagem, desde longas jornadas que abarcavam vastas regiões, a caminhadas de curta ou média distância por territórios familiares.

Entre o enorme conjunto de temas pertinentes a esta realidade, decidimos limitar o nosso estudo apenas à viagem em Época Romana, considerando especificamente os perigos que afrontavam o viajante, a sua dimensão e gravidade, e de que forma eram vistos, acautelados e combatidos pelos romanos e comunidades dependentes politicamente de Roma.

A escolha desta temática teve origem numa proposta de trabalho para um seminário de mestrado dedicado à arqueologia da morte (leccionado pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Mariana Diniz), consagrada fundamentalmente à análise da documentação epigráfica latina e grega referente às vítimas mortais nas estradas. O tratamento sumário do tema para esse fim específico suscitou um particular entusiasmo, tendo a partir daí considerado a possibilidade de o desenvolver e aprofundar no âmbito da dissertação de mestrado.

Ainda que não seja um assunto completamente original é geralmente pouco abordado e mal conhecido. Para além disso, as condições que os viajantes enfrentavam, uma vertente do quotidiano romano, apresentam-se como um tópico de extrema importância para compreender o mundo antigo, não apenas desse período, mas de outros em que as circunstâncias da viagem não eram substancialmente distintas. Penso que desta forma o trabalho poderá ajudar todos aqueles que procuram caracterizar a romanidade, na sua generalidade ou no que diz respeito especificamente à Hispânia, e que poderão encontrar aqui elementos que completam o quadro histórico-arqueológico pertinente a essa realidade.

Parece claro que os perigos da viagem e as suas vítimas são questões tão relevantes quanto descuidadas na investigação histórica (quase inexistentes na investigação

portuguesa de Época Romana), mas que se revelam interessantes de forma a compreender aspectos particulares do mundo antigo.

O conhecimento explícito dos perigos associados à viagem e as suas repercussões no dia-a-dia dos nossos antepassados apenas foi possível com o advento e uso frequente da escrita. Só através desta é que se podem identificar com precisão factos e ideias associados ao percurso do homem através de um determinado território.

Seria também interessante explorar de forma mais concreta os diferentes perigos que as comunidades proto-históricas e pré-históricas enfrentavam ao saírem de ‘casa’ em viagem, mas na ausência da escrita, a arqueologia dificilmente responde a estas questões. O universo da escrita permite ainda colocar muitas outras problemáticas que aqui teremos oportunidade de analisar.

A navegação marítima e fluvial teria um papel especialmente importante para aqueles que mais facilmente podiam aceder à costa e aos cursos de água, possibilitando um transporte menos laborioso de pessoas e mercadorias a regiões distantes. Trata-se de um domínio paralelo ao aqui abordado, que não estaria desprovido, contudo, de outros perigos e inconveniências similares.

Não é possível falar de mobilidade terrestre sem pensar nos seus perigos e naqueles que os provocavam. Devido à especial predominância que o fenómeno do banditismo ou *latrocinium* teve na viagem, e cujo reflexo pode ser observado frequentemente (e de forma confusa) nas fontes, esta temática vai ter de ser necessariamente estudada em maior detalhe. De facto, vai inclusive ocupar grande parte da análise.

Neste âmbito, a epigrafia assume um papel fulcral, dado que permite o estudo daqueles que morreram nas estradas. O mesmo pode ser dito das fontes literárias, onde observamos relatos de mortes e assaltos violentos a viajantes. Ambas as vertentes vão ser pilares desta abordagem.

Deste modo, é prioritário definir um conceito de bandido, analisando e contrastando com as informações relativas ao *latro* de Época Romana. Há que compreender os diversos usos dos termos *latro* e *latrocinium* nas fontes antigas, particularmente nas fontes legislativas, de forma a esclarecer o máximo possível as questões de percepção social intrínsecas aos conceitos.

Temos de partir de certas ideias generalizadas na literatura antiga e moderna sobre os tipos de perigos que o banditismo criava ao viajante, a gravidade e impacto dos mesmos, e de que forma eram vistos pelos próprios romanos. Por fim, importa compreender as precauções tomadas pelos viajantes contra estes perigos, assim como o papel do Estado na garantia da segurança das estradas e no combate ao banditismo. Como um pequeno caso-estudo, vão ser analisadas em maior detalhe as vítimas na literatura e nos vestígios epigráficos.

Infelizmente, ainda que muitos tenham sentido os efeitos reais do banditismo no percurso das estradas, poucos foram os que deixaram disso testemunho gravado na pedra ou noutros suportes. De qualquer modo, a conjugação desta breve amostra com a análise histórica do fenómeno permite chegar a algumas conclusões, mesmo que inerentemente problemáticas e sujeitas a eventual debate ou contraditório, sobre a dimensão do banditismo e as diferentes formas em que os perigos à viagem se manifestavam.

Ao longo do processo de redacção deste estudo surgiram inúmeras dificuldades, nomeadamente como interpretar o bandido e o banditismo, entre outras realidades, em função dos perigos da viagem; como proceder à análise de um tema tão elusivo e fragmentado; como lidar com a dependência excessiva nos trabalhos de outros autores, cujas línguas por vezes escapam à minha compreensão (ex. do alemão), ou cujo acesso é limitado ou inexistente; a mesma barreira linguística surge na interpretação de inscrições e papiros em grego.

Certas realidades ficaram por explorar devido à falta de tempo. Não foi possível uma análise mais detalhada dos papiros e petições provindas do Egipto, onde se registam queixas de crimes violentos.

Agradeço ao Prof. Doutor Amílcar Guerra por ter aceite a orientação desta dissertação, bem como por todo o apoio, disponibilidade e empenho que demonstrou na resolução dos problemas e na indicação de correcções e revisões ao texto, até ao último momento. Agradeço aos meus pais pelo suporte e paciência ao longo de todo este longo processo.

## 2. Metodologia e enquadramento geral

### 2.1. Metodologia

Em primeiro lugar, a este trabalho é imposto um limite cronológico, embora a natureza da temática recomende alguma flexibilidade na sua definição. A cronologia aqui abarcada centra-se no período que vai do séc. II a.C. ao séc. III d.C. A ideia é evitar o tratamento sistemático das questões relativas à Antiguidade Tardia, devido à sua especificidade decorrente das inúmeras alterações históricas e socioeconómicas ocorridas nessa fase. Mesmo assim, esporadicamente, devido à pertinência da informação, vão ser incluídas algumas referências que se enquadram já no âmbito dos séc. IV-V d.C.

Grünwald (2004, p. 3) apresenta uma delimitação semelhante da cronologia, mas que acaba no princípio do séc. IV d.C. Refere ainda que o conceito de *latro* sofre grandes alterações na Antiguidade Tardia e que tópicos desta época como os Bagaudas e os *circumcelliones* já foram extensivamente abordados, pelo que os deixa fora da sua análise. Parece-nos que esta opção se justifica plenamente e que, no âmbito do nosso estudo, face ao tempo limitado disponível, não faria sentido alargar mais a temática ao optar pela sua inclusão.

O estudo abarca toda a dimensão do Império Romano, com particular ênfase nos ambientes viários e nos perigos a estes associados, dos quais o banditismo é o mais proeminente. A natureza do banditismo romano carece, porém, de uma análise que vai além do contexto específico das vias, de forma a melhor compreender o fenómeno. Na realidade, o termo mais habitualmente usado para quem exerce violência, o *latro*, tem uma grande amplitude e nem sempre é fácil, especialmente na literatura, estabelecer o seu alcance e natureza.

Por isso, é necessário delimitar o conceito do banditismo e excluir algumas das suas manifestações. Primeiramente, vão ser excluídos por completo o crime violento em contextos urbanos e os perigos associados à viagem marítima, nomeadamente a pirataria. Estes são ambos fenómenos paralelos ao banditismo que se situam, manifestamente, fora da temática da dissertação.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Sobre curiosidades como o *ludus latruncularum* v. MacMullen, 1992, p. 256, Van Hooff, 1988, p. 110-111, Richmond, 1994 e Vaquero, 1998.

Em segundo lugar, embora à primeira vista não estejam directamente relacionados com os perigos da viagem, certos tipos de banditismo e os seus autores necessitam de ser abordados, nem que apenas de uma forma introdutória.

Refiro-me essencialmente às acções e formas de vida de certas populações, frequentemente baseadas na economia pastorícia transumante e com uma vertente bélica acentuada (embora talvez não mais que a dos seus contemporâneos, incluindo Roma), cujo sustento era complementado pela prática de ‘banditismos’. Os ditos pastores-bandidos enquadram-se numa abordagem semelhante. Entre as incursões, razias, pilhagens, o roubo de gado e conflitos transumanes (todos aparentemente além do nosso foco), o potencial do assalto a viajantes e dos perigos da viagem permanece sempre como uma questão por desenvolver.

Por fim, e pela ambiguidade do fenómeno, o que se enquadra no ‘banditismo generalizado’, ou seja, o ambiente criado por guerras, conflitos, revoltas e crises de todos os tipos, apenas vai ser realçado quando for pertinente.

A questão dos limites do fenómeno não é de modo nenhum simples. É extremamente difícil separar certos tipos de ‘banditismo’ e conflitos violentos dos perigos à circulação de viajantes. Sabemos que podiam estar relacionados com um aumento do risco da viagem, mas de que forma e com que gravidade esses perigos se manifestavam permanece largamente uma incógnita.

Nunca será possível conhecer os limites de determinadas acções de *latrones*, especialmente aquelas que a literatura apresenta de forma imprecisa. Por isso, a única solução poderá ser uma certa indefinição, em alguns casos, da verdadeira natureza dessas acções e da sua eventual relação com os perigos da estrada. Alguns casos concretos podem suscitar esta inevitável questão.

A problemática que aqui se coloca foi já abordada por outros autores, embora o foco da sua análise não tenha sido colocado nos perigos da viagem. Shaw (1984, p. 7-8), no seu estudo do banditismo, omite as incursões ou razias associadas principalmente às comunidades pastoris ao longo das fronteiras Sul e Este do Império (v. Str. 16.1.26 (C 747) e 15.3.4 (C 728); Plin. *Nat.* 5.5.38); as disputas ou altercações entre comunidades e grupos (v. Str. 4.6.7 (C 205); CIL X 7852 = ILS 5947, uma rivalidade entre duas aldeias na Sardenha, a 69 d.C., que durou 185 anos e só foi terminada por intervenção estatal); a violência de origem política, como a resistência à romanização ou à integração de uma região após a sua conquista; qualquer tipo de violência em contexto urbano ou marítimo,

como a pirataria, devido à necessidade de uma metodologia de análise completamente diferente e, por fim, os conflitos bélicos que eram denominados de *latrocinium* por razões ideológicas.

Originalmente, um dos objectivos desta dissertação passava pela realização de uma análise detalhada da evolução geográfica e cronológica do banditismo no Império Romano, em função dos perigos da viagem. Contudo, como tardiamente me fui apercebendo, particularmente com o aprofundar da pesquisa bibliográfica, realçando aqui Grünewald (2004, p. 2, 14 e 32) que já tinha chegado a uma conclusão idêntica, uma aproximação de natureza estatística ao problema simplesmente não é possível.

Como Grünewald (2004, p. 2) exemplifica: *“if one wished to write a history of banditry by ordering such information as there is chronologically, by province, one would be constantly gambling on filling in gaps of hundreds of years and hundreds of miles with what amounted to empty rhetoric. All this would entail a compression of time and distance wholly unjustifiable in the light of the many centuries of Roman history, the numerous peoples and regions of the Roman Empire and the changing phases of stability and crisis.”*.

Por outro lado, restringir o limite da análise apenas a uma província ou região, de forma a produzir um estudo mais detalhado e conciso, levanta inúmeros outros problemas pela escassez e intermitência da informação. Partir de regiões ou casos específicos para o geral também não é uma metodologia viável à compreensão dos perigos da viagem.

O resultado parece ser uma narrativa e um texto quebrado, patente das dificuldades em explorar o contexto histórico que rodeia os perigos viários e as vítimas na literatura e na epigrafia de tão extensa cronologia e região. Mas creio ser um problema incontornável em boa parte da investigação histórica e arqueológica.

Blumell (2008, p. 3-4) realça também a necessidade de uma abordagem ampla, cronologicamente e geograficamente, devido à natureza das fontes. No seu estudo procura apresentar uma análise detalhada o suficiente para evitar o anacronismo e a ambiguidade.

Sobre toda esta problemática temos ainda de contender com o que nos é relatado nas fontes romanas. Nestas, o bandido e banditismo pertinente à violência nas vias não está definido nitidamente, pelo contrário, pertence à globalidade de ‘bandidos e banditismos’ que são incorporados por um único termo latino, aparentemente carente de distinção legal ou social (na realidade existe uma distinção legal e social, mas o

significado do termo necessita de ser extraído do contexto individual em que é empregue). Entre a criminalidade no mundo rural e o uso metafórico, ideológico, simbólico e político do termo, a distinção é realizada quase toda pelo historiador moderno. A difícil discriminação destas duas categorias implica também que a última, embora não directamente relacionada com os perigos da viagem, necessite de ser abordada de forma a melhor compreender os contextos em que o termo era empregue.

Adicionalmente, a tradição historiográfica romana ditava que detalhes considerados insignificantes ou desagradáveis, como o banditismo e os crimes que afectavam a população no dia-a-dia, não eram próprios para uma análise histórica. Amiano refere que *nec historiam producere per minutias ignobiles decet* (“e não é próprio conduzir uma história através de minudências sem dignidade”) (Amm. 27.2.11)<sup>2</sup>. Assim, o banditismo apenas era mencionado pelos historiadores quando se tratava de um problema ou ameaça grave à paz pública ou, mais frequentemente, quando estes procuravam impingir a sua própria agenda. Apenas em raras excepções é que não se verificavam estas tendências (Grünwald, 2004, p. 1-6).

Como tal, é necessário complementar os relatos históricos com fontes de outros tipos, como discursos retóricos, filosóficos, políticos ou moralistas e romances greco-romanos. Não isentos de problemas próprios, como preconceitos, a idealização (positiva e negativa) da figura do bandido ou a dramatização de certos eventos, frequentemente permitem discernir realidades sociais de outro modo obscuras, como por exemplo, as sensibilidades, ansiedades, reacções e precauções dos viajantes face a esta ameaça. São também úteis enquanto sinais da ubiquidade do banditismo.

Aliás, Grünwald argumenta que sob a vertente literária ambos os bandidos históricos e fictícios são idênticos. Isto não implica que os bandidos fictícios eram baseados na realidade, mas sim que os bandidos históricos eram transformados pelos ‘historiadores’ em figuras românticas. Segundo o próprio (2004, p. 8): “*It is the main contention of this study that historians made historical bandits look like bandits in novels, not that novelists modelled their bandits on those in history. Both fictional and historical bandits were the projections of contemporary ideas.*”.

A necessidade da análise de fontes tão diversas resulta também da inexistência de um único relato da autoria dos próprios bandidos (Shaw, 1992, p. 268-269).

---

<sup>2</sup> Outro exemplo em Amm. 26.1.1 e também em D.C. 55.28.1–3.

Os textos jurídicos, como o *Corpus Iuris Civilis* de Justiniano, o Código de Teodósio, e o que foi escrito pelos juristas romanos, são igualmente uma fonte importante para a definição de inúmeras realidades. Não só fornecem um conceito preciso do *latro*, como reflectem a ubiquidade do banditismo no dia-a-dia e na viagem, e os problemas estruturais resultantes do modo como o Estado Romano lidava com o fenómeno.

A preocupação constante com o banditismo nas leis revela períodos de agravamento do fenómeno, e o aumento das penas e castigos patenteia (como em Época Contemporânea) a inabilidade, incompetência e indecisão do Estado em resolver este complexo problema (Grünwald, 2004, p. 8).

Apesar de algumas indefinições e dificuldades, as questões que se colocam em relação ao material epigráfico seleccionado não se revelam especialmente complexas. O conjunto epigráfico em causa vai contabilizar apenas inscrições que contenham mortes e ferimentos causados por bandidos ou incidentes violentos que, de outro modo, ocorreram durante a viagem. Devido à sua natureza, as inscrições de carácter duvidoso ou problemático vão ser isoladas numa secção distinta ou até excluídas. Estas últimas, mesmo assim, merecem um breve comentário quanto ao porquê da exclusão e às possíveis relações que apresentam com a temática deste estudo.

Outras epígrafes vão ser omitidas do estudo no seu todo, mesmo quando os autores consideram correcta a sua inclusão no mundo do banditismo. É o caso das que registam um elemento onomástico derivado de *latro* aplicado a pessoas ou animais<sup>3</sup>, quando este não apresenta uma ligação à natureza ou características do indivíduo, ou à sua profissão futura. A onomástica era arbitrária e não definia um estatuto de natureza funcional. O seu uso era, conseqüentemente, desconectado da ubiquidade ou propagação do banditismo.

Adicionalmente, foram também omitidas do conjunto as inscrições que descrevem mortes oriundas de ‘bárbaros’. Devido à informação limitada, não é aparente o contexto em que ocorreram e daí dificilmente pode ser extrapolada uma morte em viagem (Buonopane, 2016, p. 40, nota 7; Gunnella, 1995, p. 15; Panciera 2006, p. 979-980).

Sobre o conjunto epigráfico podem ser realçados alguns problemas metodológicos. A diminuta fracção dos relatos de vítimas de bandidos que nos é disponível contrasta com um número provavelmente bastante mais alto de casos reais.

---

<sup>3</sup> V. Van Hooff, 1988, p. 120, que argumenta que CIL VI 10056 (p. 3903) ou CIL XI 2056 = ILS 8521 apresentam ligações indirectas ao banditismo devido à onomástica.



Como tal, é extremamente difícil criar qualquer tipo de modelo ou explicação geral destas ocorrências que se enquadre correctamente em todas as províncias e cronologias do Império Romano. Um estudo estatístico das vítimas, além do interesse epigráfico, arqueológico e a afirmação da ubiquidade do banditismo e de certas particularidades, não permite chegar a dados conclusivos por si só. Espero, neste estudo, ser capaz de colmatar esta problemática através de uma análise histórica o mais ampla possível, de acordo com o tempo limitado disponível.

O anexo 1 compõe o conjunto epigráfico das vítimas de bandidos em tabela. Sobre os elementos incluídos nesta importa esclarecer alguns dos critérios e opções tomadas. A categoria da proveniência das epígrafes é constituída pelo nome contemporâneo da cidade correspondente e, entre parêntesis, pelo nome e província equivalente em Época Romana. Os critérios de edição do texto epigráfico seguem as normas de *Hispania Epigraphica*. Em dois casos (ep. Nº 1 e 25) não foi possível incluir o texto devido à dimensão do mesmo. Dada a natureza da temática, optou-se pela omissão da descrição do suporte físico da peça e do campo epigráfico. Quando disponível, é citada uma publicação, ou na ausência desta, provido um link de website, com fotografias, desenhos e impressões da peça. Várias categorias foram criadas para vertentes distintas da análise, como o formulário que descreve as circunstâncias da morte da vítima, o seu nome, cargo e estatuto, a idade e o(a) dedicante da inscrição. A datação é acompanhada por norma de uma referência bibliográfica ou deixada em branco, ora quando é desconhecida, ora quando não foi possível associa-la a uma publicação. A citação do *corpus* ou publicação onde consta a epígrafe pode ser acompanhada, numa coluna paralela, por citações de publicações que aludem a circunstâncias específicas pertinentes. Por fim, foi criada uma categoria para qualquer observação necessária. As epígrafes do conjunto são citadas de forma abreviada pelo número que lhes foi atribuído no catálogo, sob a forma ep. Nº 'x'.

As repartições aludidas surgem no anexo 1 sob os seguintes cabeçalhos: “Inscrições validadas” (ep. Nº 1-26) e “Inscrições em dúvida” (ep. Nº 27-38). Dentro do último existem algumas subdivisões, representadas com uma letra e um título próprio: “A (Leitura segura)” (ep. Nº 27-35); “B (Leitura incerta)” (ep. Nº 36-37) e “C (Forjadas)” (ep. Nº 38).

As vítimas de bandidos nos vestígios literários da época, como cartas, petições e comentários, embora acompanhados de problemas próprios, são um complemento

importante à vertente epigráfica pelos detalhes adicionais que oferecem. Este tipo de fontes permite também desvendar algumas das inconveniências e dos acidentes viários que ocorriam durante a viagem.

O formato das citações de autores clássicos segue a configuração do *Thesaurus Linguae Latinae* para as obras redigidas em latim e do *Greek-English Lexicon*, de Liddell e Scott, para as obras em grego. As traduções das obras e excertos ao longo da dissertação seguem traduções já publicadas, citadas na sua totalidade no capítulo 7. Nos raros casos em que não é mencionado nenhum autor como tradutor, a tradução é do próprio.

## 2.2. Breve história da investigação

O estudo e investigação do banditismo em Época Romana conta com um percurso de alguma dimensão, delineado pelos vários historiadores que se debruçaram sobre o tópico da criminalidade e dos grupos marginais. O debate centra-se predominantemente na figura do bandido, na identidade do mesmo, e na forma como era visto e compreendido pelo povo romano. A temática específica da criminalidade viária e das suas vítimas tem recebido bastante menos atenção. Por norma, quando abordadas, as vítimas são mencionadas apenas superficialmente.

As primeiras publicações e entradas sobre *latrones* nos grandes dicionários e obras enciclopédicas do mundo antigo, iniciadas no séc. XIX, como a *Real-Encyclopädie d. klassischen Altertumswissenschaft* de Pauly, Wissowa e Kroll, o *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines d'après les textes et les monuments* de Daremberg e Saglio, ou o *Dizionario epigrafico di antichità romana* de Ruggiero<sup>4</sup>, até à década de 1960 não eram mais do que simples recolhas de material. Frequentemente apenas era pretendida uma organização dos grandes panoramas da história romana. O estímulo inicial adveio da escola francesa dos Annales, com a afirmação da história social e, a partir de 1970, na sequência do movimento estudantil, de um maior interesse histórico nos estratos sociais mais baixos e no fenómeno da violência e do crime. A historiografia marxista dedicou alguma atenção aos bandidos já na década de 1950, fundamentalmente sob a perspectiva do ‘conflito de classes’. Apesar de um começo lento, em parte devido à natureza da informação disponível, os grupos marginais e a criminalidade em Época

---

<sup>4</sup> V. nota 31 de Grünewald para uma lista extensa de entradas sobre *latrocinium*, *latrones* e *grassatores* em todas estas obras.

Romana finalmente receberam uma atenção mais cuidada, particularmente no Egipto, onde os conjuntos papirológicos bem preservados permitem a compreensão de realidades de outro modo desconhecidas. O estudo do combate ao banditismo levantou ainda várias questões sobre o funcionamento da sociedade romana (Grünewald, 2004, p. 9-10; Riess, 2011, p. 693-694<sup>5</sup>; Garraffoni, 2007, p. 134-135).

A obra de MacMullen (1992, publicada originalmente em 1966), *Enemies of the Roman Order*, forneceu um panorama extenso do bandido nas fontes e documentação da época (Apêndice B respectivo), ampliando a análise com uma nova perspectiva e abordagem do mesmo. O autor interpretou o bandido não só como um criminoso, mas especialmente como mais um dos inimigos à ordem estabelecida por Roma.

A obra de Hobsbawm (1981, publicada originalmente em 1969), *Bandits*, veio a motivar muitos dos estudos e discussões em torno da figura do bandido romano, ora em apoio ou rebate das propostas apresentadas. Todavia, Hobsbawm foca a sua análise nos relatos de bandidos da Idade Moderna, dos quais extrapola conclusões universais aplicáveis a todas as sociedades pré-industriais com uma forte componente agrária. Afirma a existência de bandidos com consciência social (o ‘bandido social’), alguém que lutava contra a opressão dos mais pobres pelos poderosos. Era essencialmente uma forma de rebelião social e política, singular pela relação de apoio mútuo entre fora-da-lei justiceiro e camponês. Enquadra-se num discurso de natureza marxista, do ‘conflito social entre classes’.

Como Grünewald (2004, p. 11-12) refere, prevaleceu uma tendência nos trabalhos subsequentes ao de Hobsbawm de ignorar o contexto que rodeava o bandido descrito nas fontes. Os historiadores não respondiam a questões cruciais sobre o ‘bandido’ em causa, como por exemplo, se este se considerava a si próprio como um bandido, ou se era apenas um produto da estilização literária e da projecção da visão e julgamentos dos autores que o descreviam.

A contribuição de Shaw, *Bandits in the Roman Empire*, permanece fundamental ao estudo do banditismo. O autor (1984, p. 3-4) procurou compreender o fenómeno pelas relações de poder entre o Estado e o bandido, encaradas como a oposição entre o uso de

---

<sup>5</sup> Este especificamente para as múltiplas citações relevantes à criminologia romana e ao estudo da mesma no Egipto.

violência que era considerado justo e legítimo pelo Estado, e a apropriação da violência por indivíduos cujas acções iam contra a ordem social e moral imposta. Realçou igualmente o papel do banditismo na sociedade romana, as diferentes formas como se manifestava e ainda os mecanismos que davam origem e viabilizavam a sua existência.

Complementa a investigação prévia noutras publicações sobre temáticas diversas, como as regiões semiautónomas da Isáuria-Cilícia e da Mauritânia Tingitana (respectivamente, 1990 e 1986).

Shaw (2004, p. 372-373) criticou os estudos de banditismo realizados até à data por não irem além das fontes primárias. As tentativas de inclusão dos bandidos na análise dos ‘grupos marginais’ são também alvo de críticas (dá como exemplo Neri, 1998). Segundo o autor, a maioria não apresenta nenhum modelo que explique como cada grupo surgiu e em que contexto o fez, ou que responda à questão das raízes da marginalidade.

Van Hooff (1988), em *Ancient Robbers*, procura explorar os reflexos do banditismo nas fontes da época, numa óptica de discernir a ficção dos factos. Neste âmbito, apresenta uma análise útil das diferentes formas do estudo e interpretação do *latro*, ora como um símbolo do caos e do selvagem face à ordem civilizacional, um termo de crítica e indignação, uma realidade do dia-a-dia dos viajantes e ainda como um símbolo de valores nobres e incorruptos. Contudo, o autor acaba por não ter em consideração algumas das condicionantes literárias que acompanhavam o uso do termo.

Outra obra crucial ao estudo de temáticas relacionadas com o banditismo é a de Grünewald (2004), *Bandits in the Roman Empire* (publicada originalmente em 1999, em alemão, sob o título de *Räuber, Rebellen, Rivalen, Rächer*). O autor, confrontado com as limitações das fontes, procura responder essencialmente a duas questões: quem é que era identificado como *latro*, e o que era entendido por *latrocinium*. Na sequência da investigação concluiu que os *latrones* históricos, como aludidos nas fontes (mesmo quando o termo *latro* não era explicitamente empregue), eram em grande parte uma construção literária e não um tipo social.

A metodologia seguida baseia-se num quadro tipológico no qual são definidas todas as características e acções atribuídas aos *latrones* históricos. Desta forma, enquadra cada tipo em categorias básicas distintas: segundo as suas personalidades, o ‘bandido comum’ e o ‘bandido nobre’, e segundo as suas acções, o ‘bandido’, ‘rebelde’, ‘rival’ e ‘vingador’. Estes tipos não são exclusivos, visto que um indivíduo raramente é

caracterizado por um único ideal social ou modelo literário. A estrutura da obra, como indica o título em alemão, segue precisamente os últimos quatro modelos.

Sobre a investigação do banditismo nos romances greco-romanos, particularmente “O Burro de Ouro” de Apuleio, destaco a publicação de Riess (2002), *Between Fiction and Reality*. Nesta são estudadas algumas problemáticas em torno da análise e historicidade dos textos de ficção, com paralelos às ofensas criminais registadas nas petições egípcias.<sup>6</sup>

Igualmente, Fagan (2011), em *Violence in Roman Social Relations*, explora os crimes praticados no romance de Apuleio e apresenta um quadro de todas as ocorrências violentas registadas no mesmo.

Mais tarde Riess (2011), em *The Roman Bandit (Latro) as Criminal and Outsider*, abordou também a questão do bandido com ênfase no aspecto social da criminalidade (mecanismos e fontes) e nas manifestações do suposto ‘banditismo’ em regiões e entidades distintas.

No que remete às ditas petições, a obra de Kelly (2011), *Petitions, Litigation, and Social Control in Roman Egypt*, entra em detalhe sobre os cuidados necessários à análise deste tipo de fontes e a fiabilidade da informação que pode ser esperada de cada uma das suas componentes.

A tradição alemã tem-se debruçado sobre questões relativas ao banditismo, com um amplo conjunto de publicações na língua materna. Devido às dificuldades de acesso e interpretação das mesmas, simplesmente não foi possível contabilizar os seus contributos. Grünewald (2004, p. 10-11) percorre a investigação histórica até à data e Shaw (2004, p. 371-374) menciona várias publicações, às quais acrescento (entre outras) a de Jung (2011), *Latrones! Wegelagerei und Räubererunwesen in römischen Reich* e as de Lafer (2001, 2003 e 2004).

Relativamente à temática da viagem em época romana a investigação conta com um percurso extenso, do qual apenas são aqui salientadas algumas obras. É frequente a omissão por completo dos perigos da viagem, ou a menção destes de forma superficial e

---

<sup>6</sup> V. em particular a publicação em alemão de Riess, 2001, *Apuleius und die Räuber*, onde também é apresentada uma tabela com diversos parâmetros das petições.

em poucos parágrafos. Em certos casos é atribuída uma atenção mais cuidada a esta realidade.

Um dos primeiros estudos a realizar uma abordagem geral e de larga escala da viagem no mundo antigo, com ênfase na Época Romana, pertence a Casson (1974), *Travel in the ancient world*. Este não dedica um único capítulo aos perigos, dificuldades e inconvenientes da viagem, embora aluda a esta realidade ao longo do texto.

Em *Travel and Geography in the Roman Empire*, editado por Adams e Laurence (2001), surge um pequeno capítulo na entrada de Adams, *'There and back again' Getting around in Roman Egypt*, sobre os problemas e restrições que afectavam os viajantes na região, com recurso à abundância de informação daqui proveniente.

Huebner (2019), em *Papyri and the Social World of the New Testament*, embora não focado explicitamente na viagem, recorre à mesma informação para descrever as questões de mobilidade no Egipto.

Por sua vez, Donati (2013) em *Viator: il viaggio dei Romani*, reserva um capítulo a assassinos, bandidos e piratas.

Um conjunto vasto de publicações dedicadas ao estudo de estações viárias, albergues e itinerários correspondentes, pode ser encontrado em *Statio Amoena: Sostare e Vivere Lungo le Strade Romane*, sob a edição de Basso e Zanini (2016). Os temas abarcados compõem, entre outros, a identificação arqueológica e contextualização destas estruturas no território local e no sistema macro-territorial do Estado, a sua evolução ao longo do tempo e funções associadas, os responsáveis pela sua construção e manutenção, e a análise das problemáticas levantadas pelos itinerários.

Incidindo fundamentalmente na vertente epigráfica, a entrada de Kolb (2018), *Communications and mobility in the Roman Empire*, em *The Oxford Handbook of Roman Epigraphy*, inclui uma compilação pequena de epígrafes de vítimas de bandidos.

Um conjunto menor de publicações é dedicado unicamente aos perigos da viagem. Blumell (2008) redigiu um artigo de nome *Beware of Bandits! banditry and land travel in the roman empire*, sobre os perigos da viagem com ênfase no banditismo e as medidas tomadas pelo Estado e habitantes do Império contra esta ameaça.

A contribuição relativamente recente de Buonopane (2016), *Inter vias latrones sum passus (CIL VIII 2728, 18122)*, forma a base de qualquer estudo que pretenda investigar os perigos da viagem. O autor reúne e analisa pela primeira vez um conjunto

significativo de vítimas de bandidos, provenientes não só de vestígios epigráficos, mas também da literatura e dos documentos da província do Egipto. As vítimas formam assim, ao contrário de grande parte dos estudos anteriores, o foco da análise. São organizadas segundo uma tabela com categorias pertinentes. Buonopane procura também realçar que os perigos do banditismo aos viajantes, embora dramatizados nas fontes literárias (pela sua própria natureza), eram amplos e frequentes.

Entre os artigos que abordam epígrafes individuais, destaco a importante contribuição de Sharankov (2017), *A Verse Epitaph and Other Unpublished Inscriptions from Heraclea Sintica*<sup>7</sup>, uma *editio princeps* em inglês de uma inscrição significativa que pormenoriza o contexto de uma morte viária.

Do mesmo modo, saliento a publicação de Petraccia (2007), *Magistrati municipali uccisi da latrones: il caso di Drobeta (Dacia)*<sup>8</sup>, de Panciera (2006), *Occisus a Malibus*, de Cuomo (2011), *A Roman Engineer's Tales*, de Flam-Zuckerman (1970), *A propos d'une inscription de Suisse (CIL XIII, 5010)* e Mottas (1978), *Un nouveau notable de la Colonie Equestre*.

Gunnella (1995), em *Morti improvise e violente nelle iscrizioni latine*, oferece alguns detalhes sobre vítimas de bandidos no registo epigráfico.

O registo arqueológico de mortes violentas abre a possibilidade a interpretações de ataques por bandidos, com toda a reserva e cepticismo necessários. Novak (2010) admite esta possibilidade nos achados humanos de Zadar, após análises osteológicas e uma contextualização histórica, em *Tavern Brawls, Banditry and Battles: weapon injuries in roman Iader*.

Na Península Ibérica a questão do banditismo vem quase sempre associada à fase da conquista romana e resistência dos povos indígenas. O que é aqui entendido como ‘banditismo’ raramente coincide com a prática da criminalidade viária e adoptou, desde o início, conotações fortemente idealizadas. Aguilera Durán (2016), em *De ladrones, guerrilleros y revolucionarios: el tópico del bandidaje en la Iberia prerromana*, percorre as diversas tendências historiográficas que motivaram as descrições do ‘banditismo’ e acções das populações hispânicas, como a visão imperialista romana do *latro*, a visão nacionalista do guerrilheiro e defensor da pátria contra os invasores, e a perspectiva socialista, enquanto revolucionários. Viriato assumiu um papel central em algumas destas

---

<sup>7</sup> V. também Sharankov, 2004 e 2016.

<sup>8</sup> V. sobre as infracções dos *stationarii*, Petraccia, 2001 e 2016.

perspectivas. A sua idealização adoptava particularidades e funções distintas conforme os interesses e contexto cultural dos seus autores. Fabião e Guerra (1998) exploram esta realidade em *Viriato: em torno da iconografia de um mito*.

### 2.3. A viagem no mundo romano

A estrada desempenhou um papel fundamental ao longo de toda a história romana. A qualidade e amplitude da rede viária criada pelos romanos constitui uma das componentes mais marcantes do seu legado e uma das suas vertentes mais conhecidas e apreciadas. A excelência dessa monumental obra consolidou-se ao longo dos tempos entre os historiadores e persiste de forma sólida na visão que o cidadão comum adquiriu do nosso passado.

O imenso complexo viário romano desenvolveu-se como marca da sua cultura, como estratégia de consolidação do domínio romano sobre o território, mas também como um importante eixo de comunicação e união entre as distantes regiões do Império. Caminhos percorridos por exércitos eram seguidos por mercadores e depois por aqueles que se adaptavam à nova realidade política e social (como colonos e populações indígenas).

De facto, desde cedo que Roma implementou uma política de desenvolvimento da rede viária e já entre os séc. IV-II a.C. estava definido o traçado geral dos grandes eixos da Península Itálica. Por outro lado, o processo de construção de uma estrada era complexo e envolvia conhecimentos e perícia em diversas áreas, com dificuldade acrescida para a construção de pontes, galerias subterrâneas e vias em terreno montanhoso (Donati, 2013, p. 18-19).<sup>9</sup>

O nosso conhecimento a respeito da ampla rede de estradas desenvolvida em período romano decorre dos miliários. Ao longo das vias, estes marcos pontuavam a paisagem a distâncias regulares e como verdadeiros companheiros de viagem, permitiam ao viajante definir com precisão o ponto da via em que se encontrava. Grafado no monumento que, a partir da Época Imperial adopta definitivamente a forma do cipo cilíndrico, podia ser observado além da contagem de milhas até ao miliário em questão

---

<sup>9</sup> V. Kolb, 2018, p. 650-654, sobre as estradas, os seus estatutos e a sua construção numa variedade de contextos.



(apenas uma parte dos miliários indicava quantas milhas faltavam para a etapa seguinte), o nome do indivíduo que em Época Republicana foi responsável pela construção da via e o modo como operou (eram frequentemente pretores e cônsules), algo que é futuramente substituído pelo nome dos imperadores. Em ambiente rural, particularmente em regiões com um menor grau de romanização, o miliário representou durante um extenso período o único elemento estável de escrita latina e da realidade geográfica e administrativa do mundo romano (Donati, 2013, p. 19-20 e p. 24).<sup>10</sup>

Parte destas estradas, em particular os eixos principais, é também conhecida através dos itinerários viários. Estes eram um instrumento de orientação importante e, embora fossem úteis em contextos militares, eram também utilizados no planeamento de viagens de membros ou funcionários do Estado e por privados. Já existentes em Época Republicana, os mais conhecidos remontam aos séculos III-IV d.C.: o Itinerário Antonino, o Itinerário Burdigalense/*Hierosolymitanum* e a Tábula Peutingeriana (Basso, 2016, p. 28).<sup>11</sup>

### 2.3.1. Os meios de transporte e o alojamento

Percorrer as estradas, especialmente com destino a sítios distantes, exigia recursos que não eram acessíveis a todos. Tal implicava suportar os meios de transporte, alojamento, alimentação e outros custos adicionais, além da ausência do trabalho e consequentemente, do salário.

Para a viagem podiam ser necessários carros pequenos de duas rodas, que acomodavam duas ou três pessoas mais alguma bagagem, ou carros de quatro rodas, que eram mais robustos, amplos e apropriados para viagens longas. Como exemplo dos últimos temos a *carruca dormitoria*, composta por um carro coberto com uma tenda em pele que protegia os passageiros e o condutor dos elementos, e permitia a viagem de noite. Era utilizada principalmente por funcionários públicos. Ambos os tipos de carros eram puxados por cavalos ou mulas. Quando os carros sofriam danos que não permitiam a continuação do percurso, existiam oficinas próprias que disponibilizavam assistência aos viajantes. Segundo o edicto de Diocleciano, aqueles que não eram capazes de comprar as

---

<sup>10</sup> V. Kolb, 2018, p. 654-660, sobre os miliários.

<sup>11</sup> V. Brodersen, 2001, p. 7-19 e Salway, 2001, p. 22-60, sobre as formas de orientação geográfica acessíveis aos viajantes, nomeadamente *tabellaria* (compiladas depois em *itineraria adnotata et picta*), essencialmente listas simples e representações estilizadas de pontos relevantes ao longo de uma ou mais rotas; v. Donati, 2013, p. 24-28, para exemplos de inscrições com indicações viárias.

suas próprias carruagens podiam arrendar serviços privados por dois denários por milha, para cada pessoa (*Edict. imp. Diocl. 17.1*) (Donati, 2013, p. 43-45).

Analisando a interessante documentação proporcionada pelos papiros, Huebner (2019, p. 98-101) considera que no Egito romano as opções de transporte se resumiam a quatro: a pé, de burro, de carro, ou por embarcação. Os seus custos poderiam variar significativamente e, por isso, a utilização das diferentes alternativas dependia das disponibilidades económicas de cada um. O preço da compra directa de um burro era cerca de metade do salário anual de um trabalhador comum, pelo que a maioria era obrigada a alugar burros de um profissional especializado. Adicionalmente, a viagem por embarcação envolvia custos substanciais, mesmo para distâncias curtas: de *Fayum* a Alexandria no séc. II d.C. custava cerca do dobro do salário mensal de um trabalhador comum. Até aqueles com os meios necessários viam dificuldades em encontrar um capitão que estivesse disposto a transportar passageiros.<sup>12</sup>

Para os grandes percursos as viagens por mar ou rio continuavam a constituir uma alternativa com frequência mais rápida e conveniente, e em muitos casos inevitável. Não existiam, porém, embarcações desenhadas unicamente com o propósito de transportar passageiros. As travessias marítimas eram realizadas sobretudo em navios mercantis, ao longo da carga (ou no caso de figuras de relevo, partilhando a cabine do capitão) e cada passageiro era responsável pelas próprias refeições. A proibição da navegação durante o Inverno (o *mare clausum*) e os custos elevados eram algumas das inconveniências da viagem marítima (Donati, 2013, p. 23 e 31).<sup>13</sup>

O estuário do Tejo e o curso do rio até Santarém é exemplo da complementaridade entre um percurso terrestre, fluvial e marítimo. O Tejo era uma via importante e amplamente frequentada, não só ao nível regional, mas também por contactos Atlânticos e Mediterrânicos. Após a conquista romana do território não tardou a construção de um itinerário (a ligação entre os principais centros urbanos, *Olisipo* e *Scallabis*) certamente sobre os caminhos proto-históricos ao longo do rio, que permitia uma viagem igualmente conveniente e cómoda por terra. Em Época Imperial este itinerário correspondia a parte do eixo que ligava o principal porto da província à capital (Mérida), elevando-o a uma

---

<sup>12</sup> V. POxy. 14.1773 e POxy. 7.1068; v. também Adams, 2001, p. 145-148, sobre os meios de transporte no Egito romano e os custos associados.

<sup>13</sup> P. 48-49 para mais detalhes sobre a viagem fluvial e em lagos, composta maioritariamente pelo transporte de mercadorias pesadas.

grande estrada administrativa ao serviço do *vehiculatio/cursus publicus* (Pimenta e Mendes, 2007, p. 190-223<sup>14</sup>; Mantas, 2012a, p. 7-11 e 19).

O alojamento era outro dos elementos indispensáveis durante viagens longas. Os itinerários romanos dão ampla conta do sistema de estações viárias que servia de apoio aos viajantes, a respeito do qual a epigrafia e a arqueologia pouco dizem. Da literatura clássica podem deduzir-se, todavia, algumas informações relevantes.

Desde já, indivíduos de diferentes estratos realizavam viagens de longo curso de formas distintas. Para a elite os contactos sociais eram bastante mais relevantes do que recursos monetários e esta era frequentemente alojada, em nome da hospitalidade, de graça e com todos os confortos pelos amigos ou por conhecidos. Em regiões estranhas podiam levar consigo cartas de recomendação de amigos com ligações no território em questão. A estadia em casas de privados era, naturalmente, mais confortável do que em albergues públicos. Contudo, o viajante comum não possuía cartas de recomendação ou escravos que viajassem adiante para tornar a viagem mais confortável e necessitava de pagar por camas em estalagens, ou dormir ao ar livre. Para o desgosto dos viajantes a higiene na maioria destas estalagens era imprópria, criando um ambiente inadequado não apenas para os padrões actuais, mas também para os da própria época. Parasitas eram provavelmente muito habituais e dificultavam o repouso dos viajantes. Tinham de contar também com a possibilidade real de os seus pertences serem roubados, embora esta responsabilidade recaísse sobre o dono da estalagem em certas ocasiões (*Dig.* 47.5.1.6) (Donati, 2013, p. 50-51; Huebner, 2019, p. 112-113; Paola, 2016, p. 13).

Os roubos deste tipo por outros viajantes eram frequentes. É provável que tenha sido o que aconteceu a um indivíduo, cujo nome desconhecemos, que coloca um voto a Atégina Turóbriga Prosérpina (CIL II 462, de Mérida) no sentido de castigar o desconhecido que lhe roubou um conjunto de vestuário em que se incluem, entre outras, seis túnicas, uma camisa (*indusium*) e uma capa de linho (*paenula lintea*) usada com frequência em viagens.

Esta mesma circunstância encontra-se documentada nas fontes literárias, nomeadamente quando Cipriano refere que os viajantes alojados em *mansiones* temem

---

<sup>14</sup> Vestígios arqueológicos da via podem ser observados na escavação do Museu do Neo-realismo de Vila Franca de Xira, uma estrutura pavimentada e dotada de bermas, de cerca de 5,20m de largura, originalmente edificada no séc. I d.C.

ser despojados dos seus pertences (Cypr. *epist.* 68.3; cf. Cassiod. *var.* 1.17, onde Cassiodoro se queixa das *durissimae mansiones* dos ‘bárbaros’) (Paola, 2016, p. 16).

O termo *caupo* designava a figura profissional associada à actividade comercial da hospitalidade (Guennecc, 2016, p. 82). Os espaços de alojamento viário aparecem genericamente designados como *mansiones*, ainda que outras terminologias possam ser usadas para designar diversos tipos de estruturas de apoio ao viajante, como *cauponae* ou *tabernae*.

As *tabernae*, enquanto estruturas pertencentes a privados e proprietários, dependiam frequentemente de *villae* instaladas nas proximidades das estradas, uma noção reforçada por Varrão: “*Se, num fundus próximo de uma grande estrada, existir um local apropriado para receber viajantes far-se-à bem em construir aí um albergue (tabernae devorsoriae)*” (Varro, *Rust.* 1, 2, 23). Este tipo de edificações era geralmente composto por uma cozinha, um dormitório, balneário e por vezes uma estrebaria (Mantas, 2012a, p. 12, traduz o excerto em questão; Basso, 2016, p. 34).

A identificação *in situ* dos albergues comerciais e dos serviços aí prestados não é fácil. Edifícios com um pátio central, pórticos ou estruturas alinhadas segundo as vias, equipamentos de serviço a viajantes e grandes quantidades de material de cozinha ou de serviço podem ser indicadores significativos, mas não denunciam necessariamente se aí eram desempenhadas funções comerciais ou oficiais. Nos albergues de Pompeios, Herculano e Óstia, estruturas para o comércio alimentar e a recepção de animais e de carros são relativamente claras, mas as destinadas ao repouso ou à prostituição tornam-se mais ambíguas. A sua presença conjunta pode apontar para um albergue, mas individualmente não fornecem dados suficientes para sustentar uma proposta, não só porque não são comuns a todo o conjunto, mas também porque ocorrem noutros contextos. Como tal, os exemplares destas três cidades não permitem criar uma proposta tipológica de albergue comercial que possa ser aplicada ao mundo rural (Guennecc, 2016, p. 82-89).

Os nomes tipicamente atribuídos às estalagens chegam-nos de fontes variadas, mas especialmente do Itinerário de Antonino. Frequentemente provinham de animais exóticos (o mais comum era o elefante) ou de animais comuns (ex. de *Ad Gallum Gallinaceum*, de Cartago), de características topográficas locais (*Ad Aquas*, *Ad Fines*, *Ad Saxa Rubra*), de indicações viárias (*Ad Octavum*), dos serviços prestados (*Ad Sorores IIII*, de Roma, CIL VI 10036) e em certos casos apenas era referido o nome do proprietário (Donati, 2013, p. 53-54).

A alimentação que podia ser adquirida ao longo da estrada era simples (ex. do pão e queijo) e a ênfase era colocada sobretudo na bebida (ex. do vinho e água). Uma inscrição de Isérnia que transmite uma cena algo caricata, provavelmente uma lista dos preços e serviços prestados numa estalagem, é disfarçada como um monumento funerário de um casal de libertos(?) com nomes sugestivos, um *Eroticus* e uma *Voluptas*, supostamente realizado enquanto ainda vivos. Figura um viajante adornado de um *cucullus* (uma capa com capuz para a protecção dos elementos) a discutir as contas da estadia com o dono da estalagem (o primeiro simbolizado como um [A] e o segundo como um [B]): “[A]: Hospedeiro, façamos as contas. [B]: Um sextário de vinho e o pão, um asse, o acompanhamento (provavelmente queijo), dois asses. [A]: Certo. [B]: A rapariga, oito asses. [A]: Isto também está certo. [B]: O feno para a mula, dois asses. [A]: Esta mula vai levar-me à ruína” (CIL IX 2689). No vale do rio Pó, segundo Políbio (Plb. 2.15.5), além da abundância e o baixo preço dos bens essenciais, os viajantes que eram hospedados em estalagens apenas pagavam uma taxa fixa por dia (que era possível combinar com antecedência) e não necessitavam de negociar separadamente por cada serviço ou artigo da qual usufruíam (Donati, 2013, p. 51-53).

Cassiodoro (Cassiod. var. 11.12), no *Edictum de pretiis per Flaminiam*, dá conta da normativa que fixava os preços máximos para a província de Flaminia, com a qual, supostamente, se obrigava os hospedeiros a assegurarem preços razoáveis sobre pena de multa (Paola, 2016, p. 14).

Uma placa publicitária de uma estalagem em Lyon anuncia os vários benefícios dos quais o viajante podia usufruir se ali repousar, em comparação às estalagens concorrentes: “Aqui Mercúrio promete o lucro, Apolo a saúde, *Septumianus* a acomodação e a comida. Quem aqui vem, sente-se melhor depois. Hóspedes estejam atentos a onde param” (CIL XIII 2031) (Donati, 2013, p. 49, comete um lapso ao apontar para a inscrição CIL XII 2031).

Infelizmente, ainda pouco é conhecido das especificidades e condições regionais do repouso dos viajantes, ou quão seguros se sentiam nesse repouso (Huebner, 2019, p. 102-103).

### 2.3.2. Os motivos para a realização de uma viagem e quem viajava

O Egipto romano proporciona um conjunto rico de informação pertinente à viagem, do qual podem ser extraídas algumas das ocasiões que motivavam esta

actividade<sup>15</sup>. O comércio e o transporte ‘público’ e privado de mercadorias eram talvez as ocasiões mais comuns para o uso das estradas, mas a correspondência de cartas entre familiares revela que as pessoas também viajavam (por vezes com alguma prontidão) devido a circunstâncias especiais: como o nascimento de uma criança, aniversários, familiares adoecidos e até mortes e funerais. Os festivais religiosos eram outro catalisador para uma jornada. Numa carta de Petosíris à irmã, Serénia, que estava em Oxirrínco, este pede que venha a um festival e que lhe escreva se vem de embarcação ou de burro (POxy. 1.112) (Huebner, 2019, p. 89).

Vários exemplares relatam a necessidade de indivíduos em *Fayum* ou Oxirrínco viajarem a Alexandria para audiências em tribunais. Também os militares eram obrigados a viajar no começo e fim do serviço militar, assim como no decurso de missões. A migração para a procura de oportunidades de trabalho, mesmo que temporário, era frequente. Jovens de 10 a 13 anos eram acolhidos por mestres, situados normalmente noutra aldeia ou cidade, para a aprendizagem de ofícios. Apenas regressavam a casa nos feriados. Os mais ricos enviavam os filhos à respectiva capital, acompanhados de um escravo, onde aprendiam em escolas e eram acolhidos por familiares ou amigos. Neste contexto as visitas entre pais e filhos eram bastante mais comuns (Huebner, 2019, p. 89-90).<sup>16</sup>

A legislação romana tinha em especial consideração o impacto do banditismo no decurso destas actividades, como teremos oportunidade de verificar nos capítulos subsequentes.<sup>17</sup>

Ainda no Egipto, o motivo mais comum para a viagem da mulher era o parto. Frequentemente, no fim da gravidez, a mulher regressava à casa dos pais. Quando não o podia fazer, outras familiares ou amigas viajavam prontamente para fornecer assistência (v. exemplos de SB 14.11580 e BGU 1.261). Podia acompanhar também o marido quando este encontrava trabalho na capital do *nome* ou em Alexandria. As mulheres mais ricas viajavam também para gerir propriedades e tenentes (v. POxy. 33.2680). Não era habitual necessitarem de escoltas masculinas, mas raramente viajavam sozinhas (Huebner, 2019, p. 95-97).

---

<sup>15</sup> V. também Adams, 2001, p. 148-152 e Kolb, 2018, p. 663-664, sobre os motivos para a viagem segundo cartas privadas recolhidas no Egipto romano, e as formas de circulação das mesmas.

<sup>16</sup> P. 106-107 transcreve POxy. 1.119, uma carta de um rapaz amuado ao pai, a pedir que o leve a Alexandria para estudar.

<sup>17</sup> V. capítulo 4.1.1.

Deste modo, as vias eram amplamente percorridas por viandantes de todos os tipos. Os próprios viajantes agiam como um correio informal, ao transportarem consigo correspondências e mensagens pertencentes a familiares, amigos ou até completos estranhos, cujo destinatário coincidia com o trajecto que percorriam. Esta realidade está amplamente atestada em *Fayum*. Apenas o Estado tinha acesso ao correio imperial e eram poucos aqueles com recursos para adquirir um mensageiro privado (Huebner, 2019, p. 90-92).

A partir do Egipto greco-romano podem ser extraídas algumas generalizações para as restantes províncias. A viagem era realizada por membros de quase todas as ordens, incluindo das mais pobres (excepto talvez aqueles em pobreza extrema) e, embora longe de ser económica, a maioria conseguia pagar as viagens necessárias. As pessoas tinham consciência da geografia da sua província, como chegar aos destinos desejados e o tempo que o trajecto levava. Tanto o homem como a mulher viajavam por motivos variados, mas evitavam fazê-lo sozinho(a)s. Quando não possuíam os recursos necessários era frequente a jornada ser subsidiada por familiares (Huebner, 2019, p. 113-114).

Para os mais abastados a viagem podia simbolizar também um passatempo idílico, com rumo a *villae*, propriedades perto do mar e estações termais. Em 465 d.C., Sidónio Apolinário atrasa-se na sua viagem devido à estadia deleitosa nos *agri amoenissimi*, dele e do seu cunhado Tonâncio Ferréolo, num *deuersorium* de luxo com termas e uma área de estudo (Sidon. *epist.* 2.9) (Paola, 2016, p. 13). Baia, no golfo de Nápoles, era um dos destinos de lazer mais populares em Época Imperial e atraía ‘turistas’ de províncias distantes: recordações do séc. III-IV d.C., sob a forma de pequenas ampolas em vidro onde era inciso um panorama da cidade, foram encontradas um pouco por todo o Império, desde a Península Ibérica à Itália. Por outro lado, as termas e os santuários terapêuticos eram um importante destino salutar e uma fonte de alívio ou até de cura das doenças e aflições que afectavam muitos. Aqueles que possuíam os meios necessários realizavam verdadeiras peregrinações na procura destes benefícios (Donati, 2013, p. 54-57).

O principal destino da viagem por motivos culturais ou para o aprofundamento de estudos era o mediterrâneo oriental (Grécia, Ásia Menor e Egipto), onde existiam inúmeras escolas de filosofia e medicina (Donati, 2013, p. 58-61).

Com o advento do cristianismo a Palestina constituiu um polo de atracção de crentes de todo o Império, já desde o séc. II d.C., mas sobretudo a partir do séc. IV d.C., devido aos actos do imperador Constantino (Donati, 2013, p. 71-73).<sup>18</sup>

Outros necessitavam de viajar devido às exigências dos cargos que ocupavam. São exemplo os mercadores e, na esfera pública, todo o aparato do Estado. O próprio imperador Adriano é descrito como um grande apreciador da viagem (Hist. Aug. *Hadr.* 17), estando até mais de doze anos fora de Roma, a visitar e administrar todas as províncias do Império (Donati, 2013, p. 67-69).

O desejo de conhecer, a ambição humana ou a pura necessidade levaram também à realização de expedições com rumo a terras distantes. Embora grande parte destas seja de natureza marítima, Roma adoptou a particularidade de favorecer a sua realização por terra, algo que era facilitado pelos vários Estados clientes. A maioria centrava-se no interior de África, embora também sejam conhecidas expedições para o Norte da Europa, como a de um cavaleiro romano no ano 50 d.C., que percorre a ‘estrada do âmbar’ desde Carnunto, na Panónia Superior, até ao Báltico, num percurso por terra com cerca de 900 km. Outras, com começo nas regiões do Egipto e da Líbia teriam a função de encontrar rotas directas para a Arábia e Índia. Plínio descreve em detalhe o trajecto mais curto para a Índia com começo em Alexandria, que além de árduas milhas (e calor intenso, se escolhessem não viajar de noite), envolvia o pagamento de ‘passaportes’ para a travessia nas estradas, como no caso de Coptos<sup>19</sup> e abastecimentos de água em *hydreumata*, estações fortificadas para esse propósito<sup>20</sup> (Plin. *Nat.* 6.101-106) (Donati, 2013, p. 11-14).

### 2.3.3. A questão da *vehiculatio* ou *cursus publicus* e das estações viárias

Toda a rede de informação romana envolvia, naturalmente, a viagem. Augusto criou a *vehiculatio* (mencionada nas fontes, a partir do final do séc. III d.C., como *cursus publicus*) para facilitar a comunicação entre o centro do poder e os oficiais administrativos

---

<sup>18</sup> V. Huebner, 2019, p. 107-113, para descrições de viagens nos textos cristãos e p. 98, para o relato da peregrinação de Egéria, documentada pela própria na penúltima década do séc. IV d.C. Viajou em grupo durante três anos, sobre água, a burro e a pé, com a hospitalidade de monges, albergues públicos e por vezes escoltas militares, sem qualquer incidente perigoso.

<sup>19</sup> OGI 674, conhecido como o tarifário de Coptos, descreve as quantias a pagar segundo a ‘categoria’ de cada viajante, datado a 90 d.C.

<sup>20</sup> Cf. ILS 2483 = CIL III 6627, corrigida em CIL III 14147; Kennedy, 1985, p. 156-160; Bagnall, 1977, p. 68-70.



e militares pelo Império (cf. Suet. *Aug.* 49), assim como para a viagem daqueles que agiam em nome do Estado. A *vehiculatio* era supervisionada por um cavaleiro que detinha a *praefectura vehiculorum* (ex. em CIL III 6075). Teve início como um sistema intervalado de estafetas, para depois englobar estações que frequentemente coincidiam com estalagens abertas ao público nas regiões mais densamente povoadas, equipadas com meios de transporte para quem possuísse autorização (*diploma*). Os custos destes serviços dependiam quase inteiramente daqueles que habitavam ao longo das vias. Um edicto do governador da província da Galácia, do início do reino de Tibério, refere detalhadamente as obrigações da população local perante aqueles que viajavam em nome do Estado: não só do transporte e da alimentação, mas também do alojamento, sendo depois recompensados segundo uma taxa fixa (AE 1976, 653). No entanto, os fardos sobre a população eram pesados e agravados pelo abuso ilegal dos serviços por parte dos viajantes (cf. Plin. *Epist.* 10.120-121) (Kolb, 2016, p. 4-5, consultar notas 8 a 14 para exemplos das medidas tomadas contra o abuso destes serviços; Donati, 2013, p. 22-23).<sup>21</sup>

Como mencionado, a coexistência entre ambas as estações do *cursus publicus* e albergues geridos por privados e abertos ao público leva a que seja extremamente difícil distinguir a sua terminologia, arquitectura e funções. Por outro lado, a nomenclatura destas variava não só ao nível local (ex. das *hydreumata*) mas também—e sobretudo—ao longo do tempo, sendo que até ao fim do séc. III d.C. a denominação de *mansio* ou *mutatio* não era a norma (Basso, 2016, p. 28; Kolb, 2016, p. 4).

A discussão em torno das estações viárias é complexa e de difícil articulação. Não nos cabe aqui aprofundar esta temática além dos pontos essenciais.<sup>22</sup>

Face às limitações, deparamo-nos com a quase inevitabilidade da generalização do termo *mansio* para descrever todos os tipos de estações viárias. Não é possível corresponder cada vocábulo latino a uma tipologia arquitectónica específica, uma vez que esta variava segundo factores regionais, climáticos e culturais<sup>23</sup>. As fontes são também pouco claras quanto às funções associadas a cada tipologia, e os respectivos serviços podiam ser levados a cabo numa ampla variedade de estruturas, ao longo do tempo, sem

---

<sup>21</sup> V. Kolb, 2001, p. 95-103 e Kolb, 2018, p. 660-663, sobre o *cursus publicus* enquanto infra-estrutura.

<sup>22</sup> V. Basso, 2016, p. 28-36, para uma análise das estações viárias nos itinerários; v. Zanini, 2016, p. 77-78, Corsi, 2016, p. 60 e 64-65, Paola, 2016, p. 9-16, para análises da continuidade e ruptura das estações viárias em Época Tardia, da amplitude dos serviços prestados nestas e de quem os usufruía, a sua relação e papel com o território circundante, e os efeitos do cristianismo; v. Crogiez-Pétrequin, 2016, para uma análise das *mansiones* e *mutationes* nos textos jurídicos de Época Tardia.

<sup>23</sup> V. Paola, 2016, p. 11, sobre a diversidade das estações viárias; v. Kolb, 2016, p. 3-7, para exemplos concretos.

qualquer vestígio arqueológico. O indicador arqueológico mais fiável para uma distinção correcta pode decorrer da relação topográfica próxima com importantes eixos viários.<sup>24</sup> No entanto, não só este não é um dado adquirido como a complexidade da evolução da rede viária nem sempre permite uma associação directa. Outros factores, quando combinados, como edificações em estilo de peristilo associadas a estruturas de serviço (por ex. banhos) e estábulos, podiam indicar a presença, senão de uma estação, pelo menos de uma área com funções de hospedagem e serviço de viajantes. A numismática é também característica destes locais, particularmente quando distribuída de forma constante ao longo de um determinado período, mas nada diz sobre as funções específicas desempenhadas (Zanini, 2016, p. 72-74).

O desenvolvimento de uma perspectiva à escala macro-territorial na investigação da arqueologia de emergência nos últimos anos, particularmente em França, trouxe à luz uma rede urbana próxima das estradas, densa e articulada, que ia bastante além das inúmeras estações que nos são relatadas. Estas, por sua vez, eram mais do que simples anexos viários ao serviço da circulação de bens e pessoas, dado que serviam como ponto de contacto entre o território e rede viária local. Naturalmente, importa ter em conta especificidades socioeconómicas regionais, visto que a estrutura viária e populacional noutros territórios e contextos, como em áreas montanhosas ou costeiras, era necessariamente distinta da verificada nas planuras francesas (Zanini, 2016, p. 73-74).

Entre as novas dinâmicas trazidas pelas estradas, as estações viárias podem ser encaradas como “*central places*” que alteram inevitavelmente a estrutura económica e social local, mas cuja implantação é o produto de um planeamento exógeno do Estado central, em função das necessidades da *vehiculatio/cursus publicus*. Contudo, é precisamente esta origem exógena que estabelece uma ligação directa entre o microterritório e a macroeconomia do Estado, dependente e proporcional à importância e dimensão física da própria estação (ex. de uma simples *mutatio*, face a uma grande *mansio*). Enquanto “*central places*” as estações concentravam em si as principais funções organizativas (económicas, administrativas e sociais) do microterritório. Traziam consigo novos perigos típicos de uma estrada mais frequentada, mas também novas oportunidades económicas, servindo de núcleos de recolha dos bens locais para exportação e como redistribuidores locais dos bens externos que percorriam as vias. Formavam os filamentos

---

<sup>24</sup> A tarefa é facilitada por uma correspondência topográfica ou toponímica com os itinerários viários.

que unem as diversas redes citadinas, num dinamismo que perdurava durante (e por vezes após) a vida destas (Zanini, 2016, p. 74-77).

O equipamento que seria habitualmente encontrado nas pousadas foi documentado em *Dion* (actual Dio), na província da Macedónia, a partir de uma epígrafe *in situ* que lista o mobiliário adquirido por uma família para o estabelecimento de um *praetorium* dedicado à comunidade local (AE 2000, 1295). Descreve cinco camas confortáveis (*lecti cubiculari*), duas poltronas (*cathedra*), um triclínio em bronze (*triclinium aeratus*), uma lareira em ferro para cozinhar (*focus ferreus*), vinte camas vulgares (*grabattus*), vinte mesas e uma variedade de bancos, colchões e almofadas. O *praetorium* consistia assim numa pousada com estruturas anexadas, que permitiam o repouso nocturno e a alimentação, não só de pessoas importantes, mas também de viajantes comuns. A escavação do local por Pandermalis (2002, p. 99-107) confirmou a existência dos materiais, sendo conferidas cada uma das cinco camas confortáveis a quartos individuais na ala oriental, o triclínio situado num compartimento central da ala ocidental e as restantes vinte camas e mesas limitadas a dois quartos. Nas proximidades estariam instalações para outras necessidades dos viajantes (Kolb, 2016, p. 7; Kolb, 2018, p. 661-662).

### 3. O *latro* (bandido) em função dos perigos da viagem

#### 3.1. O conceito de *latro* e da sua profissão

##### 3.1.1. A definição do bandido neste estudo

Um dos problemas com que nos deparamos imediatamente após uma breve análise das fontes é a disparidade entre o que aqui consideramos como bandido ou banditismo e a sua equivalência em Época Romana. Os vocábulos latinos *latrones* (bandidos), no singular *latro*, ou *latrocinium* (banditismo) (TLL, vol. VII, 1014-17, *s.v. latro*) são utilizados amplamente nas fontes literárias para descrever uma variedade de fenómenos que vão além da criminalidade ocorrente na paisagem rural e nas vias. O termo latino englobava quadrilhas urbanas de criminosos, piratas, rebeldes, usurpadores, rivais políticos, populações estranhas, certos tipos de guerra e conflitos, entre outros usos metafóricos ou simbólicos do termo. Como tal, no estudo do banditismo antigo segundo a sua definição contemporânea vemo-nos confrontados com inúmeras dificuldades e questões para as quais as respostas não são inteiramente satisfatórias.

Em Época Romana os leitores eram certamente capazes de compreender as subtilidades que davam os diferentes significados à palavra, mas o historiador contemporâneo dificilmente distingue o tipo específico de *latro* em questão. O uso de *latro* era frequentemente metafórico, com o intuito de comparar certos indivíduos ou grupos a bandidos, e com o percurso do tempo, até nem os próprios autores estavam conscientes que o utilizavam como tal. Para estes era apenas uma palavra com vários significados, distintos segundo o seu contexto, e não uma figura de retórica (Grünwald, 2004, p. 2).

Este uso metafórico estava associado também a questões de poder. Aqueles que eram estigmatizados não se viam a si mesmos como bandidos ou criminosos, mas o antagonista como alguém à qual se deviam opor (Riess, 2011, p. 701).

Consequentemente, antes de prosseguir com qualquer outro tipo de análise, é prioritário definir e esclarecer em que consistia o bandido segundo os nossos critérios contemporâneos, e qual a sua equivalência em Época Romana.

Um bandido é aqui definido como aquele que pratica o crime violento com intuito de ganho material, circunscrito em grande parte ao mundo extra-urbano. Este distingue-se também pelo facto de fazer da criminalidade rural a sua principal ocupação e forma de sustento, pelo que frequentemente operava e estava inserido em quadrilhas. O banditismo manifestava-se de diversas formas, porém a análise vai enfatizar aquele que ocorria nas vias, nomeadamente o roubo ou assalto violento e o rapto de viajantes.

O Código Penal Português define o roubo como o acto praticado por “*Quem, com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair, ou constranger a que lhe seja entregue, coisa móvel ou animal alheios, por meio de violência contra uma pessoa, de ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física, ou pondo-a na impossibilidade de resistir [...]*” (artigo 210.º Roubo, 1.). Esta definição correspondia à *rapina* na legislação romana.

Blumell (2008, p. 5) segue a definição de bandido de Brunk (1963, p. 334)<sup>25</sup>, que o descreve como aquele que comete roubo de propriedade enquanto parte de um grupo, principalmente em áreas rurais, por vezes acompanhado de violência e associado ao confronto directo e não à furtividade. Blumell acrescenta que o banditismo se manifestava principalmente ao longo das vias e estradas, em contraste a assaltos a urbanizações rurais isoladas.

Importa frisar novamente que a nossa distinção do bandido é extremamente difícil de precisar nas fontes romanas. Porém, sem uma definição concisa do principal autor do tipo de violência à qual procuramos chegar, o estudo demonstra ser algo ambíguo.

A divisão dos bandidos entre aqueles que eram forçados ou que se dedicavam por vontade própria à criminalidade e os que apenas eram caracterizados como tal pela elite romana é também uma visão idealizada e estática do problema. Na realidade existia alguma fluidez entre as duas categorias: criminosos eram designados de ‘bandidos’ por motivos alheios e ‘bandidos alegóricos’ podiam igualmente praticar a criminalidade rural (Riess, 2011, p. 705).

O bandido era capaz de uma multitude de banditismos e outras actividades violentas além da criminalidade viária. Por sua vez, a criminalidade viária não era necessariamente praticada apenas por bandidos como aqui os definimos. Um indivíduo simplesmente não é unidimensional o suficiente ao ponto de se enquadrar ordenadamente

---

<sup>25</sup> Cf. McGing, 1998, p. 159.

nestas categorias. O potencial de um certo indivíduo ou acção representar um perigo aos viajantes é constante e problemático.

No romance de Aquiles Tácio (Ach.Tat. 2.16-18 e 5.7) a duplicidade dos pescadores-piratas ilustra a dificuldade em distinguir entre habitantes ‘honestos’ e criminosos fora-da-lei. É algo que dá azo a uma definição muito ampla e ambígua de quem exactamente eram estes ‘bandidos’ e ‘piratas’ (Fagan, 2011, p. 477).

### 3.1.2. A definição romana do *latro* e de *latrocinium* na legislação

A legislação e os juristas romanos são uma das fontes mais importantes para a definição do *latro*, tendo em conta a linguagem concisa e o contexto em que é empregue. É a partir desta definição que a palavra se transfigura noutros sentidos metafóricos.<sup>26</sup>

O roubo, como definido na lei criminal moderna (incluindo o Código Penal Português, já citado), correspondia em Época Romana à *rapina* e não ao *latrocinium*. Por sua vez, o roubo sem recurso à violência (*vis*) era definido como *furtum* (ex. da distinção em Dig. 47.9.3.5). A prática da *rapina* era uma das características que definia o *latro*, mas por si só não era o suficiente. Este era individualizado, numa categoria distinta dos outros ladrões, pela intenção perversa (*dolus malus*) do uso de armas (*vis armata*) para o roubo violento (*rapina/spoliare*), assim como a criação de quadrilhas/grupos unidos no mesmo propósito (*factiones, homines armati coactive*). Hierarquicamente abaixo do *latro* coexistia o *grassator*, traduzido como salteador, assaltante ou ladrão (em inglês: “mugger” ou “footpad”) e que geralmente era poupado do suplício em prol do trabalho forçado em minas ou o exílio a ilhas remotas. No entanto, a distinção entre os dois na lei nem sempre era clara: “*Footpads (Grassatores) who do it for the sake of loot are regarded as very close to brigands (latrones); and if they set out to attack and rob with swords, they suffer capital punishment, especially if they have committed the act repeatedly and on footpaths; others are condemned to the mines or relegated to islands.*” (Dig. 48.19.28.10)<sup>27</sup> (Grünewald, 2004, p. 15-16; Blumell, 2008, p. 5; Riess, 2011, p. 695; Van Hooff, 1988, p. 111).

O *praedo*, embora frequentemente associado a piratas (*piratae*), podia também denominar assaltantes.

---

<sup>26</sup> Para uma abordagem da violência na legislação romana v. Balzarini, 1969.

<sup>27</sup> Tradução de Watson, 1998d, p. 366; cf. Dig. 48.19.11.2: as acções de bandidos que criam uma quadrilha são premeditadas.

Dentro da categoria dos *latrones* existia ainda uma outra mais específica, a dos *latrones famosi*. Devido à sua notoriedade, ora eram enforcados e deixados à vista de todos nos locais que mais frequentemente atormentaram, ora eram condenados *ad bestias*, de forma a dissuadir outros criminosos e proporcionar algum conforto aos familiares e amigos das vítimas (*Dig.* 48.19.28.15; *Coll. Leg. Mos.* 1.6) (Grünwald, 2004, p. 15-16; Riess, 2011, p. 696).<sup>28</sup>

Séneca refere que a prática da lei mencionada acima, notada pelo jurista Calístrato, correspondia a um pensamento já corrente no início do principado (*Sen. De ira* 3.19.2). Durante o principado de Calígula ouvimos falar de “Tetrínio, o bandido” quando, numa arena, a audiência pede ao imperador que este lute como um gladiador. Tetrínio seria certamente um bandido ‘genuíno’ e possivelmente um dos *famosi* (*Suet. Calig.* 30.2) (Grünwald, 2004, p. 15-16, nota 9-10).

Outro surge num relato de Estrabão, e constitui o primeiro caso de uma *damnatio ad bestias*, julgado por Augusto. O condenado era um bandido sículo de nome Seluro, filho de Etna (o vulcão) (*Str.* 6.2.6) (Shaw, 1984, p. 20; Riess, 2011, p. 693; cf. Grünwald, 2004, p. 69-71).<sup>29</sup>

Adicionalmente, ao contrário dos outros criminosos, os *latrones insignes/famosi* não beneficiavam do direito de apelo da pena de morte: “*The constitutions which speak about receiving or not receiving appeals to the effect that no change is to be made [pending the appeal] have no application to the persons of those whom it is in the public interest to punish immediately on condemnation, such as notorious brigands or stirrers of sedition or leaders of gangs.*” (*Dig.* 49.1.16)<sup>30</sup> (Grünwald, 2004, p. 16, nota 11, num lapso aponta para *Dig.* 49.1.6 pr.).

Outra lei refere: “*It sometimes happens that the penalties for some crimes are made tougher, [for example] whenever the excessive numbers of persons engaged in highway robbery need a lesson.*” (*Dig.* 48.19.16.10)<sup>31</sup>. A redacção da frase dá a entender que o crime viário era frequente e, aliás, esta lei pode ser tomada como mais um sinal da sua ubiquidade.

---

<sup>28</sup> V, capítulo 5.1.4.

<sup>29</sup> Seluro é novamente abordado no capítulo 3.3.

<sup>30</sup> Tradução de Watson, 1998d, p. 381.

<sup>31</sup> Tradução de Watson, 1998d, p. 364.

A singularidade da categoria do bandido é demonstrada também pelos autores clássicos. Plínio discerne *latrones* de *grassatores* (Plin. *Paneg.* 34.1). Igualmente, Cipriano distingue o *latro* como aquele que comete homicídio, enquanto um *praedo* apenas roubava propriedade (Cypr. *zel.* 7.130 f.) (Grünewald, 2004, p. 20).

Por fim, *latrocinium* apresentava ramificações no conceito de guerra e vice-versa. Shaw (1984, p. 5-8 e 1992, p. 252) descreve o *latrocinium* como a aglomeração de praticamente todo o tipo de violência direcionada à autoridade romana, salvo o conflito bélico em larga escala. A guerra era a forma mais básica de violência legítima realizada pelo ou contra o Estado, reconhecida juridicamente como *bellum*. Ainda assim, esta distinção não impedia que certos conflitos bélicos, segundo os próprios critérios romanos, fossem denominados de *latrocinium*.

Segundo o jurista Pompônio: “‘Enemies’ (*Hostes*) are those who have publicly declared war on us or on whom we have publicly declared war; others are ‘brigands’ (*latrunculi*) or ‘pirates’ (*praedones*)” (*Dig.* 50.16.118)<sup>32</sup> (*cf. Dig.* 49.15.24; *Sen. ad Marc.* 18.8; *Fronto, Princ.* 7).

É algo que se reflecte também na abordagem do Estado perante cidadãos capturados: o aprisionamento por inimigos em contexto bélico resulta na perda imediata da cidadania, enquanto aquele que é capturado por bandidos retém todos os direitos e privilégios de cidadão, visto que estes não eram reconhecidos legalmente como inimigos (*Dig.* 49.15.24; 49.15.19.2; 32.1; 28.1.13 pr.) (Grünewald, 2004, p. 16-17; Shaw, 1984, p. 21-23; Riess, 2011, p. 695).

O excerto de Pompônio dá a entender que a única diferença entre *hostes* e *latrones* era a capacidade de declarar guerra válida sob a lei e que, em tudo o resto, eram idênticos. Ambos partilhavam a característica comum de realizar guerra contra Roma, mas um de forma regular e o outro de forma irregular. Por outras palavras, a distinção seria fundamentalmente política e o uso do termo *latrocinium* reservado apenas a banditismo sério equiparado a guerra irregular. Tal observação pode colocar em causa a equivalência entre *latro* e o bandido como aqui o definimos, porém Grünewald alerta que a formulação rígida de Pompônio é contrariada pela tradição geral. Para citar um exemplo entre muitos, uma epígrafe (CIL XI 4639 = ILS 3001) descreve as acções de um escravo (*sceleratissimus servus*) como “*infandum latrocinium*”, após este ter cometido *defixio* ao

---

<sup>32</sup> Tradução de Watson, 1998d, p. 457.



pregar os nomes dos decuriões locais a sepulturas. Na realidade, como observamos constantemente, *latrocinium* era empregue em muitos casos para expressar emoções fortes de adversão ou repugnância (Grünewald, 2004, p. 16-17).

Independentemente das definições precisas do *latro* pelos juristas, o conceito passou desde muito cedo a designar não só bandidos e salteadores, mas também guerrilheiros, opositores políticos, usurpadores e ‘bárbaros’. Esta apropriação do termo denota atitudes e estratégias da elite romana que desejava manter a sua posição de poder. Todos aqueles que se opunham ao monopólio do poder, ao governo e padrões sociais romanos, podiam ser estigmatizados como *latrones* e consequentemente marginalizados (Riess, 2011, p. 694-696).

Os autores romanos revelam alguma indecisão na classificação de conflitos ora como *bellum*, ora como *latrocinium* (ex. da guerra e ‘banditismo’ de Viriato e Espártaco). Fora do contexto legislativo o uso destas definições coincidia com a percepção geral, e um mesmo conflito podia simultaneamente ser denominado de *bellum* e *latrocinium* conforme a sua evolução. Dois critérios permitiam a transposição do banditismo à guerra e vice-versa: a dimensão e sucesso do exército inimigo, e o respeito adquirido pela liderança dos seus comandantes (Grünewald, 2004, p. 40-41).

*Latrocinium* enquanto a prática de guerrilha foi aliás uma crítica e observação a muitos dos inimigos de Roma, inclusive os Cartaginenses (Van Hooff, 1988, p. 108 e Grünewald, 2004, p. 38-40, ambos citam vários exemplos; Riess, 2011, p. 695).

### 3.1.3. Questões de etimologia

Uma aproximação etimológica revela que a noção de bandido nem sempre esteve associada a conotações negativas e ao crime. Na Grécia Clássica, a partir do séc. V a.C., os termos comparáveis de *leistes* (bandido) e *leisteia* (banditismo) apenas simbolizavam uma das várias formas ‘honestas’ de viver entre a sociedade e conviviam numa categoria semelhante à da guerra. Sob Sólon, na Grécia de 594 a.C., os atenienses podiam ser mercadores ou piratas se agissem fora do território grego. Aristóteles incluía o banditismo entre os estilos de vida são que formavam a base da *polis*, como a pastorícia, a caça, a pesca e a agricultura (Arist. *Pol.* 1256a-b=1.8.6-8). Tucídides discorda desta concepção, mas comenta que para muitas comunidades gregas ainda era uma ocupação respeitável (Th. 1.5 f.). Por sua vez, Platão critica o banditismo como uma subcategoria nefasta da

caça (Pl. *Lg.* 7.823d) (Shaw, 1984, p. 24-26; Shaw, 1992, p. 253; Van Hooff, 1988, p. 107-108; Grünewald, 2004, p. 4).

Na realidade, o termo *leistes* podia ser aplicado (independentemente da data) quer a bandidos, salteadores ou piratas (*cf.* Hom. *Od.* 3.73). A distinção formal entre banditismo em terra e banditismo no mar concretizou-se tardiamente na língua grega. O uso de *piratae* como termo específico para denominar piratas surge pela primeira vez em textos do período Helenístico (Grünewald, 2004, p. 22-23; Blumell, 2008, p. 4).

A origem dos termos latinos *latro* e *latrocinium* remonta a um conjunto de palavras gregas de origem semelhante, baseadas na raiz *\*latr*. Contudo, inicialmente nenhuma destas palavras (utilizadas desde o séc. VII a.C. ao séc. IV a.C.) apresentava ligações ao banditismo. *Latreia*, por exemplo, significava o trabalho remunerado, enquanto o verbo *latreuein* significava o acto de trabalhar por uma recompensa. Este verbo podia também implicar o acto de ser um soldado mercenário e *latris* era a palavra grega para soldados que lutavam a troco de pagamento. A futura ligação pode ser traçada aos princípios da República Romana, onde os vocábulos latinos de *latro* ou *latrones*, por estarem associados ao soldado mercenário, adoptam uma conotação por natureza negativa. Tal deve-se ao facto de que para o cidadão comum o serviço militar era um privilégio e não uma actividade assalariada. Com a implementação de exércitos permanentes e pagos, a partir das reformas de Mário, o soldado acaba por adoptar as principais características do soldado mercenário, embora com um elemento diferenciador extremamente importante, o facto de permanecer integrado na sociedade romana. Por processo de eliminação, *latro* começa a ser gradualmente associado apenas a forasteiros e ao uso de violência não sancionada pelo Estado (Shaw, 1984, p. 26-28; Grünewald, 2004, p. 5; Petraccia, 2007, p. 1144).

#### 3.1.4. As motivações de um bandido e as fontes e estrutura do banditismo

Uma análise breve das motivações dos bandidos pode ser considerada pertinente de forma a compreender se existia uma preferência específica, ou motivada por intenções sociais, sobre quem era vítima de assaltos e ataques por criminosos. A compreensão das fontes do banditismo e da organização das quadrilhas esclarece algumas questões (e levanta outras) quanto à identidade do bandido romano e as dinâmicas que o uniam à sociedade.

O interesse historiográfico na problemática das motivações dos bandidos é despertado em grande parte por Hobsbawm, ao publicar, em 1969, uma obra de teor marxista que procurava definir o ‘bandido e banditismo social’.

Hobsbawm (1981, p. 17-26) considerava que o ‘banditismo social’ era um fenómeno universal a todas as sociedades humanas com uma forte componente agro-pastoril, até às sociedades industrializadas, e onde os camponeses vulneráveis eram oprimidos e explorados pelos mais poderosos. Define assim o ‘bandido social’ como aquele que é considerado criminoso ou bandido pelo poder central, mas que continua a conviver diariamente com a sociedade agrícola onde está inserido. Nesta, podia até adoptar o papel de vigilante ou justiceiro que recebe admiração e apoio local. Considera ser uma forma de rebelião social e política, não revolucionária, que se distingue dos outros ‘banditismos’ pela relação entre bandido e camponês. Esta proposta foi alvo de múltiplas críticas e encontra-se actualmente obsoleta.

Anton Blok (1972, p. 496-502) foi um dos primeiros a salientar as problemáticas do modelo, baseado nos estudos que realizou sobre a Sicília de Época Moderna. Refere que os bandidos, mais do que justiceiros e protectores dos pobres, eram quase sempre indivíduos violentos e anti-sociais, cujas acções aterrorizavam e suprimiam a população rural à semelhança de certos poderosos locais. Realça também que o próprio Hobsbawm admite que o ‘bandido social’ era raro, ambíguo e com inúmeras complexidades deixadas por explorar. Por outro lado, apenas são abordados os bandidos e os camponeses, enquanto o contexto que os rodeia, uma peça fundamental para compreender muitas das características do banditismo, é deixado de parte. É o contexto que nos permite compreender, por exemplo, as fragilidades do bandido e a necessidade de apoio e protecção para a sua sobrevivência, que provinha geralmente daqueles com poder e não dos camponeses. Por fim, argumenta que o ‘bandido social’ não era mais do que os desejos idealizados e aspirações da população, decerto uma realidade psicológica, mas não histórica.

A resposta de Hobsbawm (1972, p. 503-505; 1981, p. 138-164, para uma resposta geral às críticas) a Blok apenas reforça as críticas já realizadas.

Metodologicamente, Hobsbawm fundamenta-se nos ‘bandidos justiceiros’ das lendas, relatos literários e da tradição e contos populares dos séc. XVIII-XX, considerados por si como representativos de indivíduos históricos, para extrair o modelo do ‘bandido social’ e afirmar a sua existência. No entanto, nenhuma prova é dada pelo próprio para validar a historicidade de um bandido com consciência social. O critério de identificação

deste é quase inteiramente dependente nas percepções que, como as ideologias, são elusivas e enganadoras. Como tal, depreende-se que o ‘bandido social’ é apenas o produto da imaginação e desejo popular, possivelmente retirado de bandidos históricos, mas cuja transformação em heróis populares nada diz sobre o indivíduo subjacente ou as suas motivações (Grünewald, 2004, p. 93; Shaw, 1984, p. 4-5; *cf.* Aguilera Durán, 2016, p. 130 e Riess, 2011, p. 701).<sup>33</sup>

Shaw (1984, p. 49-50) infere que o banditismo como comportamento social surge apenas devido a uma estrutura política específica e imperfeita, o Estado, que deixa nos seus interstícios—um externo, como o território da Isáuria, e outro interno, integrado no próprio Estado e sociedade romana—espaço para criar foras-da-lei e bandidos (definidos em oposição ao Estado) em contradição a simples criminosos. O fenómeno do banditismo não pode ser explicado pelo facto de certos indivíduos abandonarem a sociedade de vontade livre ou terem sido forçados à vida de bandido pela opressão e injustiças sociais que afectavam muitos. Por outro lado, mesmo quando todos os factores eram propícios ao fomento do poder de bandidos (ex. da Judeia no princípio séc. I d.C.; limites do Danúbio no séc. III d.C.; Gália no séc. IV e V d.C.), estes nunca se tornavam numa figura de protesto e pelo contrário reproduziam em si a mesma estrutura de poder do Estado.

Os interesses e motivações dos bandidos, tomados no seu todo, não evidenciam nenhuma forma específica de protesto social. Os dados aqui abordados demonstram que qualquer um, independentemente do seu estatuto, podia ser alvo de ataque por bandidos. Os pobres simplesmente estariam mais bem imunizados pela virtude da sua condição.

O argumento marxista de que o bandido nasceu devido às primeiras ‘classes’ ou à ‘luta de classes’ também não se apresenta devidamente fundamentado. Nos princípios da Grécia Clássica o termo não era pejorativo e representava apenas outra forma de viver, como já aludido. Adicionalmente, mesmo existindo em Época Romana uma distinção entre ordens ou estatutos sociais, o simples número destas e a sua definição segundo os propósitos do Estado eram ambos factores que serviam contra a criação de um sentimento de ‘classes’. Similarmente à sua contraparte cidadina, a população rural não procurava relações com outros camponeses pobres, mas sim com indivíduos poderosos e de altos estatutos. O resultado era uma união singular de inúmeros interesses (MacMullen, 1992, p. 197-200).

---

<sup>33</sup> V. McGing, 1998, p. 161-167 para uma perspectiva diferente e críticas sobre o modelo do ‘banditismo social’.

MacMullen (1992, p. 196-197) enfatiza que os pobres eram uma fonte significativa de bandidos, particularmente durante e após períodos de guerra ou de crise. Adiciona que, em Época Tardia, a crescente mobilidade e a ausência de fixação populacional ao território eram também factores que contribuíam significativamente para o fenómeno.

Contudo, numa proposta dissente da aqui adoptada, refere que as lendas de bandidos justiceiros eram um sinal de que o pobre oprimido simpatizava com os bandidos e de que, progressivamente, perdia a lealdade ao Estado até ao ponto de os apoiar indirectamente ou directamente, tornando-se ele próprio bandido (*cf.* ANON. *de mach. bel.* 2.3) (MacMullen, 1992, p. 193).

Na sociedade romana, os indivíduos que tentavam por meios legítimos alcançar os objectivos definidos e valorizados pela cultura, mas que falhavam devido à desigualdade de oportunidades, viam no crime e na violência uma forma de adquirir o inacessível. O uso da força é por norma uma medida de último recurso, no entanto em Época Romana o crime violento permanecia endémico. Os delinquentes eram segregados da sociedade de formas diversas, alguns enquanto grupos sedentários e marginais, outros como nómadas ou vagabundos temporários. Estes eram compostos principalmente por gente pobre (Apul. *met.* 4.23), que recorria ao crime por necessidade. São exemplo os agricultores constantemente à beira do desastre e da fome, sobrecarregados com dívidas ou taxas excessivas, que eram obrigados à fuga das suas propriedades. Aqueles com trabalhos instáveis e itinerantes, à beira da destituição, eram também vulneráveis. Os *servi fugitivi* e fugitivos à lei viam no crime uma alternativa (talvez a única) atraente. Veteranos, desertores e gladiadores, acostumados à violência, podiam fazer uso das suas aptidões do mesmo modo. Ainda outros faziam-no apenas pelo potencial lucro da ocupação (Apul. *met.* 7.4). Crises, guerras, catástrofes naturais, e colheitas arruinadas exacerbavam o problema (Riess, 2011, p. 697-701; Riess, 2010, p. 359-360; Blumell, 2008, p. 5-7; Grünewald, 2004, p. 57).

Nos romances aqueles que se dedicavam ao banditismo faziam-no por diversos motivos: por obrigação ou desejo de vingança após serem afugentados e perseguidos pela sociedade; devido a ameaças, a promessas de lucro e à pobreza; ou por possuírem antecedentes e herdarem este tipo de actividade e modo de vida das regiões ou sociedades onde estavam inseridos (Shaw, 1992, p. 270-271).

Uma quadrilha de bandidos era presumivelmente formada por núcleos pequenos de indivíduos desenraizados e com um elevado grau de mobilidade, que esporadicamente formavam grupos maiores com criminosos de ocasião, integrados parcialmente ou totalmente na sociedade. Os últimos habitavam no limiar do ‘bandido profissional’ e do cidadão ‘honesto’ (Riess, 2011, p. 700), dificultando a interpretação desta realidade nas fontes.

Os romances da época reflectem esta realidade. As quadrilhas de bandidos eram de número reduzido, não excedendo os trinta membros, porém pertenciam a comunidades bastante mais amplas. Os esconderijos situavam-se nos montes, em grutas e locais inacessíveis, com postos de vigilância nos cumes e nascentes para saciar a sede dos rebanhos. As actividades ocorriam frequentemente de noite. A sua estrutura social era igualitária (o valor da camaradagem ou da fraternidade), mas muito baseada na afirmação do poder, força e carácter individual. Esta percepção de uma estrutura igualitária surgia devido à ausência de normas estabelecidas, dos instrumentos típicos do governo e da lei formal, que se baseavam ao invés no consenso de todos os seus membros e no equilíbrio entre o desejo individual e o colectivo. Era precisamente a fragilidade destes laços que levava a que as quadrilhas fossem pouco coesas e um ambiente perigoso para os seus próprios membros (Shaw, 1992, p. 270-274, enumera múltiplos exemplos).

Cícero elogia a estrutura igualitária do que considerava serem bandos de bandidos, nomeadamente os dirigidos por Viriato e Bardilis (‘bandido’ da Ilíria). Afirma que até estes tinham *leges latronum*, definidas pela integridade do líder (Cic. *Off.* 2.40) (Grünewald, 2004, p. 42-43).

Segundo a sua escala, o banditismo pode ser enquadrado em diversos moldes: enquanto uma forma de poder individual, independente e solitário (raramente institucionalizado), que caracteriza o arquétipo mais comum do bandido; enquanto um fenómeno de larga escala, constituído pela violência colectiva que preenche o vazio deixado pela fraca presença do Estado, como no advento de guerras civis; e por fim, enquanto uma realidade de longa duração, com autonomia própria e praticada em massa, caracterizada essencialmente por regiões ou povos inteiros onde a violência era endémica, por exemplo os da Cilícia e Isáuria (Shaw, 1992, p. 249-251).

No interior do Império Romano sempre existiram regiões que escapavam ao controlo efectivo do Estado e onde havia uma enorme dificuldade na fixação das instituições citadinas, independentemente da sua proximidade aos territórios. Estas eram

compostas fundamentalmente pelas várias carreiras montanhosas do mediterrânico, como o Atlas (Mauritânia), os Pirenéus e os Alpes, os Apeninos, o Tauro e o Antitauro (Isáuria, Cilícia) e o Líbano. Tal explica em parte o motivo pelo qual o banditismo era descrito como sendo endémico em territórios internos, como as províncias asiáticas e o Norte de África. O facto de algumas das cadeias montanhosas facilitarem o acesso ao mar, como ocorre na Cilícia, Trácia e Sardenha, apenas facilitava a prática de ambos o banditismo e a pirataria. O mesmo acontecia em zonas densamente florestadas ou pantanosas, da qual é exemplo a região que circundava a cidade de Antioquia, na Síria, que permanentemente albergava supostas quadrilhas de bandidos (Shaw, 1992, p. 254-255 e 258<sup>34</sup>; cf. MacMullen, 1992, p. 262, Donati, 2013, p. 36 e Hobsbawm, 1981, p. 21).

As quadrilhas operavam fundamentalmente no mundo rural e nos territórios de fronteira do Império, onde a oposição do governo era fraca e o policiamento era legado aos magistrados locais. Estas circunstâncias permitiam a procura e assalto de viajantes, numa época em que a viagem era lenta e árdua, e a possibilidade de escapar em caso de confrontos sérios (Blumell, 2008, p. 5).

Adicionalmente, qualquer operação de banditismo de médio a longo termo ou com quadrilhas suficientemente numerosas necessitava de suporte, ora sob a forma de apoio das comunidades locais, ora sob a protecção daqueles com poder. Naturalmente, o apoio local restringia o bandido à região que lhe era familiar, caso frequente para os veteranos, desertores (devido ao recrutamento local) e os pastores-bandidos. A perda do suporte local era uma das principais causas para a queda do bandido, pelo que o Estado procurava eliminar os laços familiares e as ligações entre bandido e a comunidade com o menor impacto possível aos inocentes (*Cod. Iust.* 9.39.2.3 (451 d.C.) = *Cod. Theod.* 9.29.2.3 (383-391 d.C.)). Os indícios apontam para a predominância do apoio local proveniente da gente poderosa. Inúmeras leis intimam os *domini* e os seus *procuratores* a não proteger ou abrigar (*patrocinium*) bandidos (*Cod. Iust.* 9.39.2 (451 d.C.); *Cod. Theod.* 9.29.2 (383-391 d.C.); *Dig.* 48.19.27.2). Outra lei refere a obrigação do Estado dispor de uma força imparcial e exterior às comunidades locais, “to abolish the protection of the powerful over armed criminals and bandits” (*Cod. Theod.* 1.29.8 (392 d.C.)). Esta dependência levava a que, na realidade, o bandido fosse o elemento mais frágil nas relações de poder (Shaw,

---

<sup>34</sup> V. Shaw, 1986 e Shaw, 1990, sobre as zonas semiautónomas.

1984, p. 36-38<sup>35</sup>; Shaw, 1992, p. 266-267; MacMullen, 1992, p. 194, acrescenta Paul. Sent. 5.3.4, jurista do séc. III d.C. contra os colaboradores).

Os bandidos que se dedicavam ao rapto de pessoas para a venda à escravatura viam-se dependentes do apoio alheio e dos desejos dos mercados (Shaw, 1992, p. 268).

De facto, não era apenas um resultado da imaginação que a figura de Trasilo, um jovem nobre e rico pertencente ao romance de Apuleio, cultive e mantenha relações com os bandidos locais, ou (embora menos provável) que até participe em acções de banditismo (Apul. *met.* 8.2 f.) (Shaw, 1992, p. 267).

### 3.2. Populações indígenas e rebeldes como *latrones*

A fronteira entre actos de resistência à permeabilização da sociedade e do Estado Romano, formas específicas de vida e banditismo propriamente dito, nem sempre é clara entre as populações indígenas. É algo que não é beneficiado pelas observações cínicas, políticas ou estereotipadas do ‘bárbaro’ nas fontes antigas. Adicionalmente, mesmo quando somos capazes de precisar alguns dos actos violentos (banditismo ou não) destas populações, os perigos aos viajantes permanecem enigmáticos.

Várias destas populações, mesmo estando incluídas no território romano, eram categorizadas como bandidos apenas pela resistência que ofereciam à romanização e à permeabilização na sociedade e Estado Romano. Até certo ponto quase todas, além dos próprios romanos, foram chamadas de *latrones*.<sup>36</sup>

Estes ‘*latrones*’ pertenciam frequentemente a grupos belicosos e nómadas que não se adaptavam à forma de vida urbana idealizada por Roma. O ‘banditismo’ neste caso era apenas mais uma das suas formas de sustento, essencial às populações. O conflito surgia logo nos censos, quando era esperada a sedentarização para a recolha de taxas, algo que podia desencadear a retirada das populações para as montanhas e o começo de guerras. Certas regiões do Império, onde o Estado não se conseguia afirmar, levantavam este tipo de problemáticas constantemente. Como Riess (2011, p. 701-702) escreve: “*such groups were especially troublesome because banditry was part of their traditional way of life*”.<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> Traduz o excerto citado, na p. 38.

<sup>36</sup> Shaw (1984, p. 42, notas 114/115/116) realiza uma lista extensa com inúmeros exemplos.

<sup>37</sup> Repete a mesma noção em Riess, 2010, p. 361: “*Since the rugged landscapes did not provide many opportunities for farming, robbery was an integral and traditional part of these peoples’ lives*”; v. Van Hooff, 1988, p. 109.



A enorme variedade das populações e das suas motivações ao longo do tempo e do espaço não permite, também, criar qualquer tipo de modelo ou explicação geral que defina estes perigos. Seria necessário observar cada caso individualmente num contexto cultural e cronológico específico, algo que está fora dos nossos limites.

Consequentemente, neste estudo apenas vão ser analisados alguns casos específicos. Em particular um conhecido da nossa historiografia, da oposição indígena na Península Ibérica aos avanços romanos. Este ilustra de forma clara os diferentes sentidos atribuídos ao *latro* e permite destacar algumas das problemáticas associadas ao estudo dos perigos viários neste âmbito. Outro é o caso da Ásia Menor, com ênfase nos territórios da Isáuria e Cilícia. Estas regiões, em contraste à anterior, foram notórias pelo banditismo endêmico que prevaleceu durante praticamente toda a duração do Império ocidental. Como tal a sua análise é essencial ao estudo. São também analisados alguns contextos paralelos a estes, como complemento, provenientes de outras regiões e cronologias. Iremos tentar apurar, quando possível, de que forma as comunidades indígenas diferiam ou não dos bandidos como aqui os definimos e da prática do que vem a ser entendido como a criminalidade viária.

### 3.2.1. O caso da Península Ibérica

A imagem que nos é relatada pelos autores clássicos (principalmente Diodoro e Estrabão, relativo à etnografia, e a partir de Políbio e Posidónio) do Ocidente Ibérico, nos séc. II-I a.C., era de um território longínquo, primitivo e inóspito, onde a prática do *latrocinium* era endêmica. Estes relatos, embora apresentassem alguns fundamentos verídicos, seguiam maioritariamente uma perspectiva etnocêntrica e cliché do ‘outro/bárbaro’. O *latrocinium* era aqui interpretado como um sinal de primitividade que justificava a imposição dos valores romanos (Aguilera Durán, 2016, p. 113-115).

Diodoro escreve: “*Una práctica singular se da entre los iberos, y sobre todo entre los lusitanos. [...] se reúnen en las dificultosas regiones montañosas y, organizándose en bandas considerables, efectúan correrías por Iberia y acumulan riqueza gracias al pillaje; y practican sin cesar este bandidaje, llenos de altivez*” (D.S. 5.34.3).<sup>38</sup>

Posteriormente, Plutarco revela bem a sua cultura grega ao comentar sobre o governo de Caio Mário na Hispânia Ulterior: “*here he is said to have cleared away the robbers, although the province was still uncivilized in its customs and in a savage state,*

---

<sup>38</sup> Tradução de Aguilera Durán, 2016, p. 115.

*and robbery was at that time still considered a most honourable occupation by the Spaniards” (Plu. Mar. 6.1).*<sup>39</sup>

Pairava uma noção cínica, ilustrada particularmente bem por Estrabão quando se refere aos efeitos do banditismo praticado pelos Lusitanos e os povos do Norte (Str. 3.3.5 e 3.3.8), de que o homem era o produto das condições impostas pela natureza: assim, regiões agrestes e de solos pobres geram populações robustas, mas tendentes ao latrocínio (pela falta de produção e de bens de subsistência) e terras férteis levam, pelo contrário, a povos civilizados. Os montanhese, ao pilharem os vizinhos, impediam que estes cultivassem as suas terras e alastravam o banditismo e caos a toda a Hispânia. O mesmo era dito sobre outras populações, como os Celtiberos (D.S. 29.28 e App. Iber. 42), os Vetões (App. Iber. 56) e os povos mediterrânicos mais indomáveis, como os Lacetanos (Liv. 34.20-21) e os Ilergetes (Liv. 25.22 e 32). Na realidade a produção não depende apenas dos recursos disponíveis, mas também de inúmeros outros factores (meios técnicos, organização social, padrões culturais, etc.). Não obstante, esta perspectiva justificava a conquista romana da Península Ibérica como civilizadora, pois além de defender os seus territórios de incursões que impediam o progresso e o cultivo das terras, era dito consistir em políticas de assentamento dos montanhese para as planuras e consequente, na eliminação da raiz do banditismo (Guerra, 2001, p. 154-155; Alarcão, 1990, p. 409; Aguilera Durán, 2016, p. 116). Independentemente destes preconceitos e justificações, Roma decidiu adoptar uma política externa mais ofensiva, derivada dos conflitos com Cartago (Grünwald, 2004, p. 34).

A reestruturação e ‘pacificação’ do território ocidental, porém, nunca envolveu a fixação forçada de populações castrejas para as planícies. Os dados arqueológicos apoiam a continuação da ocupação de castros em conjunto à dispersão de *villae* e de casais isolados (Alarcão, 1990, p. 411-413).<sup>40</sup>

O caso das Guerras Viriatinas é paradigmático dos valores subjacentes ao uso destes termos. *Latrocinium* implicava questões políticas e estratégicas evidentes quando empregue pela historiografia pro-romana. Por outro lado, Viriato foi transformado na figura central de certos esquemas filosóficos, através da idealização do seu primitivismo

---

<sup>39</sup> Tradução de Perrin, 1959, p. 474-475.

<sup>40</sup> V. sobre as supostas políticas de assentamento na Península Ibérica: D.C. 37.52.1-5; Str. 3.3.5; App. Ib. 73.310, 75.321 e 100.433.

e virtudes associadas (vigor, simplicidade, integridade e sabedoria, qualidades incorruptas adquiridas do contacto com a natureza e do seu carácter puro). As origens humildes do futuro líder como pastor e bandido são cruciais à narrativa construída por Diodoro e Apiano, provavelmente herdada de Políbio e Posidónio (Aguilera Durán, 2016, p. 118-119; v. Fabião e Guerra, 1998, p. 37 e Guerra, 2001, p. 155-158, para a dupla dicotomia entre Viriato e Astolpas, exemplificada por D.S. 33.7.1-7).

Quando os autores romanos demonstravam uma especial atenção por bandidos, atribuíam-lhes funções particulares de acordo com os seus preconceitos historiográficos. Viriato idealizou os *topoi* de pastor-bandido, ‘bandido nobre’ e ‘selvagem ou bárbaro nobre’ apenas porque as fontes o descrevem como tal, numa tentativa de exaltar as antigas virtudes romanas (paralelos à lenda de Rómulo, Flor. 1.33.15), latentes nos comandantes que se lhe opunham. A evolução típica de *pastor*, *venator*, *latro* e *dux* era semelhante à de outros ‘bandidos’ como Espártaco, um *miles*, *desertor*, *latro* e *gladiator* (Flor. 2.8.8), Tacfarinas (Tac. *Ann.* 3.73.2), Ganasco (Tac. *Ann.* 11.18.1) e Materno (Hdn. 1.10.1). A diferença entre Viriato e os últimos consistia essencialmente no rumo das suas carreiras: uma orientada para a chefia contra os generais romanos corruptos, as outras para a criminalidade e disrupção da ordem e paz social estabelecida (Grünwald, 2004, p. 33-37; 43-45 para um contraste mais detalhado das virtudes de Viriato e dos vícios dos comandantes romanos).

Shaw (1984, p. 35-36; cf. Shaw, 1992, p. 266 e 279-280) apresenta um argumento semelhante quanto à equidade da evolução das carreiras de Maximino Trácio, Tacfarinas e Viriato. Assenta que a única diferença entre estes foi a escolha que o Estado Romano tomou quanto à absorção do primeiro e a repressão dos dois últimos.

Por fim, o belicismo e banditismo hispânico vêm de mão dada nas descrições dos autores clássicos, como Políbio, Salústio, Lívio, Estrabão e Apiano. A guerrilha, as emboscadas e os ataques rápidos, violentos e desorganizados são todas características dadas como intrínsecas à forma de guerrear hispaniense, que por sua vez era definida como *latrocinium*. Como tal, Viriato encabeçava também a figura de líder da guerrilha hispânica (Aguilera Durán, 2016, p. 116 e Grünwald, 2004, p. 37-38, ambos citam múltiplos exemplos).

Mais tarde, Sertório, na sua oposição a Sula, acaba por assumir qualidades idênticas enquanto líder da guerrilha em nome dos Celtiberos (Grünwald, 2004, p. 47-48; cf. tradição histórica hostil a Sertório, nomeadamente Apiano).

A partir desta informação somos capazes de retirar algumas conclusões. Primeiramente, o uso do termo *latro* acarretava aqui uma carga ideológica e de prejuízo cultural significativa. Era utilizado para descrever povos estranhos e formas de vida desaprovadas e consideradas como primitivas pela elite romana, como a pastorícia, o nomadismo e a menor dependência na agricultura, típicas do modo de vida montanhês. Em segundo lugar o *latro*, como fora-da-lei, acarretava conotações políticas e estratégicas que permitiam legitimar a conquista e a ‘ação civilizacional e pacificadora’ de Roma (Aguilera Durán, 2016, p. 116-118). A oposição oferecida pelas populações indígenas apenas reforçava este tipo de falsos argumentos.

Assim, alguns relatos de banditismo poderiam na realidade referir-se a actividades pastorícias transumantes. Estas, como demonstra a antropologia, eram acompanhadas em parte por roubos, escaramuças e pequenos conflitos que serviam como mecanismos reguladores do próprio sistema. É possível que a instabilidade criada pela conquista romana tenha alterado a estrutura socioeconómica prévia e amplificado e generalizado este tipo de conflito (Aguilera Durán, 2016, p. 134-135).

Outra perspectiva realça a dimensão ideológica e religiosa, nomeadamente o papel do guerreiro e a ética agonística, como um dos fundamentos para os relatos de banditismo. No caso de populações como os Lusitanos, Celtiberos e Cântabros, entendidas como guerreiras, a pilhagem e as razias desempenhavam funções importantes de ordenação social e eram realizadas não só enquanto rituais de iniciação para a idade adulta (com paralelos ao *ver sacrum*, a ‘Primavera sagrada’, em contexto itálico), para a promoção e competência das hierarquias político-militares da comunidade, mas também enquanto formas de ‘trocas’ antropologicamente bem atestadas (Aguilera Durán, 2016, p. 135; Fabião e Guerra, 1998, p. 36-37; Grünewald, 2004, p. 38).

Entidades como os Lusitanos seguiam uma organização gentílica baseada nos laços familiares e muito fragmentada, mas simultaneamente unida por pactos formais que criavam vínculos de dependência mútua. A instituição da hospitalidade, bem documentada no caso Celtibérico, seria provavelmente uma importante componente na sociedade Lusitânica (Fabião e Guerra, 1998, p. 36).

Outros propõem ainda que os conflitos surgiam devido à transformação e desenvolvimento político, urbano e económico que se dava nas comunidades indígenas fronteiriças. Tal levava não só a um aumento da sua própria consciência étnico-cultural e identitária, mas também a conflitos de interesse com as novas elites locais, criando surtos de violência de natureza pontual (ex. de migrações forçadas, destruição de cidades,

expropriações, etc.) e geral (como revoltas de larga escala) (Aguilera Durán, 2016, p. 135).

Por fim, a noção de que a guerrilha era uma característica típica do belicismo hispânico foi também muito criticada. Uma nova leitura das fontes e as contribuições da arqueologia militar levam a crer que o modo de fazer guerra hispânico era bastante mais regular e familiarizado com batalhas em campo aberto. A ênfase nas emboscadas (embora certamente frequentes) como distintas das realizadas por Roma era puramente artificial, assim como o *topos* do bandido hispânico desorganizado, carente de disciplina e feroz (no sentido de selvagem) era apenas um estereótipo criado pelas fontes clássicas (Aguilera Durán, 2016, p. 135-136).

O termo *latro* e *latrocinium* utilizado pelos clássicos para denominar as populações hispânicas e as suas actividades não corresponde, de forma significativa, ao tipo de banditismo e à criminalidade viária à qual procuramos chegar. Decerto que eram praticados os assaltos nas vias e o roubo, juntamente com a pilhagem, as incursões, escaramuças e conflitos territoriais, resultantes das actividades pastorícias transumantes, de aspectos culturais, geográficos e dos conflitos com Roma ou entre as próprias populações. Mas as particularidades destas ocorrências e a compreensão da gravidade dos perigos viários é problemática quando nada mais é especificado pelas fontes. A viagem neste contexto seria mais perigosa, mas o mesmo pode ser dito de qualquer outro tipo de conflito. Até que ponto as populações hispânicas representavam um perigo aos viajantes, ambos indígenas e romanos, permanece enigmático. Aguilera Durán (2016, p. 118) considera que o banditismo hispânico descrito nas fontes, embora constituísse um problema real, era sobredimensionado.

Como exemplo das dificuldades que temos em definir concretamente a prática da criminalidade viária, realço um relato de Apiano já mencionado, pela alusão explícita que faz desta realidade, perpetrada pelos Celtiberos contra os vizinhos: “[...] *many Spanish tribes, having insufficient land, including the Lusones and others who dwelt along the river Iberus, revolted from the Roman rule. These being overcome in battle [...] scattered among their towns. The rest, being destitute of land and living a vagabond life, collected at Complega [...] Sallying out from this place [...] they took to their heels, plundering the*

*neighboring barbarians on the road.*” (App. Iber. 42)<sup>41</sup>. Até que ponto podemos confiar no relato de Apiano como verídico fica por esclarecer.

No campo da epigrafia, os vestígios dos perigos da viagem surgem muito mais tardiamente, sob a forma de quatro inscrições funerárias, uma da Bética (ep. Nº 4) e as restantes da Hispânia Citerior (ep. Nº 5-7), todas datadas do séc. II-III d.C.

Como um apontamento paralelo, não directamente relacionado com a questão da Península Ibérica, mas ainda assim importante, refiro o caso de Tacfarinas. Esta temática apresenta noções úteis para a compreensão dos diferentes contextos em que o *latro* era empregue e também das dificuldades enfrentadas quando se procura discernir as intenções e motivos dos inúmeros tumultos do mundo antigo, sob a perspectiva da prática do banditismo e da criminalidade viária.<sup>42</sup>

Tácito (Tac. *Ann.* 2.52, 3.20 f., 3.32, 3.73 f., 4.23–26) relata a rebelião dos Musulâmios, Númidas e Mouros, liderados por Tacfarinas, um desertor, na África Proconsular de 17-24 a.C. O principal motivo subjacente à narrativa de Tácito não era expor a rebelião em si, mas culpar e criticar Tibério e a sua administração como incompetentes. Ao contrário de Viriato, Tacfarinas é caracterizado como um *latro* comum e nunca lhe são conferidas as características do ‘bandido nobre’. A deserção do exército provavelmente desempenhou um papel importante nesta classificação, mas a degradação de Tacfarinas por Tácito coincidia e justificava igualmente a crítica que o autor procurava fazer a Tibério. Os colegas de Tacfarinas são também enumerados como bandidos, não porque o eram, mas porque o autor recorre a uma lista de vocabulário limitada, que é empregue na descrição de pessoas da qual desconfia ou de movimentos rebeldes semelhantes. O conflito é narrado pelos autores quer como *bellum*, quer como *latrocinium*. Foi muito provavelmente motivado pelo desejo de terra para as populações nómadas se afixarem (Tac. *Ann.* 3.73.2.) (Grünwald, 2004, p. 48-55, *cf.* o caso paralelo da revolta de Floro e Sacróviro na Gália, que apesar da semelhança à de Tacfarinas, nunca é descrita por Tácito como *latrocinium*: Tac. *Ann.* 3.40.2, 3.44.2, 3.46.4, 4.18.1; v. Riess, 2011, p. 702; *cf.* MacMullen, 1992, p. 266: Tac. *hist.* 2.58, sobre os Mauri e Tac. *hist.* 4.50, sobre os Garamantes).

---

<sup>41</sup> Tradução de White, 1912.

<sup>42</sup> Embora útil, este tópico não é significativo o suficiente para compor um capítulo por si só, pelo que optei pela sua inclusão aqui; v. paralelos no capítulo 3.5.

Discriminar caso a caso o que devemos entender como *latro* é uma tarefa minuciosa e demorada, mas extrair algum tipo de conclusão sobre a sua relação com a criminalidade rural, na ausência de alusões explícitas, parece ser uma tarefa quase impossível.

### 3.2.2. O caso da Ásia Menor, a Isáuria e a Cilícia

A Oriente o fenómeno do banditismo adquire alguma notoriedade e complexidade na forma como era interpretado e descrito pelos autores clássicos.<sup>43</sup>

Shaw (1984, p. 42-43) dá como exemplo padrão das populações situadas obstinadamente fora da sociedade romana, mas dentro da sua esfera de influência política, o caso da Isáuria, no Sudeste da Anatólia. As populações da Isáuria conseguiram resistir durante uma longa duração, desde o séc. II a.C. ao V d.C., às tentativas de integração do Estado Romano. Não se viam a si mesmas como bandidos, mas sim como um grupo com relações acordadas com este.

Na Isáuria existia um fosso cultural entre os habitantes helenizados das cidades costeiras e os habitantes das montanhas, que mantinham os seus costumes. As infracções provinham de ambos os lados. As populações helenizadas mantinham uma postura de superioridade e, devido ao medo dos montanheses, o sistema judicial não hesitava em torturar e executar os últimos sem o devido processo legal (Riess, 2011, p. 702-703).<sup>44</sup> Foi contra este tipo de procedimentos (a tortura), que os Isauros supostamente lançaram uma ofensiva bélica à colónia de Icónio, de forma a vingar os colegas (Shaw, 1992, p. 266).

Lenski (2001, p. 417-424) oferece um comentário a respeito da distinção dos ‘bandidos’ situados na Cilícia e das suas ‘vítimas’, numa perspectiva crítica da proposta de Hopwood (1999), que colocava esta diferenciação entre as populações sedentárias e urbanizadas, e aquelas que eram nómadas e pastorais. Lenski refere que, na realidade, os ‘bandidos da Isáuria’ devem ser distinguidos pela sua proveniência: os que habitavam na serra do Tauro e aqueles que viviam nas planícies circundantes. Ambos os territórios

---

<sup>43</sup> Grünewald, 2004, p. 88, nota 129, fornece uma lista extensa de referências a autores clássicos e historiadores contemporâneos sobre os conflitos da Isáuria e Cilícia; v. Plut. *Pomp.* 28.3-4 e respectiva tradução de Perrin, 1917, p. 187-188, para o preconceito da superioridade dos centros urbanos e da agricultura, por Plutarco, quando se refere ao modo como Pompeio Magno lidou com os piratas do Mediterrâneo; v. sobre as políticas de fixação ao território na Isáuria e Cilícia, como suposta forma de combate ao banditismo e pirataria: Grünewald, 2004, p. 77-78, 88-89, Str. 7.5.6, 14.4.8, Plut. *Pomp.* 29.1, App. *Mithr.* 96.444 e Hist. Aug. *Prob.* 16.6.

<sup>44</sup> V. *Cod. Iust.* 3.12.8 (408 d.C.).

estavam relativamente bem urbanizados no Período Romano. Esta era uma divisão muito acentuada por factores políticos, militares, culturais e religiosos. A relação entre os dois grupos era de constante tensão e hostilidade.

As regiões da Isáuria-Cilícia nunca foram verdadeiramente conquistadas por Roma. O exército entrou pela primeira vez nestes territórios entre 100 e 50 a.C., de forma a lutar contra a pirataria que assolava o Mediterrâneo. As acções de repressão do ‘banditismo’ conduzidas por Cícero, em 51-50 a.C., foram ineficazes. A única forma de controlo veio de acordos com os chefes do planalto e dinastas. Em épocas de paz o controlo do território teria de ser realizado ao nível local, através da distribuição de dádivas por parte da elite local e do emprego em larga escala de forças privadas. (Shaw, 1992, p. 258-259).

Na Cilícia, a meio do séc. II a.C. e adiante, a instabilidade política do mundo helenístico e o crescente mercado de escravos com Roma atraiu uma porção considerável da população à pirataria organizada. Consequentemente, os Cilícios eram por norma julgados como bandidos (Grünewald, 2004, p. 60).<sup>45</sup>

Estrabão reporta que com as guerras Mitridáticas tinham surgido vários tiranos e ‘quadrilhas de bandidos’, cuja supressão ainda era necessária (Str. 14.5.10). Além da pirataria organizada (uma força política por si só), na Ásia Menor, em regiões fora do controlo dos Estados, políticos locais poderosos implementavam-se como novos dinastas. Estes eram por norma caracterizados como *latrones* ou *leistai*, mas o uso do termo era figurativo e não denunciava bandidos ‘genuínos’ (Grünewald, 2004, p. 76).

Por volta do ano 70 a.C., na Cilícia, ouvimos falar de um dinasta de nome Zeniketes, que operava a partir de uma montanha perto da costa (Str. 14.5.7). Do mesmo período surge um Lísias, com base no centro urbano de Tarso (Ath. 215). Tarcondimoto dos Montes Amanos (conhecido como Filantónio) escapa ao rótulo de *latro* apenas pela lealdade que demonstrou a Roma e pelos elogios de Cícero (Cic. *Fam.* 15.1.2). Por outro lado, Antípatro, regente das cidades de Derbe e Laranda, no Sul de Licaónia, embora receba o respeito de Cícero enquanto um bom dinasta local (Cic. *Fam.* 13.73.2), é julgado como usurpador e bandido (Str. 12.1.4 e 12.6.3). Do mesmo modo, Cléon da cidade de Górdio, na montanha do Olimpo (entre a Mísia e Bitínia), é retratado por Estrabão como um chefe de bandidos (Str. 12.8.8 f.), independentemente de ter apoiado Marco António

---

<sup>45</sup> V. nota 22 do mesmo, para mais detalhes sobre a consolidação da pirataria no Mediterrâneo.



em 41 a.C. contra a Pártia e depois Octaviano, que o recompensa com um cargo oficial (Grünewald, 2004, p. 76-78; Shaw, 1992, p. 258-259).

Segundo a perspectiva romana, estes indivíduos eram classificados também como *latrones* pelo uso de exércitos pessoais em guerras privadas, tidas como incursões e pilhagens. A apreciação positiva de alguns correspondia em grande parte às escolhas políticas (e facções) que tomavam durante as guerras civis de Roma. No vácuo político, facilitado pelas condições geográficas das montanhas do Tauro, e através do próprio sucesso, conseguiam legitimar o seu poder.<sup>46</sup> Outros exemplos podem ser observados na Grécia e no Médio Oriente, que no séc. I a.C. estavam sujeitos a um clima político semelhante (Grünewald, 2004, p. 78-80).

Em Época Tardia pouco mudara e sempre que o poder central ruía ou perdia o controlo da região nasciam novos indivíduos com poder pessoal considerável, que forçavam inclusivamente a intervenção directa do imperador e dos seus exércitos. A crise do séc. III d.C. viu o retorno destes líderes locais, novamente categorizados como bandidos ou chefes de bandidos. Sob o principado de Probo (270-280 d.C.) emerge Lídio, um dinasta proveniente da Isáuria que ataca parte da Lícia e Panfília com a sua ‘quadrilha de bandidos’ (Zos. 1.69 f.). Igualmente, Palfuério, que operava na Isáuria, acaba por ser derrotado pelo próprio imperador, por si só um sinal que não era de todo um bandido comum (Hist. Aug. *Prob.* 16.4 f.) (Grünewald, 2004, p. 86-89; MacMullen, 1992, 262-263; Shaw, 1992, p. 259).

Assim como no caso da Península Ibérica o *latro* é aqui empregue, em grande parte, para designar algo além da criminalidade viária. Verificamos novamente que esta tendência é comum a qualquer relato histórico romano sobre os ‘outros’.

Porém, a Isáuria e Cilícia (e alguns contextos paralelos), ao contrário da Península Ibérica, revelam algo mais sobre a ligação destes indivíduos à prática da criminalidade viária. O assalto ao longo das vias parece ser, de facto, uma das componentes da forma de vida e sustento de algumas destas populações. A verdadeira dimensão desta é, todavia, menos clara.

Uma das principais diferenças entre os dois territórios é que este preconceito não está restrito apenas ao confronto inicial, mas a toda a duração do Império. Grünewald (2004, p. 88) distingue a instabilidade como algo plenamente endémico à região, pelo que

---

<sup>46</sup> Shaw, 1993, apresenta mais detalhes sobre este processo.

podemos aqui propor que a viagem sempre permaneceu uma actividade de bastante perigo.

Assim, Shaw (1992, p. 259) refere que os assaltos de bandidos e outros actos de banditismo como descritos por Amiano em 350-380 d.C., reflectem uma realidade que seria constante e normal à região, não apenas durante a data citada, mas a quase toda a duração do Império: “[...] *transferiram-se para a parte da Licaónia que confina com a Isáuria e aí, bloqueadas as estradas com numerosos postos de guarda, saciavam-se com as riquezas dos viajantes.*” (Amm. 14.2.1-6).<sup>47</sup>

Riess (2011, p. 703) apresenta alguns paralelos entre a realidade Balcânica, especificamente a Dardânia, e a Isáuria. Também aqui Roma enfrentou uma forte oposição das populações montanhosas e belicosas, após reivindicar o monopólio do uso da força e afastar a ‘violência privada’ para a esfera da criminalidade. Mais importante ainda para a nossa análise, Riess (2011, p. 703) escreve que: “*For them (ou seja, os Dardânios), chance banditry, especially in the form of highway robbery, was apparently a necessary form of sustenance.*”.<sup>48</sup>

### 3.3. Pastores e escravos como *latrones*

A propensão do pastor ao banditismo é um *topos* particularmente difuso e prevalente em Época Romana (Shaw, 1992, p. 261-262). O contexto geográfico e socioeconómico da actividade do pastor leva a que este seja dotado de uma mobilidade e liberdade política frequentemente associada à prática do banditismo. Assim, Shaw (1984, p. 31) salienta que: “[...] *the equation “shepherd equals bandit” comes close to being one that is true for all antiquity. Indeed, the very type of social organization that characterized highland shepherd communities enabled them to constitute the driving force behind three or four of the largest slave uprisings documented in all ancient history.*”.

---

<sup>47</sup> Tradução de Shaw, 1992, p. 250.

<sup>48</sup> Cf. Riess, 2010, p. 360-361; v. também MacMullen, 1992, p. 255 e 261, para o ‘banditismo’ ao longo do Reno, Danúbio e a Península Balcânica, causado pelas populações: são exemplo um ‘exército de bandidos’ chamados *Costoboci*, que entraram na Grécia durante o principado de Marco Aurélio (Paus. 10.34.5), ou a pilhagem da Mésia Superior e Panónia Inferior, em 357 d.C., pelos *Sarmatas latrocinandi peritissimum genus* (Sármatas, um povo perito na prática do banditismo) (Amm. 16.10.20); v. o comentário de Díon Cássio (D.C. 55.34.6-7), que refere que mesmo após o fim de uma das revoltas dos Panónios, na sequência do *Bellum Batonianum*, certas ‘quadrilhas de bandidos’ continuaram a pilhar e a realizar incursões durante um vasto período de tempo. Díon admite ser algo natural, não só devido à turbulência dos acontecimentos, mas também por ser uma característica intrínseca destas tribos.

Os pastores eram frequentemente escravos de grandes proprietários e vivam uma vida dupla de escravo-bandido, como ocorria no Sul de Itália e na Sicília. Nestas regiões, nas décadas prévias à revolta servil (c. 140 a.C.), os próprios *domini* encorajavam os pastores a praticar banditismo para o auto-sustento, a custo da segurança dos residentes rurais e eventuais viajantes que eram alvo de repetidos ataques (D.S. 34-35.2.25 f.) (Shaw, 1984, p. 39-40; Grünewald, 2004, p. 57-58; Riess, 2010, p. 360). A dinâmica entre a escravatura e o banditismo é, no entanto, relativamente complexa. Sob necessidade, cito novamente Shaw (1984, p. 40): “*There is no doubt that the slave-shepherds were involved in bandit-type actions, but it seems difficult to classify them fully as “bandits” [...] they must be viewed primarily as slaves, not as bandits. There must be a break in this fundamental relationship for the full bandit to emerge. The problem is that slave-shepherds, by the actual conditions of their existence and employment, were always living on the borderline of that break.*”<sup>49</sup>

Os autores clássicos não abordam em grande detalhe o banditismo comum causado por ex-escravos, preferindo focar apenas os casos mais sensacionais, nomeadamente aqueles com alguma dimensão política, enquadrados pelo historiador contemporâneo no contexto da rebelião e da usurpação de autoridade social ou política. As revoltas de escravos são caracterizadas como *latrocinium* por inúmeras razões: enquanto distinção legal; devido à prática de guerrilha; devido aos indivíduos associados à rebelião, neste caso escravos, pastores e desertores; e por fim (e o foco da nossa análise), a prática do roubo violento para o enriquecimento e sustento do crescente número de rebeldes (Grünewald, 2004, p. 57-59).

Ainda assim, relatam uma imagem sumária dos perigos viários que advinham dos pastores-bandidos e destes conflitos. Lívio, sobre a *coniuratio pastorum*, refere que: “*There was a wide-spread movement amongst the slaves in Apulia this year. The herdsmen had entered into a conspiracy and were making the highroads and public pastures insecure through acts of brigandage*” (Liv. 39.29.9).<sup>50</sup> Diodoro Sículo, que era contemporâneo aos eventos, é ainda mais explícito. Ao comentar o início das guerras servis na Sicília, refere que os pastores começaram por matar viajantes nas vias, quando

---

<sup>49</sup> V. Riess, 2011, p. 704-705 e Annequin, 2010, p. 1-9 sobre as dinâmicas entre pastores, escravos e bandidos; Aguilera Durán, 2016, p. 134-135 sobre os mecanismos da pastorícia transumante e os conflitos resultantes; Hobsbawm, 1981, p. 30-34 e Van Hooft, 1988, p. 121-122 para abordagens sobre as fontes de recrutamento de bandidos neste tipo de territórios.

<sup>50</sup> Tradução de Roberts, 1905.

estes estavam sozinhos ou viajavam apenas com outro companheiro. Os crimes agravaram-se progressivamente e deixou de existir qualquer tipo de segurança nas estradas da Sicília, particularmente à noite (D.S. 34-35.2.28-29). Noutra passagem ilustra o mesmo ponto através de um diálogo (imaginário) entre um proprietário sículo, Damófilo, infamo pelo modo como tratava os seus escravos, e os últimos. Neste, alguns escravos que estavam desnudos queixam-se a Damófilo e este, por sua vez, contrapõe dizendo-lhes para irem roubar as roupas dos viajantes nas estradas, e depois espanca-os (D.S. 34-35.2.38).

Um dos líderes da Primeira Guerra Servil no Sul da Sicília, Cléon, é descrito como um bandido por excelência, disposto ao assalto violento de viajantes e não só: “*Cleon, as a Cilician from the Taurus range, brought up among bandits, employed in Sicily to tend horses and, while a horse-herder, continually preying on travellers and committing all sorts of murderous acts.*” (D.S. 34-35.2.43).<sup>51</sup>

Embora decerto não muito distante da realidade, esta caracterização deve-se fundamentalmente a dois factores: a origem Ciliciana de Cléon e a sua actividade enquanto pastor e escravo. Em contraste, Euno, um colega próximo de Cléon, escapa ao rótulo de *latro* comum independentemente de ter ou não praticado o banditismo. Pela forma como se auto-retratava, foi denunciado como um monarca helenístico degenerado, igualmente odiado pelos romanos (Grünwald, 2004, p. 59-61).

A descrição de Diodoro dos líderes da Segunda Guerra Servil é praticamente idêntica à primeira, sinal que recorreu a estereótipos literários. Titínio Gadaeu representa a única excepção, um bandido previamente condenado à morte que escapara e vivia, entretanto, do roubo violento: “*This man had been condemned to die two years before, but had escaped, and had robbed and murdered many freemen in that province, but never in the least injured any slave*” (D.S. 36.3.5). Após ter sido recrutado pelo governador provincial como espia, em troca de protecção, traiu uma guarnição de escravos rebeldes. Como Grünwald realça, Titínio não era motivado por nenhum interesse ou crítica social, e agiu somente para proveito próprio (Grünwald, 2004, p. 61-64, traduz o excerto em questão).

Por fim, o retrato de Espártaco, líder na Terceira Guerra Servil, varia conforme o autor. Floro, Apiano e Plutarco apresentam todos perspectivas diferentes,

---

<sup>51</sup> Tradução de Grünwald, 2004, p. 60.

respectivamente da mais crítica (Floro), à mais favorável (Plutarco). Como observado no caso de Viriato, Espártaco difere fundamentalmente na progressão da sua carreira, para o mal (Flor. 2.8.8: *miles, desertor, latro e gladiator*) e na arrogância daqueles que o seguiam. Mesmo assim, ainda lhe são atribuídas muitas das características típicas do ‘bandido nobre’, retiradas talvez do próprio modelo de Viriato. Até Floro lhe concede a morte em batalha, a forma mais honrosa de morrer para um *latro* (Flor. 2.8.14) (Grünewald, 2004, p. 64-69).

Como podemos observar, existia uma ligação intrínseca entre bandidos e escravos. Na Apúlia e Calábria este problema era particularmente acentuado no início do Império e durante o séc. III d.C. (Riess, 2011, p. 700-701).

Grünewald (2004, p. 69-71) identifica ainda o que considera ser o líder de uma quadrilha de bandidos ‘genuínos’. Estrabão, ao descrever o estilo de vida e a economia no centro da Sicília, e por associação, o perigo e banditismo causado pelos pastores, relembra um Seluro, filho de Etna (o vulcão), cujo suplício presenciou recentemente. Este liderava uma quadrilha numerosa (à qual Estrabão chama de exército) que realizava incursões frequentes por toda a região (Str. 6.2.6). Cerca de três décadas após o fim das guerras servis e a Sicília permanecia sob a ameaça de novos tumultos, pelo que a captura de Seluro simbolizava a prevenção de uma potencial guerra. Seluro era originalmente um pastor e, como o nome indica, aproveitou a protecção do Etna para a prática do banditismo. A sua notoriedade é demonstrada pela execução *ad bestias*, levada a cabo numa cena teatral no fórum de Roma, onde um andaime que representava o vulcão foi desenhado para colapsar juntamente com o bandido, sobre jaulas com animais selvagens.

Todas estas rebeliões, pelo séc. II-I a.C., deram origem à reputação do pastor-bandido. Esta manteve-se ao longo do Império e acompanhou até dois imperadores. Maximino Trácio foi supostamente um pastor e líder de uma quadrilha de jovens que combatia *latrones*, de forma a proteger os seus de ataques (Hist. Aug. *Maximin.* 2.1). Aproveitou a fragilidade do Estado no início da crise do séc. III d.C., cerca de 240 d.C., para ascender ao trono (Shaw, 1984, p. 36 e Shaw, 1992, p. 279). Os *latrones* aqui descritos eram praticamente idênticos a Trácio e ao seu grupo. No contexto de uma sociedade pastoril, marcada pelo roubo de gado e pequenas escaramuças, ambos os lados categorizavam os vizinhos como bandidos. Maximino Daia é descrito da mesma forma (Lact. *mort. pers.* 19.6 e 18.13) (Grünewald, 2004, p. 36).

No âmbito deste estudo importa acautelar que o crime por norma atribuído ao pastor é o roubo de gado (*abigeatus*) (Shaw, 1984, p. 31; Grünewald, 2004, p. 36) e não o assalto violento de viajantes ou a criminalidade viária. No entanto, era um acto tão profundamente associado ao *latro* que envolvia castigos igualmente severos (Riess, 2011, p. 696). Na província da Bética, sob Adriano, o roubo de gado era aparentemente algo endémico (*Dig.* 47.14.1.1-3) (Neri, 2009, p. 197).<sup>52</sup>

### 3.4. Rivals políticos como *latrones*

O uso de *latro* enquanto arremesso político surge pela primeira vez durante a crise da queda da República, quando Cícero censura Lúcio Sérgio Catilina e os seus cúmplices na conspiração associada à sua pessoa (63 a.C.). Alguns anos após a morte de Catilina, Cícero volta a recorrer ao *latro* como analogia para Clódio Pulcro, que o forçara ao exílio, e ainda Aulo Gabínio e Calpúrnio Piso, dois côsules de 58 a.C. Também Júlio César é ‘vítima’ deste insulto por Cícero, Lêntulo e Pompeio, numa época em que era amplamente empregue como termo de abuso. Por fim, Cícero reutiliza a palavra para descrever, entre outros, Cornélio Dolabela, Lépido e Marco António (este último é chamado de *latro* aproximadamente quarenta vezes nas Filípicas). Os casos aqui citados servem para ilustrar um fenómeno mais amplo (Grünewald, 2004, p. 73-76; Shaw, 1984, p. 23; Van Hooff, 1988, p. 113; Blumell, 2008, p. 4; cf. Shaw, 1992, p. 254).

Com a formação do principado por Augusto e a difusão da propaganda da *pax Augusta*, o termo *latro* cai em desuso nos círculos oficiais e semioficiais.<sup>53</sup> Até ao final do séc. III d.C. são raros os políticos e adversários ao trono acusados de banditismo. O termo persistia, mas era fundamentalmente aplicado aos antigos políticos do fim da República ou empregue em contextos privados<sup>54</sup> (Grünewald, 2004, p. 80-81).

É só a partir da Antiguidade Tardia que *latro* renasce como designação para usurpadores. Previamente, no séc. III d.C., sabemos de indivíduos denominados de *latrones*, mas os autores das fontes (Eutrópio, Aurélio Victor e a História Augusta)

---

<sup>52</sup> Tradução correspondente em Watson, 1998d, p. 302; cf. *Dig.* 47.14.2: “[...] *since cattle thieves frequently employ arms, it is accepted that if they be apprehended, they are to be severely punished.*”; v. *Dig.* 47.14.3 sobre as condições que diferenciavam ladrões comuns de *abigeatores*.

<sup>53</sup> Embora inicialmente o próprio Octaviano use o termo para se referir aos inimigos, Shaw, 1984, p. 33.

<sup>54</sup> *Dig.* 28.2.3 pr.: “*Even if he [a father] has refrained from saying ‘son’ [...] and if he has indicated the son with an insult such as [...] ‘robber,’ ‘gladiator,’ the better view is that the son has been properly disinherited*”, tradução de Watson, 1998b, p. 361.

pertencem todos a cronologias tardias. A transformação da retórica, segundo Grünewald, deve-se a verdadeiras crises. Porém, devido ao tempo e à frequência com que era empregue, o termo perde a intensidade original e é convertido noutra expressão técnica (semelhante à distinção legal de *hostes* e *latrones*, ou na época, ao *tyrannus*), para denominar usurpadores. Pelas mesmas razões, começa a ser acompanhado por adjectivos variados, exemplo de *vexillarius latrocinii*, *monstrum*, *belua* e *carnifex*. Os imperadores legítimos eram por vezes categorizados como *latrones* pelos historiadores senatoriais, numa tentativa de pôr em causa as suas origens e legitimidade (Grünewald, 2004, p. 81-86).<sup>55</sup>

Celso, no séc. II d.C., descreve Jesus como um bandido de forma a desacreditar a sua pretensão messiânica (através de Orígenes, *Cels.* 3.59) (Blumell, 2008, p. 4).

### 3.4.1. Os *leistai* da Judeia

O território genericamente composto pela Síria-Palestina foi marcado por instabilidade, descontentamento e rebelião constante desde a intervenção de Pompeio, em 64 a.C., à Guerra Judaica em 66 d.C. Os conflitos internos da sociedade judaica e os desacordos entre comunidades helenizadas e os outros, são ambos factores exacerbados pelo envolvimento e má administração romana da região. A alteração do estatuto da Palestina em 6 d.C., até à época um Estado cliente, para uma província imperial (*provincia Iudaea*), governadores insensíveis e duplas taxas por ambos os judeus e romanos são apenas alguns exemplos desta má gestão (Grünewald, 2004, p. 91).

As principais fontes sobre os conflitos da Judeia são os documentos de autoria de Flávio Josefo e, em menor grau, o Novo Testamento. As repetidas referências nestas obras a ‘bandidos’ (*leistai*), ‘quadrilhas de bandidos’ e ‘banditismo’, levam a crer que o dia-a-dia da província era marcado pela ameaça permanente de criminosos, no entanto, Grünewald alerta que em grande parte estes não devem ser vistos como bandidos comuns, mas sim como usurpadores e rivais políticos. Mesmo assim, após o abandono da protecção da lei, a prática do crime como forma de sustento era uma possibilidade real (Grünewald, 2004, p. 91-92).<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> V. sobre o debate do séc. IV d.C., de Hist. Aug. *quatt. tyr.* 2.2-4, em redor da terminologia correcta para descrever os diferentes usurpadores, ora como aqueles que vestem a púrpura, *tyranni purpurati*, ora como bandidos, *tyranni latrones/latrunculi*; v. Van Hooff, 1988, p. 113-114 e MacMullen, 1992, p. 224-226, 255 e 266, onde listam mais exemplos de usurpadores, pretendentes ao trono, imperadores e actos oficiais denominados de bandidos e banditismo.

<sup>56</sup> V. Riess, 2011, p. 703-704, ambos os lados estigmatizavam o outro como ‘bandidos’; Blumell, 2008, p. 4.

Sobre esta mesma possibilidade, Shaw (1993, p. 189), ao comentar o relato de Josefo em relação ao reino de Herodes I, escreve: “*Although the general social problem of banditry may have been constant, even ‘endemic’, Josephus deliberately chose to highlight it and to bring it into his historical narrative only at those critical junctures where Herod’s rule was brought into question*”.

Isaac (1984, p. 183) ilustra particularmente bem as dificuldades em identificar os ‘bandidos’: “*it is not always possible to determine whether the examples reflect historical reality or purely academic dispute. Where this is not in doubt it is not always clear whether the listim mentioned in the sources were regular robbers and, when they were not, whether they were part of the imperial establishment or belonged to its enemies*”.

Josefo presenciou e documentou os eventos da Guerra Judaica. Era originalmente um membro da aristocracia judaica e da facção dos rebeldes, embora mais tarde tenha desertado para o lado dos romanos. Como tal, a narrativa que nos lega segue uma retórica que procura justificar as suas próprias acções e uma sociedade judaica arrasada pela guerra e, simultaneamente, criticar os seus antigos comparsas e futuros rivais políticos, recorrendo aos mesmos clichés literários romanos do ‘bandido comum’. Quando empregava o termo *leistai*, Josefo referia-se especificamente a indivíduos que agiam politicamente como usurpadores (pequenos e grandes), numa tentativa de aproveitar o caos geral para adquirir alguma posição de poder, ora em oposição ao regente e aqueles no poder, ora em oposição a outros grupos (incluindo Josefo), e/ou numa autoproclamação de soberania enquanto monarcas ou líderes locais. Infelizmente, as descrições genéricas de Josefo não permitem depreender, em muitos casos, o estatuto social ou as motivações específicas (além de serem políticas) subjacentes aos ‘bandidos’ (Grünwald, 2004, p. 93-109).<sup>57</sup>

O caso dos irmãos judeus *Asinaeus* e *Anilaeus* é paradigmático do uso específico que Josefo faz do termo *leistai*. Estes eram residentes de Nearda (Mesopotâmia), uma cidade sob o domínio da Pártia, e órfãos de uma família pobre. Os eventos seguintes decorrem no período de 20-35 d.C. Após serem castigados por indolência pelo mestre responsável por lhes ensinar tecelagem, decidem abandonar a sociedade de vontade livre e dedicarem-se a uma vida de banditismo. No processo roubam uma loja de armas, fogem para uma região pantanosa inabitada e criam uma quadrilha de jovens igualmente pobres.

---

<sup>57</sup> V. Isaac, 1984, p. 171-203; cf. Horsley, 1979, p. 37-63, para uma perspectiva datada, visto que considera que Josefo utilizava o termo bandido frequentemente para referir ‘verdadeiros bandidos’ e especificamente ‘bandidos sociais’.



Sendo uma área onde predominava a pastorícia, começam por extorquir tributo dos pastores mais vulneráveis em troca de ‘protecção’. Eventualmente adquirem uma posição de poder enquanto senhores locais e a usurpação é reconhecida pela corte Parta, embora alguns anos mais tarde caíam devido a intrigas (J. AJ 18.9.1–8 (310–70)). A suposta origem apolítica dos irmãos e a distância dos conflitos da Judeia leva a que Josefo não os descreva uma única vez como *leistai*, mesmo que preencham todos os critérios para a categoria de bandido. Fora dos Estados Grego e Romano, esta forma de poder pessoal simplesmente não era classificada como banditismo, nem castigada como tal (Shaw, 1993, p. 179-184 e 202; Grünewald, 2004, p. 98-100).

Por outro lado, o percurso da sua carreira enquanto bandidos espelha um modelo bem documentado por observadores contemporâneos, como Estrabão. Nas descrições da geografia da Mesopotâmia, Estrabão refere grupos distintos de bandidos/chefes locais que extorquiam tributo dos viajantes em situações com níveis diversos de gravidade (Str. 16.1.27). O banditismo como alternativa à vida em sociedade e os passos necessários para prosperar eram ambas realidades bem conhecidas pelos dois jovens (Shaw, 1993, p. 180-181).<sup>58</sup>

Estrabão responsabiliza também os Itureianos e Árabes, situados nas montanhas do Líbano e em *Trachonitis*, por incursões a Damasco e pelo roubo de mercadores provindos da *Arabia Felix* (Str. 16.2.18-20) (Isaac, 1984, p. 175-178). Contudo, as descrições não deixam de suscitar dúvidas quanto aos ‘bandidos’ em causa. Na passagem acima citada Estrabão escreve, “*Now all the mountainous parts are held by Ituraeans and Arabians, all of whom are robbers, but the people in the plains are farmers*” (Str. 16.2.18)<sup>59</sup>, que recorro ser precisamente o mesmo termo usado pelo autor para descrever várias das populações hispânicas. Este será mais um dos muitos casos onde se verifica alguma fluidez na identidade daqueles que praticavam banditismo.

Voltando à questão dos conflitos judaicos e dos perigos viários neste contexto, Josefo menciona o roubo de um escravo de César enquanto este viajava numa estrada pública, algo que desencadeou novos tumultos (J. BJ 2.12.2 (228)) (Isaac, 1984, p. 179). Noutro caso, em 48-52 d.C., um conflito entre galileus e samaritanos é supostamente causado pelo ataque a um ou mais judeus enquanto estes viajavam em direcção a

---

<sup>58</sup> P. 189-198 para detalhes sobre o papel da ‘amizade ritualizada’ como mecanismo de interacção e regularização de relações entre homens de poder.

<sup>59</sup> Tradução de Jones, 1930, p. 263.

Jerusalém pela Samaria (J. BJ 2.12.3–6 (232–44) e AJ 20.6.1 (118–24)) (Grünwald, 2004, p. 97).

A veracidade histórica destes eventos específicos não é particularmente relevante, apenas que eram uma ocorrência frequente o suficiente para servirem de causa aos episódios subsequentes.

A transição entre os diferentes ‘estados de ser’: bandido, usurpador e chefe local, não deixa de ser uma questão de interesse e difícil resolução. O caso dos irmãos *Asinaeus* e *Anilaeus* ilustra (segundo a perspectiva de Josefo) a evolução de bandidos apolíticos para chefes locais e usurpadores. A ameaça que estes chefes poderosos locais (enquanto bandidos, usurpadores ou até indígenas) representavam para os viajantes que cruzavam o seu território e os habitantes das áreas próximas, é assim uma realidade histórica atestada nas fontes.

#### 3.4.2. O assassinato de rivais políticos dissimulado de morte por bandidos

A ubiquidade do banditismo e dos perigos viários é acentuada ainda pelo modo como prováveis assassinatos de rivais políticos eram dissimulados de mortes causadas por bandidos. Mesmo quando questionamos a veracidade histórica destas ocorrências, não deixa de ser elucidativo que este tipo de morte era uma justificação fácil à época, para explicar o desaparecimento inesperado de indivíduos proeminentes.<sup>60</sup>

Augusto usou presumivelmente este pretexto para torturar e matar um pretor de nome Quinto Gálio: “*There was also the case of Quintus Gallius the praetor who, while paying Augustus his respects, clutched a set of writing tablets underneath his robe. Augustus suspected that he had a sword, but dared not have him searched on the spot, for fear of being mistaken, so a little later [...] Gallius was tortured [...] though he confessed to nothing, Augustus [...] sentenced him to death. In his own account of the incident, however, Augustus records that Gallius asked for an audience, attacked him unexpectedly, and was removed to prison; that, being then banished from Italy, he disappeared on the way to his place of exile, but whether he was shipwrecked or ambushed by bandits nobody knew.*” (Suet. Aug. 27.4).<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> Grünwald, 2004, p. 25 e Van Hooff, 1988, p. 117, mencionam os primeiros quatro relatos citados.

<sup>61</sup> Tradução de Graves e Rives, 2007, p. 57-58; cf. App. Civ. 3.95.394, o mesmo relato, mas a favor da versão de Augusto.

Cómodo teria recorrido à mesma estratégia para assassinar o pai de Cláudio Pompeiano: “*Occisus est eo tempore etiam Claudius quasi a latronibus*” (Hist. Aug. Comm. 5.12).

Caracala é acusado de assassinar Pompeiano, neto de Marco Aurélio, de modo a que a morte pareça ter sido causada por bandidos: “*occidit etiam Pompeianum, Marci nepotem [...] et ita quidem ut videretur a latronibus interemptus*” (Hist. Aug. Carac. 3.8).

Também Dionísio de Siracusa fez uso deste pretexto para alegadamente assassinar alguns seguidores da escola pitagórica (Iamb. VP 190).

### 3.5. Os *latrones* na ficção

Entrar no mundo das historietas de bandidos e das suas façanhas é desenrolar um novelo profundamente interlaçado. Simultaneamente é um tema que não deve ser ignorado, visto que os elementos históricos que fornece são fundamentais não só para compreender a realidade do banditismo, mas também a dos perigos da viagem e das ansiedades dos viajantes.

A ficção, embora caracterizada pelo exagero e sensacionalismo, reflecte atitudes sociais, presunções e realidades, dado que necessita de apresentar à audiência algum paradigma social reconhecível. Deste modo, era frequentemente acompanhada por simbologia e observações sociais, por vezes explicitadas directamente pelos próprios autores, como ocorre nas sátiras de Juvenal (Juv. 1.85-86) (Fagan, 2011, p. 469-470, v. autores citados pelo mesmo).

Aliás, como Riess (2002, p. 266) salienta, a distinção entre realidade e ficção não era uma prioridade quer para o escritor, quer para o leitor romano: “*Indeed rhetoric [...] makes it very difficult for the ancient audience to distinguish between res fictae and res factae. [...] The realism of depiction, that is the obligation to the principles of mimesis, was the basic requirement in order that a text might be perceived as successful. For this very reason it is likely that the novels strive to present realistic depictions*”.<sup>62</sup>

Adicionalmente, quer os relatos de bandidos narrados por ‘historiadores’ como Dión Cássio e Herodiano, quer as fábulas dos romances greco-romanos, bebem inevitavelmente da cultura, educação e percepções da elite cultural à qual os seus autores

---

<sup>62</sup> V. Riess, 2002, p. 260-266, para os aspectos metodológicos da abordagem da ficção enquanto fonte histórica, com paralelos a estudos modernos.

pertenciam, e contrastam com a tradição e imaginação popular (de onde fundamentalmente derivam) que anexava à figura do bandido certas aspirações e desejos próprios (Shaw, 1984, p. 44).<sup>63</sup>

Entre os romancistas vai ser destacado apenas Apuleio, autor norte africano de “O Burro de Ouro”, escrito por volta do ano 150 d.C. (Riess, 2002, p. 261). Este herda de uma tradição latina mais realista, oriunda da farsa itálica, da sátira e da paródia. Outros, como Heliodoro, autor sírio das “Etiópicas” (c. 230 d.C.) e Aquiles Tácio, autor grego de Alexandria que escreve “Leucipe” e “Clitofonte” nos finais do séc. III d.C., seguem tradições literárias greco-alexandrinas, mais romanceadas e fantásticas (Shaw, 1992, p. 269).<sup>64</sup>

Apuleio narra as aventuras de um jovem rico, chamado Lúcio. Enquanto viajava pela Tessália, Lúcio decide parar numa estalagem na cidade de Hípata, famosa pelas praticantes de magia. Devido a uma confusão é transformado em burro e, na noite do mesmo dia, levado por bandidos juntamente com outros animais de carga, após um assalto à casa de Milão. As aventuras subsequentes levam-no a viajar por grande parte das províncias de Acaia e Macedónia. Como tal, as descrições do autor fornecem detalhes importantes sobre a viagem por terra na perspectiva do viajante comum, e a ameaça permanente dos assaltos por bandidos (Blumell, 2008, p. 1-3).

Os elementos fantásticos da história são enquadrados num plano realista que reflecte a própria sociedade do tempo de Apuleio, em Madauros no séc. II d.C. A trivialidade da violência, mesmo que exagerada, revela algo sugestivo sobre as atitudes e presunções da época (Fagan, 2011, p. 470-471).<sup>65</sup>

A violência era endémica no mundo antigo. Conflitos entre aldeias, famílias, durante festivais ou em albergues (v. nota 25 de Riess) frequentemente resultavam em violência. Certos albergues adquiriam inclusivamente a reputação infama de “*loci inhonesti*” (Dig. 4.8.21.11). Porém, existiam códigos sociais e regras sobre o uso da violência (mesmo que por vezes encorajada, como na defesa da honra) que regulavam o dia-a-dia nas aldeias e limitavam eventos drásticos como a morte. Riess considera que a brutalidade e violência das mortes em Apuleio são um dos aspectos mais fictícios da obra,

---

<sup>63</sup> V. Shaw, 1992, p. 270, sobre as mensagens subjacentes aos romances, de uma ordem social correcta, justiça e do poder e papel do Estado neste âmbito.

<sup>64</sup> Grünewald, 2004, p. 7, refere ainda o Anónimo da *Historia Apollonii Regis Tyrii*.

<sup>65</sup> O autor, na tabela 22.1, lista todos os actos violentos cometidos, sonhados e contemplados no romance, muitos dos quais provêm de bandidos.

exageradas propositadamente para tornar a leitura mais interessante. O leitor, supostamente, iria notar um contraste com uma realidade bastante menos violenta (Riess, 2002, p. 268-271).

Esta proposta não aparenta, no entanto, realizar uma distinção entre a violência típica da vida urbana, com consequências tendencialmente menos drásticas, da violência praticada em ambientes viários.

Apuleio queria ilustrar os seus bandidos da forma mais autêntica possível, ao contrário do modelo grego. A ‘máscara’ do burro é empregue para apresentar a perspectiva crítica de um observador externo sobre a sociedade contemporânea, pelo que necessitava de um contexto suficientemente realista. As desgraças que afectavam Lúcio e as outras personagens tinham de ser plausíveis. Os bandidos, além de elementos literários para aumentar o suspense e influenciar a história, cumpriam a função simbólica dos perigos, maldades e vicissitudes do mundo. Esta realidade é supostamente enfatizada de forma selectiva por Apuleio, quando descreve somente os crimes mais sérios dos bandidos, mesmo que fossem menos frequentes (segundo Riess) e quando os afasta e isola num *locus horridus*, enquanto o verdadeiro criminoso vivia nos limiares da sociedade e dependia desta. Ademais, a componente pseudo-autobiográfica da obra e uma pretensão à verdade (moral) fornecem alguma autenticidade histórica às descrições (Riess, 2002, p. 271-277).

No “Burro de Ouro” o medo dos bandidos figura constantemente (Apul. *met.* 7.4, 12, 13, 8.15). No início da narrativa, Aristómenes, uma personagem secundária, alerta o protagonista dos potenciais perigos que os bandidos representavam a viajantes isolados (Apul. *met.* 1.7, 15, 23). Os catalisadores das aventuras de Lúcio são, por sua vez, uma quadrilha de bandidos que residia nas montanhas e cometia assaltos ao longo das vias e aldeias da Tessália (Apul. *met.* 3.28, 4.6-22). Numa paródia deste medo, Lúcio recorda os eventos de uma noite em que a sua companhia de viagem, que estava armada, brigou com os habitantes de uma aldeia à beira da estrada, porque ambos assumiram o lado oposto como bandidos (Apul. *met.* 8.16-18). Além do aspecto cómico, o incidente revela as ansiedades e hipersensibilidades que um viajante podia sentir ao percorrer as estradas (Blumell, 2008, p. 2-3; cf. Shaw, 1992, p. 255-256 e Grünewald, 2004, p. 20-21).<sup>66</sup>

Após Lúcio, enquanto burro, chegar ao esconderijo do grupo de bandidos que o sequestrou, é descrita uma outra vítima, pertencente à elite local e sequestrada para um

---

<sup>66</sup> V. ep. N° 26, duas vítimas de bandidos da mesma cidade natal e cronologia de Apuleio, no capítulo 4.5.1.

resgate, e ainda outra que agia como escrava da quadrilha (Apul. *met.* 4.23).<sup>67</sup> O rapto de pessoas para o resgate está amplamente atestado nas fontes.

As personagens no romance de Aquiles Tácio são capturadas por bandidos egípcios e agredidas violentamente. Apenas escapam devido à intervenção de militares (Ach.Tat. 3.9-13) (Fagan, 2011, p. 477).

A ligação entre ficção e a realidade dura da vida é ilustrada pela associação frequente de desaparecimentos a actos de bandidos (ex. de A.R. 1.1257 f.) (Van Hooff, 1988, p. 119).

Noutros casos paralelos os perigos da viagem também figuram com alguma frequência. Uma compilação de Época Bizantina, que inclui material de muitas épocas, conhecida como a *Antologia Palatina*, contém uma breve mas sugestiva composição correspondente a um epigrama grego de alguém morto por bandidos: “*Aqui estou eu, vencido pelo ataque (ou pela arma) de um bandido; jazente, sem ninguém que chore por mim*” (Anth. Pal. 7.737).<sup>68</sup>

Num poema, Propércio anuncia o medo que tinha de bandidos caso viajasse de noite: “*Midnight, and a letter has come to me from my mistress commanding my presence at Tibur without delay [...] What to do? Trust myself to the enveloping darkness and fear that ruffian hands be laid upon my person? [...] But if my journey were to result in certain funeral, death would even be worth procuring at such a price.*” (Prop. 3.16)<sup>69</sup> (Van Hooff, 1988, p. 116, nota 81).

Na viagem de Luciano de Samosata ao mundo infernal, as vítimas de mortes violentas são categorizadas respectivamente em: aqueles que morreram em batalha, os que se suicidaram, os aspirantes ao trono falhados, as vítimas de homicídios e, numa categoria especial, as vítimas de bandidos (Luc. *Cat.* 6; cf. passagem semelhante na Odisseia, Hom. *Od.* 11.397–403) (Grünwald, 2004, p. 19).

Em nome da brevidade apenas vai ser aqui apresentado o conteúdo essencial dos relatos e fábulas de bandidos populares. São ademais um tópico amplamente coberto pela historiografia romana. A questão das manifestações legítimas do poder e da autoridade,

---

<sup>67</sup> Cf. Van Hooff, 1988, p. 119 e D.S. 2.55, um suposto relato do rapto por bandidos de um mercador de nome *Iambulus*, juntamente com os seus companheiros, enquanto viajava com rumo à Arábia.

<sup>68</sup> Cf. Van Hooff, 1988, p. 115.

<sup>69</sup> Tradução de Goold, 1990, p. 278-279.

da tirania face à benevolência, da boa conduta e competência do exército e da elite—em particular do imperador, que é frequentemente alvo de críticas—são transversais aos relatos. Paralelas a estas encontramos preocupações populares e questões de moral, nomeadamente o desejo à justiça, ordem social e a bandidos com consciência social, alguém que lute pelos interesses dos mais fracos. A historicidade destes bandidos é ofuscada pela forma como são abordados nas fontes, pelo que a análise deve ser acompanhada por algum cepticismo.

Díon Cássio, na sua ‘História’, procura ilustrar a fragilidade da paz na Itália durante o principado de Cómodo e Septímio Severo (dos quais era contemporâneo), assim como os efeitos nefastos das guerras civis. Através da figura do bandido expõe a incapacidade do imperador em resolver um problema tão simples e insignificante como o de uma quadrilha de criminosos (Grünwald, 2004, p. 110-111).

Grünwald (2004, p. 118-123 e 133-136) propõe que Díon Cássio é o autor da imagem de ambos os bandidos *Bulla Felix* e Materno, mesmo que o último apenas conste nos textos de Herodiano. O temperamento e índole completamente oposta entre os dois e as similitudes nos detalhes dos relatos sugerem que se tratava de um par interdependente (um exemplo bom e o outro mau), concebidos por um único autor. O próprio Díon Cássio provavelmente baseou a história de *Bulla Felix* na narrativa do falso Agripa Póstumo (Clemente), por Tácito.

*Bulla Felix* (Bula, o Feliz ou o Afortunado) atormentou a Itália durante mais de dois anos, na primeira década do principado de Severo (antes de 205 d.C.). O nome que lhe é conferido apresenta toda uma simbologia imperial (a bula, o epíteto *Felix*, a semelhança ao ditador republicano *Sulla Felix*) e a dimensão da quadrilha que lidera, 600 homens, é provavelmente exagerada para corresponder à força nominal do senado romano. Bula, apesar de não possuir os recursos de Roma, conseguia através da inteligência e astúcia subverter o opositor mais forte e violento. O imperador, independentemente dos recursos disponíveis, permanece impotente e incapaz de pôr fim aos problemas do Império. Díon reporta, noutras instâncias, bandidos com a mesma astúcia e perspicácia: Cláudio atormentou Severo, enquanto ainda governador da Síria (c. de 190 d.C.) e escapou ileso após um encontro cara a cara (D.C. 75.2.4); e *Corocotta/Caracotta*, um hispânico, enfrentou Augusto (c. 25 a.C.). O último, ao invés de Severo, demonstrou ser um bom imperador pela confiança inabalável com que lidou com a situação (D.C. 56.43.3). Ironicamente, Severo, após ascender ao principado em 193 d.C., sente a necessidade de se autoproclamar “*ubique latronibus hostis*” (inimigo

dos bandidos em toda a parte) (Hist. Aug. *Sept. Sev.* 18.6). Adicionalmente, Bula é visto como uma figura justiceira e um ‘bandido nobre’: não só não feria as suas vítimas, como apenas lhes roubava uma parcela dos bens (ao contrário do imperador, o verdadeiro bandido, que lhes roubava tudo); quando sequestrava artesãos para usufruir do seu trabalho, libertava-os depois com uma prenda (enquanto o imperador apenas os oprimia); alertou também os patrões que estes deviam alimentar bem os seus escravos, para que não necessitassem de seguir uma vida de banditismo. Como todos os ‘bandidos nobres’, é capturado e morto pela traição (D.C. 77.10 f.).<sup>70</sup>

Herodiano (presumivelmente baseado na ‘História’ de Díon) descreve em grande detalhe o *bellum desertorum* liderado por Júlio Materno em 185/186 d.C. (o auge dos eventos), na Hispânia e Gália, contra Cómodo. É tradicionalmente considerado como o precursor do movimento dos Bagaudas na Antiguidade Tardia, pelos mesmos territórios. A instabilidade, crise e aflição social que permeava nas províncias ocidentais provavelmente fomentou a rebelião. Materno, segundo os estereótipos e convenções literárias (que revelam mais o desconhecimento do que a realidade), ergue uma pequena quadrilha de desertores a uma força considerável, motivada principalmente pelo ganho material.<sup>71</sup> A evolução típica do desertor-bandido enquadra-o na categoria literária do ‘bandido comum’, embora este chegue a ser classificado como inimigo do Estado Romano e deva ser visto como um usurpador. Caracteristicamente, Materno é morto após ser traído pelos camaradas, que invejavam a sua posição de poder (Hdn. 1.10 f.).<sup>72</sup>

É inegável que entre a literatura da época, independentemente do aproveitamento da figura do bandido pela elite, existe uma grande preocupação e mesmo um desejo popular à existência de um bandido com consciência social, um guardião contra as injustiças e a opressão dos mais fracos, tão comuns na época. A ideia em si poderia ser um protesto social, mas nada indica que se tenha transplantado para o banditismo. Por outro lado, existe também uma mensagem orientada directamente para o leitor culto, um

---

<sup>70</sup> V. Grünwald, 2004, p. 111-123 sobre este tópico e paralelos entre as aventuras de Bula e outros relatos de bandidos, como: Isidoro e os Bucólicos, pastores-bandidos do delta do Nilo, sob Marco Aurélio; Cláudio, bandido nas províncias da Judeia e Síria, previamente mencionado; Bato, líder da revolta na Panónia/Dalmácia em 6-9 d.C.; v. igualmente Shaw, 1984, p. 43-49; Shaw, 1992, p. 276-278; MacMullen, 1992, p. 192, 196, 264 e 267-268; Van Hooff, 1988, p. 120; Isaac, 1984, p. 184; Aguilera Durán, 2016, p. 125-126 menciona brevemente *Caracotta*; v. Riess, 2011, p. 704 para mais detalhes sobre o conflito dos Bucólicos.

<sup>71</sup> V. paralelo de Tacfarinas no capítulo 3.2.1.

<sup>72</sup> Grünwald, 2004, p. 124-133; v. também Shaw, 1984, p. 44-46; Shaw, 1992, p. 276-277; MacMullen, 1992, p. 195 e 267.



alerta para os problemas sociais e políticos pelos quais eles próprios eram responsáveis (Shaw, 1984, p. 50-51; Grünewald, 2004, p. 9).<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> Acerca do tema da hierarquia social tradicional, questões de legitimidade e validade do Estado face às quadrilhas de bandidos, prevalentes no final do relato de Bula e em outras fontes, como Agostinho (Aug. Civ. 4.4) e Cícero (Cic. Rep. 3.14), consultar: Grünewald, 2004, p. 118-120, Shaw, 1984, p. 51-52, Shaw, 1992, p. 251-254 e 278-279, Van Hooff, 1988, p. 122-124.

## 4. Morrer na estrada: os perigos da viagem por terra no mundo romano

### 4.1. A ubiquidade e ameaça do banditismo na viagem

As estradas romanas representam um ambiente complexo onde se vivia, viajava, onde decorriam actividades comerciais de diferentes escalas e por onde passavam inúmeros outros fenómenos e realidades. Porém, sob este mundo predominava um outro mais obscuro, o dos perigos e da morte. A violência ocupa um lugar importante na estrutura e funcionamento da sociedade romana e uma das suas expressões, o banditismo, representava de longe um dos maiores perigos para o viajante comum.

Certas perspectivas tendem a contemplar os perigos para os viajantes e o banditismo como algo dramatizado, exagerado, ou apenas como um evento pontual resultante de crises e do conflito bélico.<sup>74</sup> Na realidade esta visão benevolente ou mesmo idílica do passado apresenta similaridades à propaganda da *pax romana*. As referências à ausência de *latrones* (ou até a inexistência dos próprios relatos) não devem ser tomadas como um sinal da segurança e boas condições de vida das pessoas comuns. Até na época mais pacífica os perigos associados ao dia-a-dia e a viagem destas, por bandidos e não só, eram muito mais frequentes e graves do que, por exemplo, numa sociedade industrial (Grünewald, 2004, p. 17-18).

Shaw (1992, p. 255-256) apresenta uma imagem de um campo perigoso, onde a lei e ordem eram essencialmente mantidas pelas comunidades locais ou pelos grandes proprietários e onde a presença do Estado se via raramente. A ausência de iluminação, de uma rede de comunicações ou de polícia competentes e de uma administração local descontínua ou corrupta resultava num estado de anarquia pelos campos, particularmente ao anoitecer. Assim, uma viagem por terra era essencialmente composta por saltos entre os vários centros urbanos (assemelhados a ilhas seguras), evitando o mais possível as vastas zonas que circundavam as cidades.

Encontros com bandidos enquanto se viajava solitariamente pelo campo frequentemente resultavam em assaltos, ferimentos ou até mortes, e o viajante comum corria, por vezes, grandes riscos no decurso desta actividade. Estes perigos nunca estavam

---

<sup>74</sup> V. notas 23 e 28 de Grünewald, 2004, p. 17-18; cf. Krause, 2006.

longe da mente das pessoas. Um dos principais motivos para a relutância em viajar, discernível nos papiros do Egito romano, era o pressentimento constante do perigo de ser atacado (Huebner, 2019, p. 103, v. nota 57 do mesmo). É algo que explica também o desgosto geral da viagem latente nas fontes. Era uma actividade considerada pela maioria como um mal necessário à vida na época. Ainda assim, as pessoas enfrentavam diariamente os riscos da viagem, como o faziam com outros tipos de perigos, característicos da instabilidade da época (Huebner, 2019, p. 105 e 114; Blumell, 2008, p. 15; Bagnall, 1977, p. 67; Fagan, 2011, p. 477 e 490).

Os perigos associados à viagem e ao abandono da segurança facultada pelas muralhas citadinas podiam ser encontrados em diversas escalas de intensidade, por quase todas as regiões e períodos do Império, incluindo na Península Itálica e nas proximidades de Roma.

O crime viário era constituído fundamentalmente pelo assalto, roubo e sequestro, por norma acompanhados de violência e nos piores casos, da morte da vítima. O grau de violência empregue, embora ditado em parte pela resistência da vítima, é difícil de precisar. Por vezes o roubo decorria com pouca ou nenhuma violência (Gal. *nat. fac.* 3.69) (Blumell, 2008, p. 7-8). Os sequestros levados a cabo pelos bandidos afectavam qualquer um e eram um tema pela qual os romancistas se sentiam particularmente cativados.<sup>75</sup> O seu principal propósito era a extorsão de dinheiro ou a venda da vítima à escravatura (por isso é bem conhecido o próspero mercado de escravos criado pelos piratas do Mediterrâneo na primeira metade do séc. I d.C.) (Shaw, 1992, p. 268).

MacMullen (1992, p. 194, 197 e 200, e notas correspondentes) procurou distinguir épocas em que o banditismo era mais ou menos prevalente. No entanto, este tipo de listas cronológicas e geográficas de referências (ou a ausência destas) a *latrones*, com o intuito de traçar uma ‘evolução’ do banditismo, não parece ser produtiva.<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> V. capítulo 3.5.

<sup>76</sup> Cf. Shaw, 2004, p. 373; cf. Shaw, 1984, p. 50, onde refere áreas e períodos especialmente propícios ao fomento do poder de bandidos: a Judeia no princípio do séc. I d.C., os limites do Danúbio no séc. III d.C. e a Gália no séc. IV e V d.C.; cf. Blumell, 2008, p. 4 e 15.

#### 4.1.1. Na legislação

Shaw (1984, p. 8) estabelece uma comparação entre a servidão que está presente na estrutura social romana e que constitui uma parte integral do funcionamento da mesma, com ligações a quase todos os tipos de acções legais que o Estado sancionava, e o banditismo. Esta comparação é particularmente elucidativa dos reflexos profundos que o banditismo, um fenómeno aparentemente periférico, tinha no mundo romano, introduzindo-se em inúmeras leis e contextos com os quais não estava directamente relacionado.

Decerto, o envolvimento constante dos juristas no debate legal acerca desta temática deve ser considerado como um importante indicador da sua prevalência e impacto. Na legislação os actos de banditismo eram considerados como um dos tipos de acidentes que estava fora da esfera de controlo de cada um e pela qual não podia ser atribuída responsabilidade, ou seja, eram *vis maior* (força maior). Como tal, as suas consequências tinham de ser ponderadas numa variedade de situações e actos legais (Shaw, 1984, p. 8-9; Shaw, 1992, p. 257; Grünewald, 2004, p. 19).

Listo apenas alguns exemplos dos diferentes contextos que implicavam esta ponderação<sup>77</sup>: sobre a criação de testamentos enquanto capturado(a) por bandidos (*Dig.* 32.1.pr. e 28.1.13.pr.); sobre dotes na sequência de sequestros por bandidos (*Dig.* 23.3.5.4 e 24.3.21); sobre dádivas monetárias após o resgate das mãos de bandidos ou inimigos (*Dig.* 39.5.34.1); sobre a interrupção de heranças, exemplificada por um cenário hipotético: é concedida a liberdade a um escravo após a morte do mestre, segundo a condição de que teria de entregar ao herdeiro alguma propriedade. No decurso da viagem é assaltado por bandidos, ou sofre de incursões de inimigos, e perde os bens. A lei prevê que, perante esta situação, não lhe seja negado o direito à liberdade (*Cod. Iust.* 6.46.6.pr. (532 d.C.)); um mentor não era responsável pela propriedade do aluno caso esta fosse destruída por bandidos (*Dig.* 26.7.50 pr.); sobre a perda de adornos confiados a outros após ataques e mortes causadas por bandidos (*Cod. Iust.* 4.34.1 (234 d.C.)); sobre perdas em compromissos causadas por acidentes como o ataque de bandidos (*Cod. Iust.* 4.24.6 (225 d.C.)); sobre os danos causados por bandidos em propriedade arrendada (*Cod. Iust.* 4.65.1 (213 d.C.) e 4.65.12 (245 d.C.)); sobre o roubo de gado por bandidos (*Dig.* 19.2.9.4. (c. 160 d.C.)); e por fim, os produtos deixados (para a protecção contra

---

<sup>77</sup> V. autores acima citados; cf. com exemplos citados por Van Hooff, 1988, p. 119, nomeadamente *Dig.* 39.6.3 e *Dig.* 29.5.2.

bandidos) em terras de cultivo que foram legadas, não pertencem ao legado (*Cod. Iust.* 6.38.1.pr. (213 d.C.)).

A isenção da responsabilidade dos mutuatários e devedores no caso de actos de banditismo como *vis maior* era reconhecida já desde a Época Clássica e perdurou até ao reinado de Justiniano (Grünewald, 2004, p. 19).<sup>78</sup>

Algumas leis listam inclusivamente o banditismo entre outros tipos de ‘desastres naturais’ comuns. Por exemplo, uma julga que o mutuatário não era responsável por ocorrências além do seu controlo, como a morte de escravos (presumindo que esteja isento de culpa), ataques de bandidos, piratas e inimigos, naufrágios, fogos e a fuga de escravos (*Dig.* 13.6.18.pr.). Outra refere, entre as perdas comuns que recaem sobre um herdeiro, a morte de escravos e animais, roubos, rapinas, fogos, o colapso de edifícios, naufrágios, a violência de inimigos, de bandidos e de salteadores e ainda as dívidas (*Dig.* 35.2.30.pr.) (Shaw, 1984, p. 9).

A ubiquidade do banditismo e dos perigos viários é especialmente confirmada pelas declarações dos juristas sobre a viagem.

Uma lei regista, entre as causas comuns para o atraso do aparecimento em tribunal: a doença, o mau tempo no mar e em terra, e o assalto por bandidos, sendo que era concedida uma prorrogação pela qual apenas era necessário citar a ‘lei da natureza’ (*Dig.* 27.1.13.7-8). Na mesma linha, qualquer soldado que não regresse atempadamente ao acampamento após uma isenção temporária, habilita-se a ser julgado como um desertor, a não ser que o atraso se deva a tempestades, ao mau tempo no mar ou a bandidos em terra (*Dig.* 49.16.14).

Ainda outra ilustra de forma clara a diferença legislativa entre bandido e ladrão: na sequência da perda de gado por fogo ou por bandidos, a responsabilidade entre parceiros é mútua, enquanto se o roubo for cometido por ladrões comuns as perdas recaem sobre o responsável do gado. A lei fornece mais um exemplo, certamente familiar aos leitores da época: “*Some men established a cloak-making business. One of them set out to purchase goods but fell upon robbers and lost his money. His slaves were wounded, and he also lost some items that were his own. Julian says that the loss is shared [...]*”

---

<sup>78</sup> V. *Dig.* 17.1.26.6; *Dig.* 42.5.12.2; *Dig.* 26.7.5 pr.; *Cod. Iust.* 4.24.2; *Cod. Iust.* 3.14.2.

*rightly supports the view that the other partner should also acknowledge responsibility for a proportion of such medical expenses as were incurred.” (Dig. 17.2.52.3-4).<sup>79</sup>*

De facto, o banditismo era um dos principais perigos contabilizados pelos juristas (neste caso Ulpiano) em relação à viagem, ao longo de outros acidentes como o colapso de estalagens ou o atropelamento por carroças: “*The exception is where the setting off to do the manumission provided the occasion of his death, as where he was killed by robbers, crushed in the collapse of a stable, run over by a vehicle, or met his end in some other way [...]*” (Dig. 12.4.5.4)<sup>80</sup> (Buonopane, 2016, p. 40; Grünewald, 2004, p. 20).

A repetição frequente e o uso em diferentes contextos da mesma lista de ‘catástrofes naturais’, onde são incluídos os actos de banditismo, significava que este tipo de ocorrências, acidentes e desastres por *vis maior* eram representativos das calamidades típicas do dia-a-dia de um habitante do Império Romano e, logicamente, da ubiquidade dos perigos do banditismo (Grünewald, 2004, p. 19).

Shaw (1984, p. 8-9) refere ainda que a lei (Dig. 13.6.5.4) listava, entre os tipos de mortes frequentes, a morte por bandidos. Porém, esta legislação apenas se refere à inocência do mutuatário quando algo ocorre devido à velhice, à doença ou ao roubo por bandidos. Não explicita tipos de morte comuns à época (v. Watson, 1998a, p. 402, para a tradução).

#### 4.1.2. Nas fontes e nos relatos

O banditismo também surgia frequentemente entre o que era considerado pelos autores clássicos como calamidade natural. Por exemplo, Sêneca lista no mesmo plano os bandidos e o fogo (Sen. *Benef.* 7.16.3 e Sen. *De ira* 3.43.3); para Columela, era o mau tempo e os bandidos (Colum. 1.7); Plutarco colocava em paralelo bandidos, animais selvagens e o fogo (Plut. *Mor.* 171E.) e Eusébio de Cesareia, a fome, sede, frio, doença, bandidos e animais selvagens (Eus. *Hist. eccl.* 6.42.2). Sêneca, em particular, usa o banditismo e a pirataria nas suas analogias como exemplos das calamidades típicas à época (Sen. *Benef.* 1.5.4, 4.12.2, 4.26.1, 4.35.2, 5.9.2, 6.9.2, 7.15.1 e Sen. *De ira* 1.16.1, 2.17.2) (Grünewald, 2004, p. 19, notas 36-37; Buonopane, 2016, p. 40).

---

<sup>79</sup> Tradução de Watson, 1998b, p. 45-46.

<sup>80</sup> Tradução de Watson, 1998a, p. 375-376.

Os cristãos que enfrentavam o julgamento de Plínio, enquanto este era governador da província de Ponto-Bitínia, defendiam que tinham jurado não cometer qualquer tipo de crimes, dos quais, no que seria uma lista das ofensas mais comuns, listam o roubo, o banditismo, o adultério, a quebra de confiança e a falha em devolver depósitos monetários (Plin. *Epist.* 10.96.7). Cipriano, numa analogia, apresenta uma lista de crimes e criminosos semelhante: o adúltero, o bandido, o ladrão e aquele que comete fraude (Cypr. *De zelo et livore* 7.130ff. (CCL III A p. 79)) (Grünewald, 2004, p. 19-20).

Os ataques de bandidos a viajantes eram comuns o suficiente para, no texto bíblico, fornecerem um cenário familiar aos ouvintes. Assim, na parábola do bom samaritano, Jesus reconta a história de um viajante que tinha sido atacado por bandidos na estrada entre Jerusalém e Jericó. Ferido e ignorado por todos, apenas é salvo por um viajante bondoso de Samaria (Lucas 10.25-37). Similarmente, S. Paulo especifica os ataques por bandidos entre os perigos a que fora sujeito ao longo das suas viagens (II Coríntios 11.26) (Shaw, 1984, p. 9, Grünewald, 2004, p. 20, Van Hooff, 1988, p. 118, v. Blumell, 2008, p. 7, nota 12, para mais exemplos de parábolas semelhantes, provenientes das fontes rabínicas).

Sêneca, ao justificar as razões pela qual estava disposto a quebrar uma promessa, escreve: “*I may have promised to leave my country, and travel abroad; then news comes that the road is beset with robbers*” (Sen. *Benef.* 4.35.2).<sup>81</sup>

Suetónio recorre à presença de mortos deixados na estrada para ilustrar um evento da fuga de Nero (cujos detalhes eram provavelmente conjectura): “*Then Nero’s horse took fright at the smell of a dead body lying by the roadside, which made him expose his face.*” (Suet. *Nero* 48).<sup>82</sup>

Todos estes casos recorrem ao bandido e aos crimes que cometia apenas por serem exemplares das experiências do dia-a-dia e familiares aos seus leitores e ouvintes (Grünewald, 2004, p. 20)

Para os novos cristãos os bandidos elevaram-se como uma figura ideal de pecador (Aug. *Civ.* 20.2; Ambr. *Off.* 1.175) e um símbolo de piedade após a sua conversão ao cristianismo (Pallad. *hist. mon.* 52 = Migne, *PG* 34.1145). Alguns podiam vangloriar-se ou lamentarem os perigos que enfrentavam enquanto pregavam. S. Martinho é supostamente sequestrado por bandidos enquanto atravessava os Alpes, numa viagem da

---

<sup>81</sup> Tradução de Stewart, 1887.

<sup>82</sup> Tradução de Graves e Rives, 2007, p. 237.

Gália à Itália, e apenas é salvo porque os converte (Sulp. Sev. *Mart.* 4-5). S. João, numa viagem perigosa, converte um rapaz que liderava uma quadrilha de bandidos (Eus. *Hist. eccl.* 3.23) (Van Hooff, 1988, p. 110 e 114-117; MacMullen, 1992, p. 192, 261 e 265-266; Shaw, 1992, p. 275; Blumell, 2008, p. 8 e 12; Riess, 2011, p. 707).

O cristianismo deu origem também a vários viajantes sem rumo.<sup>83</sup> Na Síria, supostamente, inúmeros cristãos deambulavam pelas estradas e desertos sob a promessa de poderem conhecer e ver Jesus, até ao ponto de serem presos como bandidos, uma acusação fácil nesta região, para serem executados pelo governador provincial (Hippol. 4.18) (Van Hooff, 1988, p. 109).

Não deixa, enfim, de ser sintomática a informação de natureza distinta, aquela que respeitava aos próprios perigos que os bandidos enfrentavam e ao que lhes poderia acontecer. Nos registos literários das aulas de anatomia e medicina de Galeno, um médico nascido em Pérgamo que leccionou publicamente em Roma durante 176-177 d.C. e serviu sob Marco Aurélio (Singer, 1956, p. XIII-XVIII), surge um relato pertinente. Este refere que, na procura de corpos para dissecar, os médicos podiam usar os cadáveres daqueles condenados à morte e às arenas, ou os dos bandidos deixados insepultos nas montanhas (Gal. *anat. admin.* 3.5)<sup>84</sup> (Grünwald, 2004, p. 20).

Como se disse, no universo da literatura clássica, algumas informações acerca destes episódios relacionados com crimes de estrada podem suscitar inevitáveis reservas. Deste modo, deve manter-se algum cepticismo em relação à veracidade dos ‘bandidos’ aqui descritos. Esta circunstância, porém, não pode contrariar o facto de os perigos das montanhas e a prevalência de bandidos nestas, algo relatado em múltiplas fontes, serem uma realidade de todas as épocas, ainda que com diferente dimensão.

Os relatos do ‘banditismo generalizado’ podem ser contabilizados também nos discursos de outros autores, embora exista alguma tendência à generalização da informação e provavelmente à sua dramatização, quando estes dão conta de situações particulares responsáveis por problemas pontuais.

Em particular, realço sucintamente um exemplo de Época Tardia. O senador Quinto Aurélio Símaco, prefeito de Roma durante o final do séc. IV d.C., expressa numa

---

<sup>83</sup> V. MacMullen, 1992, p. 209-210, sobre grupos de seculares que vagueavam pelas províncias durante o séc. III e IV d.C. e para mais detalhes acerca dos monges vagabundos.

<sup>84</sup> Tradução em Singer, 1956, p. 77.



carta que, independentemente do cargo, não ousava sair da segurança das muralhas da cidade devido à infestação de bandidos que afectava as estradas (Symm. *Epist.* 2.22) (Shaw, 1984, p. 10, Shaw, 1992, p. 256, MacMullen, 1992, p. 268).<sup>85</sup>

Períodos de instabilidade política, guerras e conflitos civis estavam intrinsecamente ligados a um aumento da actividade criminosa e criavam, mesmo após a sua conclusão, espaços onde grupos organizados de bandidos podiam florescer sem grande oposição.

Assim, os efeitos das guerras civis no mundo romano e nos seus viajantes são-nos narrados por vários autores, como Apiano, aludindo ao momento em que Octaviano tinha 28 anos<sup>86</sup>: “*At this time Italy and Rome itself were openly infested with bands of robbers, whose doings were more like barefaced plunder than secret theft.*” (App. *BC* 5.132).<sup>87</sup> Suetónio acrescenta: “*Many of the antisocial activities that endangered the public peace were a legacy of lawlessness from the civil wars, but some were of more recent origin. For example, bandits (grassatorum) infested the roads armed with swords, supposedly worn in self-defence, which they used to overawe travellers – whether freeborn or not – and force them into slave barracks (ergastulis<sup>88</sup>) built by the landowners. Numerous so-called ‘workmen’s guilds’ (factiones), in reality organizations for committing every sort of crime, had also been formed.*” (Suet. *Aug.* 32)<sup>89</sup> (Shaw, 1984, p. 32-33, MacMullen, 1992, p. 259, Donati, 2013, p. 36).

Shaw (1992, p. 261) refere que o banditismo descrito acima por Suetónio era causado (em parte) pela usurpação do poder pelos grandes proprietários. Estes tiravam proveito do caos para aumentar o seu próprio poder e riqueza, recorrendo a estratégias como, por exemplo, o uso de grupos de homens armados para capturar e escravizar viajantes inocentes ao trabalho forçado.

Esta perspectiva é reforçada pela subsequente descrição de Suetónio a respeito dos ofícios de Tibério, antes deste subir a imperador: “*he had undertaken two special commissions: [...] and to inquire into the state of slave barracks (ergastulorum)*

---

<sup>85</sup> Cf. Basil. *epist.* 268, em MacMullen, 1992, p. 264; cf. Aug. *epist.* 10.7, sobre o rapto de pessoas no Norte de África em 422-423 ou 428 d.C., traduzido e comentado por Eno, 1989, p. 74-80.

<sup>86</sup> c. 35 a.C., tendo em conta que Augusto nasceu em 23 de Setembro de 63 a.C.

<sup>87</sup> Tradução de White, 1913, p. 594-595.

<sup>88</sup> *Ergastulae* são prisões em propriedades rurais, onde eram acorrentados escravos desobedientes para a realização de trabalho manual forçado.

<sup>89</sup> Tradução de Graves e Rives, 2007, p. 61; tradução alternativa em Rolfe, 1914, p. 198-201.

throughout Italy—the owners having made a bad name for themselves by confining lawful travellers in them” (Suet. Tib. 8).<sup>90</sup>

Díon Cássio, a pretexto da carreira de Pompeio Magno, escreve: “*Pirates always used to harass those who sailed the sea, even as brigands did those who dwelt on land. There was never a time when these practices were unknown, nor will they ever cease probably so long as human nature remains the same. But formerly freebooting was limited to certain localities and small bands operating only during the summer on sea and on land; whereas at this time, ever since war had been carried on continuously in many different places at once, and many cities had been overthrown, while sentences hung over the heads of all the fugitives, and there was no freedom from fear for anyone anywhere, large numbers had turned to plundering.*” (D.C. 36.20.1-2).<sup>91</sup>

Os perigos viários afectavam também os mensageiros e consequentemente toda a rede e sistema de informação romana. Cícero, enquanto procônsul da Ásia (51 a.C.), queixa-se a Célio Rufo da dificuldade que estava a ter em acompanhar os acontecimentos do resto do mundo: “*It is somewhat late in the day: that, however, does not arise from my negligence, but from my ignorance of everything that is going on. For I am in a district where, partly from its distance, and partly from brigandage, all news is as late as possible in arriving.*” (Cic. Fam. 2.9.1)<sup>92</sup> (Shaw, 1984, p. 14, nota 30).<sup>93</sup>

Mais tarde, em Dezembro do mesmo ano, escreve: “*I return to the city news, which, after a long interval of ignorance, I have at length learnt from your most delightful letter received on the 16th of December. This was conveyed by your freedman Philogenes after a very long and far from safe journey. For the letter you say that you delivered to the slaves of Laenius I have not received.*” (Cic. Att. 5.20.8).<sup>94</sup>

Os albergues ao longo das vias, por sua vez, podiam representar locais de algum perigo aos viajantes.<sup>95</sup> Libânio, sobre a questão, refere: “*Many innkeepers assist brigands to make money from murders, without touching a penny themselves: it is gain enough for*

---

<sup>90</sup> Tradução de Graves e Rives, 2007, p. 109.

<sup>91</sup> Tradução de Cary, 1914, p. 31-33.

<sup>92</sup> Tradução de Shuckburgh, 1905, p. 73.

<sup>93</sup> V. capítulo 4.4., a respeito do infame túmulo de Basílio, conhecido pelos ataques de bandidos, e onde é ferido um indivíduo encarregue de entregar uma carta a Cícero.

<sup>94</sup> Tradução de Shuckburgh, 1905, p. 89.

<sup>95</sup> V. capítulo 2.3.1. para uma contextualização.

*them to have obliged the criminals.*” (Lib. Or. 33.40).<sup>96</sup> Noutro excerto expressa a mesma noção, ao escrever que os albergues eram lugares frequentados por prostitutas e onde ocorriam roubos e homicídios (Lib. Or. 46.19). Numa analogia, uma estalagem é ocupada por bandidos (Cypr. 68.3.3) (MacMullen, 1992, p. 194 e 256; Paola, 2016, p. 16).

#### 4.2. Além do banditismo: outros perigos e inconveniências

A tradição histórica sempre elogiou a qualidade do sistema viário romano. No entanto, as circunstâncias a que a rede de estradas se encontrava sujeita, tanto pelo seu uso, como pelos efeitos da erosão, degradavam inevitavelmente as suas estruturas. Por isso, tornava-se necessário, de tempos a tempos, proceder à sua reparação ou melhoria, especialmente nos percursos mais vulneráveis.

Várias epígrafes referem intervenções e obras realizadas ao longo das estradas com o propósito de garantir a segurança dos viajantes. Do séc. III d.C., em Ardea, nas proximidades de Roma, surge uma inscrição que informa: *ut periculum commeantibus abesse* (“para não haver perigo aos que (aqui) passam”) (CIL X 6811). Da via Ápia, em Monte San Biagio, conhecemos outra semelhante, que notifica: *quo firmior commeantibus esset* (“para que (a estrada) fosse mais segura aos que (aqui) passam”) (CIL X 6854). No Monte Croce Carnico (Plöckenpass), adjacente à estrada, uma de duas inscrições incisas directamente na montanha alude aos perigos da travessia, *ubi homines et animalia cum periculo commeabant* (“onde homens e animais atravessavam em perigo”) (CIL V 1862 e 1863). Neste último local foram necessárias várias intervenções e desvios temporários devido a deslizamentos de terra (Donati, 2013, p. 29).

Os deslizamentos de terra eram talvez um dos principais perigos em estradas íngremes e montanhosas, obrigando à construção de muros de suporte para o reforço de terrenos instáveis, as *substructiones*<sup>97</sup>, e de arranques de paredes e superfícies do estrato rochoso da montanha (Donati, 2013, p. 21-22). A água era capaz de degradar as vias, algo exemplificado numa carta do imperador Juliano a Líbano (363 d.C.) onde, no contexto da sua viagem pela Península Calcídica, descreve o estado lastimável de uma estrada situada numa região pantanosa (Juliano, *Ep.* 58). Porém, a água também representava um perigo

---

<sup>96</sup> Tradução de Norman, 1977, p. 230-231.

<sup>97</sup> Na via Salária, em Antrodoco, alude-se a uma *substructionem contra labem montis*, “estrutura para evitar o deslizamento do monte” (CIL IX 5947); ao longo da via Flamínia, em Massa Martana, refere-se uma *nova substructione*, “fundação nova” (CIL XI 6619).

sério em regiões favoráveis a chuvas intensas ou cheias, que causavam o transbordo dos rios e inundações súbitas. O combate a este tipo de ocorrências envolvia a construção de barragens e muros com pedregulhos (*moles*) (ex. de CIL IX 6011 e CIL XII 107), enquanto nas vias próximas do mar podiam ser erguidas barragens sólidas (*aggeres*) (ex. de CIL X 6811) (Donati, 2013, p. 29-30).

Nas imediações do rio Nilo as cheias frequentemente inviabilizavam a passagem em certas porções das estradas, impedindo a viagem durante algum tempo (Huebner, 2019, p. 103; Adams, 2001, p. 154-158<sup>98</sup>).

Os Alpes eram inerentemente perigosos, mesmo após a construção de estradas e de *stationes* que visavam garantir a segurança dos viajantes. Permanecia o risco constante de derrocadas de pedregulhos e de grandes camadas de gelo, aptas a arrastar consigo caravanas inteiras (Str. 4.6.6) (*cf.* Shaw, 1984, p. 34).

Numa das tabuinhas de Vindolanda (nº 343), correspondente a uma carta que Octávio envia ao seu irmão Cândido, faz-se referência às carroças e ao mau estado das estradas, situação que deveria ser bastante comum na antiguidade: *et quit sit cum eo karro mi scribe iam illec petissem nissi iumenta non curauit uexsare dum uiae male sunt* (“e escreve-me sobre o que se passa com essa carroça; eu já a teria ido buscar se não me preocupasse em maltratar os animais, uma vez que as estradas estão em mau estado”).

Sêneca, numa viagem curta de Baía a Nápoles, recorda as dificuldades causadas pela lama na estrada e a escuridão e pó opressivo da galeria subterrânea que cortava o promontório de *Pausilipum*, que servia de atalho para aqueles que não desejavam contornar o cabo (Sen. *Epist.* 57.1-2) (Donati, 2013, p. 17).

Acidentes causados por animais de carga ou gado, além de inconvenientes, podiam resultar em ferimentos graves.

Lúcio, um veterano e agricultor que habitava em Oxirrinco, enquanto viajava com o seu burro para a capital do *nome* (provavelmente para vender produtos agrícolas) colidiu com um grupo de asnos carregados de pedras e, na confusão, foi coiceado na perna por um destes. Segundo o próprio (ou o escriba responsável), numa petição que realizou para manter o burro que o coiceou (confiscado na altura por alguém que o acompanhava), ficou

---

<sup>98</sup> Detalha também outros inconvenientes e perigos da viagem no Egipto romano, como conflitos regionais e distúrbios da paz, restrições à mobilidade pelo Estado, encontros com bandidos, bêbados ou guardas, e acidentes com animais de carga. Mais sobre os últimos adiante.

acamado como consequência da lesão e até temeu pela vida (PFouad 1.26) (Huebner, 2019, p. 105).<sup>99</sup>

Noutra ocasião (cerca do séc. II d.C.), uma mulher de nome Afrodite escreve à irmã sobre um acidente com um cavalo que ocorreu enquanto viajava com rumo a Alexandria, e cuja recuperação necessitou de tempo e dinheiro consideráveis: “*I want you to know that ... to go to Alexandria, my foot was trodden by a horse and I was in danger, so that I have been healed at great expense, and until today I have been out of action.*” (BGU 13.2350)<sup>100</sup> (Huebner, 2019, p. 105-106).

Os animais selvagens, como cães, ursos e lobos representavam outro dos perigos ao viajante. Apuleio, no seu romance, realça que numa certa região existiam “*numerosas alcateias de lobos [...] capazes de vigiar os caminhos e de assaltar os viandantes, como era prática dos ladrões [...] era frequente encontrar pelo chão corpos semidevorados de pessoas*” (Apul. met. 8.15).<sup>101</sup> As víboras eram igualmente perigosas, algo ilustrado numa inscrição funerária de um escravo jovem de 12 anos, que morreu em Pérugia sete dias após ser mordido por uma víbora: *a vipera percussus septumo die perit* (CIL XI 2056 = ILS 8521) (Donati, 2013, p. 38).

Sêneca comenta que ocasionalmente o aparecimento de um animal selvagem afugentava os *latrones* das suas vítimas (Sen. *De ira* 3.43.3). Os benefícios de tal ocorrência ficam por explicar (Grünewald, 2004, p. 20).

#### 4.3. As precauções individuais práticas e religiosas

Viajar com alguma humildade e modéstia era talvez uma das melhores formas de garantir a segurança. Indivíduos pobres eram, por natureza, alvos pouco apetecíveis comparativamente àqueles que exibiam ou transportavam bens de valor, ou que denotassem, através do traje, uma condição social elevada. Por outro lado, não devemos esquecer que as próprias roupas eram um bem valioso e que a sua produção era laboriosa. As alusões frequentes ao roubo da roupa nas queixas e relatos de ataques por bandidos aqui citados reflectem esta realidade.

---

<sup>99</sup> As problemáticas das petições são abordadas no capítulo 4.4. Em particular, neste caso, realço que a expressão “ficou acamado como consequência da lesão e até temeu pela vida” é padronizada e não reflecte necessariamente a veracidade dos eventos. Lúcio, que queria manter o burro, tinha todas as razões para mentir.

<sup>100</sup> Tradução por Bagnall e Cribiore, 2006, p. 366.

<sup>101</sup> Tradução de Leão, 2018, p. 183.

Juvenal, numa das suas sátiras, nota que quem viaja de noite, mesmo que apenas transporte pequenos tesouros (neste caso vasos de prata), teme constantemente ser atacado por bandidos, enquanto *cantabit vacuus coram latrone viator* (“o viajante de bolsos vazios canta diante dum bandido”) (Juv. 10.19-22). Apuleio escreve algo semelhante: “*que podem os ladrões roubar a um viajante que só possui a miséria extrema?*” (Apul. *met.* 1.15).<sup>102</sup> Na mesma linha de pensamento, Sêneca recomenda viajar com o mínimo de bens possíveis, pois são raros os bandidos que matam apenas por matar e menciona que até numa estrada infestada por bandidos, os pobres viajavam em paz (Sen. *Epist.* 14.9). Noutro caso mais específico, numa troca de cartas em 296 d.C., um soldado egípcio de nome *Paniskos* pede à esposa, *Ploutogenia*, que o siga para Coptos (de Oxirrínco) com todos os seus haveres, incluindo joalharia em ouro. Porém, acautela que esta não a deve usar durante a viagem, evidentemente para evitar assaltos de bandidos. Pede-lhe também que venha acompanhada de “homens bons” (PMich. 3.214) (Grünwald, 2004, p. 21; Huebner, 2019, p. 103; Blumell, 2008, p. 10-11; Van Hooff, 1988, p. 122; Fagan, 2011, p. 478; Pagano, 2015, p. 2).

Contudo, nem sempre era possível, especialmente para mercadores, esconder ou viajar sem os bens.<sup>103</sup> Os mais ricos (Sen. *epist.* 87.1-4 e 123.7; Suet. *Nero* 30) podiam usufruir de escoltas armadas ou comitivas, mas a maioria dos viajantes não tinha acesso aos recursos necessários e era obrigada a viajar sozinha ou em pequenos grupos. Como tal, estava bastante mais exposta às acções de bandidos (Blumell, 2008, p. 7).

Um papiro preservado recorda a viagem mercantil de Teófanos, de Hermópolis (Egipto) a Antioquia (Síria) e o retorno, em 320 d.C., com uma duração total de seis meses. Viajava com uma comitiva considerável e chegou a recrutar uma escolta armada de seis homens antes de chegar a Antioquia (Fagan, 2011, p. 477).<sup>104</sup>

Uma das soluções encontradas passava pelo acompanhamento de comitivas de figuras públicas como embaixadores, questores, procônsules e governadores que, por necessidade, realizavam viagens frequentes por todas as províncias. Assim, davam origem a largas caravanas de mercadores e pessoas que procuravam, através da segurança indirecta proporcionada pela imagem do Estado, escapar às emboscadas de bandidos

---

<sup>102</sup> Tradução de Leão, 2018, p. 39.

<sup>103</sup> V. incidente em PFay. 108, abordado no capítulo 4.4.

<sup>104</sup> Embora, como atestado nas fontes, até aqueles com acesso a escoltas (ou especialmente estes) eram alvo de assaltos por bandidos.

(Epict. 4.1.91-95)<sup>105</sup> (Shaw, 1984, p. 10; Shaw, 1992, p. 255; Grünewald, 2004, p. 21; Van Hooff, 1988, p. 118-119; Blumell, 2008, p. 9).

Quando possível as pessoas preferiam viajar em grupos. É algo plenamente visível nas correspondências do Egito romano (POxy. 10.1291 e SB 5.8027) (Huebner, 2019, p. 105-106).

Várias personagens no romance de Apuleio aconselham a não viajar durante a noite ou até ao amanhecer, por medo dos bandidos e animais selvagens: “[...] *quero partir antes de amanhecer!* [...] - *O quê?! Mas tu não sabes que as estradas se encontram infestadas de ladrões, para te ires fazer ao caminho a esta hora da noite?*” (Apul. met. 1.15)<sup>106</sup>; “*Os seus habitantes procuraram dissuadir-nos de partir durante a noite ou até mesmo logo ao amanhecer*” (Apul. met. 8.15).<sup>107</sup>

Percorrer somente estradas bem viajadas era mais uma das precauções que os viajantes podiam tomar. Em vários episódios fictícios, os ataques de bandidos ocorrem quando o viajante diverge de um itinerário para estradas remotas ou áreas desertas: “*um pouco antes de chegar a Larissa [...] sou assaltado por uns terríveis ladrões, num desfiladeiro isolado e pejado de grutas; tiraram-me tudo, embora conseguisse escapar com a vida*” (Apul. met. 1.7)<sup>108</sup>; “[He] was murdered by bandits [...] He arrived groaning and holding his wound with both hands [...] blamed himself for being rash: he crossed Mount Cithaeron and the district around Eleutherae, which was deserted by the wars, taking only two servants for the trip - a man who was carrying four cups and five bowls of solid gold.” (Luc. DMort. 27.2) (Blumell, 2008, p. 9-10).

De facto, Plutarco relembra que a única pessoa que vive livre do medo de bandidos é aquela que fica em casa (Plut. Mor. 165D) (Grünewald, 2004, p. 24).

O cão doméstico podia fornecer alguma protecção aos viajantes caso fossem atacados por bandidos. Plínio, no seu estudo e elogio do cão, menciona dois relatos de interesse. O primeiro é algo ambíguo: “*We are told of a dog that fought against brigands*

---

<sup>105</sup> Neste mesmo excerto, Epicteto exprime o medo dos perigos que podiam assolar um viajante; cf. Antiph. Frg. 204k e Arr. Epict. 1.9.15, ambos convêm a ideia de que nenhum bem físico está seguro dos bandidos.

<sup>106</sup> Tradução de Leão, 2018, p. 38.

<sup>107</sup> Tradução de Leão, 2018, p. 183.

<sup>108</sup> Tradução de Leão, 2018, p. 33.

*in defence of his master and although covered with wounds would not leave his corpse, driving away birds and beasts of prey.*” (Plin. Nat. 8.142).<sup>109</sup>

O segundo, datado da última década do séc. I a.C., detalha o ataque de um salteador a Vulcácio: “*Among ourselves the famous Vulcatius, Cascellius’s tutor in civil law, when returning on his cob (asturcone, um cavalo/pônei das Astúrias) from his place near Rome after nightfall was defended by his dog from a highwayman (grassatore)*” (Plin. Nat. 8.144)<sup>110</sup> (Buonopane, 2016, p. 41 e 44, v. tab. 1 para a datação; Grünewald, 2004, p. 20).<sup>111</sup>

Como apoio acessório contra estes perigos, recorria-se ao auxílio divino. Pelas estradas, altares e locais de culto ou sacrifício em nome dos *Lares Viales* ou *Compitales* e inúmeras outras divindades (como Mercúrio/Hermes, Hécate, Jano e divindades locais), permitiam ao viajante munir a fé na sua segurança.<sup>112</sup>

Votos para uma viagem segura eram também realizados em inscrições. Um conjunto amplo de tábuas votivas (em bronze e umas poucas em prata), proveniente do sítio de *Plan de Jupiter* (no Grande São Bernardo, os *Alpes Poeninae*), apresenta alguns destes exemplares. A maioria é dedicada a uma divindade tópica de nome *Poeninus* (assimilada, ou não, a Júpiter). Votos individuais por militares que atravessavam o desfiladeiro em missões ou no regresso à Itália após a conclusão do serviço militar (a maioria estava estacionada na região do Reno), eram consagrados à divindade pela protecção garantida ao longo da viagem: *pro itu et reditu* (ex. de CIL V 6873 = AlpPoeninae 17 e CIL V 6875 = AlpPoeninae 19). O armamento identificado no local é provavelmente uma oferta proveniente destes militares. Votos por viajantes civis eram menos frequentes, mas também exemplificados por Domício, um comerciante de escravos (*mango*) (AE 1892, 135 = AlpPoeninae 11), ou por Sílvio Perenes, um mensageiro (*tabellarius*) da colónia de Séquanes (Besançon) (CIL V 6887 = AlpPoeninae 35), que atravessaram o desfiladeiro certamente por razões profissionais<sup>113</sup> (Wiblé, 2008, 93-96).

---

<sup>109</sup> Tradução de Rackham, 1940, p. 100-101.

<sup>110</sup> Tradução de Rackham, 1940, p. 100-103; A passagem contém ainda outro relato sobre a defesa do senador Célio pelo seu cão, contra assaltantes armados.

<sup>111</sup> Optámos pela inclusão destes dois casos neste capítulo, embora fosse possível incluí-los no capítulo 4.4.

<sup>112</sup> V. Muir, 2011, p. 36-45 para mais detalhe sobre as hermas, pilares associados a Hermes e por isso vistos como protectores dos viajantes.

<sup>113</sup> A estes podem ser acrescentados vários outros, como libertos imperiais, cidadãos de regiões distantes e peregrinos, mencionados por Wiblé.



Documentados em várias regiões do Império, alguns votos adoptam a fórmula de *salvum ire salvum venire* (CIL VI 830, de Roma; CIL V 7615, de Pollenzo; CIL II-XIV 2053 = CIL II 4286, de Tarragona; CIL XIV 4510, de Óstia).

Na esfera da intervenção do sobrenatural e da magia encontram-se outros recursos mais estranhos para a cultura racionalista. O coração de um abutre ou uma perna de camaleão atada ao braço podiam ser usados para afastar bandidos, feras e serpentes, como recorda a literatura latina e um papiro grego (Plin. *Nat.* 29.77 e 28.115; PLond. Lit. 1.370, p. 96). A leitura correcta do céu (Ptol. *Tetr.* 4.8) e a interpretação de sonhos e visões permitia prever encontros ou mortes causadas por bandidos. Por exemplo, um sonho com uma codorniz imediatamente antes de uma viagem era um sinal certo de que o viajante ia ser emboscado por bandidos (Artem. 3.5). Durante a viagem, um sonho com uma coruja era também sinal de um futuro confronto com bandidos ou uma grande tempestade (Artem. 3.65) (*cf.* Artem. 1.5, 2.20, 2.37 e 4.78). Cícero refere ainda um sonho bem conhecido: dois companheiros de viagem decidem repousar em Mégara, um numa estalagem e o outro na casa de um amigo. De noite o segundo sonha que o hospedeiro planeava matar o companheiro, e embora inicialmente tenha ignorado a visão, foi algo que acabou por se suceder (Cic. *div.* 1.27). Até os próprios bandidos podiam beneficiar deste tipo de sonhos (Artem. 2.39, 4.57, 4.59 e 5.84) (Van Hooff, 1988, p. 117-118; Blumell, 2008, p. 11-12; Buonopane, 2016, p. 40, nota 4 e 5).

#### 4.4. As vítimas na literatura da época

O panorama das fontes até agora observadas reflecte uma visão geral do banditismo e dos seus perigos. A análise das vítimas permite uma aproximação à realidade individual, aos casos específicos que formam o objecto de interesse da dissertação.

Entre a informação disponível nesta vertente, sobressaem os dados recolhidos em papiros egípcios. Em particular, Grünwald (2004, p. 25-31) analisou uma triagem de 29 papiros (PRyl. 2.124–152) compostos pelos depoimentos de supostas vítimas de roubos e furtos, todos provenientes da aldeia de *Euhemeria* (nome de *Arsinoite*), no Oásis de *Fayum*. São datados de 28-42 d.C., o correspondente aos principados de Tibério, Calígula e começos do de Cláudio.

Depreende-se, pelo seu conteúdo, que esses documentos pertenciam ao que seria o gabinete do *archephodos* da aldeia, um tipo de oficial da ‘polícia’ (Kelly, 2011, p. 42-43).<sup>114</sup>

Segundo Grünewald (2004, p. 25), seleccionou, com a ajuda dos trabalhos até à época realizados: “[...] *just that small group of texts which appear particularly suitable for the purposes of this investigation, namely the description of typical forms of latrocinium. [...] I have selected a discrete and particularly illuminating group of texts concerning ‘real’ thieves and bandits.*”. Salienta também alguns dos problemas da abordagem, nomeadamente a incapacidade de determinar o nível de crime de *Euhemeria* (desconhecimento do número total de acusações face ao número de habitantes) e os problemas derivados da aplicação dos resultados às restantes províncias do Império (Grünewald, 2004, p. 26).

No entanto, pelo menos na óptica desta dissertação, a utilidade da análise de Grünewald para a compreensão do banditismo rural e viário é parca. Grande parte do que nos é relatado enquadra-se dentro da esfera do *furtum* ou do *abigeatus*. Ademais, mesmo os supostos relatos de *latrocinium* (isto é, o roubo com recurso à violência), ora ocorrem nos contextos urbanos da aldeia, ora são mais bem descritos como actos de vendeta ou conflito pessoal, onde o roubo desempenha um papel secundário. Isto, claro, se considerarmos como fiáveis os discursos dos depoimentos. É difícil determinar se os acusados dos crimes realmente agiram da forma descrita e merecem o nosso rótulo de bandido. O mesmo pode ser dito quanto à inocência das vítimas. Neste âmbito importa manter cautela e reserva.

Aqueles responsáveis pelas petições tinham todos os motivos para mentir e manipular a realidade a seu favor em detrimento dos que acusavam. Os próprios textos eram redigidos por escribas profissionais (algo evidente no arquivo de *Euhemeria*) e, como tal, seguiam um discurso padronizado e caracterizado por *topoi* distintos. A queixa original era reduzida ao formato considerado como próprio para este tipo de documentos. Consequentemente, não devem ser extraídos significados ou histórias elaboradas da escolha das palavras empregues (Kelly, 2011, p. 38-44).

A fiabilidade da informação que podemos extrair das petições varia conforme o objecto de estudo em causa. Os nomes, estatutos cívicos e ocupações dos peticionários

---

<sup>114</sup> V. Grünewald, 2004, p. 26-28 para mais detalhes sobre os recipientes das petições, os ‘polícias’ locais e centuriões.

são por regra confiáveis, assim como as datas, e os valores ou dimensões atribuídas às propriedades. No entanto, as importâncias conferidas aos bens roubados (incluindo moedas) são pouco credíveis e frequentemente exageradas (Kelly, 2011, p. 49-55).

As supostas narrativas dos acontecimentos são igualmente suspeitas. Temos um exemplo concreto de duas petições com visões diferentes do mesmo evento (PGen. I 23.4-23 e SB VI 8979.4-17). Estas dúvidas são agravadas pelas expressões padronizadas dos escribas. É comum a vítima alegar que o agressor “*belaboured me with many blows to all parts of my body*” e que, como resultado do assalto, esteve acamada e em medo da sua vida. É concedida uma exceção às petições que apresentem um histórico dos passos tomados para levar a queixa à adjudicação (Kelly, 2011, p. 56-59).

Alegações acerca das características ou posição social do acusado são muito problemáticas. Seguem também expressões padronizadas e por vezes ilógicas. É frequentemente dito que os acusados agiam sem justificação ou que agiam “à moda de bandidos” (*leistrikoi tropoi*), uma expressão empregue para manifestar ultraje e que nada diz sobre o uso da violência (ex. da sua utilização para descrever indivíduos com profissões e domicílios nas respectivas aldeias - SB I 5235; SB I 5238; PRyl. 2.136). Recordo que o *latro* era, supostamente, alguém exterior à ordem legal e social romana.<sup>115</sup> Outros procuram representar o acusado como um opressor de vítimas imponentes (Kelly, 2011, p. 48 e 60-62; Grünewald, 2004, p. 28-29 e McGing, 1998, p. 167-168 comentam a expressão *leistrikoi tropoi*; cf. Van Hooff, 1988, p. 112).

Tendo em conta estas advertências, menciono algumas das conclusões retiradas dos papiros compostos por ofensas criminais. Segundo uma outra análise, que avaliou cerca de 155 papiros deste tipo (Riess, 2002, p. 267-268)<sup>116</sup>, o furto e o roubo de oportunidade eram os crimes mais prevalentes. As vítimas eram frequentemente capazes de identificar os transgressores, visto que provinham do mesmo estrato social (a pobreza) e da mesma aldeia, vizinhança ou até da família. Estas conclusões são idênticas às do estudo de Grünewald (2004, p. 29-31).<sup>117</sup>

Riess (2002, p. 267) classifica 94 dos 155 casos como crimes perpetrados em grupo, dos quais 82 são cometidos por ‘bandidos ou ladrões temporários’, que

---

<sup>115</sup> Embora também já tenha sido abordada a complexidade na definição do bandido: supostos habitantes ‘honrosos’ podiam dedicar-se ao banditismo no seu tempo livre.

<sup>116</sup> Cita os resultados de Riess, 2001, p. 377-395, uma obra em Alemão à qual não tive acesso.

<sup>117</sup> Cf. Bagnall, 1977, p. 67.

espontaneamente juntaram forças para um único golpe e que permaneciam integrados nas respectivas sociedades. Os restantes 12 são categorizados como crimes de quadrilhas, realizados com um alto grau de brutalidade por criminosos desconhecidos. Consequentemente, Riess (2002, p. 267) afirma que: *“This supports the thesis that criminal gangs consisting of highly aggressive social outcasts played only a minor role in the criminal cases of antiquity, although they existed of course. The probability of being beaten up by one’s neighbor or of property being stolen by a close acquaintance was much higher than becoming the victim of a gang or even being killed by a robber”*.

A inacessibilidade à metodologia seguida por Riess e aos casos específicos a que se refere, simultaneamente com as múltiplas observações realizadas, leva a muitas reservas na interpretação dos dados e conclusões apresentadas. Por outro lado, a distinção entre criminalidade viária e urbana, uma questão central à dissertação, aparenta não ter sido o foco destas análises.

Da análise das restantes fontes sobressaem ainda alguns pressupostos. Assim, quando uma pessoa não comparecia num local de encontro predeterminado, e estava desaparecida, era assumido que a ausência resultava da captura ou homicídio por bandidos (Luc. *Alex.* 44) (Blumell, 2008, p. 9; Van Hooff, 1988, p. 119).

O desaparecimento de pessoas de alto estatuto no decurso das viagens, independentemente do acompanhamento de escoltas pessoais e guardas armados, era comum o suficiente para ser encarado do mesmo modo.

Dois destes casos surgem numa carta que Plínio o Jovem envia a Hispano. Nesta, detalha com bastante pormenor dois desaparecimentos datados da primeira metade do séc. II d.C. O primeiro era Robusto, um cavaleiro romano de renome que desapareceu (provavelmente) na via Flamínia, um dos principais eixos de ligação entre Roma e a planície do Pó, após partir de *Ocriculum* (apenas a 60 km de Roma). O segundo era Metílio Crispo, um amigo de Plínio da cidade de *Comum*, no Norte de Itália, que desapareceu sem deixar rasto após partir para uma nomeação militar. Ambos estavam acompanhados por uma escolta de escravos, também estes desaparecidos (Shaw, 1984, p. 9-10<sup>118</sup>; Shaw, 1992, p. 256; Van Hooff, 1988, p. 116, nota 80; Donati, 2013, p. 37-38; Buonopane, 2016, p. 43-45, v. tab. 1 para datação; Fagan, 2011, p. 477).

---

<sup>118</sup> Descreve que ambos Robusto e Escauro desapareceram antes de chegarem a *Ocriculum*, o que não é o caso.

A carta segue o subsequente discurso: “*You say that the distinguished Roman knight Robustus travelled as far as Ocriculum with my friend Atilius Scaurus, and then completely vanished, and you want Scaurus to come and see if he can put us on the scent. He shall come, though I fear it may be no use. I suspect something has happened to Robustus of the same sort as once befell my fellow-townsmen Metilius Crispus. I had obtained his promotion to the rank of centurion and had given him 40,000 sesterces for his outfit and equipment when he set out, but I never had a letter from him afterwards, nor any news of his death. Whether he was killed by his slaves or along with them, no one knows: at any rate, neither Crispus nor any of them were seen again, any more than the slaves of Robustus. But let us try, and send for Scaurus—this much we can do in answer to your request and the very proper entreaties of the worthy young man who is showing intelligence as well as devotion to his father in the way he is organizing the search. I pray that with the gods’ help he will be as successful in finding his father as he was in discovering the man who travelled with him.*” (Plin. Epist. 6.25).<sup>119</sup>

As vítimas podem, naturalmente, ser dos mais elevados estratos. O futuro imperador Adriano, enquanto ainda um tribuno militar e numa viagem de *Mogontiacum* (Mainz) para a *Colonia Claudia Ara Agrippinensium* (Köln) com o propósito de informar Trajano da morte de Nerva, é alvo de uma emboscada à carroça que o obriga a concluir a restante jornada a pé (*diu detentus fractoque consulte vehiculo tardatus, pedibus iter faciens*) (Hist. Aug. Hadr. 2.6) (Grünwald, 2004, p. 21).

Numa lei (derivada de uma carta de Diocleciano e Maximiano a Músico), que se refere ao atraso de petições, é descrita a morte de um procurador por bandidos (*latronibus interfectus*) (Cod. Iust. 5.31.8 (291 d.C.)).

Amiano relata o ambiente caótico vivido na Gália durante 369 d.C. e especifica uma das supostas vítimas do banditismo, um Constantino, chefe dos estábulos imperiais (MacMullen, 1992, p. 266): “*Meanwhile throughout Gaul there spread, to the ruin of many, a savage frenzy for brigandage, which kept watch of the frequented roads and fell indiscriminately upon everything profitable that fell in its way. Finally, in addition to many others who fell victim to such ambushes, Constantianus, chief of the imperial stables [...] was surprised by an unexpected attack and presently slain.*” (Amm. 28.2.10).<sup>120</sup>

<sup>119</sup> Tradução de Radice, 1969, p. 456-457.

<sup>120</sup> Tradução de Rolfe, 1939, p. 126-127.

Do conjunto de papiros certos casos referem directamente incidentes viários. No séc. III a.C., um *Petesouchos* de *Tebetnou* é assaltado violentamente por um grupo de bandidos, que lhe roubam o dinheiro e as roupas, enquanto viajava na estrada para *Corphotoi* com o intuito de visitar a irmã (PLille 1.6) (Blumell, 2008, p. 8, nota 14; Huebner, 2019, p. 103-105).

Noutro papiro de 162 a.C., *Seos* reporta que foi vítima de um assalto por um bando de bandidos enquanto regressava a casa, em Hermópolis, do Oásis de *Fayum*. Perde as roupas, os bens e dois burros. Acrescenta que encontrou um dos burros na posse de uma pessoa que conhecia (SB 8.9792). Seria potencialmente um *receptator* local com ligação aos criminosos (Huebner, 2019, p. 105; McGing, 1998, p. 168).

Em 171 d.C., dois comerciantes de suínos (χοιρι[διέ]μποροι), *Pasion* e *Onesimos* (Πασίων καὶ Ὀνήσιμος), fazem queixa de um roubo violento por bandidos que ocorreu enquanto viajavam pela via que ligava *Theadelpheia*, onde tinham acabado de realizar negócios, a *Polydeukia*, ambas no Oásis de *Fayum*. Foram amarrados juntamente com a sentinela de uma torre de guarda nas proximidades e repetidamente agredidos, e de seguida roubados de um porco e *Pasion* das suas roupas (PFay. 108) (Buonopane, 2016, p. 44 e 46, v. tab. 1 para datação; McGing, 1998, p. 167-168; Huebner, 2019, p. 105, refere que tinham rumo a *Theadelpheia*).

O papiro propriamente dito não usa o termo técnico de bandido ou banditismo para descrever os agressores e o crime, mas a ocorrência tem todas as características de um assalto típico de bandidos. O escriba que reportou o acidente empregou o termo grego *kakourgoi* (criminosos), frequentemente utilizado também para descrever bandidos (Blumell, 2008, p. 8, nota 13, datação idêntica).

*Psois* (Ψοῖς) escreve a um amigo em Hermópolis, na segunda metade do séc. III d.C., que tinha sido emboscado e assaltado por bandidos. Todos os seus companheiros de viagem foram mortos, enquanto o próprio conseguiu escapar com vida e refugiar-se em Oxirrínco: “πτώκαμεν εἰς ληστήριον ... καὶ ἐφονεύθησαν” (PStras. 4.233) (Van Hooff, 1988, p. 116, nota 78; Buonopane, 2016, p. 46, v. tab. 1 para datação).

No mesmo contexto das cartas enviadas por Cícero enquanto procônsul da Ásia (51 a.C.), mencionadas anteriormente em relação às dificuldades que o banditismo causava à rede de informação, sabemos de uma carta enviada pelo mesmo a Ático, com o seguinte comentário: ““*AM I to receive,*” *quoth you, “a letter from you every single*

day?” Yes! if I find anyone to give it to, every day. “But you are all but here in person.” Well, when I have arrived, I will stop writing. I see that one of your letters has not reached me. While my friend L. Quintius was conveying it, he was wounded and robbed near the tomb of Basilus.” (*ad bustum Basili vulneratus et despoliatus est*) (Cic. Att. 7.9.1)<sup>121</sup> (Buonopane, 2016, tab. 1 para a datação do evento a 50 a.C.).

Segundo os comentários de Ascônio: “*The monument of Basilus is on the Via Appia near the City. The place had a horrible reputation for robberies, a fact which can be seen from many other references.*” (*via Appia est prope urbem monumentum Basili qui locus latrocinii fuit perquam infamis quod ex aliis quoque multis intellegi potest*) (Ascon. Mil. 49 C).<sup>122</sup> Este era o monumento funerário de L. Minúcio Básiolo, que faleceu entre 75-55 a.C., ou do seu irmão, Marco (Buonopane, 2016, p. 44, nota 23; v. Coarelli, 2001, p. 211; cf. Apul., *Met.* 4.18 para possível paralelo)

Em Zadar, Croácia (antiga *Iader, Dalmatia*), foi realizado um estudo osteológico de ferimentos e mortes violentas em restos humanos do séc. I-VI d.C., provenientes do sítio de Zadar-Relja. Segundo as fontes escritas e os dados arqueológicos, a cidade não passou por nenhum momento de violência extrema, embora também tenha sido afectada pela crise do séc. III d.C. É provável que não tenham sido registados vários casos de violência por bandidos ao longo das estradas ou de conflitos menores. De 641 indivíduos, apenas 8, todos do sexo masculino, demonstraram lesões causadas por armamento. Entre estes, 2 apresentam ferimentos mortais possivelmente resultantes de emboscadas por bandidos, outros 3 são presumidos como soldados mortos em combate, enquanto os restantes apenas apresentam ferimentos superficiais. Naturalmente, não é possível ter em conta traumas em tecido mole (Novak, 2010, p. 347-355).

Da sepultura 269 (Relja-Vrt, 2005/2006), um indivíduo de 50 anos sofre duas lesões cranianas, a primeira (não letal), originou de uma posição elevada enquanto a vítima tentava fugir, provavelmente de um cavaleiro armado com uma *spatha*. A segunda, que matou a vítima, ocorreu após este ter caído ao chão. Devido à idade da vítima e à natureza do ataque (tentativa de fuga), é proposta uma morte por bandidos ao longo da estrada ou um episódio violento de natureza semelhante (fora de contexto bélico). Semelhantemente, da sepultura 661 (TC Relja, 1989/1990), um indivíduo de 41-45 anos

---

<sup>121</sup> Tradução de Shuckburgh, 1905, p. 231.

<sup>122</sup> Tradução de Adams, J.P., trans. Asconius, On Cicero's Pro Milone, <http://www.csun.edu/~hcfl1004/asconius.htm>

morre de um trauma no lado posterior esquerdo do crânio, causado por uma seta de tipo *bodkin*. A direcção do trauma aponta para que a vítima não estivesse consciente do atacante, que a emboscou, embora não seja possível averiguar se este era um bandido ou um militar propriamente dito (Novak, 2010, p. 351-352).

Devido à ambiguidade dos dados, dificilmente podem ser retiradas conclusões precisas que apontem a mortes causadas por bandidos. Estas podiam ter ocorrido em inúmeras outras situações.

É interessante que, embora em Zadar não se registem inscrições que espelhem mortes por bandidos, a cerca de 115 km de distância, em Solin (*Salona, Dalmatia*), pelos séc. II-III d.C., sabemos de duas mortes causadas por bandidos (ep. Nº 11 e 12) e uma por outros viajantes (ep. Nº 13). As vítimas enquadraram-se todas entre os 20-35 anos de idade.

#### 4.5. As vítimas no conjunto epigráfico

Embora o banditismo tenha sido alvo de inúmeros estudos, as suas vítimas têm escapado a uma atenção mais detalhada dos investigadores, particularmente no que remete às fontes de natureza epigráfica.<sup>123</sup> Esta vertente é essencial para apurar não só a historicidade dos perigos da viagem, mas também algumas das suas manifestações e reflexos na sociedade romana. Neste âmbito, a publicação realizada por Buonopane (2016), uma reunião das fontes literárias e epigráficas relativas às vítimas de bandidos, é fundamental para o nosso estudo. Destas, o autor (p. 40-43) exclui a literatura de natureza folclórica, as parábolas e os papiros onde não é certo se os ataques ocorreram ao longo da estrada. Buonopane, através da sua análise, procura colmatar esta falha na investigação e responder às questões que levanta.

As epígrafes são uma das fontes escritas mais próximas da população de Época Romana. O que escolheram deixar preservado na pedra era uma mensagem não só para os seus contemporâneos, mas também às gerações futuras. Como tal, as descrições de

---

<sup>123</sup> Algumas compilações de material epigráfico foram realizadas, mas sem qualquer tipo de análise aprofundada: Shaw, 1984, p. 10-12, nota 25, realiza uma colectânea de várias epígrafes “*interfectus a latronibus*” e de outros exemplares, embora cometa um lapso ao apontar para CIL III 8542, provavelmente queria indicar a ep. Nº 16, do mesmo local; Grünewald, 2004, p. 24, nota 91, acrescenta algumas inscrições ao conjunto de Shaw; Van Hooff, 1988, p. 115, nota 76, realiza uma compilação semelhante, e na p. 109 faz referência a inscrições da Dácia, Mésia Superior e Inferior; Sharankov, 2017, p. 22, realiza uma pequena compilação de mortes e ataques por bandidos; Panciera, 2006, p. 980, nota 18, leva a cabo uma compilação semelhante e cita várias obras; Donati, 2013, p. 37, menciona algumas inscrições de mortes por bandidos.



mortes por bandidos vêm quase sempre acompanhadas da angústia e do desgosto a uma morte tão abrupta. Segundo o senso comum da época, a morte imprevista e violenta era tida como assustadora, uma ‘má morte’, que contrastava com o percurso natural de cada um e que marcava negativamente a alma do morto. Através da epigrafia os dedicantes procuravam apaziguar o defunto, imortalizando o seu nome e pronunciando a sua própria angústia sobre o evento. Aqui é assinalada ainda a necessidade da distinção entre mortes acidentais e mortes causadas por outros (Gunnella, 1995, p. 10-11).<sup>124</sup>

De certo modo as inscrições romanas apresentam paralelos às alminhas e cruzeiros de Portugal e Galiza, colocadas ao longo das estradas para a oração dos crentes pelas almas do purgatório (consequência do Concílio de Trento, 1546-1562). De facto, existe “*uma estreita relação entre as alminhas e os caminhos mais antigos. Basta lembrar que este é o seu local de preferência e que estes monumentos assinalam, muitas vezes, locais de morte violenta e repentina de viajantes*” (Torres e Osório, 2016, p. 70). Tal prática advém da crença de que a morte inesperada impossibilitava o arrependimento do indivíduo e resultava na ida para o Purgatório. A alminha, embora muito diversa, é composta em geral por um nicho com uma pintura na própria pedra, em madeira ou em azulejo, encimado por uma cruz. Nos dias de hoje ainda podem ser observadas práticas enquadradas na tradição de relembrar vítimas de mortes violentas, embora a maioria seja fruto de acidentes de viação (Torres, 2011, p. 83-90; Torres e Osório, 2016, p. 57-71; e porventura, para um estudo geral v. Rodrigues, 2010).

Todas as epígrafes deste conjunto foram reunidas em forma de tabela e analisadas no anexo 1.

#### 4.5.1. As inscrições validadas

De Roma, a famosa inscrição conhecida como *Laudatio Turiae* (ep. Nº 1, do fim do séc. I a.C.), uma longa dedicação e elogio de um marido à esposa falecida, refere que antes do seu dia de casamento, ambos os pais da esposa foram mortos na solitude do campo e apenas pelos esforços desta foram vingados e os responsáveis punidos: “*orbata es re[pente ante nuptiar]um diem utroque pa[rente in deserta soli]tudine una o[ccisis per te maxi]me*”; “*mors parentum tanta cum industria m[unere es p]ietatis perfuncta*

---

<sup>124</sup> P. 15-20 para inscrições de mortes resultantes de acidentes de trabalho.

*eff[lagitando atque] vindicando*”.<sup>125</sup> O formulário apenas esclarece uma morte na solidude do campo e não alude à viagem ou a bandidos, mas parece provável que esta tenha ocorrido num desses contextos. A vingança é uma componente interessante da inscrição e denota que a identificação dos responsáveis era de alguma forma possível, potencialmente através de uma testemunha. Talvez tenha sido levada a cabo na sequência de uma expedição punitiva. Existem vários paralelos a esta realidade no conjunto (ep. N° 20 e 21).<sup>126</sup>

No bosque da deusa Diana, na via Portuense—isto é, na via que se dirigia a Óstia—entre os vestígios de sepulcros cristãos (Gunnella, 1995, p. 14) é encontrada uma inscrição do séc. III d.C. (ep. N° 2). Nesta é assinalada a morte do marido de Otacília Narcisa, Júlio Timóteo de 28 anos, e a dos seus sete *alumni*, que acabam por ser todos capturados num assalto de bandidos: *decepto a latronibus cum alumniis n(umero) VII*. A variabilidade dos significados que podem ser extraídos do termo *alumnus* leva a que seja difícil precisar o cargo de Timóteo e a sua relação com os sete dependentes. Provavelmente seria um professor escolar com os seus alunos (Donati, 2013, p. 37), ou então alguém responsável por sete filhos adoptivos/protegidos (Grünwald, 2004, p. 24). Buonopane (2016, p. 44) aceita ambas as possibilidades. Em Lewis e Short (1879), o termo vem definido como: “*a nursling, a pupil, foster-son/daughter*”.<sup>127</sup>

Em Aquileia, a cerca de 60 km a Sul/Sudoeste dos Alpes Julianos, nos séc. II-III d.C., Atílio Saturnino, originário de *Scarbantia* (Panónia Superior) e um liberto de 40 anos, foi *interfect(o) a latronibus in tr`usis*, ou seja, morto num ataque inesperado ou repentino de bandidos (ep. N° 3).<sup>128</sup>

Na Hispânia Citerior verificamos a existência de três inscrições e na Bética apenas de uma, todas datadas dos séc. II-III d.C.

---

<sup>125</sup> V. Dillon e Garland, 2015, p. 319-322, para uma tradução da inscrição na sua totalidade. O excerto citado é traduzido da seguinte forma: “*You were suddenly orphaned before the day of our marriage, when both your parents were murdered together in a lonely part of the countryside. It was mainly through you [...] that the death of your parents did not go unavenged. You put so much energetic work into this act of duty in asking questions and demanding punishment that we would not have been able to do any more, even had we been there.*”.

<sup>126</sup> V. também o capítulo 5.1.3.

<sup>127</sup> V. Nielsen, 1987, p. 141-188 e Saviato, 1999, p. 288-292, sobre a discussão em torno do vocábulo *alumnus*.

<sup>128</sup> Gunnella (1995, p. 14) interpreta de forma diferente o formulário e propõe a leitura de: *interfec[tus] a latronibus in Rutsis* (morto por bandidos em *Rutsis*), mas neste estudo é adoptada a primeira interpretação.

Em Cartagena, uma inscrição expressiva é dedicada a um jovem—*nondum formata iu(v)ent[us]*—de nome Lúcio Sénica, que empreendeu uma jornada de muitas milhas—*[mul]ta viae dum volt mil[l]ia conficere*—desejoso de abraçar várias vezes a cara irmã—*carae exoptans complexum saepe soror[is]*—apenas para ser morto inesperadamente a meio do percurso às mãos de bandidos: *[caeditu]r infesto concur[s]u forte latronum* (ep. N° 5). Referente à leitura do texto, Buonopane (2016, p. 40 e 45) prefere uma interpretação do nome no dativo em vez do nominativo, devido a uma maior coerência sintáctica.<sup>129</sup>

Em Requena, Valência, um indivíduo originário da cidade de *Gili* (*Gilitanus*) morre em cilada pela mão de bandidos: *dolo [lat]ronum manu oc(c)isus*. O monumento é dedicado pelos filhos e descendentes (ep. N° 6). A leitura do nome da vítima apresenta inúmeras dificuldades devido à degradação do suporte em calcário da inscrição, sendo que Buonopane (2016, tab. 1) realiza a seguinte proposta: “[.] *Iu[ni]us L. E f[il.] Sosinai* (?)”. Porém, a leitura mais cautelosa encontra-se em (HEpOl 15261) e é a aqui seguida.<sup>130</sup>

A prevalência da artimanha e do intento fraudulento ou enganador por parte dos bandidos é confirmada por outras inscrições como a ep. N° 9.<sup>131</sup>

Em Oteiza, a cerca de 100 km Oeste dos Pirenéus, *Calaetus*, um jovem peregrino de 20 anos, é morto por bandidos: *a latronibus occisus*. A inscrição é dedicada pela mãe, *Acnon* (ep. N° 7). Em La Muela, Andaluzia, Clódio Rufino de 23 anos sofre um destino idêntico (ep. N° 4).

Na outra encosta dos Pirenéus, na Aquitânia, sabemos de dois indivíduos—um Campano, originário de Cartagena, e um Silvano—mortos por bandidos, certamente enquanto viajavam juntos. A inscrição data do início do principado de Septímio Severo (194 d.C.) e o formulário funerário refere que foi depositada perto do local da morte—*a [latro]nibus hi[c inte]rfecti*—provavelmente ao longo de uma estrada, nas imediações de uma zona habitada (ep. N° 8).

Uma inscrição com um discurso desenvolvido, proveniente de *Augusta Treverorum*, actual Tréveris, do séc. IV d.C., lamenta a tragédia da morte de Sabino, recorda a sua memória e elogia as qualidades deste enquanto vivo. Sabino era um mensageiro do correio imperial—*nuncius Augusti velox pede cursor*—e morreu

---

<sup>129</sup> V. Gunnella, 1995, p. 14.

<sup>130</sup> V. Corell, 1987 e 1996.

<sup>131</sup> Cf. à ep. N° 18, que refere uma emboscada.

capturado numa emboscada de bandidos: *damnatus periit deceptus fraude latronum* (ep. Nº 9). Grünewald (2004, p. 24) apresenta uma leitura semelhante do formulário funerário: “*entrapped by the trickery of bandits*”. Gunnella (1995, p. 14) refere que foi “*assassinato con l’inganno*”.

Naturalmente, um mensageiro imperial lidava com os perigos da viagem diariamente. Buonopane (2016, p. 46) refere que os *latrones* poderiam estar disfarçados de companheiros de viagem ou de guias, de forma a transmitir informações falsas e atrair as vítimas a emboscadas.

Um ou dois séculos antes, a 145 km Este do local onde ocorreu o último incidente, próximo da actual cidade de Darmstadt, um Clódio Perígenes, nativo da longínqua Campânia, é morto por bandidos e a inscrição colocada nas proximidades do lugar do crime—*hic interfecere latrones*—pelo irmão (ep. Nº 10) (Gunnella, 1995, p. 14).

Da cidade de *Salona*, na Dalmácia (actual Solin, Croácia) provêm três inscrições, as primeiras duas dos séc. II-III d.C. e a última de data incerta. Todas fornecem detalhes com algum interesse.

A primeira (ep. Nº 11) demonstra que nem gladiadores familiarizados com o combate estavam a salvo dos bandidos. Na pedra foi grafado o nome de *Maximianus cui et Aureus*<sup>132</sup>, um jovem de 22 anos que é capturado por bandidos e morto ou nunca mais visto pela família e amigos (Buonopane, 2016, p. 44; Grünewald, 2004, p. 24). Este exercia o cargo de *secutor*, um gladiador de escudo pesado, elmo arredondado com decorações pisciformes e visão reduzida (possuía apenas dois pequenos orifícios), e um gládio curto. Era especializado no combate contra *retiarii*, reconhecidos pelo uso de armamento ligeiro, do tridente e da rede. Alcançou a vitória em cinco combates distintos—*sec(utor) pug(narum) V*—e a inscrição foi colocada pelo seu irmão e a esposa, Maximina. Não deixa de ser algo irónico que um gladiador com experiência, habituado a enfrentar os perigos da arena, encontre a morte na estrada como se esta fosse mais perigosa que a sua arriscada profissão, sobre a qual pende constantemente o risco de vida.

A segunda (ep. Nº 12) explicita o sequestro—*abducto a latronibus*—de Tádio Severo, de 35 anos. Enquanto cidadão romano, podia ter sido exigido um resgate à família, ou talvez teria sido vendido à escravatura. De qualquer modo, nunca mais foi visto, devendo considerar-se a possibilidade de ter morrido. Esta última hipótese é sempre

---

<sup>132</sup> O apelido *Aureus*, dourado, era indicativo da sua beleza, v. Gunnella, 1995, p. 14, nota 37.

menos viável que as restantes, uma vez que manifestamente menos lucrativa para os malfeitores. A esposa, uma liberta, dedicou a inscrição ao marido e também ao filho de 6 anos (Buonopane, 2016, p. 47; Krause, 2006, p. 159-161; Blumell, 2008, p. 8). A epigrafia capta, por vezes, estes dramas pessoais, não apenas os de quem deixa este mundo, mas também de quem sobrevive, como esta mulher que junta a perda do marido à do filho ainda criança.

A última (ep. Nº 13) é composta pela única morte provocada por outros viajantes ou companheiros de viagem—*occisus a viatoribus*—que recai sobre um Euplo de 25 anos, provavelmente um escravo. Esta pode ser interpretada como um assalto de oportunidade por viajantes mal-intencionados, ou até como um ataque bem planeado pelos companheiros de viagem, que resultou na morte da vítima (*cf.* com a ep. Nº 22, uma traição da vítima por um suposto amigo). A fórmula não aponta para bandidos ‘de carreira’. Não deve surpreender este desenlace. Se são frequentes as queixas de roubos em situação de viagem, subentendendo-se normalmente como eventos comuns, não admira que se atinja a situação extrema de ser vítima de viandantes sem qualquer escrúpulo.

Quatro inscrições relevantes foram descobertas na Mésia Superior, respectivamente: uma da actual cidade de Klina e outra de Prizren, ambas no Kosovo, e duas de *Timacum Minus*, actual Ravna, Sérvia. Estão todas datadas da segunda metade do séc. II d.C.

A primeira (ep. Nº 15) descreve que Flávio Kapito, um liberto, suportou (ou sofreu com firmeza) uma morte atrocíssima por bandidos. Adiciona ainda que este viajava de *Dasminium* (actual Bračín) para *Viminacium*, a capital da Mésia Superior (actual Stari Kostolac): *casu Viminacium Dasmini a latronibus atrocissima(m) mortem [per]pessus est*. Foi dedicada pela mãe de Flávio (Sharankov, 2017, p. 22). A epígrafe estava na realidade a mais de 200 km de distância da estrada onde é indicada a morte, mas permanece mesmo assim dentro dos limites da província da Mésia Superior.

Noutra (ep. Nº 16) é referida a morte de um possível peregrino de 30 anos. A leitura do nome da vítima é, porém, pouco clara. Seguem algumas das interpretações avançadas:

No próprio CIL o defunto surge como “*Scerulaedus Sitaes(!)*” e a dedicante como “*Sita Pasip(i) f(ilia)*”, embora uma análise cuidada da inscrição revele a última proposta como errada. Do mesmo modo, Shaw (1984, p. 11 e 1992, p. 257) apresenta uma leitura

pouco fiável, ao propor que a inscrição foi realizada por “*Sita Dasipi*” e a sua esposa para consagrar a morte do pai, “*Scerviaedus Sitaes*”. É uma proposta semelhante à de Pagano (2015, p. 1-2), que refere um “*Scerviaedus Situs*”, cuja inscrição foi colocada pelo filho “*Sita Dasipi*”, que também a dedicou à esposa, “*Caledsa*” e ao próprio. Por sua vez, Gunnella (1995, p. 14, nota 41) lê um “*Scerviaedus*”, pai do dedicante.

A confusão surge na interpretação de “*Sita Dasipi*” enquanto dedicante. Esta leitura, na realidade, deveria reflectir—*Sita Dasi p(ater) f(ilio)*—*Sita Dasi*, o pai ao filho. A tal esposa é *Caiae Dasi*.

Assim, a proposta mais segura é a de Buonopane (2016, tab. 1), que lê o defunto como “*Scerviaedus Sitaes (scil. f.)*” e o dedicante como “*Sita Dasi, p(ater)*”. Sharankov (2017, p. 22) aceita ambas as leituras do nome do defunto—*Scerviaedus Sitaes (vel) Scerulaedus Sitaes*—e indica que o dedicante foi o pai.

A inscrição da (ep. Nº 18) alude a uma emboscada, certamente por bandidos, ao longo das vias. O dedicante é Maio Clementino, um cavaleiro romano, que lamenta a morte do filho. Este sofreu ferimentos mortais após a dita emboscada, no decurso de uma viagem pela Itália, e acabou por falecer dentro de Roma: *[vit]am insidiis in sacra urbe finivit* (por emboscadas, a vida terminou na urbe sacra). Gunnella (1995, p. 13) salienta que chegava a Roma de uma longa viagem da Mésia.

Noutro exemplo (ep. Nº 17) lamenta-se a morte de Valério Marco, um jovem de apenas 19 anos, assinalada por ambos os pais, que lhe consagraram a inscrição.

Em *Intercisa*, Panónia Inferior, nos séc. II-III d.C., uma pessoa de nome desconhecido é morta por bandidos. O nome da(o) dedicante é também pouco claro (ep. Nº 14). Buonopane, (2016, tab. 1) propõe que seja interpretada como “*[Firm]illa*”, mas tendo em conta que “*[---]illo*” termina num claro “*-o*”, esta leitura não parece fiável.

Entre a elite citadina de *Drobeta*, na Dácia, (actual Drobeta-Turnu Severin, na fronteira da Roménia com a Sérvia), dois magistrados municipais são mortos por bandidos num intervalo de tempo relativamente curto.

A conquista da Dácia por Trajano (c. 101-106 d.C.), uma região de importância militar e económica (posteriormente reforçada no âmbito militar-administrativo por Adriano), teve um impacto significativo nas regiões circundantes, contribuindo para o reforço da fronteira Danúbio-Balcânica. A estrutura administrativa da província foi alterada após 117-119 d.C., devido a revoltas, dividindo-se em três. *Drobeta* é

precisamente a capital da *Dacia Inferior*, ligada ao território cisdanubiano por uma ponte que atravessava o rio e a unia a *Pontes*. Sob Adriano ganhou o estatuto de município em 118-119 d.C. ou em 123-124 d.C. e rapidamente foi desvinculada do controlo militar para assumir autonomia municipal. Em 198 d.C. ganha o estatuto de colónia sob Septímio Severo (Petraccia, 2007, p. 1139-1141).

A primeira inscrição (ep. Nº 19) foi descoberta em *Gaganis* (actual Armenis), na estrada que atravessava *Drobeta*, *Dierna* e *Tibiscum*, e é datada do principado de Adriano. Menciona um Élio Ariorto de 50 anos, quatuórviro do município de *Drobeta*—*IIIIViro an(nuali) m(unicipii) D(robetae) interfect(o) a latronibus*—e foi colocada pela esposa, o filho e dois netos. Ariorto provavelmente morreu enquanto viajava pela dita estrada, tendo em conta que o formulário funerário não é acompanhado por mais nenhum detalhe. Seguindo esta lógica, Buonopane (2016, p. 44) afasta a possibilidade de uma morte em acções de combate ao banditismo, na autodefesa da cidade. Adicionalmente, prefere a resolução da letra “D” enquanto descrita, em detrimento de “*D(iernae)*”. Petraccia (2007, p. 1141-1144)<sup>133</sup> esclarece que a resolução da abreviatura “*an(nualis)*”, embora uma redundância (o cargo era intrinsecamente anual), apresenta paralelos com outras inscrições (ex. de CIL III 1083 = ILS 7143) e seria uma consequência natural de um contacto entre a realidade indígena e a influência romana. Assim, Ariorto era presumivelmente nomeado quatuórviro directamente pelo poder central e encarregue de adaptar a realidade municipal à comunidade de *Drobeta*, ou talvez fosse o primeiro *IVviro* ordinário do município, eleito pelos comícios locais.

A segunda inscrição (ep. Nº 20) foi encontrada em *ad Mediam* (actual Mehadia), na mesma estrada, e é datada da segunda metade do séc. II d.C. Colocada em memória de Júlio Basso, de 40 anos—*dec(urio) mun(icipii) Drobetae quaestor interfecto a latronib(us)*—inclui que é vingado pelo irmão, Júlio Valeriano—*frater mortem eius exsecutus*—provavelmente na sequência de uma expedição punitiva juntamente com a família e clientes (visto que não está atestada a existência de uma milícia local em *Drobeta*), ou mesmo até durante o próprio ataque. Basso poderia ter sido morto a caminho da popular estação termal *Aquae Herculis*, nas proximidades de *ad Mediam*. Assim como a inscrição da (ep. Nº 19), o formulário funerário não denota uma morte em acções de

---

<sup>133</sup> Refuta a data anteriormente proposta, da segunda metade do séc. II d.C., e propõe uma datação da época de Adriano, tendo em conta a data da criação do município e o cargo de Ariorto.

policiamento contra bandidos (Petraccia, 2007, p. 1144-1145<sup>134</sup>; Buonopane, 2016, p. 44<sup>135</sup>).

Por último (ep. Nº 21), neste mesmo município pela primeira metade do séc. III d.C., sabemos de outra vítima—uma peregrina ou cidadã de nome *Ulcudia*, provavelmente pertencente a uma família nobre—cuja morte é também vingada: *interfecta a latro(nibus) et vindicata*. As circunstâncias da vingança devem estar enquadradas nos mesmos moldes da de Basso. A inscrição é dedicada por ambos os pais.

Petraccia (2007, p. 1144-1145) apresenta algumas hipóteses quanto à identidade destes *latrones*.<sup>136</sup> Poderiam ser membros da população local, descontentes com ambas a elite administrativa romana e indígena que representava o domínio romano na província. A vingança rápida da morte de Basso e *Ulcudia* aponta para que os responsáveis fossem ora escravos em fuga, colonos reduzidos à miséria ou desertores, que realizavam acções violentas ao longo das principais estradas, assaltando viajantes desacompanhados e depois fugindo para áreas de difícil acesso. Coloca também a possibilidade de os *latrones* serem apenas bandidos locais, motivados pela ganância e procura de lucro e de bens. A interpretação destes enquanto inimigos externos ao Império é infundada, não só devido à escolha do formulário funerário e à alusão da vingança, mas também porque o terreno acidentado das Portas de Ferro no Danúbio não era propício à realização de incursões ou razias, mas era ideal para albergar foras-da-lei e fugitivos.

Os perigos causados por bandidos nas proximidades da estação termal *Aquae Herculis* são realçados ainda por uma inscrição datada de 153 d.C., onde dois legados consagram a travessia segura do território: “*Dis et Numinib(us) Aquarum*”, “*missi incolumes reversi ex voto*” (CIL III 1562 = IDR III, 1, 1977, nº 56 = AE 2005, 23).

Um pedestal funerário de calcário amarelado local, com encaixes para reparo, originalmente encontrado em escavações ilegais de 2016 na localidade de Aydaritsa, Mitino (*Heraclea Sintica, MacedoniaThracia*) e datado da segunda metade do séc. II d.C. ou princípio do séc. III d.C., contém uma longa e detalhada inscrição, em verso, com influências das tragédias áticas. Nesta é documentada a morte por “pessoas terríveis” de

---

<sup>134</sup> Data a epígrafe da segunda metade do séc. II d.C. tendo como limites cronológicos a recepção por *Drobeta* da *lex municipii*, na terceira década do séc. II d.C. (denunciada pela ausência da especificação de “*annualis*” ao longo dos cargos de Basso), e a atribuição do título de colónia à cidade em 198 d.C.

<sup>135</sup> Remete para Ciobanu, 2001-2002, p. 284, que propõe que o cargo de questor, que envolvia também a investigação de bandidos, foi a causa da morte.

<sup>136</sup> Cf. Van Hooff, 1988, p. 109, para uma proposta menos viável.



*Kasandros* (Κάσανδρος), após ser traído pelo falso amigo que é assemelhado a Odisseu/Ulisses. O corpo foi encontrado pelo irmão, *Pyrrhias* (Πυρρίας), que lhe dedicou o monumento (ep. N° 22) (Sharankov, 2017, p. 15-16).

A inscrição é traduzida por Sharankov (2017, p. 16) nos seguintes moldes: “*I, the violently dead Kasandros, while travelling once alone and going from Pautalia to Sarmea, reached the end of my life: a friend of mine, (like) the son of Laertes [= Odysseus], betrayed me. Then my brother by the same father, after coming back, found me in the dust – murdered by terrible people – and after saving my remains (deposited them) in this tomb out of brotherly love; his name was Pyrrhias. Beside me, (he made the tomb) also for the living – my child Artemidoros, himself and (his/my?) wife Veneria.*”.

Sharankov (2017, p. 15-20)<sup>137</sup> apresenta algumas particularidades da leitura do texto, das quais destaco a correcção “δεδρμῆμένον” (assassinado, morto), que difere apenas em uma letra do original “δεδαημένον” (culto, proficiente). A confusão pode ser facilmente explicada pelo facto de serem ambas palavras poéticas.

*Kasandros* morreu enquanto viajava (é implícito que regressava a casa) de *Pautalia* (actual Kyustendil) para *Sarmea* (não identificada). Visto que o irmão encontrou o corpo depois de voltar (πανελθών) e tendo em conta a localização da epígrafe, *Sarmea* estaria provavelmente nas proximidades de *Heraclea Sintica* e na Macedónia.<sup>138</sup> A via em causa poderia corresponder à estrada montanhosa que acompanhava o rio *Strymon* (Struma) e atravessava as serras de Kresna Gorge e Rupel Gorge (Sharankov, 2017, p. 21), um local ideal para o banditismo.

Sharankov (2017, p. 21-23) propõe que as “pessoas terríveis” responsáveis pela morte de *Kasandros*, após a sua traição pelo amigo, eram de facto bandidos. Adicionalmente, a traição denota um ataque planeado, talvez enquanto este transportava dinheiro, mercadorias ou bens de valor, tendo em conta que a viagem entre províncias é característica de um mercador e que nos é relatado um “mercado famoso” (πανήγυρις διαβόητος) perto de *Scaptopara*, em *Pautalia* (IGBulg. IV 2236, linhas 33-39/134-138), na entrada Norte de Kresna Gorge. Conhecemos vários exemplos de militares e acções de policiamento contra bandidos nas fronteiras da Macedónia e Trácia, inclusive muito próximos de Kresna Gorge, pela mesma cronologia.<sup>139</sup>

---

<sup>137</sup> V. para mais detalhes sobre as componentes linguísticas e poéticas da inscrição.

<sup>138</sup> Uma outra hipótese era nas proximidades de *Pautalia* e na Trácia.

<sup>139</sup> V. capítulo 5.1.2.

Este exemplar (ep. N° 22) vem contestar, ou pelo menos realçar algumas dúvidas, quanto à exclusão de outras inscrições com formulários semelhantes—de mortes causadas por “pessoas más”—do conjunto pertinente às vítimas da criminalidade viária. Em particular refiro-me às observações de Panciera (2006, p. 977-981) e Buonopane (2016, p. 40-43, nota 15) cuja proposta, mesmo assim, optei por seguir.<sup>140</sup>

Prosseguindo com a análise, uma inscrição (ep. N° 23) de Atenas, datada do séc. I ou II d.C., detalha a morte violenta de um viajante ou mercador (ἔμπορον) às mãos de bandidos: ἔμπορον ἐν ληστῶ[ν]χερσὶ θανόν[τα] [βίᾱ (?)] (“traveller/merchant who died a violent death in the hands of bandits”) (Sharankov, 2017, p. 22, traduz o excerto citado).

Da actual Kafarya/Kafriya, situada na Síria, surge uma inscrição de 342 d.C. (ep. N° 24) que refere a morte de um indivíduo num albergue da província: φονευθέντων ἐν τῷ πονδοχίῳ {πανδοχείῳ} (MacMullen, 1992, p. 194, nota 3).

Como sinal de que os perigos do banditismo eram ubíquos, na província da Mauritânia Cesariense, a cerca de 130 d.C., um técnico de hidráulica (*librator*) e veterano da *III legio Augusta*, Nónio Dato, responsável pela construção do aqueduto de *Saldae* (actual Bugia) é, juntamente com a sua equipa, interceptado por bandidos enquanto caminhavam em direcção à cidade. Foram feridos e despojados dos seus pertences e roupas, mas conseguiram escapar com a vida: *inter vias lat{t}rones sum passus nudus saucius evasi cum meis* (ep. N° 25). A inscrição propriamente dita, gravada num cipo hexagonal da qual apenas sobreviveram três faces, foi encontrada em *Lambaesis*, Numídia (actual Tazoult Lambese).<sup>141</sup>

Por último, em Madauros, África Proconsular, nos séc. II-III d.C., são evocados dois cidadãos romanos que certamente viajavam juntos—um *Sutorius Martialis* e um *Pinneius Crescens*, ambos com 25 anos—capturados e mortos por bandidos: *a latronibus sun[t] decepti*. A presença da fórmula *h(ic) s(itus) e(st)* dá a entender que os seus corpos foram encontrados (ep. N° 26).

---

<sup>140</sup> V. capítulo 4.5.2.

<sup>141</sup> Cuomo, 2011, p. 143-165, v. para mais detalhes sobre o contexto da construção do aqueduto, da redacção da inscrição, do cargo de *librator* e das funções de Dato; Donati, 2013, p. 37; Buonopane, 2016, p. 44, nota 37, aponta para uma inconsistência e confusão na análise da epígrafe por Grünewald, 2004, p. 21; Fagan, 2011, p. 477, apresenta uma datação um pouco mais tardia, do principado de Antonino Pio, 138-160 d.C.

Recordo que é precisamente em Madauros do séc. II d.C. que Apuleio escreve o seu romance, no qual os ataques e acções de bandidos figuram constantemente. Casos como este decididamente forneceram ao autor a inspiração necessária às descrições que realiza do dia-a-dia contemporâneo nas vias.<sup>142</sup>

#### 4.5.2. As inscrições em dúvida e as excluídas

Algumas inscrições suscitam dúvidas quanto à validade da sua inclusão no conjunto epigráfico. Estas não evidenciam elementos inequívocos da sua ligação com mortes em âmbito viário, e como tal, a sua abordagem desenvolve-se num capítulo distinto.

Primeiramente, vão ser analisadas as epígrafes cuja leitura é segura e não apresenta problemáticas significativas, simbolizadas no conjunto (anexo 1) com a letra e título “A (Leitura segura)”.

A interpretação de inscrições que referem soldados mortos por ‘bandidos’ deve ser acompanhada por alguma cautela, uma vez que se justifica a hesitação em atribuir a morte a ambientes de viagem (por exemplo, quando iam ou regressavam das suas unidades ou bases). Em grande parte dos casos, com a escassa informação disponível, não é possível excluir a hipótese de esta ter ocorrido nas frequentes acções de combate ao ‘banditismo’, ou noutro tipo de conflitos<sup>143</sup>. A tendência de denominar os ‘outros’ como bandidos acentua estas problemáticas. Estão aqui documentadas três inscrições deste tipo.

A primeira (ep. N° 28) é de *Castra ad fluvium Frigidum* (actual Ajdovščina/Aidussina), situada na estrada que unia Aquileia a Emona. Datada da segunda metade do séc. III d.C., é dedicada a António Valentino—*princi[pi] leg(ionis) XIII Gem(inae)*—morto por bandidos nos Alpes Julianos, em “lugares de crime”, conhecidos como infames, profanos e malditos: *int[er]fecto a latro[ni]bus in Alpes Iul[ias] loco quo t̃ appellatur Scelerata(!)*. Estes caminhos de montanha, com um nome muito sugestivo, andam certamente ligados à intervenção frequente de bandidos.

Mesmo assim, Buonopane (2016, p. 45) considera que este caso em particular é ilustrativo de uma provável morte resultante de expedições contra o banditismo, tendo

---

<sup>142</sup> V. capítulo 3.5.

<sup>143</sup> Uma inscrição grega refere que um prefeito, Metrodoro, enquanto suposto líder de um destacamento da ‘polícia’, morreu numa patrulha devido a um combate com bandidos (Robert, 1937, p. 97). MacMullen (1992, p. 260) traduz como um “*prefect who ‘died for his country in an engagement with brigands’*” e acrescenta que poderia ser um magistrado municipal. Van Hooft (1988, p. 115), por sua vez, apresenta a seguinte tradução: “*killed on behalf of his fatherland in a clash with robbers*”.

em conta que pela segunda metade do séc. III d.C. foram destacadas *vexillationes* da *legio XIII Gemina*, que operavam entre Aquileia e *Poetovio* (actual Ptuj), para a segurança do Nordeste da península Itálica (cf. Grunewald, 2004, p. 24, Shaw, 1992, p. 257 e Ciobanu, 2001-2002, p. 282).<sup>144</sup>

O título de *princeps* demonstra a qualidade de Valentino enquanto possível comandante de um destes destacamentos (Speidel, 1981, p. 7-13).

Na província da Gália Lugdunense, nos séc. II-III d.C., estão atestados dois *miles* mortos por bandidos. De *Augustodunum* (actual Autun), um “*Ianua[r(ius)] [.]osenu(s?)*” da *legio XXII* (ep. Nº 29) e da capital da província, *Lugdunum* (actual Lyon), um *Tertius* de 33 anos, interpretado por Buonopane (2016, p. 45) como “*mil. [---stip.] XV*”, cuja inscrição é colocada pelos filhos (ep. Nº 30). Ambos levantam dúvidas e questões semelhantes.

A análise dos *orophylakes* mortos por bandidos deve ser enquadrada nos mesmos moldes da dos soldados.<sup>145</sup>

Uma inscrição grega (ep. Nº 34) do séc. II-III d.C., da Licaónia, na Ásia Menor, um território supostamente infestado pelo banditismo, recorda um ὀροφύλαξ (*orophylax*) morto por bandidos, muito provavelmente no exercício das suas funções (Buonopane, 2016, p. 45; Robert, 1937, p. 96; Van Hooff, 1988, p. 115, nota 76; v. Wolff, 2003, p. 118-120, para mais testemunhos do banditismo na Licaónia). Da Pisídia surge outro *orophylax* morto por bandidos (ep. Nº 35) (MacMullen, 1992, p. 258).<sup>146</sup>

De *Timacum Minus*, na Mésia Superior (recordo as ep. Nº 17-18, provenientes do mesmo local), surge uma inscrição peculiar (ep. Nº 32) que detalha a morte de um pai e a do seu filho de 18 anos, “*Diurpagisa(?)*”, não por bandidos, mas por “*[sta]tionari(i)s(?)*”. Estes eram militares desvinculados das suas unidades e encarregues de vigiar as estradas do *cursus publicus*.<sup>147</sup>

---

<sup>144</sup> V. Lafer, 2003, p. 75-92 e Cerva, 1998, p. 7-28, sobre o banditismo nos Alpes Julianos; v. Rodríguez González, 2003, p. 341-342, sobre a legião décima terceira gémia; v. Wolff, 2003, p. 217-219, sobre o uso de *vexillationes* na repressão do banditismo.

<sup>145</sup> V. capítulo 5.1.2.

<sup>146</sup> Cf. com uma inscrição de Adrianópolis, datada dos séc. II-III d.C., que refere um *paraphylax* “*killed by brigands*” (Ruggiero, *Diz. Epigr.*, 1895, p. 462, s.v. *Latrones*) (MacMullen, 1992, p. 257, traduz parte da inscrição).

<sup>147</sup> V. também capítulo 5.1.2.

Embora a natureza do cargo mencionado leve a propor que as mortes ocorreram em ambiente de viagem, particularmente quando é considerado que os próprios *stationarii* eram por vezes corruptos e cometiam crimes contra a população da qual tinham sido encarregues de proteger, mantêm-se reservas pelas múltiplas outras funções que poderiam desempenhar. Por exemplo, o pai e o filho poderiam ter sido mortos na sequência de uma missão de captura de fugitivos ou daqueles que procuravam escapar à lei. Contudo, o facto de as vítimas serem lembradas numa epígrafe levanta questões nesse âmbito. A onomástica do filho aponta para que ambos sejam peregrinos. Devido à escassez da informação pouco mais pode ser dito.

Em *Salona*, Dalmácia, nos séc. II-III d.C. (recordo as três vítimas das ep. Nº 11-13, provenientes do mesmo local e cronologia), uma inscrição (ep. Nº 31) colocada pelos pais de Júlia Restituta, criança de 10 anos, refere que foi morta *caus(a) ornamentor(um)*, ou seja, devido ao seu aparato e sinais exteriores, como o vestuário ou ourivesaria que ostentava, ou qualquer tipo de comportamento que denote a pertença a uma condição social elevada.

Gunnella (1995, p. 14-15) interpreta a morte como consequência das jóias que Restituta exibia, uma proposta idêntica à de Grünwald (2004, p. 24). Destaca também uma inscrição análoga (ep. Nº 27), de uma jovem depositada num columbário em Roma.

Nesta, o marido compõe um poema recordando aos leitores jovens que não cumulem as suas esposas de jóias, sugerindo que evitem todo o adorno aparatoso, porque dessa forma se resguarda do adúltero e do *praedo* (ladrão); e que foi um *draco speciosus* (serpente brilhante) colocado no braço da esposa—isto é, uma jóia com essa forma—que a matou.

Ambas as inscrições, embora sugestivas, não permitem sustentar com segurança, que se trata de uma morte em viagem. Mas os indícios são significativos e os elementos peculiares que apresentam colocam questões muito interessantes e pertinentes ao tema em análise.

Em *Nicopolis ad Istrum* (actual Nikyup), na Mésia Inferior, uma inscrição grega (ep. Nº 33) refere um possível ataque por bandidos, embora também seja viável que fossem piratas. Segundo Sharankov (2016, p. 310): “*the dedicant had been saved (σωτηρίας, sc. ἐπιτυχόν?) from a dreadful attack of brigands/pirates and returned (νεισθείς, from νίσσομαι) harmlessly*”.

Duas epígrafes apresentam dificuldades na interpretação do texto, colocando em causa a sua correspondência com realidades de banditismo. Encontram-se assinaladas no quadro do anexo 1 com a letra e título “B (Leitura incerta)”.

Uma é de Fuentes de Andalucía, Andaluzia (ep. Nº 36). Buonopane (2016, tab. 2) propôs a interpretação de um “*C. Manlius Cn. f. Sertolus (?)*” de 51(?) anos de idade, que foi “*occ(isus) a latro(nibus) (?)*”. Porém, a leitura mais fiável segue a proposta de (HEpOl 3570), onde não se verifica qualquer relação a mortes causadas por bandidos: “*C(ai) Manli / Cn(aei) f(ilii) Ser(gia) / Toloconi[s] / in fro(nte) XLXP*”.

O mesmo ocorre com uma inscrição das proximidades de Peñalba de Castro (antiga *Clunia*, na Hispânia Citerior) (ep. Nº 37). Buonopane (2016, tab. 2) propôs a interpretação de um indivíduo de 25 anos que foi “*[occisus a] latroni[bus]*”. Não é porém certo que se refira a uma morte por bandidos, visto que a lição tradicional, que é fiável, vai no sentido contrário: “----- *Latroni / [---] f(ilio) an(norum) XXV*”. O vocábulo *Latroni* surge aqui como um simples nome pessoal.

Por último, uma inscrição possivelmente forjada (segundo o editor J. Delamarre), assinalada no conjunto (anexo 1) com a letra e título “C (Forjadas)”, e proveniente de Minoa, Amorgos, é constituída pelo subsequente texto, segundo Sharankov (2017, p. 22): “*ἐ[λ]θ[ὼ]ν ἐν πεδ[ίῳ] ληστῶν ὑπὸ [χερ]σὶ τέτρωμαι* (‘*walking in the plain, I was slain by the hands of bandits*’)” (ep. Nº 38).

Entre o limiar das inscrições colocadas em dúvida e daquelas que foram excluídas, situo as que apresentam mortes causadas por “homens maus”. Devido ao precedente estabelecido pela investigação, optei por excluir inscrições deste tipo do conjunto, embora persistam incertezas nesta categorização.

De Civitavecchia proveio uma inscrição de um “*Erclanius g[r]/egarius*” de 40 anos, que foi “*oc[cisu]/s a malibu[s] ---?*” (CIL XI 7586 = AE 1998, 507 = AE 2006, 433 = AE 2009, 337). Panciera (2006, p. 977-981) atribui a inscrição a uma data posterior ao final do séc. III d.C. e analisa algumas das propostas de interpretação segundo as quais na sua origem estaria uma morte violenta. A explicação de *malibus* enquanto um grupo étnico—*Maliesi/Malii*—do golfo Malíaco, na Tessália (Grécia), não parece provável devido à proveniência itálica da epígrafe. Outra proposta aponta para um grupo de organização desconhecida (quer de natureza criminosa, quer uma etnia ou tribo),

denominado os *Males*, que operava na montanha de Tolfa. Neste caso, *Erclanius* ora seria uma vítima de acções criminosas, ora um dano colateral de saques e roubos de gado, típicos destas populações montanhosas, ora uma vítima de conflitos territoriais<sup>148</sup>. Panciera (2006, p. 977-981) privilegia a interpretação de *occisus a malibus* enquanto “morto por (homens) malvados” (*malibus* como um resultado heteróclito de *malis*), tendo em conta os fenómenos de Época Tardia, na confusão de declinações (terminações em *-bus*) e do procedimento analógico, que podem gerar esta forma. A inclusão de *hominibus* era aqui considerada desnecessária. Assim, propõe que a inscrição descreva a morte violenta de um pastor—(*H*)*erc(u)lanius*—às mãos de malfeitores desconhecidos. Sabemos da existência de alguns paralelos, como “*ab hominibus mali(s) inter/em(p)tus*” (CIL XIII 1862, de *Lugudunensis*) (v. também CIL VI 18817 = ILS 8006).

Buonopane (2016, p. 40-43, nota 15), por sua vez, omite este tipo de inscrições do seu estudo. Como justificação segue a proposta anterior de Panciera, de que os “*mali (homines)*” não eram necessariamente bandidos e, segundo o próprio, que é provável que a morte tenha ocorrido durante um roubo de gado fora do contexto das estradas.<sup>149</sup>

Como aludi no caso de *Kasandros*, morto por “pessoas terríveis” enquanto viajava (ep. Nº 22), esta exclusão não está isenta de algumas dúvidas.

#### 4.5.3. Considerações sobre a informação epigráfica

Do conjunto epigráfico podem ser retiradas algumas conclusões em diversas vertentes. O número total de exemplares disponíveis, 26 inscrições validadas, parece insignificante quando comparado com a totalidade das inscrições funerárias de Época Romana<sup>150</sup>. Porém, como Buonopane (2016, p. 43) refere, tendo em conta a aleatoriedade dos achados e a dispersão a que as epígrafes estavam sujeitas ao longo do tempo, junto ao facto de apenas uma parcela daqueles que eram capazes de se expressar através das epígrafes (que por si só, não constituíam a maioria) escolheu incluir a origem da morte como algo causado por bandidos, podemos concluir que o número real de vítimas era bastante mais alto e que o banditismo era um fenómeno de proporções relativamente amplas.

---

<sup>148</sup> V. Gasperini, L. (1997) – *Males*. Ruggiero, Diz. Epigr., V, 17, Roma, p. 519.

<sup>149</sup> Exclui também inscrições com o formulário *interceptus in itinere* (v. CIL VIII 14608) dado que o particípio *interceptus* é por vezes acompanhado pela palavra *fato* (cf. CIL VI 2069 = CLE 436) que pode indicar uma morte de causas naturais.

<sup>150</sup> A quantia total de inscrições latinas é difícil de determinar, mas provavelmente ronda um número próximo das 300,000, às quais devem ser adicionadas as inscrições gregas do mesmo período, v. Lloris, 2018, p. 136-139.

No âmbito geográfico, as vítimas provêm de praticamente todas as regiões e províncias do Império Romano, desde as mais distantes às mais próximas do centro de poder, em Roma. Esta amplitude territorial coincide com os dados até aqui abordados, da ubiquidade e prevalência do banditismo. Embora algumas regiões sejam descritas como instáveis ou como locais onde o fenómeno era endémico, exemplo da Ásia Menor ou do interior da Península Balcânica e de outros territórios remotos, a viagem permanecia uma actividade de risco para todos os habitantes do Império.<sup>151</sup>

Esta realidade é ilustrada nos mapas dos anexos 2 e 3, e no gráfico do anexo 6.

Da Península Itálica provêm 3 inscrições (ep. Nº 1-3), as primeiras duas directamente de Roma. Porém, uma outra situada na Mésia Superior (ep. Nº 18) descreve também uma morte nas proximidades de Roma, provavelmente após uma longa viagem da Mésia. Equivalem a um total de 11 vítimas.

Da Península Ibérica provêm 4 inscrições (ep. Nº 4-7), a primeira da Bética e as restantes da Hispânia Citerior. Não existem exemplares no território ocidental, nomeadamente a Lusitânia. Correspondem a um total de 4 vítimas.

Da Aquitânia, Bélgica e Germânia Superior surge respectivamente uma inscrição em cada província (ep. Nº 8-10), o correspondente a 4 vítimas.

Os territórios da Península Balcânica compõem o grupo mais significativo de inscrições. Cada exemplar corresponde apenas a uma vítima. São no total 13 inscrições (ep. Nº 11-23) e 12 vítimas (devido à exclusão da vítima da ep. Nº 18). Da Dalmácia conhecemos 3 inscrições (ep. Nº 11-13). Da Panónia Inferior, uma (ep. Nº 14). Da Mésia Superior, 4 (ep. Nº 15-18), das quais pode ser excluída a ep. Nº 18. Na Dácia estão documentados 3 casos (ep. Nº 19-21). Na MacedóniaTrácia, um (ep. Nº 22), e em Atenas outro (ep. Nº 23).

Alguns destes casos necessitam de uma breve explicação. O exemplar (ep. Nº 15) foi encontrado em Klina, Kosovo, mas indica uma morte a mais de 200 km de distância, na estrada de *Dasminium* para *Viminacium*, ambas na actual Sérvia. Todavia, em Época Romana todos estes locais pertenciam à província da Mésia Superior. As vítimas das (ep. Nº 19 e 20) eram magistrados de *Drobeta*, cidade onde provavelmente viviam, mas

---

<sup>151</sup> V. Bitto, 2009, p. 172-176, para uma suposta distribuição geográfica dos testemunhos.



morreram na porção da estrada entre *Tibiscum* e *Dierna* (que seguia depois para *Drobeta*), onde foram colocadas as inscrições.

A morte descrita na (ep. Nº 15), e possivelmente também a da (ep. Nº 17), está relativamente próxima das que constam nas (ep. Nº 19, 20, 21), todas situadas na fronteira da Mésia Superior com a Dácia, e datadas de cronologias semelhantes. Talvez assinalem, além da prevalência do banditismo, um hábito epigráfico mais tendente a incluir este tipo de detalhes nas inscrições. A mesma questão poderia ser colocada às 3 inscrições de *Salona*.

O exemplar (ep. Nº 22), proveniente de *Heraclea Sintica*, indica uma morte na estrada que seguia o rio Struma, de *Pautalia* a *Sarmea* (esta última estaria provavelmente situada nas proximidades de *Heraclea Sintica*).

Os territórios a Oriente como a Ásia Menor, Síria, Judeia, Arábia Pétreia e Egito encontram-se relativamente mal representados sob a vertente epigráfica. Surge apenas um exemplar na Síria (ep. Nº 24).

No Norte de África são conhecidos 2 casos (ep. Nº 25-26). O primeiro, de *Lambaesis*, na Numídia, descreve na realidade um ataque por bandidos nas proximidades de *Saldae*, na província da Mauritânia Cesariense.

No que diz respeito às datações (v. em particular os gráficos dos anexos 4 e 5), a esmagadora maioria das inscrições, cerca de 21, situa-se entre os séc. II-III d.C. Onze inscrições são genericamente datadas deste intervalo (ep. Nº 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 26). Duas são datadas da primeira metade do séc. II d.C. (ep. Nº 19 e 25). Seis são datadas da segunda metade do séc. II d.C. (ep. Nº 15, 16, 17, 18, 20, 22, a última podia corresponder também ao princípio do séc. III d.C.). Uma é datada da primeira metade do séc. III d.C. (ep. Nº 21) e outra do séc. III d.C. em geral (ep. Nº 2).

Nos extremos, uma pertence ao final do séc. I a.C. (ep. Nº 1) e duas do séc. IV d.C. (ep. Nº 9 e 24). Apenas um exemplar não apresenta datação (ep. Nº 13).

A evolução da cultura epigráfica, cujo fomento se deve em grande parte à fundação do principado, é uma questão complexa. Porém, os dados cronológicos aqui abordados correspondem de forma geral à tendência crescente da produção de epígrafes no séc. II d.C., com um eventual pico a meio do mesmo, e uma queda e menor representatividade no séc. III d.C. No séc. IV d.C. o hábito epigráfico recupera, mas permanece confinado a uma escala bastante menor (Lloris, 2018, p. 139-145).

Os formulários funerários (v. o gráfico do anexo 7) são uma componente importante das inscrições. Assim, a padronização e repetição das mesmas fórmulas por quase todas as cronologias e territórios do Império, para descrever mortes por bandidos, é um marcador significativo da ubiquidade do fenómeno e da sua verdadeira dimensão (Buonopane, 2016, p. 46-47; Shaw, 1984, p. 10-12; Grünewald, 2004, p. 24; Blumell, 2008, p. 8-9). Adicionalmente, fornecem detalhes importantes sobre o contexto que rodeia a morte da vítima, ou pelo menos o que os dedicantes acreditam que ocorreu.

O formulário mais prevalente adopta a configuração de *interfectus a latronibus* (morto por bandidos). Foi registado um total de 9 vezes (ep. Nº 3, 8, 10, 14, 16, 17, 19, 20, 21) e em certos casos são acrescentados detalhes adicionais como *intrusis* (inesperado ou repentino) (ep. Nº 3), *hic* (neste local, aqui) (ep. Nº 8 e 10), ou uma expressão que reflecte a vingança do crime (ep. Nº 20 e 21).

O formulário *occisus a latronibus*, efectivamente uma expressão idêntica à anterior para descrever uma morte por bandidos, surge um total de 4 vezes (ep. Nº 4, 6, 7, 13). Por vezes é transfigurado noutras expressões, como *dolo [lat]ronum manu oc(c)isus* (morto em cilada pela mão de bandidos) (ep. Nº 6), ou acompanhado pela palavra *viatoribus*, ao invés de *latronibus* (ep. Nº 13).

O formulário *deceptus a latronibus* é igualmente empregue um total de 4 vezes (ep. Nº 2, 9, 11, 26). Alguns detalhes são por vezes acrescentados, como os *alumni* da (ep. Nº 2), a expressão *periit deceptus fraude latronum* (morreu capturado numa emboscada de bandidos) da (ep. Nº 9) ou a fórmula adicional *h(ic) s(itus) e(st)* da (ep. Nº 26).

Buonopane (2016, p. 46) interpreta o verbo *decipio* no sentido de enganar ou iludir (TLL, 1909, vol. V, 1, p. 174-178). Contudo, a entrada de *decipio* em Lewis e Short (1879) abre a possibilidade à captura: “to catch, ensnare, entrap, beguile, elude, deceive, cheat”, que é a interpretação aqui seguida.

Num caso é explicitamente utilizado o formulário *abductus a latronibus* (ep. Nº 12), que não deixa dúvidas quanto ao sequestro da vítima.

Os formulários únicos, por vezes redigidos como parte de poemas (*carmina latina epigraphica*), ou enquanto expressões mais descritivas da morte da vítima, compõem um total de 6 casos (ep. Nº 1, 5, 15, 18, 22, 25). Num caso é empregue novamente o verbo *occisus* e referenciada a vingança (ep. Nº 1), outros reflectem mortes inesperadas (ep. Nº 5), mortes atrocíssimas (ep. Nº 15), emboscadas (ep. Nº 18), a traição por amigos e mortes

por “pessoas terríveis” (ep. Nº 22) e a criminalidade viária com recurso à violência (ep. Nº 25).

A inclusão explícita do detalhe da viagem em certas inscrições (ep. Nº 5, 15, 22, 23, 25), além das alusões indirectas à viagem realizadas noutras epígrafes ao longo deste estudo, reforça a noção de que *latro* no contexto epigráfico estava quase sempre associado à prática de crimes viários. As epígrafes dedicadas a militares constituem uma excepção, devido à possibilidade de a morte ter ocorrido na sequência de acções de combate ao banditismo.

A representação dos géneros (anexo 8) nas vítimas é predominantemente masculina, com cerca de 26 homens e apenas 2 mulheres. Alguns casos permanecem indeterminados, como os 7 *alumni* de Júlio Timóteo, ou a equipa do técnico Nónio Dato (presumivelmente composta apenas por homens). Contudo, dificilmente pode ser extrapolada qualquer tipo de conclusão destes dados.

As idades das vítimas (v. o gráfico do anexo 9) enquadram-se em todas as etapas da vida. Entre os mais jovens temos Lúcio Sénica, os 7 *alumni*, um caso de 19 anos e outro de 20 anos. No intervalo dos 21-30 anos (inclusive) temos 7 exemplares. No intervalo dos 31-40 anos (inclusive) temos 3 exemplares, e apenas um exemplar de 50 anos. Cerca de 15 epígrafes não mencionam a idade das vítimas.

Somente 7 inscrições mencionam a ocupação de cargos, também estes algo diversos. Sabemos de um possível professor ou responsável por filhos adoptivos (ep. Nº 2), um mensageiro imperial (ep. Nº 9), um gladiador (ep. Nº 11), dois magistrados municipais (ep. Nº 19, 20), um possível mercador (ep. Nº 23) e um veterano e técnico do exército (ep. Nº 25).

Podemos concluir que o banditismo representava um perigo real, e por vezes bastante comum, aos viajantes (Blumell, 2008, p. 15). Não era apenas um fenómeno marginal, exagerado e dramatizado pelas fontes literárias devido ao medo da figura do bandido. Um encontro com bandidos nas vias frequentemente resultava na morte da vítima (Buonopane, 2016, p. 47).<sup>152</sup> Os bandidos eram na sua maioria indivíduos gananciosos e vulgares, que matavam sem escrúpulo ou misericórdia os viajantes que os opunham, ou até mesmo os que obedeciam aos seus desejos. Os assaltos violentos

---

<sup>152</sup> Cf. com uma proposta contrária, de Krause, 2006, p. 145 e 150.

afectavam todos os grupos sociais, géneros e idades (Grünewald, 2004, p. 24), ao longo de todos os territórios e cronologias do Império. Embora o nosso conjunto apresente maioritariamente exemplares dos séc. II-III d.C., e praticamente nenhum caso de áreas conhecidas pelo banditismo, como a Ásia Menor, esta realidade é colmatada por fontes de natureza diversa, já aqui abordadas.

Por outro lado, é verdade que não deve ser sobrestimado o impacto do banditismo. Grünewald (2004, p. 32) destaca que: “*Most people did not fall victim to bandits. However, the likelihood of suffering this misfortune was high.*”. Segundo o próprio, o bandido era mais um perigo psicológico do que real, um sintoma da ansiedade e medo constante desta figura pela população (cf. Riess, 2002, p. 267-271).

O debate em torno da verdadeira dimensão do fenómeno não é consensual, e talvez nunca o seja, tendo em conta a dificuldade (ou impossibilidade) em estabelecer dados estatísticos relativos à criminalidade rural e em particular, à criminalidade viária. Uma resposta generalista ao problema, embora talvez necessária, vai também encontrar sempre dificuldades em resolver as importantes questões das nuances regionais e cronológicas.

A proposta adoptada neste estudo segue a ideia geral do excerto de Grünewald acima citado. Grande parte das pessoas não era vítima de bandidos, mas as que o eram constituíam um grupo que seguramente não era insignificante. Comparativamente à criminalidade urbana (mais frequente, mas menos drástica) do dia-a-dia nas aldeias e cidades que, ainda assim, facultavam alguma segurança, nas vias as consequências da criminalidade eram bastante mais graves para a vítima, frequentemente envolvendo a morte ou o desaparecimento da pessoa.

## 5. O reflexo do banditismo no Estado Romano

### 5.1. O combate ao banditismo: dos imperadores aos cidadãos

Uma compreensão mais aprofundada do impacto do banditismo na viagem pode colher-se nas medidas que o Estado Romano tomava na repressão e combate desta ameaça. Estas medidas tinham a sua origem na elite romana ou romanizada, começando pelo imperador e governadores provinciais, até aos cargos de poder local, como as magistraturas de cidades. Passavam pela construção de postos de guarda, torres de vigia ou fortes nas vias, pelo incentivo dos subordinados de governadores ou prefeitos na perseguição e captura de bandidos, o emprego de contingentes do próprio exército e a criação de inúmeros cargos destinados ao combate do banditismo ou à manutenção da ordem no mundo rural. Muitos destes cargos eram ocupados também por militares, mas existiam forças privadas e caçadores de bandidos. Estes últimos eram aparentemente bastante valorizados. Ao nível individual, para o habitante comum no Império, era também necessário e incentivado o combate ao banditismo através da denúncia ou do uso da força directa em actos de defesa pessoal ou vingança. Ainda assim, não existia nenhum tipo de policiamento sério e eficaz do mundo rural.

#### 5.1.1. Os imperadores e governadores provinciais

A ameaça criada pelo banditismo e o roubo violento, particularmente quando originava de guerras civis ou de conflitos com os inimigos de Roma, obrigava os imperadores e a elite política a implementar medidas para garantir a ordem social comum e a paz pública, e consequentemente, a segurança dos viajantes e das estradas. Aliás, era algo que orgulhosamente publicitavam em tons propagandísticos.

A propaganda imperial da *pax Romana* verifica-se não só sob Augusto, mas também sob Tibério: “*The pax augusta, which has spread to the regions of the east and of the west and to the bounds of the north and of the south, preserves every corner of the world safe from the fear of brigandage.*” (Vell. 2.126.3).<sup>153</sup> Sob o principado de Trajano, Epicteto escreve: “*Behold now, Caesar seems to provide us with profound peace, there are no wars any longer, nor battles, no brigandage on a large scale, nor piracy, but at*

---

<sup>153</sup> Tradução de Shipley, 1924, p. 318-319.

*any hour we may travel by land, or sail from the rising of the sun to its setting.*” (Arr. *Epict.* 3.13.9)<sup>154</sup> (MacMullen, 1992, p. 193). Grünewald (2004, p. 18, notas 24-25) acrescenta a estes exemplos os relatos semelhantes de outros autores como Fílon, Sêneca, Plínio-o-Velho, Plutarco, Élio Aristides e Vegécio.

Naturalmente, a realidade vivida era manifestamente diferente. Tinha Octaviano 28 anos (35 a.C.) quando acaba, juntamente com o segundo triunvirato, de derrotar um dos seus rivais políticos, Sexto Pompeio. A situação na Itália e no centro do poder permanecia caótica e apenas é normalizada após a sua (supostamente eficaz) intervenção: *“This seemed to be the end of the civil dissensions. Octavian was now twenty-eight years of age. [...] Sabinus was chosen by Octavian to correct this disorder. He executed many of the captured brigands, and within one year brought about a condition of absolute security. At that time, they say, originated the custom and system of cohorts of night watchmen still in force. Octavian excited astonishment by putting an end to this evil with such unexampled rapidity.”* (App. *BC* 5.132).<sup>155</sup> (Shaw, 1984, p. 32-33; Grünewald, 2004, p. 21).

Shaw (1984, p. 33, nota 87) associa o G. Calvício Sabino mencionado por Apiano ao *“Sabino praef(ecto) [---] / [---] [au]x[s]iliariei Hispan[ei]”* de uma inscrição de Pizzoli (Amiternum, Regio IV Samnium) (CIL I 1860 = CIL IX 4503 = ILS 2488).

Suetónio acrescenta às acções de Augusto: *“Therefore to put a stop to brigandage, he stationed guards of soldiers (stationes) wherever it seemed advisable, inspected the workhouses (ergastulum), and disbanded all guilds (collegium), except such as were of long standing and formed for legitimate purposes.”* (Suet. *Aug.* 32.2).<sup>156</sup> (Shaw, 1984, p. 33; Grünewald, 2004, p. 21; MacMullen, 1992, p. 259; Blumell, 2008, p. 12). Recordo que Tibério, antes de ascender ao principado, encarregou-se de tarefas semelhantes (Suet. *Tib.* 8).

Além do combate ao banditismo, a reafirmação do poder do Estado sobre organizações criminosas institucionalizadas e os grandes proprietários que usufruíam do caos para ampliar ilegítimamente o seu poder, foi dada como prioritária por Augusto e Tibério.

Nos Alpes, Augusto suprimiu e subjogou várias tribos locais, para assim assegurar a travessia do território sem medo de ataques e, simultaneamente, construiu novas

---

<sup>154</sup> Tradução de Oldfather, 1928, p. 90-91.

<sup>155</sup> Tradução de White, 1913, p. 594-595.

<sup>156</sup> Tradução de Rolfe, 1914, p. 198-201.

estradas e *stationes* pelas cordilheiras (Str. 4.6.6) (Shaw, 1984, p. 34, nota 89). Estas tribos, das quais são exemplo os *Salassi*, apenas foram denominadas de *latrones* porque estavam no caminho da exploração e reorganização dos Alpes por Augusto (Riess, 2011, p. 701-702). Parece provável, contudo, que assim como outras entidades com organizações sociais e económicas semelhantes, o assalto de viajantes constituía uma parcela (mesmo que diminuta) das formas de sustento adicionais destas populações.

No combate aos perigos da viagem realço a criação de *stationes*, postos de guarda situados ao longo das estradas, assim como a construção das próprias vias em regiões inóspitas ou onde o Estado tinha dificuldade em afirmar o seu domínio.<sup>157</sup>

Já anteriormente, na República, em 66-67 a.C., Díon Cássio refere os efeitos das guerras consecutivas e a institucionalização de organizações criminosas quer em terra, na forma de banditismo, quer no mar, na forma de pirataria (D.C. 36.20.1-2). A resolução do banditismo parece ter sido deixada especialmente às cidades individuais, enquanto o combate à pirataria foi delegado a Pompeio Magno (D.C. 36.20.3 f.).<sup>158</sup>

A imagem de Augusto propagada nestes relatos é, à semelhança de Pompeio Magno, do anti-bandido. Porém a eficiência destas medidas suscita dúvidas. O seu sucessor, Tibério, viu como necessário o reforço do sistema de *stationes*: “*Tiberius safeguarded the country against banditry and local revolts by decreasing the distance between military posts (stationes)*” (Suet. Tib. 37.1).<sup>159</sup> (Shaw, 1984, p. 34; Grünewald, 2004, p. 21; MacMullen, 1992, p. 259; Blumell, 2008, p. 12).

Aliás, Bagnall (1977, p. 68) refere que as *stationes* apenas se aproximaram a um sistema coeso a partir da segunda metade do séc. II d.C.

No séc. III d.C. a rede de *stationes* foi ampliada ao ponto de cobrir as principais vias em todas as províncias: “*Latronibus vestigandis per universas provincias militaris statio sortitur*” (Tert. Apol. 2.8). No excerto citado, Tertuliano define a perseguição de bandidos como uma das principais funções das *stationes* (Grünewald, 2004, p. 22;

---

<sup>157</sup> Sobre este último ponto ver exemplo da construção da Via Ânia, na Lucânia e Calábria, com o propósito de facilitar o controlo e policiamento das regiões montanhosas, e garantir o acesso à Sicília quando não era possível navegar (Wiseman, 1969, p. 90-91; cf. Wiseman, 1964; cf. CIL I2 638 = ILS 23); v. Ael. Arist. Or. 26.100 sobre a construção de vias na Cilícia, Arábia e Egipto, e a sua função ‘pacificadora’; v. Grünewald, 2004, p. 22, nota 68.

<sup>158</sup> V. Grünewald, 2004, p. 23-24 e Fagan, 2011, p. 478 acerca do fim da pirataria enquanto uma força naval paramilitar ao serviço de diferentes facções do mundo helenístico tardio e a continuação da prática da pirataria comum.

<sup>159</sup> Tradução de Graves e Rives, 2007, p. 124.

MacMullen, 1992, p. 195 e 259; Blumell, 2008, p. 13, no entanto, data as medidas do séc. II d.C. e refere que pela mesma época foram criados cargos para a supressão do banditismo).<sup>160</sup>

Segundo alguns o risco associado à viagem permanecia alto. Cipriano, na sequência da crise do séc. III d.C., relata que a criminalidade era tão abundante que as estradas estavam barradas por *latrones* e os mares infestados com *praedones*, enquanto simultaneamente prevaleciam os horrores da guerra (Cypr. *Ad Donat.* 6.117 f.) (Grünewald, 2004, p. 22; MacMullen, 1992, p. 193-194). Porém, realço que o discurso do bispo Cipriano é motivado por uma crítica clara ao governo romano e, como tal, exagera propositadamente descrições como esta. Não deve ser tido como uma representação fiável da prevalência dos perigos da viagem.

Além das *stationes*, os sistemas defensivos posicionados nos limites do Império, no *limes* do Reno-Danúbio, da Síria-Palestina e de África, habitualmente associados ao combate ou retenção dos inimigos e populações externas ao Império, teriam uma função igualmente importante na defesa dos viajantes. Como Shaw (1984, p. 12) comenta: “*many elements of these systems are known from epigraphic evidence to have been constructed to ensure a general safety for travellers and transport on local roads.*”. Isaac (1984, p. 188-189) realça, igualmente, a função do *limes* no controlo do tráfico de pessoas e mercadorias, e no policiamento regional, com um foco na muralha de Adriano e nos *fossata* construídos pelo mesmo na Numídia.

Os *burgi*, torres de vigia ou pequenos fortes ocupados por *burgarii*, eram estruturas paralelas às *stationes*, construídas especialmente nas fronteiras para colmatar o espaço entre fortes de maior dimensão, os *praesidia*. Permitiam o controlo e vigilância das estradas e travessias de rios, de forma a proteger a viagem e defender as populações de incursões. As particularidades das suas funções variavam conforme a localização e cronologia. Nas fontes tardias surgem também sob nomes diferentes. Estão atestados em várias províncias e a sua construção teve início sob Trajano, mas os vestígios mais numerosos correspondem aos principados de Antonino, Cómodo, e mais tarde, Valentiniano (Bagnall, 1977, p. 71-72).

---

<sup>160</sup> V. MacMullen, 1992, p. 262-263, que cita IGRom. 3.812, uma inscrição que documenta uma *statio* na Isáuria.



Na Panónia Inferior, a meio do Danúbio, foram encontradas várias cópias de uma inscrição de autoria do legado de Cómodo, que descrevem a função dos *burgi* enquanto estruturas para a prevenção da passagem de *latrunculi* (bandidos): “*ripam omnem bu[rgis] a solo exstructis idem praes[i]di(i)s per loca opportuna ad clandestinos latrunculorum transitus oppositis*” (CIL III 3385 = RIU 6, 1426 = AE 2001, 1685b = ILS 395). Donati (2013, p. 36-37) refere que estes ‘bandidos’ seriam provavelmente grupos clandestinos da outra margem do rio, que praticavam não só incursões e roubos em território romano, mas também dirigiam operações de contrabando de mercadorias, escapando ao controlo fiscal. Nem sempre há concordância na interpretação destas realidades, mas pode dizer-se que é consensual a sua interpretação como ‘bárbaros’ que realizavam incursões em território romano ao longo da fronteira (Grünwald, 2004, p. 21-22, nota 58; Bagnall, 1977, p. 71; Van Hooff, 1988, p. 110-111; Shaw, 1984, p. 17; Shaw, 1992, p. 258).

Porém, os *burgi* também cumpriam outras funções. Uma inscrição encontrada nas proximidades do Oásis de El Kantara, na província romana da África Proconsular, datada de 188 d.C., refere a construção por Cómodo de um *burgus* entre duas vias para a protecção da travessia e dos seus viajantes: “*burgum [[Commodianum]] s[p]eculatorium inter duas vias ad salutem commeantium*” (CIL VIII 2494-5 = AE 1909, 73). Este local representava um troço crucial da estrada Norte-Sul mais importante da região (Bagnall, 1977, p. 72; Shaw, 1984, p. 12, nota 26; Shaw, 1992, p. 258; Grünwald, 2004, p. 21; Blumell, 2008, p. 12).<sup>161</sup>

No Egipto existem amplos indícios da presença de um sistema bem estruturado de guarnições e torres de vigia, ao longo das principais vias e rotas comerciais (Blumell, 2008, p. 12; Bagnall, 1977, p. 67-86; Isaac, 1984, p. 184-187).

Na estrada entre Jerusalém e Jericó estava situado um forte que Eusébio refere ser para a protecção dos viajantes contra bandidos, que ali frequentemente derramavam sangue (Eus. *Onomastikon*, 25.10-14) (Isaac, 1984, p. 200-201). Esta é certamente a mesma estrada mencionada na parábola do bom samaritano por Jesus.

Os governadores das províncias desempenhavam um papel importante no combate ao banditismo. Segundo o jurista Ulpiano, cabia aos governadores provinciais a

---

<sup>161</sup> Cf. com CIL III 3653, de 371 d.C., que descreve um *burgus* com funções mercantis na Panónia Superior.

procura, apreensão e punição de *mali homines* (pessoas maliciosas), *sacrilegii* (aqueles que cometiam sacrilégio), *latrones* (bandidos), *plagiarii* (sequestradores) e *fures* (ladrões comuns). Numa cláusula especial é enfatizada a necessidade de aprisionar os *receptatores* (colaboradores), sem a qual um bandido não era capaz de se esconder (*Dig.* 1.18.13 pr.).<sup>162</sup> É de assinalar que, mesmo após Ulpiano caracterizar e individualizar os vários tipos de criminosos, estes surgem todos no final sob a denominação comum de *latro*<sup>163</sup> (Shaw, 1984, p. 14; Grünewald, 2004, p. 16 e 22; Blumell, 2008, p. 13).

As fontes da época tornam claro que a forma mais eficaz de suprimir o banditismo era através de medidas e acções contra a rede de colaboradores que o suportava, nomeadamente pela traição. A dependência da traição não é difícil de compreender quando são contextualizados os instrumentos utilizados para manter a ordem no Império e regiões romanas (Shaw, 1984, p. 14-16).

Enquanto Quinto era governador da província da Ásia (60 a.C.), Cícero felicita-o pelo sucesso no exercício das suas funções e pelos feitos alcançados, entre os quais a (suposta) extinção do banditismo e dos assaltos típicos das estradas e do mundo rural: “*brigandage is abolished in Mysia; murder suppressed in many districts; peace is established throughout the province; and not only the robberies usual on highways and in country places, but those more numerous and more serious ones in towns and temples, have been completely stopped*” (Cic. *ad Q. fr.* 1.1.25).<sup>164</sup> Como membro da elite cultural romana, Cícero tende a desvalorizar o crime no mundo rural e nas vias em prol do crime urbano e nos templos, visto que era mais sensível à ordem política, à prática cívica e ao bem-estar das cidades. Por outro lado, novamente aqui se reforça o carácter habitual dos assaltos viários.

Contudo, dez anos depois, após o próprio Cícero assumir o cargo de procônsul da Ásia (51-50 a.C.) e dirigir uma campanha contra os “Cilícios livres” (Cic. *Att.* 5.20), descreve, no fim do mandato (50 a.C.), que o banditismo permanecia endémico na Cilícia: *magna in Cilicia latrocinia, mihi difficilis ratio administrandi, quod paucos dies habebam reliquos annui muneris* (Cic. *Att.* 6.4.1).<sup>165</sup>

---

<sup>162</sup> Tradução em Watson, 1998a, p. 36.

<sup>163</sup> Cf. com *Dig.* 1.18.3 e *Dig.* 48.13.4.2, leis semelhantes pelos juristas Paulo e Marciano, respectivamente.

<sup>164</sup> Tradução de Shuckburgh, 1905, p. 79.

<sup>165</sup> Shaw, 1984, p. 14 e Shaw, 1992, p. 262 aborda de forma breve ambas as cartas de Cícero citadas acima.

Posteriormente, numa carta dirigida ao imperador Antonino Pio pelo então senador Cornélio Frontão, que brevemente iria assumir o mesmo cargo (de governador da Ásia, c. 150 d.C.), são referenciados vários indivíduos que poderiam constituir parte do corpo administrativo. Entre estes Frontão salienta Júlio Senil, um amigo seu da Mauritânia que era conhecido pela destreza e aptidão em capturar e eliminar bandidos. Embora Senil não vá assumir o cargo, é elucidativo observar que esta era uma das capacidades valorizadas pelo futuro governador (Front. *Ad Ant.* p. 8) (Shaw, 1984, p. 12-14; Shaw, 1992, p. 263; MacMullen, 1992, p. 264; Grünwald, 2004, p. 22; Blumell, 2008, p. 13).

A importância da eliminação dos *receptatores* vem também expressa numa lei que remete a um edicto de Antonino Pio (c. 135 d.C., enquanto procônsul da Ásia), sobre os deveres dos *irenarches* em interrogar todos os bandidos detidos a respeito dos seus colaboradores (*Dig.* 48.3.6.1) (Shaw, 1984, p. 16; Blumell, 2008, p. 14).

Um prefeito do Egito, sob Caracala (c. 210-214 d.C.), endereça uma carta de conteúdo semelhante. Nesta adverte os *strategoí* dos *nomes* de *Heptanomia* e *Arsinoite* da ordem prévia, repetindo que deviam “procurar por bandidos com todos os cuidados” e que “é impossível erradicar os bandidos separadamente daqueles que os abrigam, alguns parceiros às suas rapinas, outros inocentes” (POxy. 12.1408) (MacMullen, 1992, p. 194 e 265<sup>166</sup>; Blumell, 2008, p. 14).

### 5.1.2. Outros cargos: entre o exército e a ‘polícia’

O exército assumia funções relativamente importantes no policiamento das províncias onde estava estacionado (particularmente as do interior) e participava, à semelhança das forças locais, em cargos de policiamento, investigação e interrogatórios. Como tal, era um recurso essencial a que os governadores das ‘províncias armadas’ podiam recorrer, por exemplo na Síria, na Panónia e nas províncias germânicas. Em contraste, os governadores de províncias como a Panfília, Capadócia e Cilícia, todas zonas montanhosas e de difícil controlo, apenas tinham ao seu dispor um número escasso de forças (Shaw, 1984, p. 18; Shaw, 1992, p. 262).<sup>167</sup>

---

<sup>166</sup> Traduz parte da carta citada e refere outra, oriunda do prefeito do Egito sob Antonino Pio, dirigida aos oficiais distritais em 154 d.C., aludindo à pobreza, caos geral e ataques de soldados aos inocentes.

<sup>167</sup> V. Wolff, 2003, p. 199-219 e Lopuszanski, 1951, sobre o emprego do exército no combate ao banditismo.

O emprego do exército na luta contra o banditismo é ilustrado num papiro latino do Egito, datado da época de Trajano. Este contém o *pridianus* de uma unidade militar da Mésia Inferior, onde é mencionado um cavaleiro que foi “morto por bandidos” (*occisus a latronibus*) (PLond. Lit. 2851.2.10) (Buonopane, 2016, p. 45).

Nas estradas de Grande São Bernardo, os postos de guarda eram compostos por militares das legiões VIII e XXII, estacionadas em Estrasburgo e Mainz (Wiblé, 2008, 95). Também no Egito, onde a informação é mais abundante, existem muitos casos de oficiais que recorreram aos recursos do exército. Díon Cássio refere que Quintílio Varo, governador da Germânia no séc. I d.C., fazia uso dos soldados para guardar estradas, escoltar carros de provisões e prender bandidos (D.C. 56.19.1-2) (Blumell, 2008, p. 13-14).<sup>168</sup>

No entanto, MacMullen (1992, p. 195-196) alerta para o facto de o policiamento por parte do exército ser uma espada de dois gumes, visto que para a população rural representava um perigo igual ou superior ao dos próprios bandidos. Destaca o aumento de relatos de pilhagens, rapinas e outros actos criminosos no séc. III d.C., em nome da ‘protecção’ ou da colecta de impostos.

A barreira entre a transição de soldado a bandido não seria difícil de transpor, especialmente para veteranos e desertores. Afinal, todo o militar de profissão era um potencial bandido conforme a sanção de legitimidade do Estado. Embora menos frequente, o veterano que não era capaz de regressar à vida prévia ou dedicar-se a novas ocupações ‘honrosas e honestas’, via um incentivo em continuar a utilizar as mesmas aptidões para o banditismo. Aqueles que recebiam parcelas de terra podiam ter a infortuna de receber terra infértil e por isso insustentável, ou terras em territórios inóspitos. Quanto aos desertores a transição seria mais comum, mas também mais facilmente confundida com outros fenómenos, particularmente em regiões recentemente conquistadas. Por fim, a deserção forçada era um problema particularmente grave durante e após conflitos civis (Shaw, 1984, p. 28-30; Shaw, 1992, p. 259-260; Riess, 2011, p. 699-700; Blumell, 2008, p. 6-7; MacMullen, 1992, p. 351, nota 4).<sup>169</sup>

---

<sup>168</sup> V. Apul. *met.* 7.7, um relato fictício do uso do exército pelo imperador para aniquilar uma quadrilha de bandidos.

<sup>169</sup> Grünwald (2004, p. 50-51) refere que os desertores eram colocados ao mesmo nível que *servi fugitivi*. Formavam os núcleos das quadrilhas de bandidos em Basil. *Ep.* 268 (377 d.C.) e *Cod. Theod.* 7.18.15 = *Cod. Iust.* 12.45.3 (406 d.C.).

Ainda assim, o recrutamento para o exército era uma das medidas supostamente empregues para combater o banditismo. Díon Cássio narra, num hipotético discurso de Mecenas ao imperador, que este sugeriu o recrutamento para o exército de indivíduos dotados de grande força física e provenientes da pobreza, de modo a que não necessitem de viver do banditismo (D.C. 52.27.4 f.). Marco Aurélio teria alegadamente, em certas ocasiões, recrutado para o exército bandidos da Dardânia e da Dalmácia (Hist. Aug. *Aur.* 21.7). Probo condicionou os veteranos fixados na Isáuria a enviarem os seus filhos para o exército, de forma a que não se tornem em bandidos (Hist. Aug. *Prob.* 16.6) (Grünewald, 2004, p. 22; Shaw, 1992, p. 279; Riess, 2011, p. 699).

Adriano, num edicto, perdoava todos os desertores que apreendessem um número largo de bandidos (*Dig.* 49.16.5.8) (Grünewald, 2004, p. 16). Libânio reporta que o imperador Juliano, quando defrontado com um problema grave de bandidos, foi capaz de limpar as estradas ao garantir um perdão e alistar os bandidos no exército (Lib. *Or.* 18.104) (Blumell, 2008, p. 14).

O processo de incorporação de elementos violentos periféricos nas forças do Estado era, portanto, um padrão. Este podia ser encontrado nas diferentes comunidades Mediterrânicas (ex. de Masinissa, no Norte de África) e não apenas em Roma (Shaw, 1984, p. 34-35).

A ‘polícia’, predominante em todo o Império sob diferentes nomenclaturas e com funções diversas, conforme a região e cronologia em que operava (e em quase nada semelhante à noção actual da palavra), era outra das formas de combate ao banditismo. Era constituída por cargos especializados do exército, cargos locais, forças privadas e vigilantes ou caçadores de bandidos.

O policiamento do mundo rural em Época Romana era débil, resultado da inexistência de uma infra-estrutura adequada e da falta de organização e comunicação entre a ‘polícia’ local e o governador provincial, o exército e o poder central. Em províncias onde não estava estacionado o exército, que de algum modo compensava a ineficiência das entidades que mais se aproximavam a uma polícia civil, o Estado estava limitado a depender inteiramente dos meios locais geridos pelos governadores, pelas cidades e indirectamente, pelos privados. Simplesmente não existia uma polícia coerente,

organizada à escala imperial, que funcionasse como alternativa cívica à intervenção militar (Shaw, 1984, p. 16-19<sup>170</sup>; Shaw, 1992, p. 263-264; Van Hooff, 1988, p. 109).

De facto, no campo não existia praticamente nenhum tipo de policiamento formal aparte dos militares estacionados nas *stationes* ou em guarnições. A necessidade de os proprietários rurais recrutarem forças de segurança privadas reflectia as deficiências do sistema de segurança pública (Grünewald, 2004, p. 22).

Por outro lado, a incapacidade do Estado na prevenção e combate ao banditismo era um sintoma da sua aceitação como ocorrência diária e inevitável. Simplesmente não seria lógico, ou até viável, investir na criação de sistemas complexos necessários para a eliminação do fenómeno.

Como tal, é compreensível a dependência da ‘polícia’ romana na traição e nas denúncias, que eram louvadas como *dolus bonus* (astúcia) e não reprimidas como *dolus malus* (fraude/engano) (*Dig.* 4.3.1.3; *Tac. Ann.* 11.19.2) (Grünewald, 2004, p. 16).

As províncias a Oriente, particularmente o Egipto, aparentam ter uma rede policial mais desenvolvida, ou pelo menos é daqui que advém o maior número de evidências. Em contrapartida, neste aspecto, a metade ocidental do Império revela-se algo ‘primitiva’ (Grünewald, 2004, p. 22). Ao contrário de outras regiões, o Egipto possuía uma tradição longínqua de forças ‘policiais’ profissionais, denominados de *phylakitai* sob a dinastia Ptolemaica. Com o domínio romano foram substituídos pelas *stationes* e guardas locais de aldeias e cidades, os *demosioi* (Bagnall, 1977, p. 67-68). Esta assimetria pode advir em parte da tradição burocrática mais acentuada no Egipto, propícia à criação e registo destes cargos (e das ofensas criminais), que por sua vez são melhor conservados nestes climas áridos.

Os municípios a Ocidente teriam acesso às já mencionadas *stationes*. Em algumas províncias as *stationes* eram comandadas por *beneficarii*, frequentemente *beneficarii consulares*. Podiam ser também chefiadas por centuriões, decuriões, *optiones* e *principales*. Os *beneficarii*, embora inicialmente apenas estivessem encarregues de manter a ordem e segurança no mundo rural, com o tempo adoptaram outras funções, como a recolha de impostos (Bagnall, 1977, p. 70-71). Existiam igualmente *viatores*,

---

<sup>170</sup> *V. Cod. Iust.* 1.55.6-7 (405 d.C.), 8.40.13 (238-240 d.C.) e *lex col. Gen.* 103 sobre os deveres das cidades em capturar bandidos que operavam no seu território rural e da sua entrega ao governador; v. páginas de Shaw citadas para exemplos práticos da acção local contra bandidos, em 190 d.C.

patrulhas viárias, encarregues da segurança das estradas e de outras funções, como o transporte de indivíduos aos magistrados municipais (Shaw, 1984, p. 16, nota 34; Shaw, 1992, p. 263).<sup>171</sup>

Os *stationarii* constam nas fontes durante uma larga cronologia, desde o séc. I/II-VII/VIII d.C., sem grandes alterações ao longo do tempo<sup>172</sup>. Os exemplares mais tardios estão circunscritos ao Egipto, na forma de papiros, *ostraka* e outros tipos de documentos. Dispersos por todo o Império, eram soldados desvinculados das suas unidades e incumbidos de vigiar o *cursus publicus*, garantindo uma viagem segura de pessoas (inclusive dos governadores provinciais) e mercadorias ao longo das estradas. No entanto também levavam a cabo outras funções, como a cobrança de taxas alfandegárias ou de multas, a denúncia de crimes aos magistrados e a captura, interrogatório e tradução de depoimentos de criminosos, fugitivos e cristãos. Não era raro, todavia, cometerem crimes contra a própria população que deviam proteger, surgindo em alguma documentação como opressores, foras-da-lei e assassinos de inocentes, que extorquiam os mais fracos e aceitavam subornos<sup>173</sup>. Um edicto de Constantino, decretado em 315 d.C., prevê a pena de morte aos *stationarii primipilarii* que abusavam do seu poder e impossibilitava-os de encarcerar ou manter sob custódia os criminosos (*Cod. Theod.* 8.4.2). Numa carta do imperador Constâncio II ao prefeito do pretório, em 355 d.C., é enfatizada a necessidade de combater o uso arbitrário e pessoal do poder de aprisionamento de outros pelos funcionários e pela ‘polícia’, sendo que os *stationarii* deveriam limitar-se a relatar os crimes aos magistrados em causa, responsabilizando-se por denúncias difamatórias (*Cod. Theod.* 6.29.1). Os *stationarii* respondiam a governadores provinciais, magistrados municipais, ao prefeito do pretório, *praefectus urbis*, centuriões do exército e aos *beneficiarii* (Petraccia, 2016, p. 49-50; MacMullen, 1992, p. 259-260).

Num relevo da Lícia do séc. III d.C., figura um *stationarius*, honrado por ter matado muitos bandidos com a sua própria mão (Robert, 1962, p. 323) (MacMullen, 1992, p. 260).<sup>174</sup>

Em Antinoópolis surge uma acusação de um indivíduo por cumplicidade com bandidos, que envolveu a tortura do mesmo para a recolha de informação e exigiu um

---

<sup>171</sup> V. MacMullen, 1992, p. 260, para mais detalhes e exemplos concretos dos *beneficiarii* e dos *regionarii*, soldados encarregues de patrulhar áreas rurais, as *regiones*.

<sup>172</sup> Bagnall, 1977, p. 71, refere que sob Marco Aurélio os *stationarii* chegam praticamente ao estatuto de uma força policial (militar) permanente.

<sup>173</sup> Exemplo de duas vítimas de *stationarii* (ep. Nº 32), no capítulo 4.5.2.; Bagnall, 1977, p. 71, refere que na Ásia Menor existem muitas referências aos *stationarii* e que, no séc. III d.C., muitas destas são queixas.

<sup>174</sup> V. Magie, 1950, p. 1516, para mais exemplos concretos de *stationarii*.

intérprete. Um *stationarius* estava envolvido na investigação (PAntinoop. 2.87) (MacMullen, 1992, p. 259, traduz parcialmente; Blumell, 2008, p. 14).

A Ocidente, várias inscrições relatam a existência de *praefecti arcendis latrocinis*, literalmente “prefeitos para o afastamento do banditismo”. Grünewald (2004, p. 22) traduz como um “superintendente das medidas contra o banditismo”.<sup>175</sup>

O cargo foi alvo de interpretações diversas. Segundo Shaw (1992, p. 265) eram oficiais especializados do exército. Donati (2013, p. 37) considera que eram magistrados criados com o propósito de repelir bandidos e ladrões, mas que, devido à escassez de testemunhos, não é possível confirmar se eram funcionários dependentes do governo central ou dos municípios. Por sua vez, Grünewald (2004, p. 22) indica que a proveniência idêntica de todos os exemplares (até à data encontrados) aponta, provavelmente, para a designação oficial da ‘polícia municipal’ nas províncias galo-germânicas.

Em Nyon, antiga *Noviodunum*, na Germânia Superior, sabemos de dois indivíduos que detinham o cargo de *praefectus arcendis latrocinis*: um Lucónio Tetrício (CIL XIII 5010 = AE 1994, 1288 = AE 2002, 1052 = AE 2003, 80 = ILS 7007)<sup>176</sup> e um Severo Marciano (AE 1978, 567 = AE 1994, 1288 = AE 2003, 80)<sup>177</sup>. Ambos apresentavam também cargos relacionados com a administração da Colónia Júlia Equestre (*Noviodunum*).

Ainda na província da Germânia Superior, na actual cidade de Bingen am Rhein, Panónio Soluto exerceu o cargo de “[*praef(ectus)*] *latr(ocinis) ar[c(endis)]*”, conjuntamente com o de *praefectus stationibus* (CIL XIII 6211 = AE 1994, 1288) (Grünewald, 2004, p. 22). Faz, naturalmente, todo o sentido que um prefeito das *stationes* estivesse envolvido noutros cargos de combate ao banditismo.

Uma inscrição de leitura problemática, proveniente da Campânia, pode relatar um *praefectus adversus latrones* (contra bandidos), proposta seguida por Shaw (1984, p. 12), embora também possa ser interpretada como *praefectus annones (sic)* (responsável pelo trigo) ou *praefectus ad tirones* (para a escolha de recrutas) (AE 1968, 109). A leitura

---

<sup>175</sup> Para compilações de exemplares deste cargo v. Donati, 2013, p. 37, Van Hooft, 1988, p. 110 e Grünewald, 2004, p. 22.

<sup>176</sup> V. Flam-Zuckerman, 1970, p. 451-473, para uma análise breve da epígrafe CIL XIII 5010 e um comentário geral sobre as múltiplas realidades e questões que o banditismo levanta, já aqui extensivamente delineadas.

<sup>177</sup> V. Mottas, 1978, p. 134-137, para uma análise da epígrafe AE 1978, 567 e da *gens* dos *Severii*.



correcta é dificultada pelo facto de as posições da carreira não seguirem uma ordem cronológica (Mennen, 2011, p. 62).

O cargo de *praepositus*, atestado múltiplas vezes em Itália, podia também estar relacionado com o combate ao banditismo. António Viteliano, *praepositus* da extensão de Apúlia, Calábria, Lucânia e Brútia foi homenageado pelo seu especial zelo em manter a tranquilidade da região, isto é, livrando-a dos perigos que a afectavam: “*singularem industriam ad quietem regionis servandam*” (CIL IX 334 = ILS 2768).<sup>178</sup>

Por vezes eram destacados contingentes fixos do exército a estradas perigosas. Em Itália, a 246 d.C., um ex-pretoriano de nome Aurélio Munatiano e cerca de vinte militares da frota de Ravena foram colocados num posto permanente na Gola del Furlo (*Umbria*), ao longo da via Flamínia, com a função específica de combater o banditismo: “*agens at latrunculum*” (CIL XI 6107 = AE 2004 541 = ILS 509) (Donati, 2013, p. 36; Shaw, 1984, p. 12, nota 26; Grünewald, 2004, p. 22, nota 62).

Os *latrunculares* (cujo nome se relaciona com os bandidos na sua generalidade e, portanto, podiam estar ligados à questão das vias) estão atestados na legislação, mas não é conhecido em que partes do Império operavam, nem a sua função específica, ainda que saibamos estarem afastados das causas civis<sup>179</sup> (Grünewald, 2004, p. 22).

No séc. IV d.C., Libânio, numa referência mais vaga, menciona oficiais cujo único propósito era a perseguição de bandidos (Lib. *Or.* 25.43) (Blumell, 2008, p. 13).

Entre a Macedónia e a Trácia sabemos de múltiplos cargos e acções tomadas contra os bandidos da região, embora facilmente possa surgir a inevitável confusão com as populações indígenas.<sup>180</sup>

Uma inscrição honorífica a Valério Maximiano indica que, durante 175 d.C., desempenhou o cargo (com um salário aumentado) de procurador da Mésia Inferior e, sob ordens de Marco Aurélio, de comandante das *vexillationes*, com o objectivo de eliminar os “bandidos da Briseia” na fronteira entre a Macedónia e a Trácia: “*detrahendam Briseorum latronum manum in confinio Macedon(iae) et Thrac(iae)*” (AE

---

<sup>178</sup> Cf. com outros exemplares: CIL XI 6336 = ILS 2769, CIL VIII 26582 e AE 1911 128 = ILS 9201.

<sup>179</sup> Dig. 5.1.61.1, refere que “um *latrunculator* não pode intervir judicialmente num caso civil” (*latrunculator de re pecuniaria iudicare non potest*).

<sup>180</sup> Sharankov (2017, p. 21-22) realiza uma compilação epigráfica de vários militares desta região.

1956, 124 = AE 1959, 183 = AE 1962, 390 = AE 1976, 359 = AE 2009, 77 = AE 2010, 83 = AE 2014, 75) (Sharankov, 2017, p. 21-22).

Numa inscrição datada da primeira metade do séc. III d.C. e oriunda do templo de Asclépio em Batkun, nas montanhas de Ródope, é erigida uma dedicatória pelo sucesso de uma missão que se traduziu pela captura de bandidos: “*Ἀὐρ(ῆ)λιος Διονυσόδωρος ὁρδ(ινᾶτος) ληστολογήσας*” (IGBulg. III.1, 1126 = IGBulg. V, 5486) (Sharankov, 2017, p. 22).

Uma inscrição funerária, datada do final do séc. I d.C. e começos do séc. II d.C., refere dois cavaleiros em *Neine*, a Sul de Kresna Gorge, que pertenciam a uma coorte possivelmente estacionada na montanha para vigiar e proteger a estrada e fronteira entre as províncias da Macedónia e Trácia (Sharankov, 2004, p. 198-199, nº II). É provável que seja idêntica à *coh(ortis) equitatae Macedonum* referida numa epígrafe do séc. I d.C. (AE 1909, 58) (Sharankov, 2017, p. 21).

Relembro que foi precisamente neste mesmo local e cronologia que *Kasandros* foi morto enquanto viajava (ep. Nº 22), o que não deixa de ser sugestivo.

A Oriente outros cargos desempenhavam funções semelhantes de combate ao banditismo. Os *irenarches*, “oficiais da paz”, surgem a partir do séc. II d.C. com a função de manter a ordem pública (*Dig.* 50.4.18.7), mas também de captura e interrogatório (frequentemente pela tortura) de bandidos, sendo que a informação obtida deveria ser remetida a um magistrado ou ao governador provincial (algo explicitado num edicto de Antonino Pio, enquanto governador da Ásia: *Dig.* 48.3.6.1). Similarmente às críticas realizadas aos *stationarii*, o jurista Marciano alerta para o facto de os relatórios e depoimentos dos *irenarches* serem por vezes escritos de má fé, como se o acusado já tivesse sido condenado (*Dig.* 48.3.6) (Shaw, 1984, p. 16; Shaw, 1992, p. 263; Grünwald, 2004, p. 22; MacMullen, 1992, p. 257).<sup>181</sup>

Os *paraphylakes* eram guardas estacionados em aldeias e áreas rurais, acompanhados por pequenas esquadras de jovens. Os *orophylakes* seriam provavelmente “guardiões da montanha”. É esta a proposta que Buonopane (2016, p. 45)<sup>182</sup> prefere,

---

<sup>181</sup> V. Aristid. *Or.* 50.72 f. para um dos raros exemplos do envolvimento do governador na escolha de *irenarches* para cada cidade, na província da Ásia; v. Jones, 1940, p. 212-213 e p. 349, nota 4, para uma lista vasta de inscrições gregas deste cargo na Ásia Menor, Grécia, Síria e Egipto; v. Magie, 1950, p. 647 e p. 1514 f. para casos específicos de *irenarches* em inscrições, textos e histórias fictícias.

<sup>182</sup> Segue a leitura de Wolff, 2003, p. 186-188.

embora também aceite a possibilidade de serem vigias ou guardiões de propriedades privadas em áreas montanhosas. Tende a afastar a sua interpretação como “guardas de fronteira”. MacMullen (1992, p. 257-258) segue uma proposta idêntica, assim como Grünewald (2004, p. 22), que os interpreta como guardas encarregues da segurança e vigilância de regiões montanhosas. Shaw (1992, p. 263), por sua vez, descreve-os como guardas civis.

Os *diogmitai* são definidos em Lewis e Short (1879) como militares fronteiriços de armamento ligeiro, mantidos para o propósito de perseguir bandidos. No entanto, Shaw (1984, p. 16-18 e 1992, p. 263-264) descreve-os como vigilantes e assassinos semiprofissionais (ou seguranças profissionais), por vezes ao serviço dos grandes proprietários. Amiano apresenta um excerto sobre o uso dos *diogmitai* na Isáuria: “*Now in Isauria bands of brigands were over-running the neighbouring places, harassing towns and rich villas with unrestrained pillage, and inflicting great losses on Pamphylia and the Cilicians [...] Musonius, the deputy-governor of Asia [...] finding the situation deplorable and that the luxury of the soldiers made their aid feeble, he gathered together a few half-armed troops, whom they call Diogmitae, and attempted to attack one band of the marauders*” (Amm. 27.9.6).<sup>183</sup>

Segundo João Crisóstomo, de forma a proteger os viajantes e a estrada a Este da Palestina, que frequentemente eram alvo de ataques por bandidos, os magistrados das cidades próximas recorriam a milícias formadas pela população rural e dirigidas por oficiais ou guardas nocturnos (Migne, PG 47.458, 380 d.C.) (MacMullen, 1992, p. 258).

A qualidade de ‘caçador de bandidos’ era aparentemente bastante valorizada pelo Estado. Neste âmbito já aqui foram abordados os casos de Calvíbio Sabino e Júlio Senil (v. *supra*). Para além disso, um papiro do séc. III d.C. contém uma ordem dirigida aos *leistopiastai* (ληστοπιασταί), caçadores de bandidos, para se juntarem aos oficiais da aldeia e perseguirem criminosos (κακουργοί) (BGU 1.325). O facto de ser uma ordem pode revelar alguma relutância no exercício das suas funções, talvez devido a vínculos aos ditos criminosos (v. em particular PMich. 6.412 sobre a colaboração entre oficiais e bandidos). Estes caçadores podiam também desempenhar funções paralelas, como a

---

<sup>183</sup> Tradução de Rolfe, 1939, p. 58-61; cf. Hist. Aug. Aur. 21.7, onde Marco Aurélio arma os *diogmitai*.

perseguição daqueles que fugiam a dívidas ou taxas excessivas (v. POsl. 2.20) (McGing, 1998, p. 171-174; Van Hooff, 1988, p. 106; Grünewald, 2004, p. 22; MacMullen, 1992, p. 258; Blumell, 2008, p. 13).

Um epitáfio em grego da Lícia refere um Aurélio “*Eirenaios*” (“homem da paz”), que louvava ter matado muitos bandidos (IGRom. 4.886). Seria muito provavelmente um destes vigilantes ou caçadores de bandidos (Shaw, 1984, p. 18; Shaw, 1992, p. 264; Grünewald, 2004, p. 22), semelhante ao referido por Riess (2011, p. 703), que foi trazido da Isáuria à Dardânia especificamente para aplicar a sua perícia.

### 5.1.3. Os cidadãos (o povo)

Já desde a Lei das Doze Tábuas (449 a.C.) que era esperado dos cidadãos defenderem-se de atacantes ou intrusos. Mais tarde, nos *Digesta*, um capítulo inteiro é dedicado à “Força e Força Armada” (*Dig.* 43.16). Preocupa-se maioritariamente com a apropriação forçada dos bens de outros. O uso da violência para repelir violência (*Dig.* 43.16.1.27) e a vingança imediata, eram ambas normas aceites no pensamento legal e social do mundo romano (Fagan, 2011, p. 483-484).

Era o dever do cidadão(ã) comum identificar e denunciar bandidos às autoridades competentes. No cumprimento desta tarefa era-lhe concedido(a) o direito de ferir ou até matar o bandido, pelo que estava isento(a) da legislação normalmente aplicada à agressão pessoal (*iniuria*) e ao homicídio. Era considerado um acto excepcional de vingança pública em nome da paz comum (Shaw, 1984, p. 19; Shaw, 1992, p. 264; MacMullen, 1992, p. 195).

Segundo a lei: “*We grant everyone the right to resist a soldier or a person in private station who enters fields as a nocturnal plunderer, or besets frequented roads with intentions of robbery [...] We therefore grant you permission to avenge yourself and make an act which is too late to be punished in court*” (*Cod. Iust.* 3.27.1 (391 d.C.) = *Cod. Theod.* 9.14.2 (391 d.C.)).<sup>184</sup> É necessário anotar que, segundo Blume e Kearley (2008), esta lei surgiu devido a um número crescente de desertores do exército de Teodósio I, em 391 d.C., na Macedónia. Teodósio criou o edicto, que se manteve sob Justiniano, testemunho que os perigos permaneceram constantes. Aqui, as acções dos desertores parecem ser idênticas às dos bandidos, equiparados na lei seguinte: “*Everyone may know that provincials have the right, for the purpose of insuring public peace, to inflict public*

---

<sup>184</sup> Tradução de Blume e Kearley, 2008.

*punishment upon robbers and deserters from the army*” (*Cod. Iust.* 3.27.2 (403 d.C.) = *Cod. Theod.* 7.18.14).<sup>185</sup>

Ainda outra lei refere que: “*Accordingly, if I kill your slave who is lying in ambush to rob me, I shall go free; for natural reason permits a person to defend himself against danger.*” (*Dig.* 9.2.4)<sup>186</sup> (Grünwald, 2004, p. 16).

Galeno, o médico, ao enfatizar a necessidade de complementar o conhecimento livresco com observações directas dos ossos humanos, algo que poderia ser realizado nos mortos que estavam vulgarmente desterrados pelo campo, reconta que: “[...] *we saw the skeleton of a brigand, lying on rising ground a little off the road. He had been killed by some traveller repelling his attack. The inhabitants would not bury him, glad enough to see his body consumed by the birds which, in a couple of days, ate his flesh, leaving the skeleton as if for demonstration.*” (*Gal. anat. admin.* 1.2)<sup>187</sup> (Shaw, 1984, p. 5; Shaw, 1992, p. 266; Van Hooff, 1988, p. 116; Buonopane, 2016, p. 46-47; Blumell, 2008, p. 11; Fagan, 2011, p. 477).

Tendo em conta o seu contexto didáctico, esta narrativa pode ser considerada como anedótica e um reflexo do que Galeno na realidade viu e ouviu. A legislação encorajava actos de defesa pessoal por parte dos viajantes e o ódio demonstrado pelos habitantes ao ponto de negarem um importante ritual funerário correspondia, em certa medida, aos castigos mais severos aplicados aos bandidos. Porém, não deixam de existir dúvidas quanto às percepções dos habitantes locais, espelhadas no relato de Galeno, e a sua veracidade. Este ‘bandido’ poderia ser apenas alguém denominado como tal porque era odiado pela comunidade.

O princípio da auto-ajuda prevalece também no romance de Apuleio (*Apul. met.* 4.12; 4.19-21; 4.3; 7.28). Noutro passo, Apuleio descreve o que seria típico de uma expedição punitiva contra bandidos, ausente de qualquer tentativa de julgamento ou processo legal: “*na companhia de uma grande multidão [...] juntava desta vez o desejo de presenciar a captura dos bandidos [...] a uns rebolaram-nos mesmo assim atados e lançaram-nos abaixo das falésias próximas; a outros, degolaram-nos com as próprias espadas e deixaram-nos ali mesmo. Alegres e satisfeitos com a vingança obtida,*

---

<sup>185</sup> Tradução de Blume e Kearley, 2008.

<sup>186</sup> Tradução de Watson, 1998a, p. 278.

<sup>187</sup> Tradução de Singer, 1956, p. 3.

*regressámos à cidade*” (Apul. *met.* 7.13).<sup>188</sup> A combinação da justiça popular e oficial é exemplificada noutros casos (Apul. *met.* 7.25-26; 9.9) (Fagan, 2011, p. 478-479; Buonopane, 2016, p. 44). Num encontro com bandidos, a fuga (Apul. *met.* 8.14-23) e a luta (Apul. *met.* 2.14) eram as reacções mais comuns (Blumell, 2008, p. 12).

Não é inteiramente conhecido até que ponto o indivíduo comum estava armado no dia-a-dia. A prevalência de bandidos nas vias podia incentivar os viajantes a prosseguirem armados. Os pastores normalmente faziam-se acompanhar de uma lança para afugentar lobos e pessoas (Cic. *Verr.* 2.5.7). No “Burro de Ouro” as pessoas estão frequentemente armadas, embora os mais pobres apenas com pedras, paus e a ocasional espada (Apul. *met.* 2.30; 4.19; 9.35-38). Vários autores clássicos sugerem um acesso fácil ao armamento, como Juvenal (Juv. 9.97-99; 10.311-317; 15.51-74) e Tácito, relativo à revolta de 59 d.C. no anfiteatro de Pompeios (Tac. *Ann.* 14.17). A própria legislação assume que algum tipo de armamento estava imediatamente disponível (*Dig.* 43.16.3.9). Na lei nenhuma tentativa é dirigida ao desarmamento sistemático da população, provavelmente porque tal seria impossível de fazer cumprir. Como tal é possível concluir que a população tinha alguma facilidade em adquirir armamento, se este for definido mais amplamente (Fagan, 2011, p. 484-485).

A população rural era por vezes desarmada, mas a medida visava a prevenção de revoltas e não propriamente o combate ao banditismo. Tibério desarmou as populações indígenas da Gália (Plin. *Nat.* 30.13) e do Egipto (Phil. *Flacc.* 11), Cláudio fez o mesmo sobre a Britânia (Tac. *Ann.* 12.31). Havia legislação que proibia o armamento de escravos ou de pastores, ou até a posse de armamento excessivo (*Dig.* 48.6.1-3; *Cod. Theod.* 9.30.1-5) (Grünewald, 2004, p. 22; MacMullen, 1992, p. 256-257).<sup>189</sup>

#### 5.1.4. Os castigos

A singularidade na abordagem do bandido perante a lei estendia-se também às penas e castigos a que estava sujeito (Riess, 2011, p. 696). Nas províncias, o julgamento de criminosos de baixo estatuto social não seguia nenhum processo judicial pré-estabelecido em Roma, pelo contrário, cada caso era analisado individualmente e no momento segundo o julgamento arbitrário (baseado nas normas tradicionais que

---

<sup>188</sup> Tradução de Leão, 2018, p. 162-163.

<sup>189</sup> Blumell (2008, p. 13) considera que algumas formas de desarmamento tinham o crime e banditismo em mente.

desejavam aplicar) dos magistrados e quando necessário, dos governadores. Ao bandido não eram estendidas nenhuma das amnistias por norma garantidas a outros criminosos, pelo que podiam ser (e eram) torturados sob interrogatório até antes do julgamento (*Dig.* 48.3.6.1; *Cod. Theod.* 9.35.7 (408 d.C.)) (Shaw, 1984, p. 19-20; Shaw, 1992, p. 265).

Devido aos crimes que cometiam, os castigos estavam entre os mais severos no mundo romano, particularmente para os *latrones famosi*. A pena de morte envolvia actos agoniantes e humilhantes: a *summa supplicia* (*crucifixio, tormenta, vivi crematio, damnatio ad bestias*, entre outras), execuções realizadas em espaços públicos (por força, decapitação ou empalação) e penas de morte indirectas, como o trabalho forçado às minas (Shaw, 1984, p. 20-21; Shaw, 1992, p. 265-266; Riess, 2011, p. 695-696; Van Hooff, 1988, p. 111).

A tortura como método de ganhar informação sobre os desfavorecidos e criminosos era uma prática comum (*Ach.Tat.* 7.12.2; *Amm.* 22.16.23), porém, era mais prevalente enquanto acto punitivo. A gente poderosa escapava à tortura excepto nos crimes mais graves, contra o Estado ou o imperador (Fagan, 2011, p. 471-476).

Num dos *Hermeneumata* (textos escolares para a aprendizagem de grego e latim datados habitualmente do séc. III d.C.), é descrita uma cena do suposto dia-a-dia romano familiar ao estudante: o julgamento público de um *latro* no fórum da cidade, que independentemente de manter a posição de inocência após o conjunto de torturas habituais, é condenado à morte (Dionisotti, 1982, p. 83, parágrafo 74 das p. 104 e 119 e p. 122-123; Shaw, 1984, p. 9; Fagan, 2011, p. 475).

As pessoas comuns esperavam ver violência em nome da justiça, algo ilustrado nos romances pelos apedrejamentos (*Apul. met.* 1.10 e *Ach.Tat.* 8.14.5)<sup>190</sup> e especialmente por Cícero, quando comenta sobre um líder de piratas capturado em Siracusa: “*The maritime people of Syracuse [...] wanted to feast their eyes and sate their souls with his torture and execution*” (*Cic. Verr.* 2.5.65-66) (Fagan, 2011, p. 479 é responsável pela tradução).

O *receptator* (colaborador), pelo papel que desempenhava no banditismo, sofria castigos idênticos aos dos bandidos: “*Of the basest is the class of harborers without whom no one could long lie low; and it is ordained that they should be treated like brigands. Those who, when they could apprehend brigands, let them go on receipt of money or a*

---

<sup>190</sup> Além destes exemplos, os apedrejamentos estão amplamente atestados nas fontes.

*share of their loot, are in the same category*” (*Dig.* 47.16.1<sup>191</sup>; *Cod. Theod.* 7.1.1 (323 d.C.)). É um ponto algo contraditório quando, simultaneamente, surge legislação que nos indica que colaboradores de alto estatuto social ou familiares de bandidos deveriam sofrer castigos mais amenos (*Cod. Theod.* 9.29.1 (374 d.C.); *Dig.* 47.16.2) (Shaw, 1984, p. 37-38; Shaw, 1992, p. 267; Grünewald, 2004, p. 16; Blumell, 2008, p. 14).

Estas observações realçam alguns problemas estruturais na forma como o Estado Romano lidava com o banditismo. Em particular ressalta a ausência de qualquer distinção entre o que é lei civil e lei criminal e, como consequência, a pertença quase exclusiva do crime à esfera civil sob a forma de ‘quebra de contracto’. A inabilidade de, dentro da lei e da justiça civil, lidar com crimes violentos dirigidos por certos indivíduos contra a sociedade, leva a que estes sejam imediatamente (e literalmente) considerados como foras-da-lei anti-sociais. Ao contrário dos criminosos comuns, eram excluídos da estrutura social romana. Logo, a única resolução passava pelo confronto directo com o Estado e com as instituições e indivíduos encarregues de manter a ordem local (militares) (Shaw, 1984, p. 21-23).

MacMullen (1992, p. 211) expressa uma ideia semelhante relativa aos desenraizados: a excessiva legislação apenas contribuía para o problema que procurava resolver, ao classificar estes indivíduos como foras-da-lei e renegados, excluindo-os e isolando-os do resto da sociedade.

Por outro lado, o Império Romano beneficiava dos bandidos para se afirmar. Os castigos violentos justificavam e fortaleciam o monopólio da violência e o poder absoluto das elites. Os espectáculos e o suplício público afirmavam um sentimento de pertença entre os espectadores ‘honrosos’ e de desdém pelos criminosos fora-da-lei (Riess, 2011, p. 705-707).

---

<sup>191</sup> Tradução de Watson, 1998d, p. 303.



## 6. Considerações finais

Olhando para a viagem segundo os padrões actuais de segurança, e sabendo nós quanto as sociedades evoluem ao longo do tempo, perguntamo-nos qual era a verdadeira dimensão do banditismo viário e o seu impacto na sociedade romana. Em última análise, pode dizer-se que não se chegou a uma verdadeira resposta à questão. Isto é, mais do que respostas, os dados demonstram a complexidade do problema.

A discussão em torno dos perigos da viagem em Época Romana envolve, obrigatoriamente, uma análise de temáticas muito diversas que, além da complexidade anteriormente apontada, por vezes apenas podem ser abordadas de forma introdutória devido, também, à escassez do tempo.

A problemática da identificação do bandido e dos responsáveis pelos perigos viários não parece ter uma resolução clara ou sucinta. Se por um lado na legislação romana o *latro* vem bem definido, na realidade histórica esta distinção é muito mais difícil de realizar. Por outro lado, mesmo a própria legislação (talvez de modo algo contraditório) permite alguma ambiguidade pela forma como classifica certos conflitos—em muitos aspectos bélicos e com motivos políticos—direccionados à autoridade romana como *latrocinium*. E mesmo que existisse uma distinção concisa, o manifesto desinteresse dos autores e historiadores clássicos em tópicos como o banditismo (segundo a definição aqui aceite) e a criminalidade viária, leva a que estes permaneçam ofuscados. Ao invés, os clássicos preferiam ocupar-se com o *latrocinium* apenas quando este correspondia a ameaças graves à paz pública, ou muito mais frequentemente, quando motivos alheios ao tópico em questão (ideologias, preconceitos, politiquices e estratagemas) despertavam o seu interesse. O uso metafórico do *latro* estava, desde cedo, associado a questões de poder pela elite romana.

A fronteira entre o que consideramos como um ‘bandido’, ou não, acaba por ser uma questão de percepção social, inevitavelmente variável e fluida. Nunca terá uma equivalência clara com o contexto histórico. Um criminoso podia desenvolver ambições políticas e equivaler às críticas romanas, e um rival ou inimigo político (ou alguém desprezado) podia igualmente praticar o banditismo. Mesmo entre os próprios criminosos existia alguma ambiguidade. Além dos núcleos de bandidos propriamente ditos, temos de contender com pessoas que praticavam o crime viário consoante as oportunidades e que,

de outro modo, viviam entre a sua comunidade. O que se pode considerar inequívoco é que, para os viajantes, o potencial perigo de certos indivíduos ou das suas acções era inegável.

As comunidades externas a Roma, os ‘outros’, são particularmente notórias pelas dificuldades que levantam no âmbito destas categorizações. Praticamente todas foram denominadas de *latrones*, um conceito que lhes era alheio, visto que pertencia unicamente ao mundo romano, logo de difícil adequação fora deste. Pode-se inferir que o motivo subjacente a esta denominação raramente era impulsionado pela denúncia da criminalidade viária, como aludido, embora não deixe de em certos casos ter alguma componente verídica. Nestes casos os assaltos viários, entre outros tipos de ‘banditismos’ (como escaramuças, incursões, pilhagens, conflitos territoriais e roubos) eram uma parte natural do sistema e da cultura de certas entidades, e formavam outras das formas de sustento das populações. Aliás, como nos princípios da Grécia Clássica, onde o ‘banditismo’ representava mais uma das formas sãs e honestas de viver entre a sociedade. Lamentavelmente, a dimensão, frequência e gravidade com que eram praticados é muitas vezes imperceptível, empurrando-nos inexoravelmente para um contexto de generalidades ou pleno de dúvidas. Aqui é crucial uma análise caso a caso.

O caso da Península Ibérica, na fase da conquista romana, e da figura de Viriato, ilustra particularmente bem a carga ideológica e cultural (positiva e negativa), política e estratégica apegada ao termo. O contexto dos confrontos com Roma elucida igualmente alguns dos factores que exacerbavam ora as críticas romanas, ora as práticas violentas dos indígenas (e vice-versa).

A situação na Ásia Menor, nomeadamente a Isáuria-Cilícia, é também esclarecedora. Como na Península Ibérica, grande parte dos *latrones* relatados nas fontes não correspondia efectivamente a bandidos como os definimos, mas sim a populações indígenas ou, neste caso específico, a chefes locais e dinastas que possuíam exércitos privados e procuravam afirmar o seu poder, opondo-se obstinadamente à integração romana. Mesmo assim, o banditismo é descrito como sendo endémico a toda a cronologia do Império ocidental e não somente a fases de conquista, pelo que este território seria particularmente perigoso ao viajante, mais que não seja devido em grande parte à instabilidade constante da região. Há aqui um maior consenso na prática da criminalidade viária como parte das formas de vida e sustento destas populações, com possíveis paralelos à Dardânia, entre outras regiões.

Nesta região, como nos restantes territórios montanhosos por todo o Mediterrâneo e nas áreas densamente florestadas, pantanosas ou de outro modo inacessíveis, as instituições do Estado e dos municípios romanos viam uma grande dificuldade em afirmar o seu controlo e autoridade, e em transpor as barreiras geográficas impostas. Consequentemente, um controle débil por parte do governo e um policiamento ineficaz do território facilitava a prática não só do banditismo, mas também de conflitos direccionados contra Roma.

Os pastores-bandidos são uma das figuras que usufruiu destas condições geográficas, aliadas à mobilidade e liberdade que a sua profissão lhes concedia, para a prática do banditismo, sobretudo na forma do roubo de gado. Porém, como são exemplo as descrições do autores clássicos acerca dos eventos que rodeiam as Guerras Servis (onde se acrescenta a problemática da servitude), a prática da criminalidade viária podia também ser uma componente significativa das acções e sustento destes pastores, quer porque era motivada pelos próprios mestres e grandes proprietários, quer para ‘alimentar’ o crescente número de rebeldes ex-escravos, quer para o enriquecimento ganancioso dos mesmos.

Na esfera política estão bem atestados os usos dados ao vocábulo *latro*, com ênfase nas ocorrências da Guerra Judaica. A possibilidade da dissimulação de assassinatos políticos enquanto mortes por bandidos é particularmente apelativa, servindo como eventual reforço quanto à prevalência do fenómeno.

A viagem não deixava de ser uma actividade de perigo e, para a maioria, algo a evitar quando possível ou realizado com alguma relutância. Decerto era uma tribulação mais do que uma actividade de lazer. A ubiquidade do banditismo no dia-a-dia e na viagem foi plenamente atestada na análise dos mais diversos tipos de fontes.

O mundo da ficção, particularmente o romance de Apuleio que aqui foi focado, demonstra bem as sensibilidades e ansiedades, sempre prevalentes, e as precauções dos viajantes face a esta ameaça pendente no decorrer da viagem.

Nos textos legislativos, manifesta-se uma preocupação significativa com o fenómeno. Aqui o banditismo figura constantemente em acções de natureza muito diversa, particularmente no contexto da viagem. É assemelhado e agrupado entre outros tipos de desastres naturais, enquanto ocorrências do dia-a-dia que estavam fora do controlo de cada um.

Nos discursos dos textos da época, esta noção vem novamente expressa. Os efeitos do banditismo e o seu agravamento sob circunstâncias diversas, como guerras ou conflitos civis, ou até em territórios problemáticos são também aqui relatados.

Em menor grau, conhecemos outros inconvenientes e perigos da viagem para além do banditismo. Passam pela derrocada de estradas íngremes, deslizamentos de terra e de encostas de montanhas, inundações súbitas, as más condições das estradas e do clima, e o desconforto e lentidão da mesma. Os acidentes com animais de carga ou com o gado durante a viagem podiam ter consequências graves numa época em que os cuidados médicos eram quase inexistentes, como nos revela a documentação proveniente do Egipto romano. Por último, os animais selvagens, particularmente de noite, não deixavam de representar outro dos perigos ao viajante.

Neste âmbito os viajantes tomavam várias medidas para prevenir ou minorar estes perigos, por exemplo, evitando o transporte de bens de valor ou o adorno aparatoso (não esquecendo que a roupa era um bem particularmente valioso), viajando em grupo ou na companhia de comitivas do Estado e, para aqueles com os recursos necessários, sob a protecção de escoltas armadas. Outros recorriam à lealdade de animais domésticos, como o cão, para a defesa contra ataques inesperados. O senso comum seria a medida mais prevalente, ao evitar a viagem matinal ou nocturna e percorrendo estradas bem frequentadas. O auxílio divino e mágico era para alguns uma fonte de conforto.

Estas precauções nem sempre eram eficazes. As vítimas destas infortunas constam em fontes dos mais diversos tipos, desde papiros, depoimentos, cartas, discursos e epígrafes. Alguns casos demonstram que o desaparecimento de pessoas no decurso das viagens era comum o suficiente para, na ausência de outra explicação, ser encarado como uma morte por bandidos. Outros relatam simples assaltos violentos ou ocorrências mais drásticas, com a captura ou morte de múltiplas vítimas, por vezes com descrições elucidativas quer do próprio (quando consegue escapar) quer dos amigos e familiares, lamentando a tragédia do evento. Ainda outros revelam peculiaridades, como locais infames devido ao banditismo, exemplo do túmulo de Basílio. As vítimas provinham de todo o Império e de quase todas as cronologias, de todos os estatutos sociais e idades, e possuíam cargos bastante variados.

O Estado dedicava numerosos recursos na tentativa de suprimir o fenómeno, mas nunca esperou conseguir elimina-lo. Desde a construção de estruturas nas vias, como as *stationes*, o combate ao banditismo pelos imperadores, governadores provinciais e os seus subordinados, o emprego do exército ou de contingentes especializados do mesmo e de muitos cargos que surgem sob nomenclaturas diversas por todo o Império, o esforço no combate ao banditismo era deveras considerável. Ainda assim, a forma mais eficaz de combate ao fenómeno permanecia a traição pelos colaboradores que apoiavam os bandidos.

Num contexto de anarquia multipolar no mundo mediterrânico, sempre prevaleceu o princípio da auto-ajuda, especialmente na esfera rural, e era esperado que cada um não só se defendesse dos bandidos, mas também os capturasse ou até matasse enquanto dever público.

A abordagem do bandido na lei e os castigos a que estava sujeito revelam também alguns dos problemas estruturais do Estado Romano. A exclusão automática do bandido da esfera legal civil e da sociedade onde estaria integrado, para um mundo fora-da-lei e o confronto directo com as instituições militares do Estado, apenas exacerbava o problema. A elite romana beneficiava em parte deste arranjo, podendo justificar e monopolizar o uso da violência, criando um bode expiatório para os ‘infortúnios’ da população.

O banditismo era mais uma das muitas causas de morte em Época Romana, talvez uma das mais referidas neste âmbito, mas a sua relevância não deve ser exacerbada. Como aludido, grande parte das pessoas não era vítima de bandidos, mas as que o eram constituíam um grupo seguramente não despiciendo. A sua consonância com a instabilidade geral e permeabilidade da violência no mundo antigo (pelo menos aos olhos do historiador contemporâneo) é importante, de forma a não isolar a análise num vácuo, apartada da restante realidade. As propostas dos investigadores não apresentam um consenso quanto à prevalência concreta do banditismo. Por outro lado, não é frequente a investigação histórica focar estas temáticas do ponto de vista da viagem, talvez devido às dificuldades em deduzir conclusões. Fica em suspenso, desta forma, uma opinião vincada sobre esta questão. Não se trata de um tópico extremamente importante e seria pouco proveitoso ser expresso desta forma, tendo em conta a complexidade na obtenção de respostas definitivas.

Ainda assim, as pessoas enfrentavam diariamente os riscos da viagem, como o faziam com outros tipos de perigos, característicos da época. Também a percepção do

perigo e a sua relevância no quotidiano das pessoas varia muito de acordo com os contextos. Aquilo que nos pode parecer a nós uma situação particularmente perigosa, é possível que em determinadas circunstâncias do mundo romano, pela assunção de que outras realidades envolviam mais risco, gerasse uma ideia de normalidade. De qualquer modo, é inevitável que nos sintamos livres desses e de outros incómodos da viagem: o pó, o desconforto, a lentidão e, especialmente, a possibilidade de sermos arbitrariamente e, com probabilidade, despojados dos bens ou da própria vida.

Espero com este estudo ter realizado uma abordagem que combina os dados disponíveis, na tentativa de melhor superar as limitações, ilustrando os perigos viários e a complexidade da temática. É nosso propósito que este trabalho possa servir como uma contribuição para a investigação portuguesa num tema pouco explorado e como eventual motivação para que o mesmo possa vir a ser aprofundado no futuro.

## 7. Traduções

### **AMIANO MARCELINO:**

**ROLFE, J.C. (1939)** - *Ammianus Marcellinus*, vol. 3. Loeb Classical Library 331. Cambridge: Harvard University Press.

### **APIANO:**

**WHITE, H. (1912)** - *Appian: roman history*, vol. 1. Loeb Classical Library 2. Cambridge: Harvard University Press.

**WHITE, H. (1913)** - *Appian: roman history*, vol. 4. Loeb Classical Library 5. Cambridge: Harvard University Press.

### **APULEIO:**

**LEÃO, D. (2018)** - *Apuleio: o burro de ouro*. Lisboa: Livros Cotovia.

### **CÍCERO:**

**SHUCKBURGH, E.S. (1905)** - *The Letters of Cicero: the whole extant correspondence in chronological order*, vol. 2. Londres: George Bell and Sons.

### **CÓDIGO DE JUSTINIANO:**

**BLUME, F.H. e KEARLEY, T. (2008)** - *Annotated Justinian code*. University of Wyoming College of Law < <http://www.uwyo.edu/lawlib/blume-justinian/ajc-edition-2/books/> > Acedido em 15 de Julho de 2019.

### **DIGESTO:**

**WATSON, A. (1998a)** - *The Digest of Justinian*, vol. 1. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.

**WATSON, A. (1998b)** - *The Digest of Justinian*, vol. 2. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.

**WATSON, A. (1998c)** - *The Digest of Justinian*, vol. 3. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.

**WATSON, A. (1998d)** - *The Digest of Justinian*, vol. 4. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.

**DÍON CÁSSIO:**

**CARY, E. (1914)** - *Dio's: Roman History*, vol. 3. Loeb Classical Library 53. Cambridge: Harvard University Press.

**CARY, E. (1927)** - *Dio's: Roman History*, vol. 9. Loeb Classical Library 177. Cambridge: Harvard University Press.

**EPICTETO:**

**OLDFATHER, W.A. (1928)** - *Epictetus: the Discourses as reported by Arrian, the Manual, and Fragments*, vol. 2. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

**ESTRABÃO:**

**JONES, H.L. (1930)** - *The Geography of Strabo*, vol. 7. Londres: Heinemann.

**FILÓSTRATO:**

**WRIGHT, W.C. (1921)** - *Philostratus: lives of the sophists. Eunapius: lives of the philosophers and sophists*. Loeb Classical Library 134. Cambridge: Harvard University Press.

**FLÁVIO JOSEFO:**

**WHISTON, W. (1889)** - *The Works of Flavius Josephus*. Londres: George Bell Routledge and Sons.

**GALENO:**

**SINGER, C. (1956)** - *Galen on Anatomical Procedures*. Oxford: Oxford University Press.

**LIBÂNIO:**

**NORMAN, A.F. (1977)** - *Libanius: selected orations*, vol. 2. Loeb Classical Library 452. Cambridge: Harvard University Press.



**PLÍNIO-O-MOÇO:**

**RADICE, B. (1969)** - *Pliny the Younger: letters*, vol. 1. Loeb Classical Library 55. Cambridge: Harvard University Press.

**PLÍNIO-O-VELHO:**

**RACKHAM, H. (1940)** - *Pliny: Natural History*, vol. 3. Loeb Classical Library 353. Cambridge: Harvard University Press.

**PLUTARCO:**

**PERRIN, B. (1917)** - *Plutarch's Lives: Agesilaus and Pompey. Pelopidas and Marcellus*, vol. 5. Loeb Classical Library 87. Cambridge: Harvard University Press.

**PERRIN, B. (1959)** - *Plutarch's Lives: Demetrius and Antony Pyrrhus and Caius Marius*, vol. 9. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press.

**PROPÉRCIO:**

**GOOLD, G.P. (1990)** - *Propertius: elegies*. Loeb Classical Library 18. Cambridge: Harvard University Press.

**SÉNECA:**

**STEWART, A. (1887)** - *L. Annaeus Seneca: On Benefits*. Londres: George Bell & Sons.

**SUETÓNIO:**

**ROLFE, J.C. (1914)** - *Suetonius: lives of the Caesars*, vol. 1. Loeb Classical Library 31. Cambridge: Harvard University Press.

**GRAVES, R. e RIVES, J.B. (2007)** - *Gaius Suetonius Tranquillus: The Twelve Caesars*. Penguin Books.

**TITO LÍVIO:**

**ROBERTS, C.W.M. (1905)** - *The History of Rome*. Londres: J.M. Dent & Sons.

**VELEIO PATÉRCULO:**

**SHIPLEY, F.W. (1924)** - *Velleius Paterculus and Res Gestae Divi Augusti*. Loeb Classical Library 152. Cambridge: Harvard University Press.

## 8. Bibliografía

- ABASCAL, J.M. e RAMALLO, S.F. (1997)** - *La ciudad de Carthago Nova: la documentación epigráfica*. Murcia: Universidad de Murcia.
- ADAMS, C. (2001)** - 'There and back again': getting around in Roman Egypt. *Travel and Geography in the Roman Empire*. Londres: Routledge, pp. 138-166.
- AGUILERA DURÁN, T. (2016)** - De ladrones, guerrilleros y revolucionarios: el tópico del bandidaje en la Iberia prerromana. *Economía y ejército en el mar corruptor*. Madrid: Asociación Interdisciplinar de Historia y Arqueología Herakleion, pp. 113-146.
- ALARCÃO, J. (1990)** - *Portugal: das origens à romanização*. Nova História de Portugal, vol. 1. Lisboa: Presença.
- ALIMONTI, T. (1986)** - Letteratura e folclore: I latrones di Apuleio e i briganti di Propp. *Civiltà Classica e Cristiana*, 7, pp. 59-76.
- ANNEQUIN, J. (2010)** - *Fugitivi, Latrones, Cimarrones*: algunas reflexiones sobre los espacios del repudio y la resistencia. *Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna*, 42, pp. 1-9.
- ARENA, G. (2004)** - Il Fuoco, la Croce, le Bestie: i supplicia dei latrones fra punizione, vendetta e terrore. *Annali della Facoltà di Scienze della Formazione dell'Università di Catania*, 3, pp. 55-77.
- BAGNALL, R.S. (1977)** - Army and Police in Upper Egypt. *Journal of the American Research Centre in Egypt*, 14, pp. 67-86.
- BAGNALL, R.S. e CRIBIORE, R. (2006)** - *Women's Letters from Ancient Egypt, 300 BC-AD 800*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- BALZARINI, M. (1969)** - *Ricerche in tema di danno violento e rapina nel diritto romano*. Padova: Facoltà di Giurisprudenza dell'Università di Padova.
- BASSO, P. (2016)** - Le stazioni di sosta negli itineraria romani. *Statio Amoena: Sostare e Vivere Lungo le Strade Romane*. Oxford: Archaeopress, pp. 27-37.
- BELLOMO, B. (2009)** - Potere e marginalità: il defensor tra *potentes* e *latrones*. *Mediterraneo Antico*, 12, pp. 257-266.
- BERMEJO BARRERA, J.C. (1983)** - Etnografía castreña e historiografía clásica. *Estudos de cultura castrexa e de Historia Antiga de Galicia*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, pp. 129-146.

- BERTINELLI, M.G.A. e DONATI, A. (2008)** - *Le vie della storia: migrazioni di popoli, viaggi di individui, circolazione di idee nel Mediterraneo antico: Atti del II Incontro Internazionale di Storia Antica (Genova 6-8 ottobre 2004)*. Roma: Giorgio Bretschneider.
- BEUTLER, F. e WEBER, E. (2015)** - *Die römischen Inschriften der Österreichischen Nationalbibliothek*. Wien: Holzhausen Verlag.
- BITTO, I. (2009)** - La terminologia del ribellismo nelle fonti epigrafiche dell'impero romano. *Mediterraneo Antico*, 12, pp. 169-184.
- BLOK, A. (1972)** - The Peasant and the Brigand: social banditry reconsidered. *Comparative Studies in Society and History*, 14:4, pp. 494-503.
- BLUMELL, L.H. (2008)** - Beware of Bandits! banditry and land travel in the roman empire. *Journeys*, 8:1-2, pp. 1-20.
- BRODERSEN, K. (2001)** - The presentation of geographical knowledge for travel and transport in the Roman world: *itineraria non tantum adnotata sed etiam picta*. *Travel and Geography in the Roman Empire*. Londres: Routledge, pp. 7-21.
- BROWN, A.R. (2011)** - Banditry or Catastrophe?: History, Archaeology, and Barbarian Raids on Roman Greece. *Romans, Barbarians, and the Transformation of the Roman World: Cultural Interaction and the Creation of Identity in Late Antiquity*. Farnham: Ashgate, pp. 79-96.
- BUONOPANE, A. (2016)** - *Inter vias latrones sum passus* (CIL VIII 2728, 18122): morire lungo le strade romane. *Statio Amoena: Sostare e Vivere Lungo le Strade Romane*. Oxford: Archaeopress, pp. 39-48.
- BUSANA, M.S. e BASSO, P. (1997)** - Le strade in galleria nell'Italia romana. *Via per Montes Excisa: strade in galleria e passaggi sotterranei nell'Italia Romana*. Roma: L'Erma di Bretschneider, pp. 81-206 e 231-245.
- CANTARELLA, E. (2011)** - *I supplizi capitali: origine e funzioni delle pene di morte in Grecia e a Roma*. Milão: Feltrinelli.
- CARBONELL, J. e PENA, M.J. (2009)** - *Itala me genuit tellus*. Ideas en torno al origen del pseudo-epitafio de Virgilio. A propósito de un *carmen epigraphicum* de Myrtilis (Lusitania). *Epigraphica*, 71, pp. 263-289.
- CASSON, L. (1974)** - *Travel in the ancient world*. Londres: George Allen & Unwin.
- CERVA, M. (1998)** - Sul brigantaggio nella regio X. *Atti e Memorie della Società istriana di Archeologia e Storia Patria*, 98, pp. 7-28.

- CIOBANU, R. (2001-2002)** - Vie urbaine et délinquance. *Caesarodunum*, 35-36, pp. 275-285.
- COARELLI, F. (2001)** - *Basili bustum, Monumentum* (136). *Lexicon Topographicum Urbis Romae, Suburbium*, Vol. 1. Roma: Edizioni Quasar, p. 211.
- CORELL, J. (1987)** - Dos inscripciones inéditas de Requena (Valencia). *Faventia*, 9, pp. 107-118.
- CORELL, J. (1996)** - *Inscriptions romanes d'Edeta i el seu territori*. València: Nau Llibres.
- CORSI, C. (2016)** - Luoghi di strada e stazioni stradali in Italia tra età tardoantica e alto Medioevo. *Statio Amoena: Sostare e Vivere Lungo le Strade Romane*. Oxford: Archaeopress, pp. 53-67.
- COULSTON, J. (2001)** - Transport and travel on the Column of Trajan. *Travel and Geography in the Roman Empire*. Londres: Routledge, pp. 106-137.
- CROGIEZ-PÉTREQUIN, S. (2016)** - Les *mansiones* et *mutationes* dans les textes juridiques de l'Antiquité et du Haut Moyen Âge. *Statio Amoena: Sostare e Vivere Lungo le Strade Romane*. Oxford: Archaeopress, pp. 19-26.
- CUOMO, S. (2011)** - A Roman Engineer's Tales. *Journal of Roman Studies*, 101, pp. 143-165.
- DE WIT, J. (1955)** - De Sulpicio Severo Observationes. *Vigiliae Christianae*, 9:1, pp. 45-49.
- DILLON, M. e GARLAND, L. (2015)** - *Ancient Rome: social and historical documents from the Early Republic to the death of Augustus*. Londres: Routledge.
- DIONISOTTI, A.C. (1982)** - From Ausonius' Schooldays? A Schoolbook and Its Relatives. *Journal of Roman Studies*, 72, pp. 83-125.
- DONATI, A. (2013)** - *Viator: il viaggio dei Romani*. Bolonha: Patron.
- DUMONT, J.C. (1987)** - *Servus: Rome et l'esclavage sous la République*. Roma: École Française de Rome.
- ECKSTEIN, A.M. (2006)** - *Mediterranean Anarchy, Interstate War, and the Rise of Rome*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.
- ENO, R.B. (1989)** - Saint Augustine: letters. *The Fathers of the Church*, vol. 6. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, pp. 74-80.
- FABIÃO, C. e GUERRA, A. (1998)** - Viriato: em torno da iconografia de um mito. *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais (7 a 12 de Julho de 1997)*, vol. 3. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, pp. 33-79.

- FAGAN, G.G. (2011)** - Violence in Roman Social Relations. *The Oxford Handbook of Social Relations in the Roman World*. Oxford: Oxford University Press, pp. 467-495.
- FILIPPINI, A. e GREGORI, G.L. (2009)** - *Adversus Rebelle*: forme di ribellione e di reazione Romana nelle Spagne e in Asia Minore al tempo di Marco Aurelio. *Mediterraneo Antico*, 12:1-2, pp. 55-96.
- FLAM-ZUCKERMAN, L. (1970)** - *A propos d'une inscription de Suisse (CIL XIII, 5010): Étude du phénomène de brigandage dans l'empire romain*. Bruxelles: Société d'Études Latines de Bruxelles, pp. 451-473.
- FOUCAULT, M. (2002)** - *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- GARRAFFONI, R.S. (2002)** - *Bandidos e salteadores na Roma Antiga*. São Paulo: Annablume.
- GARRAFFONI, R.S. (2007)** - Os bandidos entre os romanos: leituras eruditas e percepções populares. *História*, 26:1. São Paulo, pp. 133-151.
- GRENFELL, B.P.; HUNT, A.S.; HOGARTH, D.C. e MILNE, J.G. (1900)** - *Fayûm Towns and Their Papyri*. Londres: Offices of the Egypt Exploration Fund.
- GRÜNEWALD, T. (2004)** - *Bandits in the Roman Empire: myth and reality*. Londres: Routledge.
- GUENNEC, M.A.L. (2016)** - Identifier une auberge romaine: quelques réflexions méthodologiques. *Statio Amoena: Sostare e Vivere Lungo le Strade Romane*. Oxford: Archaeopress, pp. 81-90.
- GUERRA, A. (2001)** - Resistência à aculturação no Ocidente Hispânico: defesa do território e identidade linguística. *Era arqueologia*, 3, pp. 150-164.
- GUNNELLA, A. (1995)** - Morti improvvisi e violente nelle iscrizioni latine. Hinard, F. (ed.) - *La mort au quotidien. Actes du Colloque Paris-Sorbonne 1993*. Paris, pp. 9-22.
- HABINEK, N.T. (1998)** - Cicero and the Bandits. *The Politics of Latin Literature: writing, identity and empire in ancient Rome*. Princeton: Princeton University Press, pp. 69-87.
- HOBSBAWM, E.J. (1972)** - Social Bandits: Reply. *Comparative Studies in Society and History*, 14:4, pp. 503-505.
- HOBSBAWM, E.J. (1981)** - *Bandits (revised edition)*. Nova York: Pantheon Books.
- HOPWOOD, K. (1989)** - Bandits, Élites and Rural Order. *Patronage in Ancient Society*. Londres, Nova York: Routledge, pp. 170-187.

- HOPWOOD, K. (1999)** - Bandits between Grandees and the State: the structure of order in roman rough Cilicia. *Organised Crime in Antiquity*. Swansea: Classical Press of Wales, pp. 177-206.
- HORSLEY, R.A. (1979)** - Josephus and the Bandits. *Journal for the Study of Judaism*, 10, pp. 37-63.
- HUEBNER, S.R. (2019)** - *Papyri and the Social World of the New Testament*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUMBERT, G. (1904)** - *Latrocinium*. *Dictionnaire des antiquites grecques et romaines*, vol. 3:2. Paris: Librairie Hachette, p. 991.
- ISAAC, B. (1984)** - Bandits in Judea and Arabia. *Harvard Studies in Classical Philology*, 88, pp. 171-203.
- JIMENO, A. (1980)** - *Epigrafía romana de la provincia de Soria*. Soria: Diputación Provincial de Soria.
- JONES, A.H.M. (1940)** - *The Greek City: from Alexander to Justinian*. Oxford: Oxford University Press.
- JUNG, P. (2011)** - *Latrones! Wegelagerei und Räubererunwesen in römischem Reich. Gefährliches Pflaster: Kriminalität im römischen Reich*. Mainz: Philipp von Zabern, pp. 172-185.
- KELLY, B. (2011)** - *Petitions, Litigation, and Social Control in Roman Egypt*. Oxford: Oxford University Press.
- KENNEDY, D. (1985)** - The Composition of a Military Work Party in Roman Egypt (ILS 2483: Coptos). *Journal of Egyptian Archaeology*, 71, pp. 156-160.
- KNAPP, R.C. (2011)** - *Los olvidados de Roma: prostitutas, forajidos, esclavos, gladiadores y gente corriente*. Barcelona: Editorial Ariel.
- KOLB, A. (2001)** - Transport and communication in the Roman state: the *cursus publicus*. *Travel and Geography in the Roman Empire*. Londres: Routledge, pp. 95-105.
- KOLB, A. (2016)** - *Mansiones and cursus publicus in the Roman Empire. Statio Amoena: Sostare e Vivere Lungo le Strade Romane*. Oxford: Archaeopress, pp. 3-8.
- KOLB, A. (2018)** - Communications and mobility in the Roman Empire. *The Oxford Handbook of Roman Epigraphy*. Oxford: Oxford University Press, pp. 649-670.
- KRAUSE, J.-U. (2006)** - *La criminalità nel mondo antico*. Roma: Carocci editore
- LAFER, R. (2001)** - *Securitas hominibus: literarische Fiktion oder Realität? Die Bekämpfung von Räubern und Dieben im Imperium Romanum. Carinthia Romana und*

*die römische Welt. Festschrift für Gernot Piccottini zum 60. Geburtstag.* Klagenfurt Verlag des Geschichtsvereines für Kärnten, pp. 125-134.

**LAFER, R. (2003)** - Epigraphische Zeugnisse von *latrones* in der *regio X* und in Dalmatien. *Der Alpen-Adria Raum in Antike und Spätantike. Die Geschichte eines historisch-geographischen Raumes im Spiegel der epigraphischen, literarischen, numismatischen und archäologischen Quellen.* Akten der IV. Internationalen Table ronde zur Geschichte der Alpen-Adria-Region in der Antike. Klagenfurt: Mohorjeva/Hermagoras, pp. 75-92.

**LAFER, R. (2004)** - Zu den *latrones* im römischen Reich und ihrer Rezeption in der Forschung: einige Überlegungen zur Methodik. *Orbis antiquus: Studia in honorem Ioannis Pisonis.* Cluj-Napoca: Nereamia Napocae Press, pp. 100-108.

**LASSÈRE, J.M. e GRIFFE, M. (1997)** - Inscription de *Nonius Datus* (C.I.L. VII 2728 et 18122, I.L.S. 5795). *Vita Latina*, 145, pp. 11-17.

**LAURENCE, R. (1999)** - *The Roads of Roman Italy: mobility and cultural change.* Londres: Routledge.

**LAURENCE, R. (2001)** - The creation of geography: an interpretation of Roman Britain. *Travel and Geography in the Roman Empire.* Londres: Routledge, pp. 67-94.

**LENSKI, N. (2001)** - Relations Between Coast and Hinterland in Rough Cilicia. *La Cilicie: espaces et pouvoirs locaux. Actes de la Table Ronde Internationale, Istanbul, 2-5 Novembre 1999.* Istanbul: Institut Français d'Études Anatoliennes-Georges Dumézil, pp. 417-424.

**LEWIN, A. (1991)** - Banditismo e civiltas nella Cilicia antica e tardoantica. *Quaderni Storici*, 76, pp. 167-80.

**LEWIS, C.T. e SHORT, C. (1879)** - *A Latin Dictionary: founded on Andrews' edition of Freund's Latin dictionary revised, enlarged, and in great part rewritten.* Oxford: Clarendon Press.

**LLORIS, F.B. (2018)** - The “epigraphic habit” in the Roman world. *The Oxford Handbook of Roman Epigraphy.* Oxford: Oxford University Press, pp. 131-148.

**LOPUSZANSKI, G. (1951)** - La police romaine et les chrétiens. *L'Antiquité classique*, 20:1, pp. 5-46.

**LÖRINCZ, B. (2001)** - *Die römischen Hilfstruppen in Pannonien während der Prinzipatszeit.* Wien: Forschungsgesellschaft Wiener Stadtarchäologie.

**MACMULLEN, R. (1992)** - *Enemies of the Roman Order: treason, unrest, and alienation in the Empire.* Londres: Routledge.

- MADZAROV, M. (1985)** - La poste romaine (*mansio*) Viamata sur la voie Philippopolis-Oescus. *Archaeologia*, 27:2, pp. 36-45.
- MAGIE, D. (1950)** - *Roman Rule in Asia Minor: to the end of the third century after Christ*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- MANTAS, V.G. (2012)** - *As vias Romanas da Lusitânia*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- MANTAS, V.G. (2012a)** - A estrada Romana de *Olisipo* a *Scallabis*: traçado e vestígios. *Cira Arqueologia: Atas mesa redonda de Olisipo a Ierabriga*. 1. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 7-23.
- MANFREDINI, A.D. (1994)** - Municipii e città nella lotta ai *latrones*. González Fernández, J. (ed.) - *Roma y las provincias: realidad administrativa e ideología imperial*. Madrid: Ediciones Clásicas, pp. 147-160.
- MARCO SIMÓN, F.; PINA POLO, F. e REMESAL RADRÍGUEZ, J. (2004)** - *Vivir en tierra extraña: emigración e integración cultural en el mundo antiguo*. Actas de la reunión realizada en Zaragoza los días 2 y 3 de junio de 2003. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- MARICHAL R. (1979)** - Les ostraca de Bu Njem. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 123:3, pp. 436-452.
- MCGING, B.C. (1998)** - Bandits, Real and Imagined, in Greco-Roman Egypt. *Bulletin of the American Society of Papyralogists*, 35, 3-4, pp. 159-183.
- MENNEN, I. (2011)** - *Power and Status in the Roman Empire, AD 193-284*. Leiden, Boston: Brill.
- MIHAILESCU-BIRLIBA, L.; DUMITRACHE, I.; PIFTOR, V. (2010)** - La Mobilité locale en Dacie Romaine selon les sources épigraphiques: I. Dacie Inférieure. *Studia historica. Historia antiqua*, 28, pp. 95-108.
- MOTTAS, F. (1978)** - Un nouveau notable de la Colonie Equestre. *Archéologie suisse*, 1, pp. 134-137.
- MUIR, S. (2011)** - Religion on the Road in Ancient Greece and Rome. *Travel and Religion in Antiquity*. Waterloo, Ontario: Wilfrid Laurier, pp. 29-27.
- NERI, V. (1998)** - I briganti. *I marginali nell'Occidente tardoantico: poveri, 'infames' e criminali nella nascente società cristiana*. Bari: Edipuglia, pp. 367-418.
- NERI, V. (2009)** - Povertà, criminalità e disordine sociale nella tarda antichità. Urso, G. (ed.) - *Ordine e Sovversione nel Mondo Greco e Romano: Atti del convegno*



*internazionale (Cividale Del Friuli, 25-27 Settembre 2008)*. Pisa: Edizioni ETS, pp. 193-206.

**NIELSEN, H.S. (1987)** - "Alumnus": a term of relation denoting quasi-adoption. *Classica et Mediaevalia*, 38. pp. 141-188.

**NIPPEL, W. (1995)** - *Public Order in Ancient Rome*. Cambridge: Cambridge University Press.

**NOVAK, M. (2010)** - Tavern Brawls, Banditry and Battles: weapon injuries in roman Iader. *Proceedings of the XVIIth Roman Military Equipment Conference: Weapons and Military Equipment in a Funerary Context*. Zagreb: Arheoloski musej u Zagrebu, pp. 347-356.

**PAGANO, P. (2015)** - La Morte Atipica Attraverso le Testimonianze Epigrafiche del Mondo Romano. Archeologia e antropologia della morte: 1. La regola dell'eccezione: Atti del III Incontro Internazionale di Studi di Antropologia e Archeologia a confronto [Roma, École Française de Rome - Stadio di Domiziano, 20-22 Maggio 2015] < <https://pt.calameo.com/read/00428374786486cec78c3> > Acedido em 14 de Janeiro de 2019.

**PANCIERA, S. (2006)** - *Occisus a Malibus. Epigrafi, epigrafia, epigrafisti: scritti vari editi e inediti (1956-2005) con note complementari e indici*. Roma: Quasar, pp. 977-981.

**PANDERMALIS, D. (2002)** - New Discoveries at Dion. *Excavating Classical Culture: recent archaeological discoveries in Greece*. Oxford: Beazley Archive & Archaeopress, pp. 99-107.

**PAOLA, L.D. (2016)** - *Mansiones e stathmoi* nelle fonti letterarie tardoantiche: destinazione d'uso, equipaggiamento, immagini. *Statio Amoena: Sostare e Vivere Lungo le Strade Romane*. Oxford: Archaeopress, pp. 9-18.

**PETRACCIA, M.F. (2001)** - *Stationarii o latrones? Epigrafia e antichità*, 17, pp. 339-341.

**PETRACCIA, M.F. (2007)** - Magistrati municipali uccisi da *latrones*: il caso di *Drobeta* (Dacia). *Acta XII Congressus Internationalis Epigraphiae Graecae et Latinae. Provinciae imperii Romani inscriptionibus descriptae*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, pp. 1139-1146.

**PETRACCIA, M.F. (2013)** - I *Latrones*: pastores della Roma delle origini. *Xenia: studi in onore di Lia Marino*. Roma: Salvatore Sciascia Editore, pp. 55-64.

**PETRACCIA, M.F. (2016)** - Gli *Stationarii*. *Statio Amoena: Sostare e Vivere Lungo le Strade Romane*. Oxford: Archaeopress, pp. 49-51.

- PETROVIC, V.P. (2009)** - Les documents écrits relatifs aux voies de communication en Mésie Supérieure. *Classica et Christiana*, 4:2, pp. 137-172.
- PIMENTA J. e MENDES, H. (2007)** - A escavação de um troço da via Romana *Olisipo-Scallabis* em Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10:2, pp. 189-228.
- POPESCU, E. (2015)** - *Inscriptions de Scythie mineure IV: Tropaeum-Durostorum-Axiopolis*. Paris, Bucarest: Éditions de Boccard.
- RENFREW, C. e BAHN, P. (2012)** - *Archaeology: theories methods and practice 6<sup>th</sup> edition*. Londres: Thames & Hudson.
- RICHMOND, J. (1994)** - The *Ludus Latruncularum* and *Laus Pisonis* 190-208. *Museum Helveticum*, 51:3, pp. 164-179.
- RIESS, W. (2001)** - *Apuleius und die Räuber: Ein Beitrag zur historischen Kriminalitätsforschung*. Stuttgart.
- RIESS, W. (2002)** - Between Fiction and Reality: robbers in Apuleius' Golden Ass. *Ancient Narrative*, 1, pp. 260-282.
- RIESS, W. (2010)** – Banditry and Brigandage, Roman. *The Oxford Encyclopedia of Ancient Greece and Rome*. Oxford: Oxford University Press, pp. 359-361.
- RIESS, W. (2011)** - The Roman Bandit (*Latro*) as Criminal and Outsider. *The Oxford Handbook of Social Relations in the Roman World*. Oxford: Oxford University Press, pp. 693-714.
- ROBERT, L. (1937)** - *Études anatoliennes: Recherches sur les inscriptions grecques de l'Asie Mineure*. Paris: Éditions de Boccard.
- ROBERT, L. (1962)** - *Villes d'Asie Mineure: études de Géographie ancienne*. Paris: Éditions de Boccard.
- RODRIGUES, O.M.J. (2010)** - *As Alminhas em Portugal e a Devolução da Memória: estudo recuperação e conservação*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro apresentada à Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1997)** - *Aquae Flaviae: fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior*, vol. 1. Chaves: Câmara Municipal de Chaves.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, J. (2003)** - *Historia de las legiones Romanas*. Madrid: Almena Ediciones.
- ROSTOVITZ, M. (1905)** - Die Domänenpolizei in dem römischen Kaiserreiche. *Philologus*, 64, pp. 297-307.
- SALWAY, B. (2001)** - Travel, *itineraria* and *tabellaria*. *Travel and Geography in the Roman Empire*. Londres: Routledge, pp. 22-66.

- SAVIATO, C. (1999)** - *L'alumnus nell'Italia Romana* (appunti per una ricerca su base epigrafica). *Epigraphica*, 61, pp. 288-292.
- SHARANKOV, N. (2004)** - Inscriptions from the Strymon Valley: Corrigenda. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, 148, pp. 198-200.
- SHARANKOV, N. (2016)** - Notes on Greek Inscriptions from Bulgaria. *Studia classica Serdicensia*, 5, pp. 305-361.
- SHARANKOV, N. (2017)** - A Verse Epitaph and Other Unpublished Inscriptions from *Heraclea Sintica*. *Archaeologia Bulgarica*, 21:1, pp. 15-38.
- SHAW, B.D. (1984)** - Bandits in the Roman Empire. *Past & Present: a Journal of Historical Studies*, 105 pp. 3-52.
- SHAW, B.D. (1986)** - Autonomy and Tribute: mountain and plain in Mauretania Tingitana. *Désert et Montagne au Maghreb: hommage à Jean Dresch = Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée*, 41-42, pp. 66-89.
- SHAW, B.D. (1990)** - Bandit highlands and lowland peace: the mountains of Isauria-Cilicia. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 33:2, pp. 199-233.
- SHAW, B.D. (1992)** - O Bandido. *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, pp. 249-280.
- SHAW, B.D. (1993)** - Tyrants, Bandits, and Kings: personal power in Josephus. *Journal of Jewish Studies*, 44, pp. 176-204.
- SHAW, B.D. (2004)** - Bandits in the Roman Empire. *Studies in Ancient Greek and Roman Society*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 326-374.
- SHERK, R.K. (1957)** - Roman Imperial Troops in Macedonia and Achaia. *American Journal of Philology*, 78:1, pp. 52-62.
- SPEIDEL, M. (1981)** - *Princeps* as a title for *ad hoc* commanders. *Britannia*, 12, pp. 7-13.
- TEIXEIRA, C. (2007)** - *Estrutura da viagem na épica de Virgílio e no romance latino*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TORRES, J. (2011)** - Alminhas de ontem e de hoje. *Sabucal*, 3. Sabugal, pp. 83-90.
- TORRES, J. e OSÓRIO, M. (2016)** - Alminhas e cruzeiros do concelho do Sabugal: análise e compreensão do fenómeno através das ferramentas SIG. *Diálogos (Trans)fronteiriços: Patrimónios, Territórios, Culturas*. Guarda, Lisboa: Centro de Estudos Ibéricos & Âncora Editora, pp. 57-71.
- TREVISIOL, A. (1999)** - *Fonti letterarie ed epigrafiche per la storia Romana della provincia di Pesaro e Urbino*. Roma: L'Erma di Bretschneider.

- TUDOR, D. (1953)** - *Interfecti a latronibus* in inscriptiile din Dacia. *Studii si cercetari de istorie veche*, 4, pp. 583-595.
- VAN HOOFF, H.J.L. (1988)** - Ancient Robbers: reflections behind the facts. *Ancient Society*, 19, pp. 105-124.
- VAQUERO, S.C. (1998)** - El *ludus latruncularum*, un juego de estrategia practicado por los equites del *Ala II Flavia*. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología: BSAA*, vol. 64, pp. 117-140.
- WIBLÉ, F. (2008)** - Les tablettes votives. Vesan, E.M. (ed.) - *Alpis Poenina, Grand Saint-Bernard: une voie à travers l'Europe. Séminaire de Clôture, 11/12 Avril 2008, Fort de Bard (Vallée d'Aoste)*, pp. 93-107.
- WISEMAN, T.P. (1964)** - *Viae Anniae*. *Papers of the British School at Rome*, vol. 32, pp. 21-37.
- WISEMAN, T.P. (1969)** - *Viae Anniae* Again. *Papers of the British School at Rome*, vol. 37, pp. 82-91.
- WOLFF, C. (1999)** - Comment divient-on brigand? *Revue des Études Anciennes*, 101:3, pp. 393-403.
- WOLFF, C. (2003)** - *Les brigands en Orient sous l'haut-empire romain*. Roma: École Française de Rome.
- ZANINI, E. (2016)** - Qualche appunto per un'archeologia contestuale delle stazioni di sosta nel mondo romano e tardoantico. *Statio Amoena: Sostare e Vivere Lungo le Strade Romane*. Oxford: Archaeopress, pp. 71-79.

## 9. Anexos

Anexo 1 – Conjunto epigráfico das vítimas de bandidos, em tabela (parte 1).

[illegible]

Anexo 1 – Conjunto epigráfico das vítimas de bandidos, em tabela (parte 2).

[illegible]

[illegible]

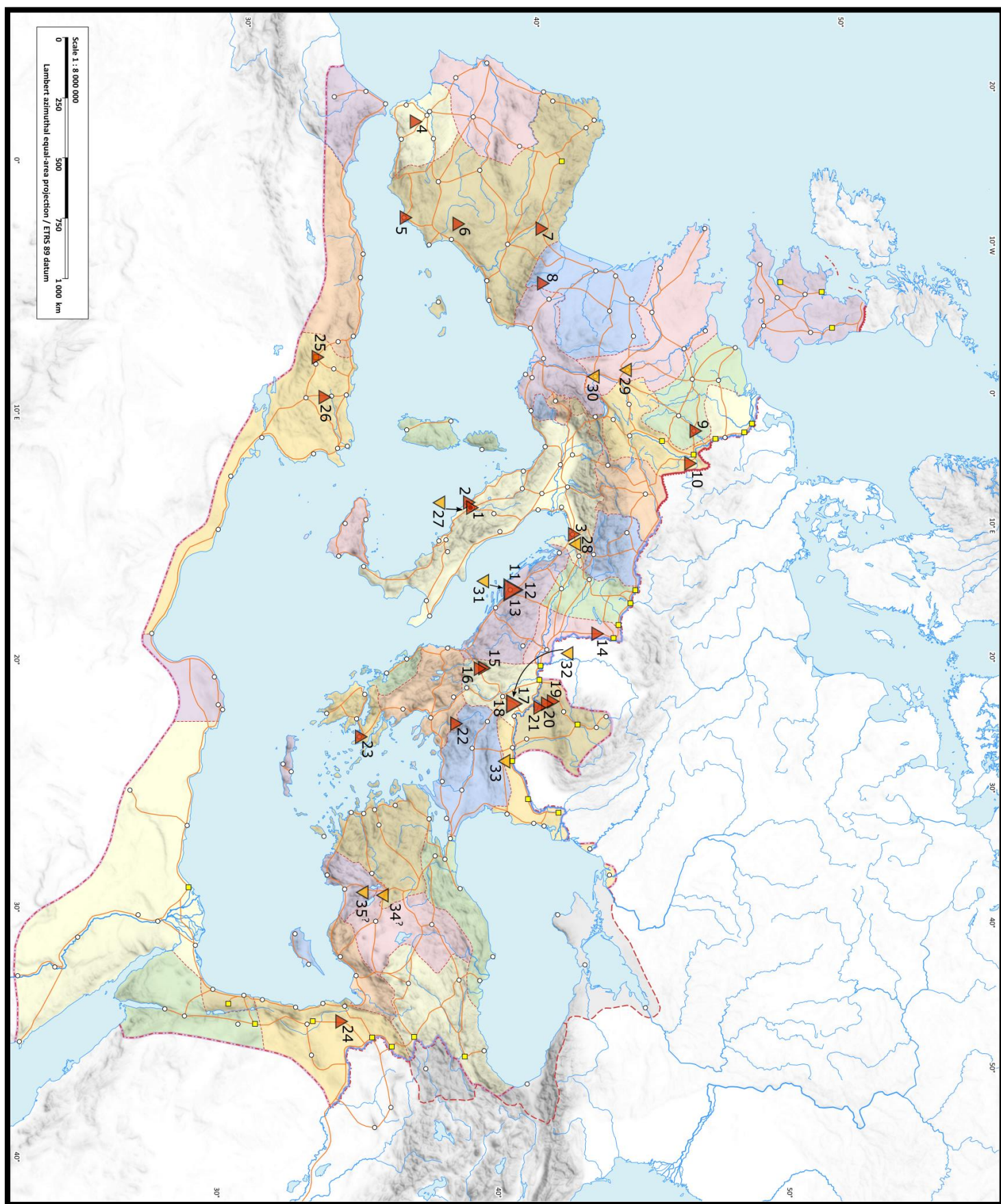


Anexo 1 – Conjunto epigráfico das vítimas de bandidos, em tabela (parte 4).

Nº	Proveniência	Inscrição	Foto ou imagem	Formulário	Nome	Cargo, estatuto e origem	Idade	Dedicatória	Datação	Corpus & Detalhes	Observações
B (Leitura incerta)											
36	Fuentes de Andújar (Carmena, Baetica)	C(ua) M(ari) C(asta) B(ia) S(er)u(a) / T(ol)eca(n)s / in Bu(n)ca XLXI		✓		✓	✓	✓		CIL II, V 1328 = CIL II 3570; B. Buonpane, 2011, p. 8, 2. IL 1389 G 701, 8480 = CIL II, O-02.03, 856 = Htp 1997, 848 A leitura segue a proposta de Htp (Q) 3570; B. Buonpane, 2011, p. 8, 2. propõe a interpretação de m°C. "Mantius C(a) f. S(er)u(a) f." de 51(?) anos de idade, que foi "uocatus a lauribus" (?) <sup>2</sup> .	Será mais fiável que a inscrição não esteja relacionada com uma morte causada por humidos. <i>Epigrafe</i> inicialmente descurada.
37	Padaria de Castro (Cronis, Hispania Citerior)	----- L(a)u(r) [-] B(ia) a(n)no(rum) XXV		✓		✓	✓	✓		CIL II 2813 Buonpane, 2016, ib. 2, propõe a interpretação de um indivíduo de 25 anos que foi "uocatus a(l) lauribus" ?	Não é certo que se refira a uma morte por humidos; a leitura indicaria, que é fiável, um sentido contrário.
C (Forjadas)											
38	Miron, Amorgos	Εἰς τὴν Πάριν [1] ἡσθὺν ἀνέλ[ου] (αἰ) ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [2] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [3] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [4] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [5] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [6] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [7] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [8] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [9] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [10] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [11] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [12] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [13] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [14] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [15] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [16] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [17] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [18] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [19] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [20] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [21] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [22] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [23] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [24] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [25] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [26] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [27] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [28] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [29] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [30] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [31] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [32] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [33] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [34] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [35] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [36] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [37] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [38] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [39] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [40] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [41] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [42] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [43] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [44] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [45] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [46] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [47] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [48] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [49] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [50] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [51] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [52] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [53] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [54] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [55] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [56] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [57] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [58] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [59] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [60] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [61] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [62] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [63] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [64] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [65] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [66] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [67] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [68] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [69] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [70] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [71] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [72] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [73] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [74] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [75] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [76] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [77] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [78] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [79] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [80] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [81] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [82] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [83] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [84] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [85] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [86] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [87] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [88] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [89] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [90] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [91] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [92] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [93] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [94] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [95] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [96] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [97] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [98] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [99] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [100] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [101] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [102] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [103] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [104] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [105] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [106] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [107] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [108] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [109] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [110] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [111] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [112] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [113] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [114] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [115] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [116] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [117] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [118] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [119] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [120] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [121] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [122] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [123] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [124] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [125] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [126] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [127] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [128] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [129] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [130] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [131] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [132] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [133] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [134] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [135] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [136] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [137] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [138] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [139] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [140] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [141] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [142] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [143] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [144] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [145] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [146] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [147] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [148] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [149] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [150] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [151] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [152] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [153] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [154] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [155] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [156] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [157] ἡμῶν ἀπὸ τοῦ [158]									

Anexo 2 – Mapa da distribuição geográfica das epígrafes do conjunto. As epígrafes estão representadas na forma de triângulos, acompanhados pelo número correspondente e, por vezes, um ponto de interrogação quando a proveniência é incerta. As inscrições validadas estão preenchidas a vermelho e as inscrições em dúvida a amarelo.

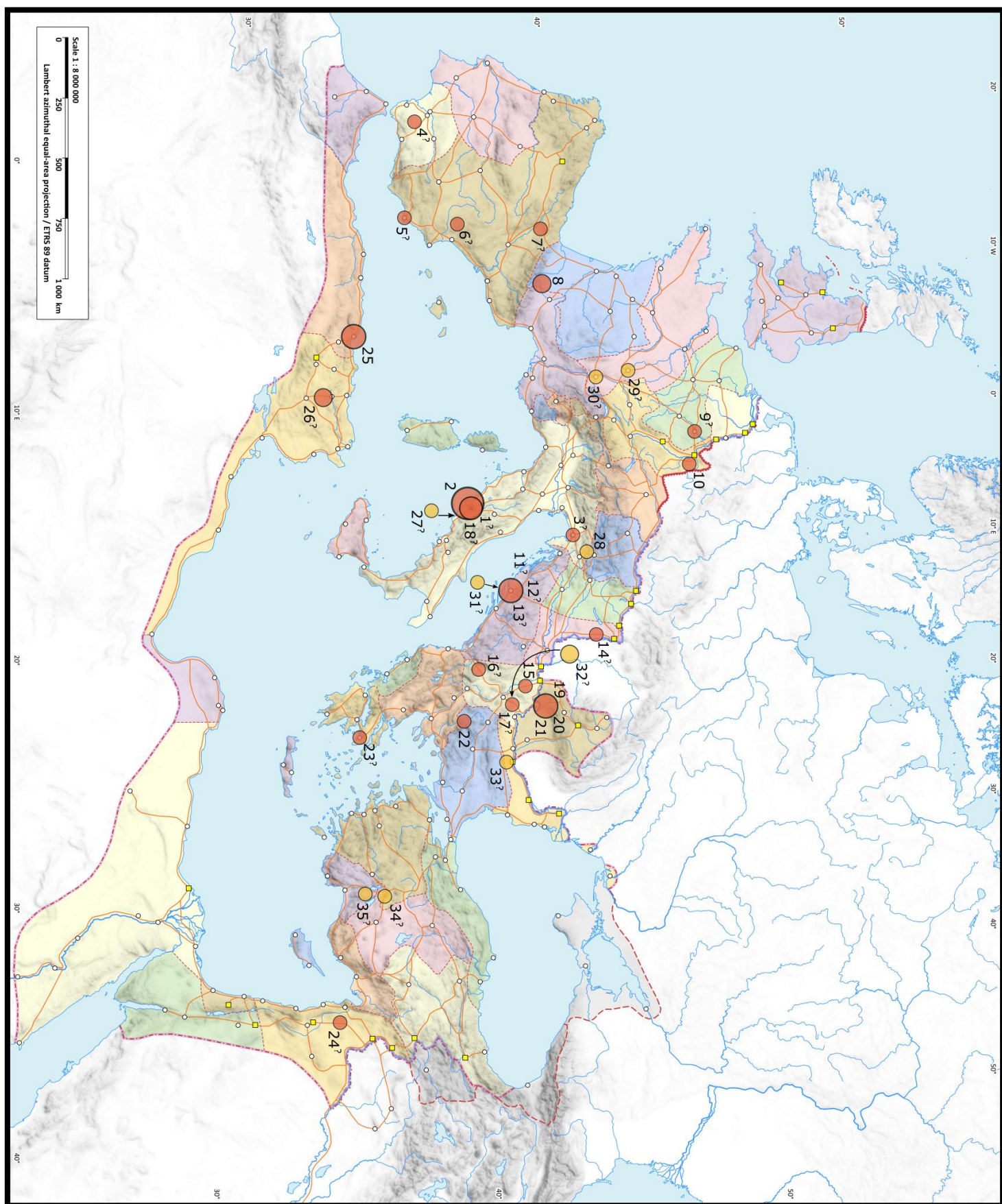
Andrei N. (<https://commons.wikimedia.org/wiki/User:Andrein>), with the assistance of EraNavigator – “Map of the Roman Empire in 125 during the reign of emperor Hadrian” ([https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Roman\\_Empire\\_125\\_political\\_map.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Roman_Empire_125_political_map.svg)); Modified by Diogo Mendes Alves, under the Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0 International license (<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/legalcode>).



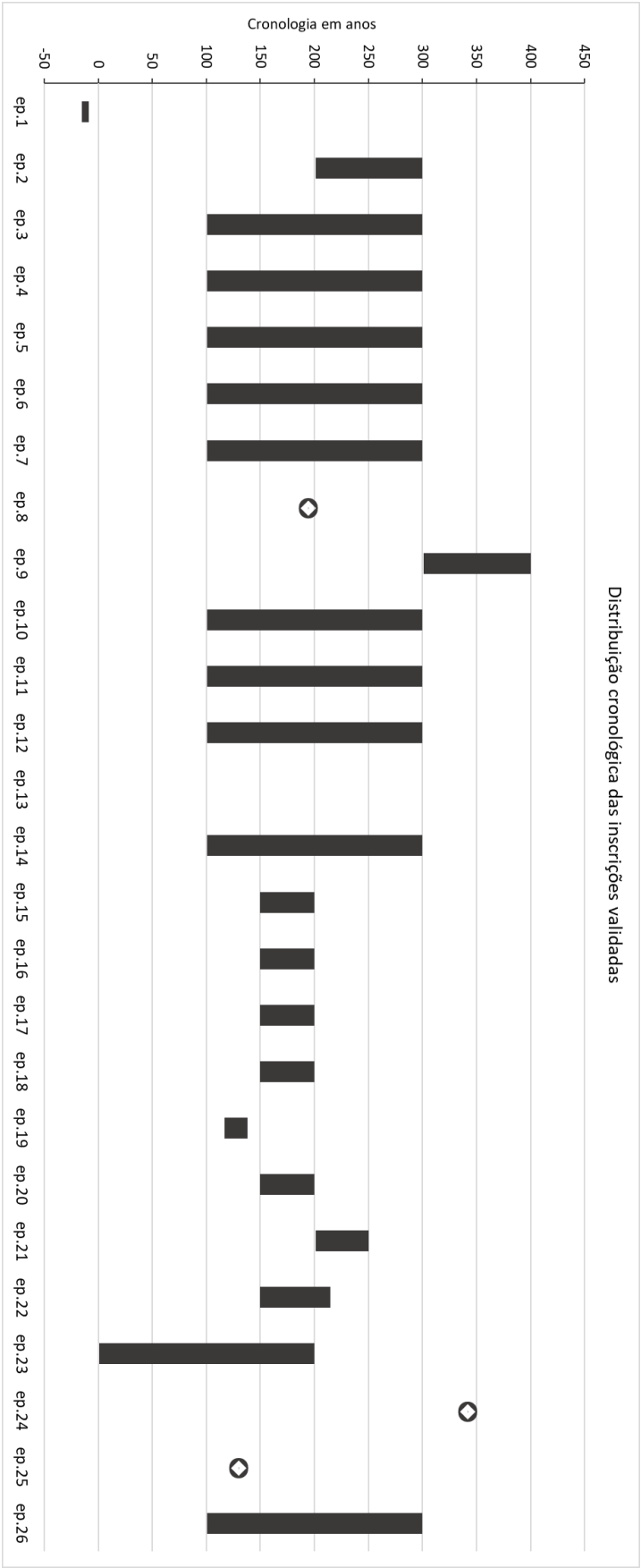
Anexo 3 – Mapa da distribuição geográfica dos incidentes do conjunto epigráfico, de acordo com o local onde ocorreu o incidente e o número de vítimas aludido em cada inscrição. As vítimas estão representadas na forma de círculos proporcionais, acompanhados pelo número que lhes foi atribuído no catálogo e, por vezes, um ponto de interrogação quando o local do incidente é incerto. As vítimas de inscrições validadas estão preenchidas a vermelho e as vítimas de inscrições em dúvida a amarelo.

Andrei N. (<https://commons.wikimedia.org/wiki/User:Andrein>), with the assistance of EraNavigator – “Map of the Roman Empire in 125 during the reign of emperor Hadrian” ([https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Roman\\_Empire\\_125\\_political\\_map.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Roman_Empire_125_political_map.svg)); Modified by Diogo Mendes Alves, under the Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0 International license (<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/legalcode>).

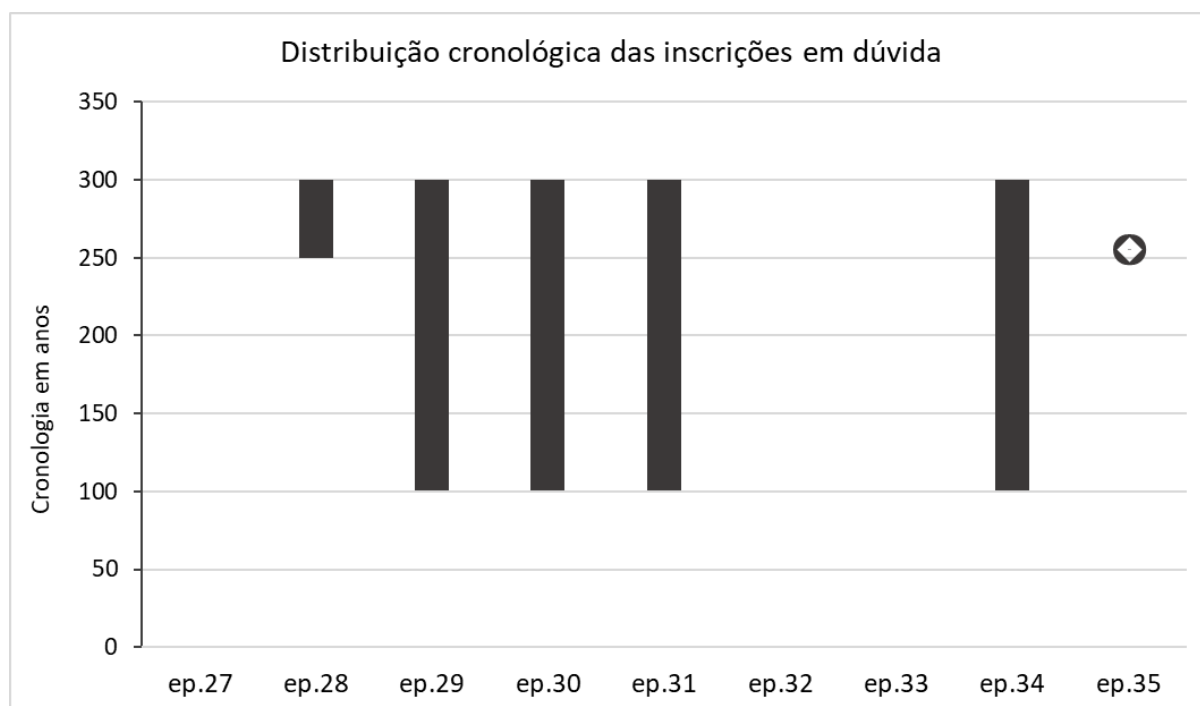




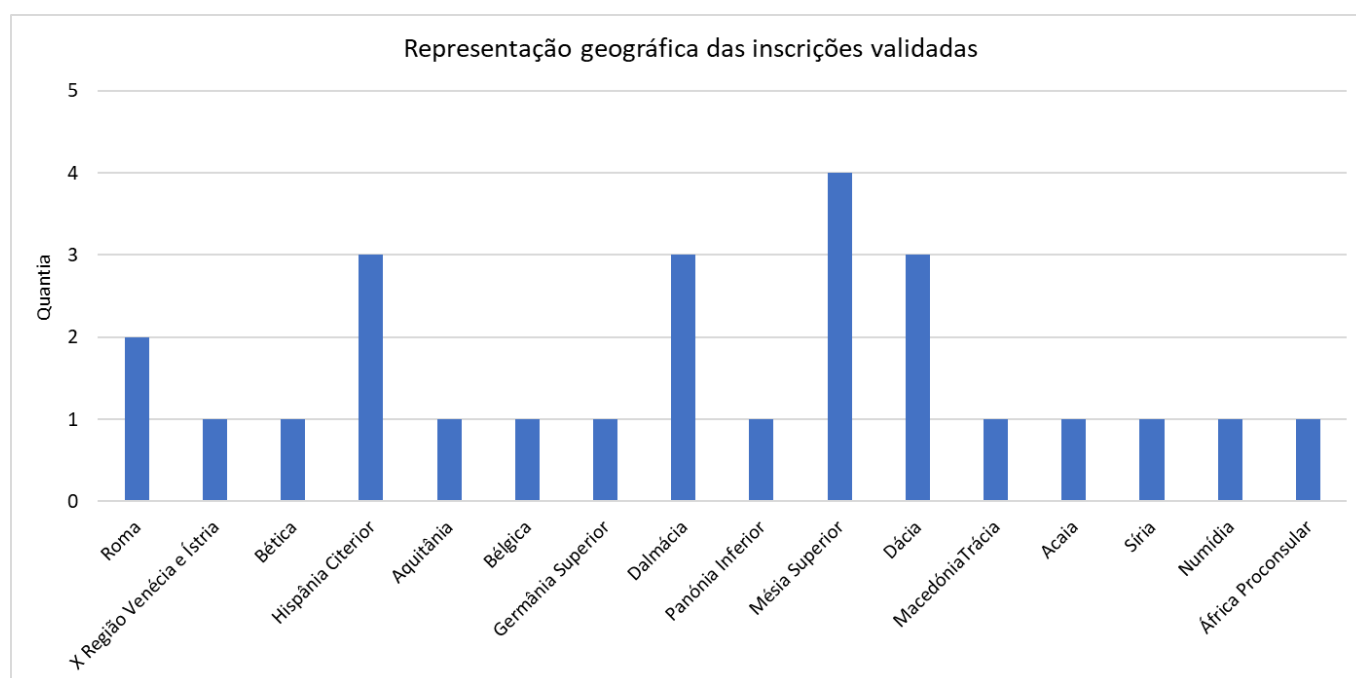
Anexo 4 – Distribuição cronológica das inscrições validadas.



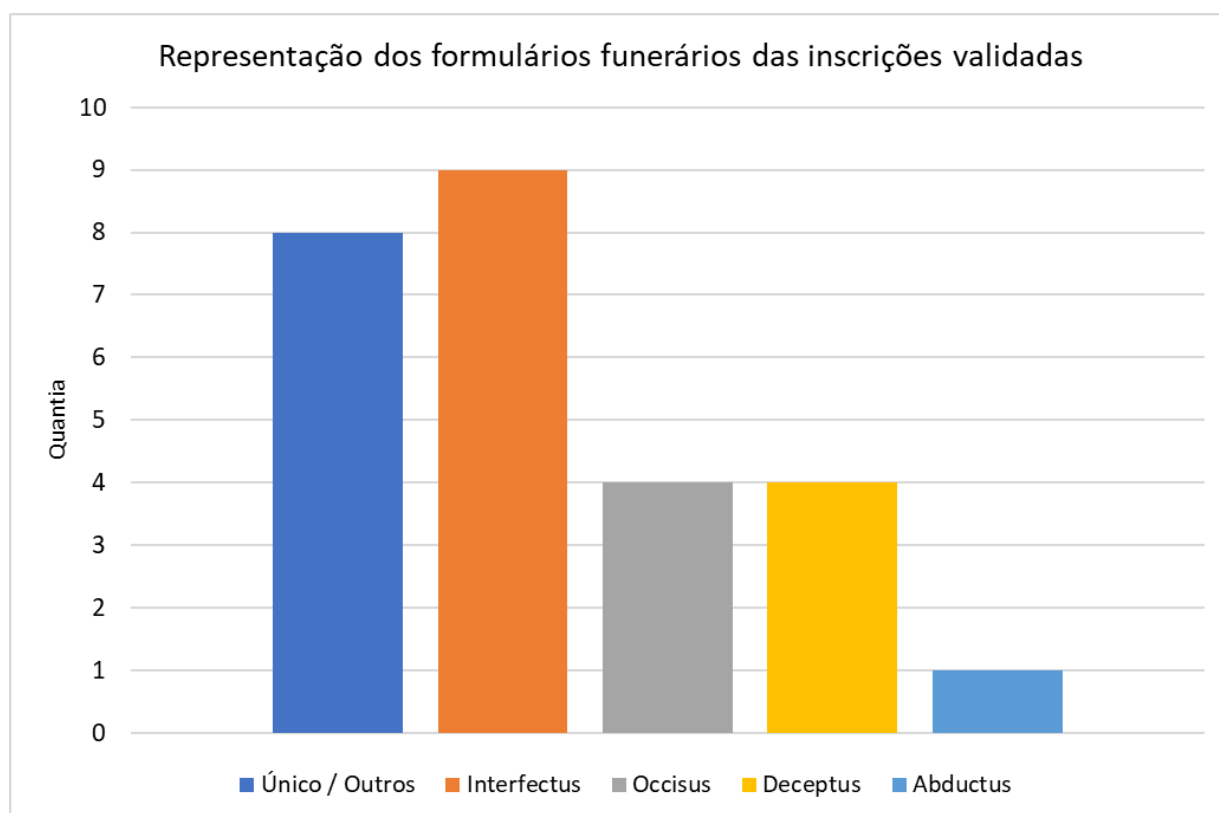
## Anexo 5 – Distribuição cronológica das inscrições em dúvida.



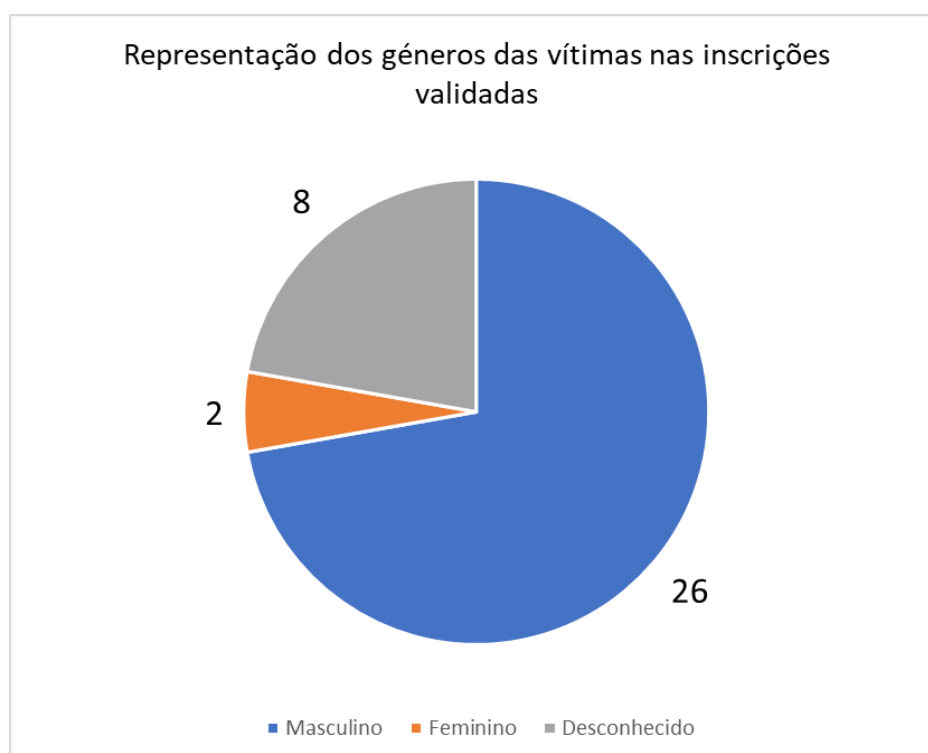
## Anexo 6 – Representação geográfica das inscrições validadas.



Anexo 7 – Representação dos formulários funerários das inscrições validadas.



Anexo 8 – Representação dos géneros das vítimas nas inscrições validadas.





Anexo 9 – Representação das idades das vítimas nas inscrições validadas.

